

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELENA JUSTEN BRANDENBURG

GRANDES PROJETOS URBANOS: VETORES DE  
DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL?

ANÁLISE PROSPECTIVA DOS IMPACTOS E LEGADOS SOCIOESPACIAIS  
DA COPA DE 2014 EM CURITIBA.

CURITIBA

2014

ELENA JUSTEN BRANDENBURG

GRANDES PROJETOS URBANOS: VETORES DE  
DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL?

ANÁLISE PROSPECTIVA DOS IMPACTOS E LEGADOS SOCIOESPACIAIS  
DA COPA DE 2014 EM CURITIBA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski.

CURITIBA

2014

Brandenburg , Elena Justen

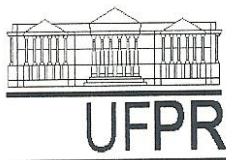
Grandes projetos urbanos: vetores de desigualdade socioespacial?  
análise prospectiva dos impactos e legados socioespaciais da Copa  
de 2014 em Curitiba / Elena Justen Brandenburg . – Curitiba, 2014.  
293 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientadora: Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski

1. Planejamento urbano. 2. Eventos especiais - Copa do mundo  
(futebol) - Curitiba (PR). I. Firkowski, Olga Lucia Castreghini de  
Freitas. II. Título.

CDD 320.6



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA DE  
DISSERTAÇÃO

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na sala CT15, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Dissertação de Mestrado do (a) aluno (a) **ELENA JUSTEN BRANDENBURG** intitulada "**GRANDES PROJETOS URBANOS: VETORES DE DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL? ANÁLISE PROSPECTIVA DOS IMPACTOS E LEGADOS SOCIOESPACIAIS DA COPA DE 2014 EM CURITIBA**" que obteve como resultado final APROVADO.

(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

**OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.**

Nome e assinatura da Banca Examinadora:

Profª. Drª. Olga Lucia C. de Freitas Firkowski - orientadora

Profª. Drª. Fernanda Sanchez – Universidade Federal Fluminense

Profª. Drª. Madianita Nunes da Silva – DAU/UFPR

Dedico este trabalho  
à Francisco e Cecília,  
representantes de uma nova geração que me motiva  
a pensar em cidades mais justas.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho não teria sido possível sem a contribuição direta ou indireta de algumas pessoas e instituições, às quais dirijo meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente quero agradecer à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski pelo exemplo de profissionalismo, competência e seriedade que me inspiram. Agradeço pelas oportunidades proporcionadas, pelos tantos ensinamentos apresentados nas disciplinas e pelas conversas sempre construtivas. Além disso, sou grata pelas leituras críticas que me ajudaram a desenvolver este trabalho e pela sabia condução das orientações.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Madianita Nunes da Silva, pela leitura atenciosa e contribuições sempre tão esclarecedoras que muito me ajudaram na reflexão desenvolvida.

Ao Prof Dr Clovis Ultramari pela leitura crítica e pertinência das observações que contribuíram para o encaminhamento da pesquisa.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Ester Sánchez Garcia, por aceitar o convite em participar da banca de defesa e pela prontidão da ajuda no envio do livro e textos que eu tanto precisava.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gislene Pereira pelas ricas e inesquecíveis oportunidades de trabalho, pesquisa e aprendizado. Pelas diversas conversas e possibilidades de troca.

Ao Prof Dr Francisco Mendonça pela excelente disciplina ministrada de Epistemologia, a qual muito me ajudou a compreender a ciência geográfica.

Aos professores do XI Curso de desenvolvimento profissional sobre gestão do solo em Grandes Projetos Urbanos pelas informações disponibilizadas e aulas ministradas, as quais contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento desta pesquisa.



Ao Programa de Bolsas REUNI de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais pela bolsa concedida.

Aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Luis Carlos Zem e Adriana Cristina Oliveira pela sempre prontidão da ajuda.

Aos colegas do Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas pela torcida, apoio e tantas oportunas e construtivas conversas.

Aos amigos pela compreensão da minha ausência e pelos divertidos momentos que tanto me fazem bem.

À minha família querida, sem a qual eu nada conseguiria, Alfio, Ilze, Elisa e Olivia pelos conselhos, amor, carinho, apoio e compreensão, sempre.

Aos meus sobrinhos Francisco e Cecilia, os quais nasceram para iluminar minha vida, responsáveis pelos momentos mais felizes nas ocasiões mais críticas.

Por fim, agradeço ao Robert por fazer parte da minha vida. Agradeço de coração e infinitamente pelo companheirismo incondicional, pela paciência, pelo incentivo, ajudas incontáveis e exemplo de perseverança, conquista e otimismo perante a vida. Obrigada por sempre acreditar em mim.

“Descolonizar é olhar o mundo com os próprios olhos,  
pensá-lo de um ponto de vista próprio. O centro do mundo  
está em todo lugar. O mundo é o que se vê de onde se  
está.”.

Milton Santos



## RESUMO

O presente trabalho faz uma reflexão a respeito da reprodução das desigualdades socioespaciais na escala local e global a partir da implantação de Grandes Projetos Urbanos (GPU). Atualmente, tais intervenções têm um importante papel na reestruturação urbana, contribuem para a dinamização econômica, mas também para a conformação complexa, contraditória e desigual das metrópoles contemporâneas. Nesse sentido, procurou-se investigar sobre o conceito de tais instrumentos de gestão urbana, buscando entender as formas espaciais que os compõem e os mecanismos que os viabilizam, além de perscrutar sobre as possíveis repercussões socioespaciais a eles relacionados. Adotou-se como recorte de análise os GPUs implantados por ocasião do megaevento esportivo da Copa do Mundo de Futebol e como metodologia, o estudo comparativo entre os efeitos e processos associados à implantação de GPUs em cidades sede da França, Alemanha, África do Sul, e Brasil por ocasião das copas de 1998, 2006, 2010 e 2014, respectivamente. Tendo em vista que Curitiba é uma das cidades sede da Copa de 2014, e mundialmente reconhecida como 'cidade modelo', fez-se uma análise histórica das formas espaciais relacionando-as com o conceito de GPU e com a produção das desigualdades socioespaciais na metrópole. Considerando tais reflexões procedeu-se a análise prospectiva dos impactos e legados socioespaciais do GPU implantado em Curitiba por ocasião do megaevento, contribuindo de maneira mais detalhada para o estudo sobre dos efeitos dos GPUs na escala local. A partir da identificação das características das formas espaciais, dos interesses, mecanismos e das dinâmicas envolvidas nos diferentes contextos analisados, conclui-se que apesar de na escala local haver a possibilidade de GPUs contribuírem para processos socioespaciais positivos, na escala mundial, os GPUs tendem a acentuar as desigualdades entre os países do Norte e do Sul global.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano. Grandes Projetos Urbanos. Megaeventos. Desigualdade socioespacial.

## ABSTRACT

The present work is a thought about the reproduction of socio-spatial inequalities in local and global scales from the perspective of the implementation and development of large urban projects (UDPs). Nowadays, such interventions play an important role not only in urban restructuring and economic dynamism, but also in the complex, contradictory and uneven shape of contemporary metropolises. In this sense, this work attempts to investigate the concept of such instruments of urban management, seeking to understand the spatial forms that make them up and the mechanisms that enable them. In addition, it attempts to scrutinize the potential socio-spatial effects related to them. The analytical perspective is based on UDPs implemented on the occasion of the FIFA World Cup. The methodological approach is comparative and considers the effects and processes associated with the UDPs implemented in host-cities located in France, Germany, South Africa, and Brazil, during the years of 1998, 2006, 2010 e 2014, respectively. Considering that Curitiba was one of the host-cities of the 2014 FIFA World Cup, and that it is recognized worldwide as a 'model city', a historical analysis of spatial forms is conducted relating them to the concept of UDPs and to the production of socio-spatial inequalities within the metropolis. Considering these viewpoints, the work proceeds with a prospective analysis of the impacts and socio-spatial legacies of the UDP considered in the case of Curitiba and make significant efforts to contribute, in a more detail manner, to studies focusing on the effects of UDPs on a local scale. After identifying the characteristics of spatial forms, interests, mechanisms and dynamics involved in the different contexts here analysed, the study concludes that although UDPs may offer the possibility to contribute to positive socio-spatial processes in the local scale, in the global scale, however, UDPs tend to increase the inequalities between the North and the Global South.

**Keywords:** Production of urban space. Large-scale urban development projects. Megaevents. Socio-spatial inequality.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESTRUTURA DE ANÁLISE DA PESQUISA .....	18
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO <i>GRAND STADE DE FRANCE</i> .....	128
FIGURA 3 - DIFERENTES USOS ESPACIAIS EM SAINT-DENIS: OCUPAÇÃO IRREGULAR E EDIFÍCIO CORPORATIVO .....	129
FIGURA 4 - ESTÁDIO DO GREEN POINT NA CIDADE DO CABO .....	140
FIGURA 5 – GRANDES PROJETOS URBANOS DA PRIMEIRA GERAÇÃO.....	172
FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE MRU E GPU AO LONGO DOS DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS .....	177
FIGURA 7 – GRANDES PROJETOS URBANOS DA SEGUNDA GERAÇÃO .....	185
FIGURA 8 – GRANDES PROJETOS URBANOS DE TERCEIRA GERAÇÃO.....	191
FIGURA 9 – TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL DA RMC 1991 .....	204
FIGURA 10 – TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL DA RMC 2000.....	204
FIGURA 11 – INFLUENCIA DE GPU NA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL ..	206
FIGURA 12– RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE ESPAÇO URBANO E SOCIEDADE ..	214
FIGURA 13 – TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL DA RMC 2010.....	217
FIGURA 14 – PROCESSOS QUE PODEM SER DESENCADEADOS PELA IMPLANTAÇÃO DE GPUs, OS QUAIS EXPLICITAM E ACENTUAM A DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL.....	219
FIGURA 15 – RECORTE ESPACIAL DE NÁLISE .....	230
FIGURA 16 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NA COPA DE 2014 EM CURITIBA.....	234
FIGURA 17 – ÁREAS DA VILA TORRES QUE FORAM PINTADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA COMUNIDADE EM CORES.....	246
FIGURA 18- DIMENSÕES DE ANÁLISE RELATIVAS AO IBEU NA RMC COM DESTAQUE PARA A REGIÃO SUDESTE.....	252
FIGURA 19 - DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL INTERURBANA E INTRAURBANA .....	268

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TIPOLOGIA DE GPUS .....	72
QUADRO 2 – SÍNTESE DA RELAÇÃO ENTRE GPU E MRU.....	166
QUADRO 3 – PLANOS ELABORADOS PARA CURITIBA .....	180
QUADRO 4 – FORMAS ESPACIAIS E SUAS FUNÇÕES AO LONGO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA.....	193
QUADRO 5 – LEGADOS SEGUNDO SECRETARIA DE URBANISMO E SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO MUNDO DE CURITIBA.....	253
QUADRO 6 - PROSPECTIVA DOS LEGADOS SOCIOESPACIAIS DA COPA DE 2014 EM CURITIBA.....	256
QUADRO 7 - PROSPECTIVA DOS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA COPA DE 2014 EM CURITIBA.....	257

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1– CUSTOS E LUCROS DAS ULTIMAS TRÊS COPAS DO MUNDO .....	118
---	-----

## LISTA DE SIGLAS

AL	– América Latina
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento
CDURP	– Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
CEPAC	– Potencial Adicional de Construção
CIC	– Cidade Industrial de Curitiba
CM	– Contribuição de Melhoria
COBA	– Comitê pelo Boicote da Organização da Copa do Mundo de Futebol
COHAB	– Companhia de Habitação de Curitiba
COMEC	– Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CPC	– Comitê Popular da Copa
EU	– Europa
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FDE	– Fundo de Desenvolvimento Econômico
FGTS	– Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIFA	– Federação Internacional de Futebol
FINEP	– Financiadora de Estudos e Projetos
GPU	– Grandes Projetos Urbanos
GPUDL	– Grandes Projetos Urbanos de Desenvolvimento Local
IAU	– Institut d’Amenagement e d’Urbnisme
IBEU	– Índice de Bem Estar Urbano
IPHAN	– Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional
IPPUC	– Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
JO	– Jogos Olímpicos
MCMV	– Minha Casa Minha Vida

MRU	– Marcos Referenciais Urbanos
OUC	– Operação Urbana Consorciada
PAE	– Plano de Reajuste Estrutural
PC	– Planejamento Conflitual
PE	– Planejamento Estratégico
PP	– Planejamento Participativo
RMBH	– Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	– Região Metropolitana de Curitiba
Secovi	– Sindicato da Habitação e Condomínios
SEHIS	– Setores Especiais de Habitação de Interesse Social
TC-PR	– Tribunal de Contas do Paraná
UPP	– Unidade de Polícia Pacificadora
UPS	– Unidade Paraná Seguro

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>URBANIZAÇÃO DESIGUAL, ENTRE O NORTE E O SUL GLOBAL .....</b>	<b>21</b>
	2.1 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO NA CONTEMPORANEIDADE .....	26
	2.2 A APARENTE HOMOGENEIZAÇÃO EM QUESTÃO E A AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES .....	41
<b>3</b>	<b>O PLANEJAMENTO URBANO E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>54</b>
	3.1 O PAPEL DOS GRANDES PROJETOS URBANOS .....	63
	3.2 ENTRE A EMERGÊNCIA DE NOVOS MODELOS E A CONTRADIÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO .....	96
<b>4</b>	<b>GPUs NO CONTEXTO DO MEGAEVENTO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL .....</b>	<b>114</b>
	4.1 IMPACTOS EM CIDADES DO NORTE GLOBAL .....	125
	4.2 IMPACTOS EM CIDADES DO SUL GLOBAL.....	134
<b>5</b>	<b>PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA: ENTRE MARCOS REFERENCIAIS URBANOS E GPUs .....</b>	<b>142</b>
	5.1 CURITIBA ANTERIOR A 1965.....	147
	5.2 CURITIBA DOS ÚLTIMOS TEMPOS – SEGUNDO PERÍODO (DE 1965 ATÉ 1990) .....	152
	5.3 CURITIBA REINVENTADA PARA O MERCADO MUNDIAL (DE 1990 ATÉ DIAS ATUAIS) .....	158
	5.4 GPU, A EVOLUÇÃO DO CONCEITO NO CONTEXTO DE CURITIBA.....	164
<b>6</b>	<b>NOVAS FORMAS ESPACIAIS E REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CURITIBA, CIDADE MODELO E METRÓPOLE DESIGUAL .....</b>	<b>196</b>
	6.1 INTERFERÊNCIA DE GPU NOS PROCESSOS SÓCIO-ESPACIAIS .....	209
	6.2 TENDÊNCIAS DOS IMPACTOS E LEGADOS SOCIOESPACIAIS DO GPU IMPLANTADO EM CURITIBA PARA A COPA DE 2014.....	228
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>264</b>
<b>8</b>	<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>274</b>
<b>9</b>	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>293</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa fundamenta-se na análise da relação dialética entre o espaço e a sociedade, e insere-se no contexto da disseminação da lógica capitalista pautada no neoliberalismo econômico, que se apresenta de maneira crescente a partir da segunda metade do século XX. Neste período, ocorreram significativas transformações econômicas, políticas, territoriais, sociais que tornaram as questões urbanas mais complexas e os modelos de planejamento e gestão das cidades assumiram novos princípios. Apesar de não existir um único nome para caracterizar tal momento, marcado por transições, transformações e rupturas, há um consenso quando se trata da acentuação da desigualdade social nos contextos urbanos.

Em razão da conjuntura que se apresentava no final do século XX, devido à recessão econômica, ao enfraquecimento do papel do Estado como provedor do bem estar-social e regulador do espaço urbano, os governos municipais passaram a buscar novos mecanismos para atrair recursos e promover o desenvolvimento local. Dentre as estratégias adotadas destaca-se a conquista por visibilidade no cenário mundial para atração de investimentos externos a partir da implantação de Grandes Projetos Urbanos (GPU).

No Brasil, além da possibilidade de atração de recursos, tais intervenções passaram a ser entendidas pelos gestores públicos como mais oportunas do que a elaboração dos tradicionais planos diretores. Isso porque, os GPUs passaram a justificar mais facilmente os impactos socioespaciais e a canalização de recursos públicos em áreas não necessariamente prioritárias para o interesse coletivo em nome do desenvolvimento. Nesse sentido, os megaeventos são entendidos como oportunidades únicas para a concretização dessa nova estratégia urbana.

Os GPUs passaram a ter, portanto, o papel de projetar a imagem da cidade no cenário mundial e deste modo catalisar investimentos e alavancar a economia local. Nesse contexto, as administrações municipais passaram a priorizar interesses internacionais privados e o desenvolvimento econômico, em detrimento dos interesses locais. No entanto, como afirma Whitaker (2010)

o desenvolvimento social não acompanha necessariamente o desenvolvimento econômico. A partir de tal perspectiva, pode-se entender que a inversão de prioridades contribui para acentuar as desigualdades tanto interurbana<sup>1</sup> como intraurbana, principalmente nos países do Sul global<sup>2</sup>. Isso porque, para as cidades dos países do Sul, a adoção do novo modelo de planejamento estratégico baseado na implantação de GPUs pode implicar na falta de investimentos em infraestrutura básica como redes de saneamento, educação, saúde, habitação, já que o governo local passa a se aliar aos interesses do capital internacional.

O desenvolvimento desta pesquisa pauta-se, portanto, no pressuposto de que as cidades do Norte e do Sul global, aqui representadas por cidades norte americanas, europeias e latino americanas<sup>3</sup>, possuem uma formação histórica social e cultural diferente e, assim, caracterizam-se por espaços e processos urbanos distintos. Com base nessas diferenças, defende-se que o modelo de planejamento pautado nos GPUs, adotado como padrão devido à repercussão positiva em algumas cidades, não deveria ser reproduzido pelo mundo como uma receita para o desenvolvimento.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende em parte demonstrar que em função da estrutura social ser historicamente mais desigual e institucionalmente mais frágil, o impacto socioespacial gerado pela implantação de GPUs fetichizados<sup>4</sup> é mais acentuado nas cidades do Sul global. Nesse

---

<sup>1</sup> As relações interurbanas podem se dar entre cidades de diferentes estados, regiões, países. Neste trabalho, a palavra interurbana se refere às relações estabelecidas entre cidades de diferentes países na escala mundial, internacional, mais especificamente entre países do Norte e do Sul global.

<sup>2</sup> Maricato (2009, p.3) mostra que, segundo José Luís Fiori, “a terminologia que acompanha a classificação dos países periféricos no mundo capitalista mudou - de “países subdesenvolvidos”, para “países dependentes”, em seguida para “países em desenvolvimento”, depois para “países do sul” e, finalmente, “mercados emergentes” que é como os batizou o capital financeiro internacional na era da globalização.”. Adota-se neste trabalho prioritariamente a terminologia “países do Sul” tendo em vista que a leitura que se pretende aqui desenvolver sobre o papel dos GPU se baseia na obra de Boa Ventura de Souza Santos, intitulada “Pela mão de Alice”, na qual o autor utiliza tal terminologia.

<sup>3</sup> Maricato (2009) afirma que a América Latina pode ser usada como referência privilegiada para representar os países do capitalismo periférico (países do Sul). Os países norte americanos e europeus foram adotados pela autora deste trabalho como referência dos países do Norte (países do capitalismo central).

<sup>4</sup> Com base nas ideias de Harvey (1992) uma forma urbana fetichizada se refere àquela com maior preocupação com as aparências superficiais, as quais ocultam significados subjacentes.

sentido, parte-se da hipótese de que os GPUs contribuem para acentuar tanto as desigualdades intraurbanas quanto entre as cidades dos países do Norte e do Sul. Portanto, tendo como referência o recorte espacial local do município de Curitiba, o GPU implantado por ocasião da Copa de 2014 tende a desencadear processos socioespaciais negativos.

Em Curitiba, a gestão municipal antecipa as práticas do planejamento estratégico (MOURA e KORNIN, 2009). Desde a década de 1970, investe no marketing urbano, na construção do consenso, em estratégias de atração de investimentos, principalmente relacionados à dinâmica industrial. Na década de 1990 há uma intensificação de tais mecanismos. As intervenções passam a fazer parte do espetáculo urbano, haja vista interesses internacionais. O turismo urbanístico, aliado ao setor industrial e à emergência das novas estruturas voltadas ao setor terciário, passou a compor a paisagem da nova dinâmica econômica. Curitiba passa a integrar o circuito das cidades mundiais ao ser incluída nos processos de “mutação urbana” (LUNGO, 2005) do final do século XX: internacionalização, metropolização, homogeneização e diferenciação no contexto da globalização.

Com a produção de espaços destinados as novas atividades e empreendimentos, a cidade passou por transformações socioespaciais positivas e negativas. Procedeu-se à instalação de grandes redes de hotéis e restaurantes, à implantação de infraestrutura para sediar megaeventos, centros comerciais, culturais e de serviço, novas tipologias habitacionais etc. No entanto, todos esses novos empreendimentos geraram também novos fluxos de mobilidade, valorização imobiliária de algumas regiões em detrimento de outras, marginalização de uma população não qualificada para os trabalhos das grandes empresas, entre outras consequências, que acentuaram os problemas socioespaciais urbanos. Mesmo assim, a cidade ainda é reconhecida por um planejamento de vanguarda e, por esse e outros motivos, foi escolhida como uma das sedes do megaevento esportivo da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Diante deste cenário, a pesquisa tem como objetivo principal comprovar a hipótese fundamentada anteriormente a partir de uma análise comparativa

entre repercussões de GPUs vinculados a megaeventos em países do Norte e do Sul, e a partir de uma análise prospectiva dos impactos e legados socioespaciais gerados pelos GPUs implantados para a Copa de 2014 em Curitiba. Tal objetivo se justifica pelo fato de que, à exemplo de outras cidades de países em desenvolvimento, a construção da imagem positiva apoiada na implantação de GPUs é acompanhada pela reprodução de desigualdades. Além disso, porque ao evidenciar antecipadamente os desafios e impactos do evento especificamente em Curitiba pretende-se questionar o modelo de planejamento urbano vigente e contribuir para que a orientação das intervenções e políticas públicas ocorra no sentido da construção de legados positivos.

A pesquisa está, portanto, baseada principalmente em duas etapas (FIGURA 1), calcadas em diferentes escalas de análise: interurbana e intraurbana. A primeira se refere à análise comparativa entre os impactos socioespaciais de GPUs implantados por ocasião de megaeventos esportivos em países do Norte e do Sul global. A partir dela buscou-se evidências das diferenças e semelhanças entre a repercussão do modelo de planejamento estratégico apoiado na implantação de GPUs nos diferentes contextos. A segunda etapa está apoiada na análise das formas espaciais ao longo da história do planejamento urbano de Curitiba. Tal análise visa entender a partir de que momento os GPUs emergem no contexto local e evidenciar as repercussões socioespaciais de tais intervenções a partir das especificidades do município.

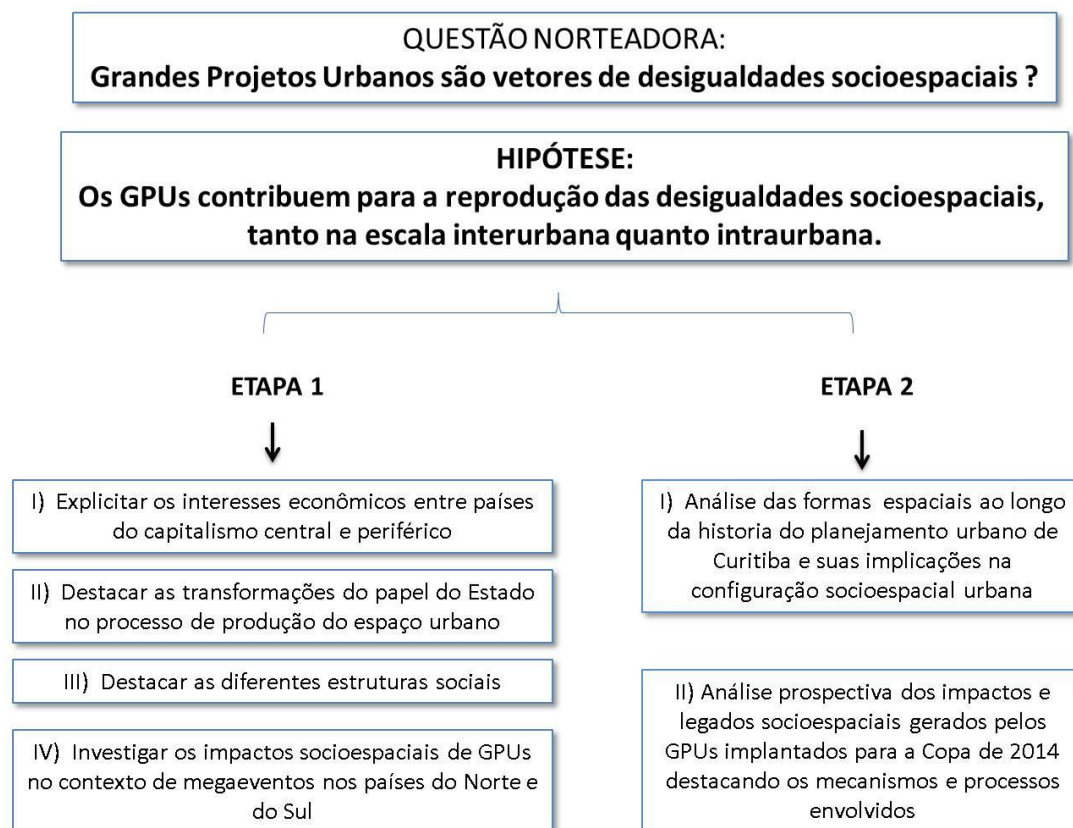


FIGURA 1 – ESTRUTURA DE ANÁLISE DA PESQUISA  
FONTE: A autora (2014)

Tendo como referência o exposto, o trabalho se divide em cinco partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, item 2, realizou-se uma análise comparativa entre a formação histórico-social e econômica dos países do Norte e do Sul. Baseado nos argumentos de autores como Milton Santos (1985), Henri Lefebvre (2001), Karl Polanyi (1983), David Harvey (2006), e Boaventura de Souza Santos (1997), procurou-se identificar e destacar as diferenças entre a estruturação do espaço nos países do Norte e do Sul global, bem como entender o funcionamento da lógica capitalista a eles relacionada. Para isso, foram trabalhados alguns conceitos chave como espaço social, urbanização, economia de mercado, acumulação por espoliação, mercantilização, globalização e neoliberalismo. O objetivo foi explicitar que apesar das aparentes semelhanças entre paisagens e dinâmicas urbanas e econômicas, o desenvolvimento urbano dos países do Norte e do Sul global é, por natureza, diferente.

Na segunda parte deste trabalho, caracteriza-se o modelo de planejamento urbano emergente no final do século XX, e evidencia-se o papel

dos megaeventos e dos Grandes Projetos Urbanos nesse contexto. Faz-se uma discussão a respeito do conceito de governança empreendedora, da gestão por exceção, do planejamento estratégico, e do significado do termo GPU, bem como, das diferentes interpretações sobre a influência destes elementos nas relações entre espaço e sociedade. A escolha de Lungo (2005), Lungo e Smolka (2005) como autores principais para se refletir sobre o tema dos GPUs foi intencional, já que estes discutem com maior profundidade o contexto da América Latina, onde se insere a realidade de Curitiba. Além disso, reflete-se acerca dos modelos de planejamento urbano existentes, na perspectiva de investigar a emergência de novos paradigmas.

Na terceira parte, faz-se uma reflexão a respeito dos GPUs no contexto específico do megaevento da Copa do Mundo de Futebol, procurando compreender em que momento tais elementos foram entendidos enquanto estratégia política e econômica para expansão do capitalismo global e oportunos instrumentos de gestão urbana local. Investigam-se as possíveis diferenças dos impactos e legados da implantação dos GPUs na estrutura socioespacial urbana dos países do Norte e do Sul, buscando, a partir de exemplos e de uma análise comparativa, evidências que confirmem a hipótese deste trabalho na escala interurbana.

Na quarta parte, analisam-se os GPUs no contexto de Curitiba, e para isso, toma-se como referência principalmente as ideias cunhadas por Oba (1998), Dudeque (2010), Oliveira (2000), Sánchez (1997) e Firkowski (2009). Discute-se o modelo de planejamento urbano de Curitiba à luz da transformação das formas espaciais, conceituadas enquanto Marcos Referenciais Urbanos (MRU), na perspectiva de entender quando emergem os GPU no contexto local. Faz-se uma reflexão a respeito da função das formas, das suas características e influência da arquitetura pós-moderna (relacionada ao espetáculo, a imagem, ao efêmero) nas relações socioespaciais, tendo em vista as especificidades locais relacionadas ao marketing urbano e a construção do mito da “cidade modelo”.

Na quinta parte, destacam-se as consequências do modelo de planejamento urbano adotado e dos GPUs implantados para o espaço urbano

e metropolitano de Curitiba, evidenciando que esta não se diferencia das demais metrópoles no que diz respeito à produção das desigualdades. Faz-se uma reflexão acerca de como os GPUs podem ter contribuído para a acentuação das desigualdades socioespaciais, entendidas a partir dos processos de segregação residencial, periferização, exclusão, individualização, privatização de espaços públicos, insegurança, enfraquecimento da identidade local concreta. Por fim, com base nesta reflexão e na análise desenvolvida nos capítulos anteriores buscou-se apontar os possíveis impactos e legados socioespaciais dos GPUs implantados para a Copa de 2014 ao destacar os processos e mecanismos envolvidos, contribuindo assim, para a investigação da hipótese formulada na escala intraurbana.

Finalmente, nas considerações finais, apresentam-se os resultados desta pesquisa com o objetivo de contribuir para o debate relativo aos GPUs enquanto instrumentos do desenvolvimento urbano contemporâneo. Portanto, a partir da análise exposta pretende-se fomentar as discussões entorno dos possíveis vetores de reprodução das desigualdades socioespaciais, possibilitando a emergência de novos mecanismos de transformações sociais na busca de cidades mais justas.



## 2 URBANIZAÇÃO DESIGUAL, ENTRE O NORTE E O SUL GLOBAL

*“O crescimento alarmante das desigualdades entre classes e entre regiões, tanto internamente aos países [...] quanto internacionalmente, constitui um sério problema político que não pode continuar a ser varrido para debaixo do tapete, como se fosse problema de uma ‘transição’, a caminho de um mundo neoliberal perfeito.”*

*David Harvey*

Segundo o dicionário etimológico, a palavra urbanização deriva de *urbe*, que significa cidade (CUNHA, 2007). Logo, pode-se dizer que urbanização remete ao crescimento e desenvolvimento da cidade. Dentre os diversos sentidos atribuídos ao conceito de urbanização, dependendo da ciência que se utiliza para explicar o termo, Sposito (2005) destaca que por constituir um processo que remonta à antiguidade, deve ser lido sob o enfoque das articulações entre o tempo e o espaço.

[...] a urbanização contém/expressa a ideia de processo, remete, necessariamente, à análise da origem e evolução histórica das cidades, em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, ao estágio da divisão social e territorial do trabalho, às transformações de ordem política e social, às manifestações de caráter cultural e estético, às revoluções e contra-revoluções ideológicas e do conhecimento, à Filosofia e à especulação, à Ciência e ao quadro do cotidiano, como já destacou Lefebvre em sua obra. (SPOSITO, 2004, p. 35).

Neste trabalho, o conceito de urbanização é entendido a partir da perspectiva dada por Manuel Castells em sua obra “A Questão Urbana”. Ao se falar em urbanização, portanto, se tratará da produção social das formas espaciais, na perspectiva de apreender “as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade” (CASTELLS, 2009, p.51).

Tal perspectiva, de que as formas espaciais são produtos sociais, reflete a própria evolução do pensamento geográfico. Entre 1870 e 1950 aproximadamente, período no qual se desenvolveu a geografia clássica, o conceito de espaço não sofreu grandes progressos. Corrêa (2007), no entanto,

afirma que a palavra espaço já aparece nas obras de Ratzel e Hartshorne. Para este, como um receptáculo que contém coisas, um espaço absoluto independente de qualquer coisa, para aquele, como indispensável à vida humana. Até este período, Santos (1979, p.09) afirma que a geografia “se interessava mais pela forma das coisas que por sua formação [...] seu domínio era muito mais das coisas já cristalizadas que das dinâmicas sociais que transformam as formas”. Nas décadas seguintes, entre 1950/70, quando a geografia é questionada por ser uma ciência descritiva e quantitativa, que não mais contribuía para um debate mais profundo sobre as relações entre o homem e o meio, buscou-se aprimorar os conceitos balizadores da ciência geográfica.

Foi então no final do século XX que o conceito de espaço evolui para a perspectiva a ser aqui tratada. Como aponta Corrêa (2007), após ser entendido como uma planície isotrópica, representado por matrizes e grafos pela corrente teórico-quantitativa (fortemente influenciada pelo positivismo lógico), o espaço passa a ser estudado enquanto reflexo e condição social. Esta última perspectiva surge num contexto de “intensificação das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos” (SOJA e HADJMICHELIS, 1979, p.7), em função da crise do capitalismo no final da década de 1960. Influenciados pela teoria marxista, portanto, fundamentados no materialismo histórico dialético, os autores inseridos na corrente da geografia crítica concebem o espaço como locus da reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1976).

Dentre outros autores, Milton Santos traz significativa contribuição ao abordar a concepção de espaço social em diversas obras. Segundo ele o espaço deve ser analisado a partir da relação dialética entre quatro categorias: estrutura, função, forma e processo (SANTOS, 1985). A estrutura se refere à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. Por forma<sup>5</sup>, compreende o aspecto visível, exterior de um dado objeto,

---

<sup>5</sup> Corrêa (2007, p.28) com base em Santos (1985) afirma que a forma, aspecto visível de um objeto, pode ser compreendida quando um objeto é analisado isoladamente “ou considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial”. Portanto, a forma espacial pode ser entendida em diferentes escalas. Nesse sentido, os centros, os subcentros, as áreas especializadas de uso, as áreas residenciais segregadas, as periferias urbanas, resultados de processos espaciais, também podem ser entendidas como formas espaciais de

enquanto a função implica no papel, na tarefa desempenhada pelo objeto, segundo o autor. Processo é definido como uma ação que se realiza no tempo, na maioria das vezes, de modo contínuo e implicando em mudança (SANTOS, 1985).

Ainda para auxiliar na formação de uma teoria válida sobre o espaço, Santos (1979) procurou aperfeiçoar e problematizar a categoria de Formação Econômica e Social (FES), provocando discussões a respeito desse conceito. Para o autor é impossível recorrer à uma formação sócio econômica sem recorrer ao espaço, isso porque

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1979, p. 9 -10).

Partindo destas colocações a respeito da concepção de espaço para a geografia, percebe-se que, como aponta Corrêa (2007, p.19) baseado em Harvey<sup>6</sup> (1973), “diferentes práticas humanas estabelecem diferentes conceitos de espaço”. Portanto, se como afirma Santos (1979, p.16) “o movimento do espaço, é ao mesmo tempo uma condição e um efeito do movimento de uma sociedade global”, estamos em constante transformação. Isso porque, no decorrer da história a sociedade evolui, se modifica, e altera suas práticas espaciais, processo que se reflete no espaço. Da mesma forma, ao se modificar o espaço influencia no processo de transformação da sociedade.

Tendo em vista a relação dialética entre espaço e sociedade no decorrer do tempo, diferentes sociedades produzem diferentes espaços, em função de seus valores e, por consequência, em função das suas práticas espaciais. O espaço, por sua vez, a partir de suas formas e características físicas influencia de diferentes maneiras o comportamento de uma sociedade. Nesse sentido,

---

uma cidade, de um bairro, de uma rede urbana. Nesse trabalho, a forma urbana de referência estudada são os GPUs.

<sup>6</sup> HARVEY, D. Social Justice and the city. London, Edward Arnold.1973. Disponível em < [http://www.lifeaftercapitalism.info/downloads/read/Political-Economy/David-Harvey/David-Harvey\\_Social-Justice-and-the-City.pdf](http://www.lifeaftercapitalism.info/downloads/read/Political-Economy/David-Harvey/David-Harvey_Social-Justice-and-the-City.pdf) > Acesso em 16/08/2013.

em função da formação histórico social, melhor dizendo, da Formação Econômico Social e Espacial (SANTOS, 1979), é que se dá a organização espacial.

Tomando como referência o processo de urbanização, a produção social das formas urbanas se transforma ao longo do tempo e se dá de maneira heterogênea nos diferentes espaços. Segundo Sposito (2005), esse processo tem maior significância a partir do desenvolvimento do capitalismo intenso, quando passou a existir um caráter mais amplo e diversificado das cidades, apesar de as transformações ocorridas nas cidades antes do século XII terem permitido a estruturação do modo de produção capitalista.

Diferentes autores caracterizam o desenvolvimento do capitalismo de maneiras distintas. Para Harvey (1992), o desenvolvimento do capitalismo intenso se dá em duas fases, modernidade e pós-modernidade<sup>7</sup>. Harvey (1992, p.23) afirma que para Habermans<sup>8</sup> “o *projeto* de modernidade entrou em foco durante o século XVIII”, e a partir desse período o conhecimento e a produção são padronizados, existe a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, o planejamento é tecnocêntrico e racionalista. A partir do século XX, na segunda fase ou pós-modernidade acontece a ruptura, a redefinição do discurso cultural, se valoriza a heterogeneidade de estilos de vida, a condição de fragmentação, efemeridade, descontinuidade e mudança caótica.

Em perspectiva distinta, Ascher (2010) afirma que o desenvolvimento do capitalismo intenso se deu em três fases contínuas, portanto, não há rupturas. Para esse autor a modernidade não é um estado e sim um processo de transformação da sociedade. A primeira fase, chamada de tempos modernos, vai do fim da idade média até o início da revolução industrial, a segunda fase compreende o período da revolução industrial, portanto século XIX, quando o Estado-Nação era responsável pelo bem estar social. Para o autor, atualmente vivemos a terceira fase da modernidade, caracterizada por uma sociedade do risco, mais racional e individualista, estruturada em redes e subordinada ao capitalismo cognitivo.

---

<sup>7</sup> Para Harvey (1989) a pós-modernidade faz uma ruptura com o período da modernidade.

<sup>8</sup> HABERMANS, J. *Modernity: an incomplete Project*. Ed H. Foster, 1983

Ressalta-se que na atual fase da urbanização mundial, chamada de terceira fase da modernidade por alguns autores e pós-modernidade por outros, as desigualdades se reproduzem em diferentes escalas. Tendo em vista que a análise realizada neste trabalho está relacionada à dinâmica urbana, permite-se aqui adotar os termos intraurbano e interurbano para fazer referência às diferentes escalas da produção da desigualdade. As desigualdades intraurbanas são aquelas produzidas no âmbito local, enquanto o termo interurbano se refere à análise comparativa das desigualdades produzidas em diferentes países, do norte e do Sul global.

O que se pretende destacar é que cada vez mais as desigualdades urbanas são produzidas em razão das diferentes interações sejam elas municipais, regionais ou nacionais. Na contemporaneidade há uma maior interdependência entre os processos econômicos, sociais, ambientais, territoriais, portanto, a desigualdade socioespacial local quando analisada comparativamente mantém relação com o processo intraurbano de outra localidade, transpondo-se para o contexto interurbano.

Considerando a relação dialética entre espaço e sociedade, o período do final do século XX, que foi de reestruturação econômica, gerou transformações nos mais diversos aspectos, entre eles, na configuração espacial dos diferentes grupos sociais e no modo de vida das pessoas. Em função das diferentes posições na rede urbana internacional bem como das distintas características locais, o impacto das transformações socioespaciais geradas pelo fenômeno global se dá em diferentes intensidades. São essas diferenças que se buscará explorar ao longo deste capítulo, num primeiro momento explicitando a lógica e os mecanismos que norteiam a produção capitalista do espaço urbano, bem como os reflexos intraurbanos desses processos. Num segundo momento, destacando que na perspectiva interurbana o mimetismo das formas esconde grandes diferenças estruturais.

## 2.1 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO NA CONTEMPORANEIDADE

Para melhor apreender as configurações espaciais urbanas contemporâneas, entende-se como fundamental compreender primeiramente a estruturação da pós-modernidade/terceira fase da modernidade, ou seja, a atual fase do desenvolvimento capitalista. A partir da análise da relação entre terra, trabalho e dinheiro, três fatores essenciais para a reprodução humana (POLANYI, 1983), pretende-se compreender a estreita relação entre a produção social das formas espaciais e o sistema capitalista, assim como, o contexto contemporâneo da produção do espaço.

Segundo Polanyi (1983, p.106, tradução nossa) “nenhuma sociedade [...] pode viver sem um sistema que assegure a ordem na produção e a distribuição de bens”<sup>9</sup>. Nas sociedades tribais, feudais, ou mesmo mercantis do final do século XVIII, o autor destaca que a ordem econômica se estabelecia em função da ordem social, isto é, até então o sistema econômico sempre esteve imerso no sistema social, formando assim uma única instituição. A partir do século XIX, o autor afirma que esses dois sistemas passaram a se distinguir, o econômico se separou institucionalmente da sociedade, o que provocou uma transformação completa na estrutura da social.

Anteriormente ao século XIX o mercado era regulamentado, funcionava segundo uma administração centralizada. No período feudal, a terra e o trabalho faziam parte da organização social propriamente dita. A terra era elemento fundamental, “base do sistema militar, judiciário, administrativo e político, seu status e sua função eram determinados por regras jurídicas e costumeiras<sup>10</sup>” (POLANYI, 1983, p.104, tradução nossa). As relações e condições de trabalho eram igualmente regulamentadas pelos costumes e pela autoridade da corporação. Nesse período, todas as questões regulamentadas estavam aquém de uma organização de compra e venda. Durante o

---

<sup>9</sup> “Aucune société, c’est vrais, ne peut exister sans un système d’un type ou d’un autre assure l’ordre dans la production et la distribution des biens.” (POLANYI, 1983, p.106).

<sup>10</sup> “[...] était la base du système militaire, judiciaire, administratif et politique, son statut et sa fonction étant déterminés par des règles juridiques et coutumières.” (POLANYI, 1983, p.104)

mercantilismo, Polanyi (1983) afirma que apesar de existir uma tendência à comercialização, as garantias que impediam a terra e o trabalho de serem comercializados foram mantidas por uma contínua intervenção do Estado.

Polanyi (1983) destaca ainda que a transformação do mercado local (de vizinhança, onde se compravam pequenas quantidades do necessário para o sustento) para o mercado auto-regulado (baseado no mecanismo de oferta-demanda) não seguiu a tendência natural do desenvolvimento. Lisboa (2008, p.16), baseado nas ideias de Polanyi, reconhece que essa transição “foi o resultado da intervenção do Estado e da expansão do comércio exterior, o qual progressivamente penetrou nos mercados locais, e não da evolução progressiva destes para os âmbitos nacional e internacional”.

Silva (s/d), ao fazer uma análise do texto elaborado por Ellen Wood (2001)<sup>11</sup>, aponta alguns autores que debatem sobre a origem histórica do capitalismo. Mesmo havendo divergências quanto às ideias que deram origem ao sistema capitalista, o discurso é unânime quanto ao período no qual a chamada economia de mercado começou a se desenvolver, final do século XVIII, quando enfraquecem as bases do sistema feudal. Para Polanyi (1983), a formação do livre-mercado exigiu a divisão institucional da sociedade em uma esfera econômica e uma política, e a partir de então, a mercadoria passou a ser o objeto produzido para a compra e venda no mercado. Nesse contexto, a terra, o trabalho e o dinheiro foram também incluídos nos mecanismos de mercado, já que compõem elementos da indústria, também considerados como produtos à venda (POLANYI, 1983).

No entanto, Polanyi (1983, p.106-107) ressalta que estes três elementos são fictícios, já que nenhum deles poderia ser produzido nem vendido. Isso porque a terra nada mais é que a natureza, o meio natural onde cada sociedade vive; o trabalho é o homem propriamente dito, a partir do qual a sociedade é formada; e o dinheiro é apenas um símbolo de poder de compra. Nesse sentido ocorre a desarticulação da vida social, pela mercantilização total, já que a sociedade de mercado, que é condição para a existência da

---

<sup>11</sup> WOOD, E.M. A Origem do Capitalismo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.



economia de mercado, é voltada puramente para a acumulação dos valores de troca.

A problemática apontada por Polanyi (1983) se dá entorno do conceito de economia, o qual fica resumido às leis do mercado, anulando os demais sentidos a ele associado. O autor destaca, no entanto, que existem outras economias nas quais o que se busca é a reprodução material da própria vida, sendo, portanto, seu conceito indissociável das questões sociais. Nas origens do pensamento ocidental Aristóteles construiu a palavra economia a partir do significado de forma *natural* da arte de aquisição, e não forma *artificial ou mercantil* de adquirir bens, que seria definição de Crematística (LISBOA, 2008). Ao longo do tempo, é possível reconhecer que a economia de mercado se sustenta muito mais no segundo conceito do que no primeiro, distanciando a vida econômica dos valores sociais de uso e atribuindo à riqueza os bens com maior valor de troca.

Apesar da lógica capitalista perdurar ao longo dos séculos percebe-se ciclos históricos de desregulamentação e regulamentação (parcial<sup>12</sup>) ou de mercantilização e desmercantilização (parcial), ou ainda de um incrustamento<sup>13</sup> e desincrustamento (POLANYI, 1983). O autor destaca ainda que desde o surgimento do livre-mercado tal processo não se deu sem a intervenção do Estado demonstrando de maneira pioneira, a relação dialética entre Estado e Mercado. Segundo Doria (1994)

A dialética Estado-Mercado imprime na sociedade uma dinâmica dissolutiva na medida em que a integração que o Estado persegue se esvai no movimento concorrencial do mercado; inversamente, a “livre concorrência” encontra obstáculos intransponíveis nas leis impostas pelo Estado. (DORIA, 1994, p.06)

No século XX, período em que as relações sociais são agravadas em resposta à extrema mercantilização, surgem mecanismos de regulamentação sobre a terra, o dinheiro e o trabalho. Foi o que Polanyi (1983) caracterizou

<sup>12</sup> O termo parcial é posto tendo em vista que a regulamentação total destruiria a base da lógica do livre-mercado, o qual não aceita regras quanto ao preço, à oferta e à demanda.

<sup>13</sup> O “incrustamento” estaria relacionado ao enraizamento da economia nas demais esferas institucionais ou ainda, nas demais dimensões da vida social (como parentesco, religião, status social etc). (DORIA, 1994)

como a “grande transformação”, momento em que “o livre-mercado deslocado da sociedade passou a exigir o “keynesianismo”<sup>14</sup>, ou o capitalismo de Estado, como forma de impedir a completa ruptura” (DORIA, 1994, p.6). Atualmente como afirma Harvey (1992, p.7) “há a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo”, produzindo mais um período de desregulamentação, de mercantilização acentuada do modo de vida urbano.

As bases da terceira fase da modernidade, que tem início no final do século XX, repousariam, portanto, no amadurecimento da economia de mercado, na relação dialética Estado-Mercado. Ascher (2010) aponta que na atual fase da modernidade o sistema econômico, que era fundamentado principalmente na produção industrial e no Estado-providência, passou a basear-se numa economia cognitiva, isto é, “na produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, de informações e de procedimentos”<sup>15</sup>.” (ASCHER, 2010, p.51, tradução nossa). Com a crise fiscal e previdenciária do Estado-providência, e a mudança do modelo produtivo combinado com as demais transformações decorrentes do contexto do final do século XX, Ascher (2010, p.64, tradução nossa) afirma que a regulamentação do capital passou a se realizar por concessões e parcerias público-privadas, “mais adaptada à sociedade aberta, muito diversificada, móvel e instável”<sup>16</sup>. No entanto, o autor ressalta que as novas regulações do capitalismo cognitivo continuaram baseadas na dinâmica do acúmulo do capital.

Sendo assim, o progressivo desenvolvimento do capitalismo está inevitavelmente atrelado à acumulação de capital, já que, como afirma Harvey (2006), este é o motor do modo de produção capitalista. Por acumulação de capital entende-se o esforço para reunir as condições necessárias para o

---

<sup>14</sup> O Keynesianismo baseado nas ideias de John Maynard Keynes teve grande influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. O autor propunha “uma reforma no sistema, que passaria pelo aumento da intervenção pública, seja através do controle da oferta de moeda e do crédito, seja através de políticas públicas de distribuição de renda – tais como impostos progressivos e gastos em bens públicos essenciais” (PEREIRA e ALMEIRA 2010). Para Keynes a intervenção estatal na vida econômica conduziria a um regime de pleno emprego.

<sup>15</sup> “[...] fondée sur la production, l'appropriation, la vente et l'usage de connaissances, d'informations, de procédés.” (ASCHER, 2010, p.51)

<sup>16</sup> “[...] plus adaptée à une société ouverte, très diversifiée, mobile et instable.”

processo de produção<sup>17</sup>. Portanto, como aponta Harvey (2006) o processo de acumulação depende e pressupõe a existência de: a) um excedente de mão-de-obra; b) quantidade necessária dos meios de produção; c) existência de mercado, para que haja demanda efetiva das mercadorias produzidas. Tendo em vista estes três fatores o autor afirma que o último possibilita relacionar a teoria da acumulação apresentada por Marx com a produção das estruturas espaciais.

Harvey (2006, p.48) afirma que “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e em geral expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’” é um dos elementos capazes de aumentar a capacidade de absorção dos produtos. A partir desse processo, a organização espacial e a expansão geográfica para além dos limites territoriais são aspectos estratégicos e necessários para viabilizar a acumulação de capital.

O aperfeiçoamento dos transportes e da comunicação foram, portanto, fundamentais para a otimização desse processo, tendo em vista o objetivo de levar grande quantidade de mercadorias a mercados distantes. Nesse sentido, a transposição de barreiras espaciais é imprescindível para o processo de acumulação. No cenário mundial do final do século XX, portanto, após a primeira e segunda<sup>18</sup> revolução industrial, grandes avanços técnicos e científicos impactaram nas relações sociais, ordem econômica mundial e organização territorial. Para Limonad (2006) as duas últimas décadas do século XX podem ser entendidas como o início da Terceira Revolução Industrial, contexto de grandes mudanças, de intensas transformações econômicas, políticas, territoriais e sociais.

Neste período, particularmente na década de 1990, surge o termo globalização (PRADO, 2000), que traz o sentido de ampliação das interações,

---

<sup>17</sup> Para Marx “o capital [...] não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização” (HARVEY, 2006, p.73)

<sup>18</sup> A chamada Primeira Revolução Industrial teve início na Inglaterra durante o século XVIII. A principal característica do conjunto de mudanças relacionada a tal época foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado com o uso das máquinas. A segunda Revolução Industrial ocorreu do final do século XIX até o início do século XX, em tal período ocorreu o aperfeiçoamento das tecnologias industriais apoiado num sistema de produção mais eficiente do ponto de vista capitalista com a emergência do Fordismo.

de intensificação das trocas entre as diferentes partes do mundo provocadas pelo advento das novas tecnologias de informação, comunicação e transporte. De acordo com Prado (2000) existem diferentes interpretações para tal fenômeno, que é entendido por alguns autores<sup>19</sup> como uma época histórica, e para outros<sup>20</sup> como a hegemonia dos valores liberais. Harvey (1992) e Giddens<sup>21</sup> (1990,1999) compreendem como um fenômeno sociológico de compressão entre espaço e tempo, ou, como defende Prado (2000, p.4), um fenômeno socioeconômico, “processo de integração de mercados domésticos, para a formação de um mercado mundial integrado”.

Prado (2000) aponta ainda que surgem outras denominações para caracterizar com melhor precisão o contexto que se apresentava no final do século XX. Mundialização, por exemplo, foi termo cunhado pelos autores franceses Benko (2002)<sup>22</sup> e Chesnais (1999, 1994)<sup>23</sup>, já Internacionalização é utilizado, por exemplo, por economistas japoneses<sup>24</sup>, que afirmam que “internacionalização refere-se a uma situação em que ampliam-se as transações com o exterior, enquanto globalização refere-se a integração progressiva de cada economia na formação de um mercado mundial” (PRADO, 2000, p.4).

Segundo Berry-Chikhaoui, Deboulet e Roulleau-Berger (2007, p.12) o termo globalização é sinônimo de mundialização e se refere à uma visão de mundo orientado pela economia, pelos fluxos transnacionais. Já o termo internacionalização é mais abrangente, diz respeito “à circulação, entendida no sentido amplo, de indivíduos, saberes, modelos comuns ou ‘científicos’[...]”.

---

<sup>19</sup> WALERSTEIN, IMMANUEL- Historical Capitalism, Verso Edition, London, 1983 e ARRIGUI, Giovanni- O Longo Século XX, tradução de The Long Twentieth Century, Contraponto e UNESP, São Paulo, 1994.

<sup>20</sup> HIRST, Paul- “Globalização: Mito ou realidade?” em FIORI, José Luís et alii-Globalização: O Fato e o Mito, Eduerj, Rio de Janeiro, 1998 e FUKUYAMA, Francis – The End of History and the Last Man, New York, Free Press, 1992

<sup>21</sup> GIDDENS, Anthony. The Consequences of Modernity, Polity Press, Cambridge, 1990.

<sup>22</sup> BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. Revista do departamento de Geografia. Curitiba, n. 15, 2002 . p. 45-54.

<sup>23</sup> CHESNAIS, François- A Mundialização Financeira, Xamã Editora, São Paulo, 1999 e CHESNAIS, François- La Mondialisation du Capital, Syros, Paris, 1994.

<sup>24</sup> SHIRAKAWA, Masaaki, OKINA, Kunio, & SHIRATSUKA, Shigenori, Financial Market Globalization: Present and Future, IMES (Institute for Monetary and Economic Studies) Discussion Paper No. 97-e-11, Bank of Japan, 1997.

Mesmo não havendo um consenso sobre o nome<sup>25</sup> que se dá a tal período, e tendo em vista as diversas conceituações que surgem para caracterizá-lo, fica evidente que ocorreram grandes transformações nas últimas décadas do século XX. Limonad (2006) afirma que tal contexto estaria relacionado a mudanças políticas no âmbito do Estado, com a emergência do neoliberalismo, crise fiscal e previdenciária do Estado de bem estar social, e à mudança do modelo produtivo, ocorrido devido à “reorganização da reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, [além da] redistribuição e reestruturação dos processos produtivos” (LIMONAD, 2006, p.145). Associado à tais processos, configuram-se novas formas de organização territorial devido à redistribuição espacial da população, conferindo nova dimensão ao processo de urbanização, que de acordo com Limonad (2006, p.146), “conquista de maneira fragmentada o território”. A autora acrescenta ainda que, além das transformações das relações sociais de produção (meios de produção), a reprodução do cotidiano (família) também se alteram de forma substantiva.

Ascher (2010) afirma que a vida social se torna mais complexa e os meios de comunicação, informação e deslocamento têm papel fundamental nesse processo. A mobilidade generalizada contribui para o aumento das relações sociais num curto espaço de tempo e a grandes distâncias, possibilitando uma multiplicidade de escolhas de perfis de vida e de consumo, de sistemas de valores e práticas sociais dos indivíduos, que passam a ser multi-pertencentes compondo uma sociedade hipertextual<sup>26</sup>. Para Ascher (2010) esse contexto provoca uma maior diferenciação social e cultural, que implica em uma diversificação de demandas e interesses. O autor afirma, no entanto, que na mesma medida em que os novos elos sociais se multiplicam, eles se tornam mais frágeis e mais fracos que antigamente. Este processo transforma as estruturas familiares e as relações de vizinhança, tornando os indivíduos mais autônomos. Em síntese para Ascher (2010) a sociedade contemporânea é mais diferenciada, individualista e racional em relação às duas primeiras fases da modernidade, na medida em que está constantemente refletindo sobre a

---

<sup>25</sup> Terceira Revolução Industrial (LIMONAD, 2006), Terceira fase da modernidade (ASCHER, 2010), pós-modernidade (HARVEY, 1992).

<sup>26</sup> Ascher (2010) utiliza a metáfora do hipertexto para caracterizar a sociedade contemporânea, pois assim como cada palavra pertence simultaneamente a vários textos, cada indivíduo pertence a vários campos sociais distintos.

vida social moderna, revelado pela reprodução de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Do ponto de vista econômico, para Gonçalves (1999), o atual período se caracteriza por três processos: expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; acirramento da concorrência dos mercados internacionais; e maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. Sendo assim, as inovações tecnológicas aperfeiçoaram os meios de transporte e provocaram a aceleração do fluxo de pessoas, de capital, de mercadorias, proporcionando a redução dos custos de circulação e garantindo a expansão do mercado. Torna-se imprescindível, portanto, a velocidade com que a mercadoria percorre as distâncias, e não o tamanho da distância a ser percorrida. Para Harvey (2006) as distâncias se contraem em relação ao tempo para contribuir com o processo de acumulação, pois ao diminuir o tempo de giro<sup>27</sup> proporcionam maior rendimento anual da mais-valia.

A partir deste momento de mudanças, de grandes transformações, até mesmo de rupturas com etapas anteriores do capitalismo, tem-se uma consequente alteração na produção das formas espaciais<sup>28</sup>, se considerarmos a dialética entre espaço e sociedade. Harvey (2006) afirma que a estrutura espacial ascendente, a qual responde às necessidades do modo de produção capitalista, é contraditória nesse contexto. Isso porque, para minimizar o custo de circulação é necessário promover a aglomeração da produção em alguns 'pontos', os grandes centros urbanos. Nesse processo, há, portanto, uma tendência a favor da concentração, na mesma medida em que há a intenção de superar as barreiras espaciais e "anular o espaço pelo tempo" aumentando a velocidade da circulação. Para Santos (2012, p.252) a estrutura é também paradoxal, já que a fluidez, necessária para uma economia na qual a circulação tem papel preponderante, só é alcançada através da "produção de mais capital fixo, isto é, de mais rigidez". A rigidez, portanto, se estabelece pela reprodução das formas fixas necessárias a acumulação do capital em lugares específicos,

---

<sup>27</sup> De acordo com Marx "o tempo de giro de um determinado capital é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação" (HARVEY 2006, p.50).

<sup>28</sup> Lembrando que a produção das formas espaciais é entendida como o processo de urbanização

escolhidos racionalmente para reduzir, principalmente, os custos da movimentação dos produtos intermediários (HARVEY, 2006, p.52).

Pode-se entender estes espaços de concentração e circulação (HARVEY, 2006) de fixos e fluxos (SANTOS, 2012) como elementos da estrutura do espaço em rede. A ideia de rede de cidades não é nova, no entanto, com o aperfeiçoamento das técnicas e a consequente intensificação dos fluxos, a estrutura espacial se tornou global e mais complexa. Os 'nós' das redes são "lugres de poder e de referência" (RAFFESTIN, 1980, p.168), onde há a concentração de capital, e a conexão entre estes espaços se materializa pelos fluxos de todo o tipo, de mercadorias, transporte, informações, etc.

Esses "nós", capazes de atrair empresas multinacionais, de sediar tecnopólos, de desenvolver equipamentos de qualidade (sobretudo no domínio da comunicação) e de formar mão de obra qualificada capaz de se internacionalizar são caracterizados como metrópoles (LEROY, 2000). De acordo com Leroy (2000) o processo de metropolização se caracteriza essencialmente pelo progressivo aumento do poder de captação de fluxos variados, acompanhado da divisão social do trabalho, viabilizado pelo aumento do deslocamento. Para o autor, as metrópoles não são apenas cidades concentradoras de população, mas, além disso, concentram capital, bens materiais e imateriais, e por isso são dotadas de funções econômicas superiores em matéria de decisão, direção e gestão na rede de cidades.

Na atual estrutura de redes de cidades, é cada vez menos verdadeira a "imagem piramidal e hierárquica tradicionalmente associada ao território, na qual os efeitos de proximidade tem supremacia sobre os efeitos de interdependência à longa distância" (DIAS, 2009, p. 151). No entanto, apesar de existirem as articulações transfronteiriças, Moura (2009, p.27) afirma que a economia de aglomeração, estabelecida pelo efeito de proximidade, ainda é importante, na medida em que pode "proporcionar condições para determinado espaço facilitar o desempenho de coordenação" de atividades.

Com o estreitamento das relações entre o local e o global acentua-se a concorrência entre as cidades para se conectar à rede urbana internacional. Nesse contexto, a localização geográfica se torna estratégica, e os lugares passam a se destacar cada vez mais pelas diferenciações nos seus conteúdos.



Como afirma Harvey (1992, p.267) “quanto menos importante as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas para o capital”, oferecendo elementos para o processo de acumulação<sup>29</sup>.

No entanto, a atual estruturação das redes de cidades que estabelecem conexões ente o local e o global “tornou em parte desnecessária a mediação anteriormente realizada pelos degraus inferiores da hierarquia urbana” (DIAS, 2009, p.152). Isto significa dizer que a atual estrutura em rede pode marginalizar as cidades que outrora tiravam força dos laços de proximidade geográfica. A partir desse fenômeno, Dias (2009) afirma que exclusão social e modernização econômica, com seus novos arranjos espaciais, vêm caminhando juntas. Para a autora, o surgimento do novo poder fundado no binômio ciência e tecnologia conecta espaços que são melhores servidos quanto aos requisitos da economia global, ao mesmo tempo em que exclui aqueles que não oferecem as condições necessárias para o processo de acumulação do capital. E é desse modo, portanto, que o espaço urbano se reproduz de maneira desigual no âmbito interurbano.

Numa perspectiva intraurbana Berry-Chikhaoui, Deboulet e Roulleau-Berger (2007) destacam que a intensa competitividade entre as cidades faz emergir práticas variadas que visam favorecer a atração das atividades de controle, como empresas nacionais e multinacionais, bancos, instituições financeiras. No entanto, há, na mesma medida, um esforço das gestões locais para encobrir os espaços de pobreza, as áreas precárias da cidade, tendo em vista o impacto da imagem da cidade no cenário mundial. Nesse sentido é que, pautados no relatório da Un-Habitat de 2004 os autores afirmam que “a urbanização marcada pela rapidez, a escala e a importância das conexões globais introduziu um alto grau de inconstância que afeta, sobretudo, as atividades de pouca intensidade capitalista”.

Sob a ideologia da modernização, as políticas urbanas visam estreitar as relações nacionais e internacionais a partir da implantação de grandes projetos,

---

<sup>29</sup> O processo de acumulação pressupõe a existência de um excedente de mão-de-obra, de quantidade necessária dos meios de produção e a existência de mercado (HARVEY, 2006).

os quais concentram principalmente as atividades de controle citados acima. Berry- Chikhaoui, Deboulet e Roulleau-Berger (2007) afirmam que a partir da década de 1990 essas e outras práticas associadas à reestruturação adotadas pelas grandes cidades do capitalismo avançado (Paris, Nova York, Londres, Sidney, para citar alguns exemplos) passaram a ser difundidas entre outras grandes cidades, do Norte e do Sul.

No entanto, como ressaltam os autores, a reestruturação urbana implica em diversas transformações que impactam de maneira distinta nas dinâmicas locais. A recomposição do mercado de trabalho, do mercado habitacional, o redirecionamento da política e da gestão urbana, a reestruturação socioeconômica, reorientação da dinâmica populacional são processos que se relacionam e têm influência "tanto sobre a forma e a dinâmica urbana, quanto nas relações sociais no interior das cidades e os modos de atuação dos cidadãos." (BERRY- CHIKHAOUI, DEBOULET E ROULLEAU-BERGER, 2007, p.08).

Tal cenário de grandes transformações e instabilidades afetam principalmente a população socialmente e economicamente vulnerável, de baixa escolaridade, baixa qualificação técnica, de poucos recursos, moradores de áreas longínquas imobilizados pela ineficiência do transporte público, visto que, as urgências estão voltadas para a construção estratégica das cidades. Isto é, os projetos urbanos reorganizam, requalificam, embelezam determinadas áreas do espaço urbano visando legibilidade econômica e não priorizam a construção de uma identidade social, de uma cidade justa e democrática (BERRY-CHIKHAOUI, DEBOULET e ROULLEAU-BERGER, 2007). Nesse sentido, a reprodução da desigualdade intraurbana se acentua no contexto atual e está relacionada principalmente à realidade das cidades dos países do Sul, que possuem uma estrutura social historicamente mais desigual.

Percebe-se, portanto, que o espaço se estrutura a serviço da lógica capitalista, constrói uma paisagem física para a o seu desenvolvimento, ou seja, "a produção do ambiente construído e as mudanças na forma urbana são produtos diretos dos ciclos de acumulação de capital" (MOURA, 2009, p. 32). Sendo assim, se, como afirma Soja (1993, p.132), "a própria existência do capitalismo pressupõe a presença do desenvolvimento geograficamente

desigual”, pode-se afirmar que há um contínuo processo de acentuação da desigualdade espacial atrelado à produção capitalista do espaço urbano.

Nesse contexto, segundo Harvey (2006), para aumentar a capacidade de absorção de mercadorias, evitando crises de superprodução, além da expansão geográfica, é necessário a combinação de três outros elementos: a penetração do capital em novas esferas de atividade; a criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produto; e a facilitação/estímulo do crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo. No entanto, a combinação de tais processos promove também desigualdade, segregação socioespacial e desagregação da vida comunitária, tendo em vista que são articulados para promover o desenvolvimento de uma economia de mercado, e não necessariamente o desenvolvimento social.

A metrópole, que segundo Sposito (2005) possibilita a materialização da globalização no espaço urbano, reflete todo este processo. Em primeiro lugar, na metrópole o capital se insere na diversificação da divisão do trabalho, gerando novos cargos de especialistas empresariais, portanto, novas esferas de atividade. Sendo assim, a qualificação da mão de obra especializada se torna imprescindível para o trabalho nas grandes empresas corporativas. Nesse processo de especialização dos serviços urbanos, grande parte da população é excluída, que por não possuírem a formação necessária, contribuem para o aumento do número de trabalhadores informais ou mal remunerados.

O segundo aspecto citado por Harvey (2006) está atrelado a gerar hábitos e desejos que correspondem às exigências nos distintos momentos da acumulação capitalista, o que torna, atualmente, a população mais consumista por mercadorias, como automóveis e bens eletrônicos, por exemplo. Harvey (2006) exemplifica o processo com a demanda da classe trabalhadora por casa própria. A demanda, articulada com um programa público de habitação, pode visar a estabilização da economia e aumentar a demanda por materiais de construção de determinado tipo, em detrimento de apenas atender ao direito à moradia. Nesse sentido a ideologia da casa própria favorece a reprodução do

capital e, por responder as necessidades da lógica capitalista, a produção de moradia popular tem grande impacto na estruturação do espaço urbano.

O aumento da população urbana provocada por fluxos migratórios ou aumento de natalidade (terceiro item apontado por Harvey (2006) para absorver a mercadoria produzida), vem agravar os problemas urbanos quando não há política pública nem infraestrutura suficiente para absorver toda a nova população. Como consequência há uma acentuação da desigualdade e segregação social, aparentemente visíveis com o aumento de ocupações irregulares, conflitos ambientais, violência urbana, etc.

Atualmente, além da migração rural-urbana, existe a expansão da dinâmica urbana, um espraiamento da cidade. Nesse contexto alguns autores como Guldin<sup>30</sup> (2001 *apud* DAVIS 2006, p.19) afirmam que a população rural não precisa mais migrar, a cidade migra até ela, a dinâmica urbana é que chega até o campo, e atinge a tranquilidade de vilas interioranas. Sendo assim, muitos autores estudam e caracterizam o periurbano, a interação de um contínuo urbano-rural, ou uma espécie de hibridação rural/urbana existente cada vez mais em diversas áreas.

A partir dessas características, a estrutura urbana destas grandes cidades globalizadas mudou com relação à da cidade industrial que a precedeu. Atualmente as periferias estão em parte desconectadas da economia das grandes cidades (BENKO, 2002, p.52). O seu destino continua associado ao centro, mas pelo viés das redistribuições estatais na tentativa de limitar as desigualdades territoriais, que apesar de tudo continua a crescer, e não mais pela dependência espacial de acúmulo de mão de obra. Como afirma Benko (2002) os ricos precisam cada vez menos dos pobres, o que deixa estes últimos cada vez mais no abandono. Para Harvey (2006, p.56) a paisagem criada pelo capitalismo é vista como lugar de contradições e tensões, e não como “expressão do equilíbrio harmonioso”.

A contradição relacionada à ocupação fragmentada do espaço metropolitano brasileiro, por exemplo, se dá em função de que na mesma

---

<sup>30</sup> GULDIN, G. What's a Peasant To Do?: Village Becoming Town in Souther China Boulder, Westview, 2001.

medida em que as classes sociais se tornam vizinhas, isto é, estão mais próximas espacialmente, podem se distanciar socialmente, caracterizando um novo padrão de segregação residencial. Ribeiro e Ribeiro (2011, p.22) afirmam que para Bogardus (1925) a distância social está relacionada às restrições de interação social, e para Sorokin (1927) tal termo expressa “os diferenciais socioeconômicos entre os grupos, especialmente em termos de renda e educação.”.

A distância social pode ser analisada no território urbano (espaço físico) pelos conceitos de diferenciação, segmentação e segregação. De acordo com Ribeiro e Ribeiro (2011) a diferenciação socioespacial gera a divisão social do território, na medida em que, em função do aumento da divisão social do trabalho, isto é da crescente especialização das tarefas, as categorias sociais tendem a buscar localizações específicas e diferentes na cidade. Quando a divisão social se expressa por barreiras que impedem a mobilidade social dos indivíduos, pode-se dizer que há uma segmentação espacial. No entanto, a diferenciação social espacializada não implica necessariamente em segregação. Tendo em vista que esta é entendida pelos autores como “a condição do processo de assimilação e integração dos grupos sociais à sociedade, [...] caracterizada não só pelos aspectos físicos, como também pelas atitudes e sentimentos característicos dos seus habitantes” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2011, p.23). Já a diferenciação social pode ser uma forma de integração societária, porque a separação espacial dos grupos sociais pode estar associada à existência de vínculos sistemáticos entre as diferentes áreas socioterritoriais. Ribeiro e Ribeiro (2011) apontam ainda, que a partir da concepção durkheiminiana de solidariedade<sup>31</sup>, a diferenciação social leva à uma maior interdependência, aumentando a unidade, portanto, coesão entre os membros da sociedade.

Para os autores, pode-se dizer que a diferenciação social, expressa pela divisão social da cidade, pode ser entendida como segregação residencial

---

<sup>31</sup> Segundo Almeida e Silva (2005) para Durkheim existem duas concepções de solidariedade, a mecânica, que diz respeito à interação de indivíduos derivada de semelhanças, e a orgânica. Ribeiro e Ribeiro se referem à segunda, já que “é aquela em que os indivíduos se diferenciam um dos outros, e são ligados uns aos outros porque exercem funções no interior da sociedade. É nesta forma de solidariedade que se apresenta a divisão do trabalho.” (ALMEIDA E SILVA, 2005, p. 05).

quando existir uma segmentação espacial fundada na crença coletiva sobre a necessidade de manutenção ou aumento das barreiras materiais ou simbólicas entre os indivíduos (RIBEIRO e RIBEIRO, 2011).

De acordo com Ribeiro (2009, p.1) o processo de urbanização e crescimento urbano pautado na égide da acumulação traz características profundamente desiguais ao processo de produção do espaço, fundamentada na segregação socioespacial. No entanto, para a autora o sentido da segregação deve ser entendido enquanto processo fundamental para a produção do espaço capitalista, e não apenas enquanto produto deste.

Considerando a concepção do espaço geográfico como condição, meio e produto da reprodução social, a segregação entendida enquanto processo da reprodução desse espaço não se resume a uma localização. Para Ribeiro (2009) o espaço, visto sob esta perspectiva, é a materialização da sociedade, portanto a sua transformação está atrelada a transformações nas relações sociais, que está vinculada entre, outros processos, às intensidades da segregação. A autora aponta que assim como o significado do espaço geográfico reúne as dimensões do econômico, do político e do social, o conceito de segregação também não se separa delas.

[...] a segregação não é somente a possibilidade de apropriação de bens, ela é fundamentalmente a não possibilidade de apropriação de espaços de sociabilidade para as experiências de politização, para a apropriação da vida política que pode vir a construir as bases de relações autônomas tão necessárias para a construção de ações coletivas, bem como a construção do Direito à Cidade. A segregação, a separação, a fragmentação é o 'roubo' do tempo e dos espaços dos cidadãos das oportunidades de politização. (RIBEIRO, 2009, p.7).

Sendo assim, se a diferenciação social e a fragmentação espacial acentuarem o processo de segregação socioespacial estarão, na mesma medida, empobrecendo a vida urbana. Em função da produção capitalista do espaço basear-se na acumulação, os habitantes ficam reduzidos a apenas usuários de bens e serviços, e com isso as relações sociais fundamentais para a construção de solidariedades e coletividades se empobrece (RIBEIRO, 2009). Como afirma Lefebvre (2002, p.136) "a redução do espaço urbano à moradia e aos equipamentos faz parte das estreitezas da vida política."

## 2.2 A APARENTE HOMOGENEIZAÇÃO EM QUESTÃO E A AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES

*“As formas, este novo cavalo de tróia, tornaram-se um meio de penetração nos países subdesenvolvidos (...)”*

*Milton Santos*

Autores como Mowlana<sup>32</sup> (1995 *apud* PRADO, 2000), Ascher (2010) Sposito (2005) e De Mattos (2004) afirmam que a globalização, universalização da ordem econômica baseada nos princípios da economia de mercado, configuram paisagens relativamente comuns. A ideia de homogeneização é predominante quando lembramos que o processo de transformações ocorridas no final do século XX está atrelado ao modo de produção capitalista, norteado, portanto, por um mesmo tipo de economia mundial. A partir desse fenômeno, os mesmos atores econômicos estão presentes, com as mesmas lógicas, em muitos países e em várias cidades. No entanto, o primeiro autor citado afirma que “a globalização trouxe mais homogeneização superficial que mudança fundamental”.

Segundo Ascher (2010, p.40, tradução nossa) a globalização, que se efetua por uma mobilidade generalizada, parece homogeneizar as práticas “difundindo em todo o lugar os mesmos objetos, as mesmas referências, e aproximadamente os mesmos modos de organização<sup>33</sup>”. No entanto, na mesma medida em que aproxima as sociedades de um mesmo processo produtivo, redobra a diferenciação social, pois o atual contexto amplia as referências sociais nas quais os indivíduos se inspiram para desenvolver suas especificidades. Isso porque, para Ascher (2010) parte das escolhas individuais é sempre determinada socialmente.

Para Sposito (2005, p.63-67), à terceira fase da modernidade corresponde uma nova divisão internacional do trabalho, na qual é possível realizar uma produção do mesmo tipo nas regiões periféricas e centrais,

---

<sup>32</sup> MOWLANA, Hamid . The Communications Paradox. **The Bulletin of Atomic Scientists**, Julho/Agosto, 1995.

<sup>33</sup> “ [...] en diffusant partout les mêmes objets, les mêmes références, et à peut près les mêmes modes d’organisation”.

promovendo a integração de diferentes territórios em diferentes continentes, baseada numa mesma economia mundial. Sendo assim, para a autora, o desenvolvimento desigual entre os diferentes países/regiões está articulado manifestando uma urbanização comum, com os mesmos traços. “A homogeneização aparente das paisagens e dos hábitos que o capitalismo desenvolve mostra o traço globalizante do processo” (SPOSITO, 2005, p.67). Sposito (2005) utiliza o termo “homogeneização aparente”, para destacar que apesar da paisagem se tornar comum em muitos países, já que estão sob o mesmo modo de produção capitalista, cada lugar tem sua especificidade, sua história, sua cultura local.

De Mattos (2004) enfatiza tais aspectos ao afirmar que parte das transformações urbanas pode ser atribuída ao avanço da globalização, enquanto outras são frutos da dinâmica interna de cada cidade, o que as diferencia. Sendo assim, para o autor “não parece provável que os efeitos da globalização possam fazer com que [...] cidades evoluam para um mesmo tipo de identidade e imagem urbana.” (DE MATTOS, 2004, p.159).

Autores como Muñoz (2008) e Mangin (2004) exemplificam os traços globalizantes das transformações ocorridas no espaço urbano contemporâneo, abordados com maior profundidade no próximo capítulo. Muñoz (2008) afirma que apesar de cada cidade ter sua especificidade, mantêm rastros de paisagens comuns, o que faz com que saibamos que estamos numa cidade. Ressalta-se ainda, que os traços comuns entre cidades se diferenciam ao longo do tempo, são expressões dos diferentes momentos da história, as cidades medievais, por exemplo, mantinham características similares entre si, assim como as cidades industriais. Em tempos de globalização, Muñoz (2008) afirma que as cidades se orientam de forma clara para o consumo, para atividades relacionadas ao ócio, a cultura e ao turismo global, mesmo que suas periferias tenham sido foco de dispersão populacional, ocupadas por diferentes atividades e residências. Considerando as particularidades locais, para o autor existe uma dinâmica de gestão das diferenças, um processo de *urbanização*, para se obter como resultado as paisagens comuns.

Mangin (2004) faz análises das formas e estruturas das cidades contemporâneas a partir do conceito de *villes franchisées*. Para o autor, tal



termo poderia ser estendido ao conceito de cidades globais caracterizadas por Saskia Sassen, na medida em que “estas cidades de escala mundial criam [...] geografias transfronteiriças que evitam em parte a estatização<sup>34</sup>” (MANGIN, 2004, p.25, tradução nossa). Nesse contexto, o conceito de *villes franchisées* estaria relacionado ao sentido de franquias territoriais, associada à ideia de território livre para o desenvolvimento de grandes empresas de acordo com a lógica neoliberal. Além disso, existe um segundo sentido relacionado as *villes franchisées*, o das franquias comerciais. Segundo o autor, estas invadem a paisagem e são responsáveis pela homogeneização aparente, sinais das transformações urbanas contemporâneas.

Apesar da maioria dos países estar inserido no modo de produção capitalista, e funcionarem sob a lógica liberal da economia de mercado, existem grandes diferenças entre a produção social das formas espaciais – o processo de urbanização<sup>35</sup> - de países centrais e periféricos<sup>36</sup>, podendo-se considerar que esta homogeneização é relativa. Sob outra perspectiva, Saskia Sassen, no prólogo do livro de Muñoz (2008), afirma que a existência de paisagens homogeneizadas leva à falsa conclusão de que as economias de países visualmente similares sejam parecidas. Para a autora, as paisagens comuns “podem existir em razão da convergência de práticas arquitetônicas e urbanísticas, mais do que serem resultado de economias similares” (MUÑOZ, 2008, p.7, tradução nossa)<sup>37</sup>.

Com base em tais considerações, compartilha-se da ideia de que o processo de homogeneização é aparente, e defende-se que tal afirmação é válida, em parte, em razão de que as consequências da produção das paisagens comuns serem diferentes, principalmente entre os países do Norte e os países do Sul global. Isso porque, a partir da dialética entre espaço e

---

<sup>34</sup> “ces villes à l'échelle mondiale créent –pour les capitaux, les professionnels, les immigrants, les hommes d'affaires–des géographies transfrontalières qui évitent en partie l'étatisation” (MANGIN, 2004, p.25).

<sup>35</sup> Lembrando que neste trabalho a produção social das formas espaciais se refere ao processo de urbanização, a partir das colocações de Castells (2009).

<sup>36</sup> “O centro seria uma analogia às economias em que as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro. Já a periferia, economias cuja produção permaneceria inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo.” (GUERRA, 2011, p. 8)

<sup>37</sup> “[...] pueden ser función de la convergencia de las prácticas arquitectónicas y urbanísticas, más que el resultado de economías similares.” (MUÑOZ, 2008, p.7)

sociedade, apresentada na introdução deste capítulo, entende-se que a organização espacial se dá em função da formação histórico social de cada sociedade, claramente diferentes entre os países do Norte e do Sul global. Sendo assim, partindo de uma formação histórico-social distinta, tanto os valores sociais como as especificidades das configurações espaciais são distintas entre eles. Considerando que as desigualdades sociais historicamente produzidas são mais acentuadas nos países do Sul<sup>38</sup>, na medida em que estes se implicam na produção das paisagens globais e não na resolução de problemas sociais, as diferenças entre o Norte e o Sul acabam por se acentuar. No cenário mundial, as injustiças continuam se reproduzindo.

Sabe-se que a separação Norte/Sul é simplificada, e que existem outras divisões de tipos de cidade<sup>39</sup>, como as apontadas pelos autores Pelletier e Delfante (1997), por exemplo. No entanto, pautado na obra de Souza Santos (1997), utilizou-se como perspectiva de análise para este trabalho a divisão das cidades do mundo entre Norte e Sul, entendendo que tais termos explicitam a mesma concepção de centro/ periferia do capitalismo, países desenvolvido/ subdesenvolvido.

Alguns autores como Ritter (2011) afirmam que a genérica leitura Norte-Sul do planeta se referindo às diferenças socioeconômicas não deve ser prioritária. Tendo em vista que, em função das complexas dinâmicas socioespaciais, pobreza e riqueza são encontradas nos dois hemisférios. Apesar disso, a leitura Norte-Sul não pretende aqui ser simplista nem ignorar realidades como a apontada por Ritter (2011), mas será adotada visto que reflete diferenças na implantação de GPUs, tema central deste trabalho, principalmente entre países da Europa e Estados Unidos e América Latina.

Como aponta Davis (2006), o mundo se urbanizou como um todo, e as cidades são responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, enquanto o campo “chegou à sua população máxima e começará a

---

<sup>38</sup> Santos (1982) aponta, por exemplo, que a ocupação territorial da América Latina, desde o seu descobrimento, foi desigual e irregular, em função de causas físicas, estratégicas, políticas e econômicas.

<sup>39</sup> Segundo os autores Pelletier e Delfante (1997) os grandes tipos de cidades do mundo contemporâneo podem ser divididos em: cidades do mundo ocidental, cidade norte-americanas, cidades dos antigos países socialistas desenvolvidos, cidades dos países do terceiro mundo, e cidades islâmicas.

encolher a partir de 2020” (DAVIS, 2006, p.14). Nesse processo, o autor destaca ainda que a escala e a velocidade da urbanização no Terceiro Mundo é enorme, maior que a do Primeiro Mundo, tanto que atualmente “a população urbana da China, da Índia e do Brasil já é quase igual a da Europa e da América do Norte” (DAVIS, 2006, p.14). Para o autor, a urbanização da África, América Latina, Oriente Médio e boa parte da Ásia veio da herança da conjuntura política global<sup>40</sup>, e não necessariamente do processo de industrialização, do aumento da produtividade agrícola, ou do desenvolvimento propriamente dito, como afirmavam especialistas. O autor explica que

[...] as políticas de desregulamentação agrícola e de disciplina financeira imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial continuaram a gerar o êxodo da mão-de-obra rural excedente para as favelas urbanas, ainda que as cidades deixassem de ser máquinas de empregos. (DAVIS, 2006, p.25).

Isso porque, durante as décadas de 1980 e 1990, os governos nacionais dos países do Terceiro Mundo afundados em dívidas se submeteram ao Plano de Ajuste Estrutural (PAE) condicionado pelo FMI. Com isso, os governos reduziram drasticamente os subsídios agrícolas e houve a desregulamentação do mercado nacional, o que impulsionou os produtores agrícolas para o mercado global de *commodities* (BRYCESON <sup>41</sup>*apud* DAVIS, 2006, p.25). Os agricultores passaram então a ficar cada vez mais vulneráveis a dinâmica econômica (inflação, aumento de juros, ou queda de preço das *commodities*). Sendo assim, tem-se que nos países do Sul a urbanização não está associada apenas ao desenvolvimento econômico, ao processo de industrialização, mas também ao processo de desregulamentação da produção agrícola.

Apesar de existirem cidades ou regiões onde o processo de urbanização não está diretamente atrelado ao de industrialização, as indústrias foram propícias para a reprodução da acumulação capitalista, e de certa maneira foram grandes indutoras da organização espacial urbana. Isso porque, como afirma Lefebvre (2001), a indústria se instala perto das fontes de energia, dos

<sup>40</sup> O autor coloca que a conjuntura política global significa o contexto da «crise mundial da dívida externa do final da década de 1970 e a subsequente reestruturação das economias do Terceiro Mundo sob liderança do FMI nos anos 1980» (DAVIS, 2006, p.23).

<sup>41</sup> BRYCESON, D. *Disappearing Peasantries? Rural Labour Redundancy in the Neoliberal Era and Beyond*. In BRYCESON, KAY e MOOJI. *Disappearing Peasantries?*, p.304-5.

meios de transporte, das matérias-primas e das reservas de mão de obra encontradas nas cidades. Portanto, “as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx” (LEFEBVRE, 2001, p.15) e é deste modo que o processo de urbanização se associa ao processo de industrialização.

Para Lefebvre (2001) o processo de industrialização é o indutor dos problemas e questões referentes às cidades e à sociedade moderna. Isso porque as cidades anteriores à industrialização se apoiavam em comunidades camponesas, na produção distinta da agricultura, do artesanato, onde prosperava o valor de uso. Sinteticamente, eram “centros de vida social e política, onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos)” (LEFEBVRE, 2001, p.12). A industrialização pressupõe, portanto, uma ruptura com o sistema urbano preexistente. Como aponta o autor, a produção industrial e o capitalismo concorrencial se contrapõem com produção artesanal e o capitalismo comercial e bancário, a estrutura das cidades em redes se torna mais complexa e se estabelece a partir da divisão técnica, social e política do trabalho, a produção de produtos substitui a produção de obras, com isso surgem conflitos entre o valor de uso e o valor de troca.

Para Santos (1982) a urbanização se deu de maneira desigual entre o que o autor chama de países industrializados e subdesenvolvidos (Norte e Sul), porque as diferentes etapas do processo se deram em momentos distintos da história. O autor enfatiza que enquanto “nos países subdesenvolvidos as cidades foram inseridas em um contexto de urbanização industrial” no século XX, nos países desenvolvidos “a industrialização já havia apresentado numerosas repercussões” no século XIX (SANTOS, 1982, p.59).

Santos (1982) aponta, por exemplo, que o processo de urbanização<sup>42</sup> foi mais rápido nos países subdesenvolvidos, mesmo que a diminuição da população agrícola tenha sido mais lenta nesses do que nos países industrializados. Este fato se deve, em parte, em função da existência de uma agricultura já mecanizada, voltada para a exportação. Segundo o autor, nos

---

<sup>42</sup> Santos (1982) aponta que quanto maior a taxa de urbanização, maior são os indicadores de desenvolvimento como renda média *percapita*, consumo de energia, e % de PNB da indústria.

países subdesenvolvidos a revolução urbana foi acompanhada por uma baixa taxa de mortalidade, uma evolução natural positiva forte, e por um apelo ao êxodo rural (que foi muitas vezes menor do que o crescimento natural), enquanto que nos países industrializados o processo se deu de maneira inversa nesses aspectos (SANTOS, 1982, p.33).

Além dos diferentes aspectos referentes à evolução demográfica como mortalidade, fecundidade, natalidade, migração, crescimento natural entre os países em questão, Santos (1982) aponta ainda que a estrutura das atividades (primário, secundário, terciário), do emprego (industrial, serviço público, subemprego) e do consumo (alimentação, aluguel, lazer, roupas, etc) também apresentam especificidades que diferenciam o Norte e o Sul no processo de urbanização. Portanto, como afirma Santos (1979), além dos fatores históricos os fatores sociais característicos de cada sociedade também contribuem para a organização espacial distinta.

No contexto das grandes transformações urbanas, a ideia de desenvolvimento (econômico) e de industrialização está frequentemente vinculada ao processo de urbanização, tendo em vista que tal processo esteve atrelado ao momento histórico da Revolução Industrial nos países do Norte. No entanto, nos países do Sul outros mecanismos induziram a urbanização, tal como a extrema mercantilização da produção de países até então essencialmente agrários, como aponta Davis (2006).

As ideias discutidas por Harvey (2006) complementam a colocação de Davis (2006) sobre a urbanização e a desregulamentação da produção agrícola nos países do Sul. O autor afirma que a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial é uma forma de penetração do capital numa nova esfera de atividade, apontado anteriormente como uma das maneiras de aumentar a capacidade de absorção de mercadorias produzidas pelo capital. Além disso, com a busca contínua por novos espaços para a acumulação capitalista, principalmente a partir da Revolução Industrial, cria-se um sistema geográfico integrado de produção e troca. Nesse sentido, Harvey (2006) afirma que as relações centro-periferia passam a se reproduzir numa escala global.

A divisão internacional do trabalho – uma divisão adaptada às exigências dos principais centros da indústria moderna – surge e transforma parte do planeta num campo substancialmente agrícola de produção, para suprir a outra parte, que permanece um campo substancialmente industrial. (MARX<sup>43</sup>, 1967 *apud* HARVEY, 2006, p.56).

Harvey (2006) afirma ainda que as vantagens produtivas relacionadas a uma maior margem de lucro estavam associadas ao desenvolvimento tecnológico. Deste modo, a criação do “subdesenvolvimento” por meio da penetração capitalista está associada a esta ideia: países ‘desenvolvidos’ são ricos em tecnologia e por isso têm a capacidade de obter mais lucro, já os ‘subdesenvolvidos’ são pobres em conteúdo tecnológico e por isso ficam dependentes dos primeiros.

A dependência entre os modos capitalistas e não-capitalistas se estabelece a partir da criação do sistema internacional de crédito, que possibilita a troca e circulação de mercadorias, principalmente entre diferentes países. Foi o que Davis (2006) explicou anteriormente, quando os países do Sul se submeteram ao Plano de Reajuste Estrutural (PAE) condicionado pelo FMI. Marx<sup>44</sup> (1973 *apud* HARVEY, 2006, p. 57) exemplifica ainda que durante o século XIX “os ingleses foram forçados a fazer empréstimos para países estrangeiros para tê-los como clientes”. A Índia, por exemplo, originalmente campo de exploração de algodão, lã, cânhamo, juta e índigo, a partir de 1815 passou a ser mercado dos produtos têxteis britânicos.

Luxemburgo<sup>45</sup> (1968 *apud* HARVEY, 2006) afirma que a existência das sociedades não capitalistas é essencial para a acumulação capitalista, já que proporciona mercados virgens para a absorção das mercadorias produzidas. Para autora as condições não capitalistas devem ser mantidas à força, se necessário, sendo a única maneira sistemática de estabilizar o problema do subconsumo, provocado pela exploração dos trabalhadores (HARVEY, 2004). A partir deste ponto de vista explicar-se-ia a existência dos regimes coloniais repressivos da segunda metade do século XIX.

---

<sup>43</sup> MARX, K. O Capital. vol 1. New York, 1967

<sup>44</sup> MARX, K. Grundrisse, Harmondsworth, Middlesex. 1973

<sup>45</sup> LUXEMBURGO, R. The Accumulation of Capital, London. 1968

Harvey (2004) ressalta a ideia pontuada por Rosa Luxemburgo, de que o capitalismo busca soluções externas a si para estabilizar-se, constituindo o que o autor chama de dialética interior-exterior. Nesse sentido, segundo Harvey (2004), a acumulação se faz via espoliação ou despossessão, já que pressupõe a repressão de estruturas preexistentes se essas forem incompatíveis com o modo de produção capitalista. Sinteticamente, o processo “envolve tanto a apropriação e cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão” (HARVEY, 2004 p.121).

Durante o século XIX Marx utilizava o termo “acumulação primitiva” para descrever o mesmo processo, caracterizado na época, por exemplo, pelo cercamento da terra e expulsão da população camponesa residente. O proletariado sem terra é mão de obra industrial reserva, enquanto que a terra é transferida para a corrente principal privatizada de acumulação de capital. Portanto, o princípio é despossuir os bens das sociedades não capitalistas para inseri-los na lógica capitalista. Deste modo, como aponta Harvey (2004, p.124), a acumulação por espoliação libera um conjunto de ativos que são apropriados pelo capital sobreacumulado a fim de dar-lhes um uso lucrativo.

Atualmente Harvey (2004, p.122) afirma que os mecanismos de acumulação primitiva foram aprimorados, “desempenhando hoje um papel bem mais forte”. Segundo o autor, “o sistema de créditos e o capital financeiro se tornaram grandes trampolins de predação, fraude e roubo”, os direitos de propriedade intelectual, biopirataria, o capital-intensivo de produção agrícola, a corporativização e privatização de bens até então públicos, ou a transferência de direitos comuns de propriedade (como aposentadoria e cuidados médicos) ao domínio privado são exemplos das novas políticas de espoliação implantadas.

Harvey (2006, p.64) assim como Luxemburgo também afirma que para o capitalismo sobreviver é fundamental que existam ou sejam criados espaços novos para a acumulação intensa, encontrados, principalmente, nas sociedades não capitalistas. Isso porque, na opinião do autor, se o capitalismo prevalecer equilibradamente sob todas as partes do mundo, não haverá espaço restante para a acumulação adicional. Restará apenas o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades como opções para

absorção da produção, insuficientes para afastar as crises de superprodução. Portanto, as barreiras sociais e culturais à penetração do modo de produção capitalista são contraditoriamente fundamentais para sua existência. Nesse sentido, Harvey (2006, p.64) afirma que o “capitalismo, no fim, torna-se a maior barreira contra seu próprio desenvolvimento”. Assim, parece que as diferenças entre o “Norte/ Sul”, “países desenvolvidos/ subdesenvolvidos”, “países centrais/ periféricos” “Primeiro/ Terceiro Mundo” são perpétuas e inerentes ao modo de produção capitalista, mesmo estando ambos sob a mesma influência de uma economia de mercado globalizada.

Como aponta Souza Santos (1997, p.286), “o problema fundamental do espaço tempo mundial<sup>46</sup> é a crescente e presumivelmente irreversível polarização entre o Norte e o Sul”. Esta dualidade é entendida pelo autor como um dos problemas fundamentais da contemporaneidade, cujo dilema está justamente na universalização do modelo de desenvolvimento capitalista: “quanto mais universal for a sua aplicação, maior desigualdade criará entre os poucos que ganham com isso e os muitos que perdem, isto é, entre o Norte e o Sul” (SOUZA SANTOS, 1997, p.289).

Nesse contexto, entende-se que as desigualdades socioespaciais/ socioeconômicas são mais acentuadas nos países do Sul por sua formação histórico-social, mas também pela atual reprodução de políticas neoliberais fazendo perpetuar o modo de produção capitalista na proporção necessária, sempre suportada pela atuação do Estado. Davis (2006, p.27), por exemplo, afirma que “o crescimento urbano rápido, no contexto do reajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução [relativa] do Estado” foi a receita perfeita para a produção em massa das favelas no Terceiro Mundo. Isso porque, como aponta pesquisada da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o mercado habitacional formal nesses países raramente oferece mais de 20% do estoque de residências, portanto as pessoas passam a morar na informalidade (DAVIS, 2006). O autor afirma que desde 1970, o crescimento das favelas ultrapassou a urbanização em todo o hemisfério Sul. Sendo assim,

---

<sup>46</sup> Para Souza Santos (1997, p.286), o espaço tempo mundial é uma das quatro constelações de relações sociais designadas por espaços-tempo estruturais (espaço-tempo doméstico, espaço tempo da produção, espaço-tempo, da cidadania) pelas quais se identificam os principais processos de estruturação e da prática social, o sentido e o ritmo das transformações sociais contemporâneas.



na perspectiva do autor, ocorre uma “superurbanização” impulsionada pela reprodução da pobreza, processos resultantes da ordem mundial neoliberal.

Para Souza Santos (1997) a explosão demográfica é um dos vetores da polarização entre o Norte e o Sul, assim como o processo de degradação ambiental e a globalização da economia do final da década de 1990. Alguns fatores específicos relacionados ao último vetor são, segundo o autor, os responsáveis pela configuração do cenário do final da década de 1980/90 e pelas consequências apontadas por Davis (2006). Destaca-se aqui dois dos fatores relacionados à globalização que contribuem para a reflexão deste trabalho, o domínio das empresas multinacionais enquanto agentes do mercado global e o enfraquecimento do Estado na gestão macroeconômica.

Segundo Souza Santos (1997), desde o final do século XX é que se acentua o processo de desigualdade entre o Norte e o Sul, entre os ricos e pobres. Nesse contexto, calculava-se que aproximadamente 1 bilhão de pessoas vivia em pobreza absoluta, enquanto 15% da população mundial produzia e consumia 70% do rendimento mundial. Além disso, ao mesmo tempo em que a ajuda externa dos países centrais aos países periféricos caía, a taxa de juros da dívida subia em 172% entre 1970 e 1987 (SOUZA SANTOS, 1997, p.293). Somado a isso, caíam também os preços de alguns produtos exportáveis pelos países periféricos. Todos estes mecanismos, orientados pela lógica da economia de mercado e pela ordem neoliberal da desregulamentação, aprofundaram diferenças entre os países do Norte e do Sul. Enquanto nestes as transformações geram a degradação do meio ambiente, aumento da violência urbana, das desigualdades sociais, da fome e má nutrição, naqueles resulta em altos padrões de vida e consumo, que segundo Souza Santos (1997, p.288) tudo leva à crer que não serão partilhados com o Sul.

Portanto, o neoliberalismo, sendo parte do processo histórico de acumulação do capital, contribui para a acentuação das desigualdades sociais. Como aponta Harvey (2007), seu sucesso não se deu pela geração de riquezas e sim pela redistribuição desta. No entanto, a redistribuição se deu pela transferência de “riquezas e renda da massa da população em direção às classes altas, e dos países vulneráveis aos países mais ricos.” (HARVEY,

2007, p.18), por meio da acumulação por espoliação, já apresentada anteriormente. Harvey (2007) afirma que o neoliberalismo é

em primeira instância, uma teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. (HARVEY, 2007 p.2).

De acordo com o autor, as ideias neoliberais surgiram num momento de crise da década de 1970, pela combinação do desemprego e inflação acelerada, quando havia a necessidade de reestabelecimento das condições adequadas para a reprodução da acumulação do capital. Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Regan nos Estados Unidos lideraram revoluções nas práticas político-econômicas, as quais se naturalizaram pelo mundo a partir de um aparato conceitual que se enraizou no senso comum. Harvey (2007) afirma que os fundadores do pensamento neoliberal escolheram sabiamente conceitos atraentes para se associar às novas práticas. O direito e a liberdade individual foram considerados como “‘sacrossantos’, valores centrais da civilização” (HARVEY, 2007 p.4). Como afirma Harvey (2007), tais valores estariam ameaçados por qualquer forma de intervenção estatal, a qual substituiria a liberdade da escolha dos indivíduos pelo julgamento coletivo.

Sendo assim, apesar de a produção das formas espaciais dos países do Norte e do Sul global ser norteadas pela lógica e mecanismos capitalistas, estes passaram pelas etapas do processo de urbanização de maneiras distintas, principalmente em função de que ocorreram em diferentes momentos da história (SANTOS, 1982). Como afirmado anteriormente os traços semelhantes entre as cidades diz respeito às etapas do processo de urbanização, mas tal processo se dá de maneira distinta e gera impactos distintos em função das diferentes formações econômicas, sociais e espaciais das cidades.

Portanto, apesar da possibilidade de as cidades possuírem as mesmas formas relacionadas à um determinado período da história, os processos se dão de maneiras distintas, o que permite afirmar que as semelhanças são apenas formais. A exemplo do processo de urbanização e industrialização nos

países do Norte e do Sul explicitados acima. A partir da década de 1990, Berry-Chikhaoui, Deboulet e Roulleau-Berger (2007, p.13) caracterizam o processo de homogeneização como “fenômeno mimético”, tendo em vista que diversas cidades passaram a se transformar “por uma imitação das ‘grandes’, optando por uma programação mais estratégica [...] e por novas práticas de associações público-privada no projeto.”. Destaca-se que os exemplos a serem seguidos eram de cidades de países do capitalismo central, países do Norte, interessados em intensificar o processo de acumulação, expandir mercados.

A partir das ideias cunhadas por Santos (2012) entende-se que atualmente o que ocorre é a generalização das práticas e formas espaciais e não a homogeneização de uma das etapas do processo de urbanização. Existe sim, uma similaridade das respostas locais aos processos globais. Tal generalização das formas, que se dá em função das novas tecnologias do período atual, reproduz desigualdades na medida em que gera impactos distintos em estruturas espaciais de formação histórico-sociais distintas. Portanto, as cidades não estão em processo de homogeneização.

A banalização das formas urbanas é visível quando analisadas as relações interurbanas internacionais. Já a reprodução do desenvolvimento geográfico desigual, que nutre a economia de mercado, é perceptível tanto na micro escala local quanto na macro escala mundial, e as diferentes intensidades e maneiras pelas quais tal processo se realiza explicitam a heterogeneidade da produção do espaço urbano.

Os fundamentos teóricos apresentados até aqui são essenciais para compreender as especificidades e principalmente as consequências do modelo de planejamento urbano que emerge neste contexto. Os megaeventos e Grandes Projetos Urbanos, atualmente associados à tal modelo, podem ser entendidos como os novos mecanismos de uma destruição criativa. Formas e processos que aparentemente homogeneizam as cidades promovendo o desenvolvimento urbano, no entanto, acabam por aprofundar as desigualdades intraurbanas e interurbanas. Reflexão que será desenvolvida nos próximos capítulos.

### 3 O PLANEJAMENTO URBANO E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO

*“A exceção virou regra e a regra, exceção”*

*Bertold Brecht*

Como afirma Harvey (2006) o estudo da urbanização não se separa do estudo das transformações sociais nem do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o processo urbano, que envolve entre outros aspectos o planejamento, a gestão, a governança e a participação de diferentes atores sociais, tem papel fundamental na “dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual dos tempos mais recentes.” (HARVEY, 2006, p.166).

No contexto de crise da década de 1970, causada pela recessão de 1973 e a conseqüentemente desindustrialização, desemprego, austeridade fiscal, somada à emergência das ideias neoliberais, das privatizações, do enfraquecimento do Estado-Nação, e à transição da dinâmica capitalista de um regime fordista-keynesiano para um regime de acumulação flexível, Harvey (2006) afirma que há uma reorientação das governanças urbanas. Segundo o autor a passagem de uma gestão administrativa para uma gestão empreendedora se deu a partir da necessidade que “governos urbanos tinham de ser muito mais inovadores e empreendedores”, na perspectiva de “explorar todos os tipos de possibilidades para minorar sua calamitosa situação.” (HARVEY, 2006, p.166).

Para Harvey (2006) o empreendedorismo baseia-se em três características principais: na noção de parcerias público-privadas, da atividade especulativa, e no enfoque sobre a política do lugar em detrimento do território. Sobre o último aspecto, o autor afirma que no contexto de transposição das barreiras espaciais pelo advento das novas tecnologias de comunicação e transporte intensifica-se a concorrência dos lugares pelo capital destinado ao desenvolvimento, tendo em vista que a distância não é mais um empecilho, e o que importa são as vantagens que determinado lugar apresenta para a reprodução do capital. Sendo assim, a governança urbana se orienta para

ofertar um “‘ambiente favorável aos negócios’, e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade.” (HARVEY, 2006, p. 180).

De acordo com Vainer (2011b), as cidades estão submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas, num ambiente de concorrência incerta e instável, e por isso adotam técnicas e conceitos oriundos do planejamento empresarial para garantirem a posição competitiva. Para o autor, a emergência deste modelo de planejamento dito estratégico<sup>47</sup> (PE), vem substituir o modelo tradicional tecnocrático-centralizado-autoritário, e baseia-se na articulação de três analogias, a de cidade-mercadoria, cidade-empresa e cidade-pátria.

Seguindo a lógica neoliberal, a cidade, assim como outras mercadorias, deve ter certa abertura para o exterior, para o mercado externo. De acordo com Vainer (2011b) o que qualifica a cidade enquanto mercadoria é a demanda de localização para a reprodução do capital. A partir dessa lógica a cidade deve ser capaz de oferecer atributos específicos, valorizados pelo capital mundial flexível, como os espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, recursos em telecomunicações terrestres e por satélite, segurança, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, oferta diversificada de serviços especializados, assim como a garantia de moradia em condições financeiras favoráveis para os empregados de grandes empresas, de acessibilidade e mobilidade rápidas, locais e transnacionais, apoio financeiro, bom custo de vida entre outros (DE MATTOS, 2004).

Nesse sentido, o Planejamento Estratégico deve ser capaz de criar tais aspectos, de proporcionar as vantagens locais para a reprodução do capital, enquanto o *marketing* urbano deve promover a imagem positiva da cidade para atrair um público consumidor específico e qualificado, grandes investidores, visitantes e usuários solventes<sup>48</sup> (VAINER, 2011b). Nesse

---

<sup>47</sup> Destaca-se que em todo planejamento há estratégias. No entanto, no modelo do PE a estratégia principal é promover o desenvolvimento urbano a partir do desenvolvimento econômico, do empreendedorismo, atendendo prioritariamente os interesses do capital internacional. O Planejamento Participativo, por exemplo, tem como estratégia principal atender as necessidades e opiniões dos habitantes locais, promovendo o bem comum, desenvolvimento social e urbano local.

<sup>48</sup> Para Castells e Borja (1996) usuários solventes são usuários transnacionais, flexíveis, que circulam com facilidade entre as fronteiras urbanas.

contexto de venda de uma imagem forte e positiva, escondem-se os problemas urbanos, estrategicamente redefinidos e amenizados. Como exemplifica Vainer (2011a, p.82), a pobreza e a marginalização do Rio de Janeiro foram definidas no Planejamento Estratégico municipal como um problema paisagístico ou ambiental, pela forte visibilidade da população de rua. Em Curitiba o discurso oficial valoriza a qualidade de vida e as áreas verdes dos parques, ao mesmo tempo que camufla e minimiza a problemática dos rios poluídos.

A segunda analogia proposta por Vainer (2011b) é a da cidade-empresa. De acordo com o autor, esta analogia não se resume simplesmente à ideia de cidade administrativa, gerencial ou operacional. Para além disso, o conjunto da cidade e do poder local se redefinem. Na perspectiva de Vainer (2011b) a cidade assume a forma ativa de sujeito, ganha a identidade de empresa, e o poder local se estrutura a partir de parceria público-privada. O sujeito cidade, que age como uma empresa, estrategicamente, funciona a partir das lógicas do mercado, e, portanto, “encontra nesse mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações.” (VAINER, 2011b, p.86). Nesse contexto, o novo conceito de planejamento pressupõe novos atores, como afirma Vainer (2011b, p.87) se a cidade se tornou uma empresa, nada mais lógico do que ter empresários participando da gestão. Como já dito anteriormente, o poder público torna-se então aliado dos interesses do mercado, facilitador, articulador das ações de empresários, os quais efetivamente tomam as decisões referentes ao planejamento e ditam execução das políticas.

Para Vainer (2011b) as concepções e práticas de poder dos novos atores sociais globais estão na base do atual modelo de planejamento (PE). Isso porque, a ideia de empreendedorismo se baseia, no funcionamento da cidade-empresa, na desqualificação da política e na flexibilidade. A cidade-empresa nega a cidade enquanto espaço político, a princípio não existem divergências políticas e ideologias e sim, um consenso, um interesse único de produtividade e competitividade urbana, condição fundamental para o crescimento.

“A noção de flexibilidade remete, de maneira direta, sem mediações, à noção de eficiência empresarial” (VAINER, 2011a, p.03). Tendo em vista que o modelo de planejamento em questão acompanha o mercado, nada mais

natural que ser flexível como o mercado. Segundo Vainer (2011a) não é difícil encontrar na legislação e nas práticas urbanísticas no Brasil forma legal de propostas de flexibilização, onde a lei legaliza o desrespeito à própria lei. Por isso o autor afirma que “o planejamento pós-moderno, competitivo e estratégico sinaliza a emergência da cidade de exceção” (VAINER, 2011a, p.09).

A cidade de exceção é uma nova forma de regime urbano na qual as relações entre os interesses privados e públicos se reconfiguram e introduzem novos mecanismos de exercício do poder hegemônico. Segundo Vainer (2011a, p.11), “torna-se regra a invisibilização dos processos decisórios” e a desconstituição das formas “normais”. As parcerias público-privadas e as operações urbanas consorciadas<sup>49</sup> são exemplos práticos da legitimação da exceção como regra. “A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do Estado são transferidas a agências livres de burocracia e controle político” (VAINER, 2011a, p.10). Portanto uma característica inseparável do estado de exceção é a autonomia relativa do poder público, já que poderes são transferidos para grupos de interesse empresarial.

A terceira e última analogia associada ao planejamento estratégico por Vainer (2011b) remete à cidade-pátria. Para o autor, o sucesso do plano estratégico depende absolutamente do apoio da população, da construção do consenso em torno do projeto estrategicamente elaborado. A cidade, sendo tratada como sujeito simples e coeso pressupõe uma unidade, nega a existência da diversidade de opiniões e de valores, nega a filosofia, a política a utopia, age pragmaticamente buscando única e somente a produtividade (VAINER, 2011b). Segundo Vainer (2011b) urbanistas catalães, referências no planejamento estratégico em razão da repercussão mundial da experiência de Barcelona, apontam que a consciência/percepção de uma crise e o patriotismo de cidade são elementos fundamentais para unir “a cidade” em torno de um projeto.

---

<sup>49</sup> § 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (BRASIL, 2001).

Tendo em vista o receituário para se ter uma posição de importância e vantagem na rede mundial de cidades, os Planos Estratégicos apresentam propostas muito similares, já que “todos devem vender as mesmas coisas aos mesmos compradores [...] que têm inevitavelmente as mesmas necessidades” (VAINER, 2011b, p.80). Isso porque os governos locais pretendem promover a cidade para o exterior buscando atrair preferencialmente os investidores internacionais, tendo em vista que estes facilitam as exportações de bens, serviços e profissionais (CASTELLS e BORJA, 1996). Esse fenômeno é considerado por Muñoz (2008) como urbanização, e por Harvey (2006, p.179) “uma reprodução em série de formas similares de renovação urbana”.

Para Muñoz (2008) a urbanização, processo de gestão das diferenças que facilita a reprodução de paisagens comuns, de lugares globais em grande parte as cidades no mundo, pode ser definida a partir de três processos simultâneos. Em primeiro lugar, a especialização econômica e funcional, que acaba por reduzir a diversidade de atividades e homogeneizar a paisagem urbana da micro escala local. Será consequência, de acordo com o autor, a segregação morfológica do espaço urbano. Isso porque, a construção das ilhas de funcionamento especializado “acabam culminando na produção de paisagens autistas, de pouca relação entre si, separadas por barreiras e descontinuidades físicas e virtuais”<sup>50</sup> (MUÑOZ, 2008, p.67, tradução nossa). Chegando por fim no terceiro processo, o da tematização da paisagem da cidade. Todos estes processos resultam na simplificação e banalização da paisagem urbana, que segundo o autor, afeta tanto o território construído como o comportamento de quem o habita.

Sendo assim, o planejamento urbano estratégico e as três analogias citadas anteriormente a ele relacionadas explicitam por um lado a “direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados”, e por outro o “banimento da política e da eliminação do conflito e das condições do exercício da cidadania.” (VAINER, 2011b, p.78). Na nova cidade planejada para atender prioritariamente o mercado internacional não há espaço para a prática cidadã, para discussão de visões ideológicas, projetos de sociedade e

---

<sup>50</sup> “Se acaba traduciendo en la producción de paisajes autistas, con poca relación entre ellos, separados por barreras y descontinuidades, tanto físicas como virtuales” (MUÑOZ, 2008, p.67).



prioridades nacionais segundo a população. Vainer (2011b) afirma que a despolitização é planejada e faz parte das garantias que o poder público oferece aos parceiros privados.

Além de transformar os cidadãos em meros espectadores, na mesma medida em que valoriza o investimento em inovações urbanas voltadas para a atração de fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade favoráveis ao desenvolvimento capitalista, à lógica do empreendedorismo urbano, se torna negligente aos reais problemas urbanos. O Estado, que teria o papel de assistir à população com educação, saúde, habitação, previdência, etc, se torna aliado dos interesses do capital, construindo parcerias público-privadas deixando, portanto, de dar prioridade ao bem-estar social. Para Harvey (2004), tanto a transição para o desenvolvimento capitalista quanto a sua contínua presença na geografia histórica “dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado.” (HARVEY, 2004, p.121). Sendo assim, a relação dialética apontada por Doria (1994) e Polanyi (1983) desde a construção das bases do modo de produção capitalista perdura até os dias atuais.

Harvey (2007) afirma, por exemplo, que os programas de bem-estar empresarial nos Estados Unidos têm o papel de redirecionar os recursos públicos em benefício das empresas, através de subsídios para os proprietários de classes altas, para a indústria da construção civil, para o agronegócio etc. Esse é um dos mecanismos para redistribuir as riquezas para as classes mais altas (consequência do neoliberalismo) com a evidente participação do Estado. O autor afirma ainda, que nos países emergentes, portanto países do Sul global, um dos papéis que assume o Estado neoliberal é a função de repressão ativa aos movimentos de opositoristas ao novo modelo de gestão emergente, a exemplo das recentes repressões nas manifestações de Junho de 2013, ocorrida no Brasil. Nesse sentido o neoliberalismo tem um papel de destruição criativa, já que as táticas redistributivas associadas ao modelo emergente são “sofisticadas, frequentemente disfarçadas por meio de malabarismos intelectuais” (HARVEY, 2007, p.24) diferenciados garantindo assim ampla aplicação em diferentes contextos.

Nesse contexto, é pautado em fundamentos neoliberais que o empreendedorismo urbano contribui para a estruturação das desigualdades no espaço urbano contemporâneo. Para as novas gestões empreendedoras o desenvolvimento social é sinônimo de desenvolvimento econômico. No entanto, o primeiro não está necessariamente vinculado ao segundo, isso porque, percebe-se cada vez mais, que ao valorizar os interesses necessários para a reprodução do capital buscando o desenvolvimento econômico, pautado na relação local-global, as cidades tem se tornado mais desiguais, mais segregadas e fragmentadas.

Para Harvey (2006, p.174) as rápidas e recentes mudanças no desenvolvimento desigual estão pautadas em quatro opções relativas ao empreendedorismo urbano, quatro grandes estratégias para tornar a cidade competitiva por recursos internacionais. A primeira delas está relacionada à divisão internacional do trabalho, isto é, “a criação da exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços.” Tais vantagens podem se estabelecer a partir da base de recursos naturais ou financeiros, da localização estratégica, ou ainda da criação de infraestruturas físicas e sociais através de investimentos públicos e privados, ou por meio da qualidade, quantidade e custo da oferta local de mão de obra, que “pode ser um ímã poderoso para um desenvolvimento econômico.” (HARVEY, 2006, p. 175).

Além disso, Harvey (2006, p.177) afirma que as cidades buscam ser sedes “das atividades de controle e comando referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento”. Portanto regiões urbanas buscam centralidade<sup>51</sup>, e para isso procuram se equipar de grandes investimentos em transporte e comunicação que facilite minimização de tempo e custo de transações, além de infra-estrutura urbana específica de apoio e suporte aos serviços financeiros ou/e informacionais. Como apontado anteriormente, a centralidade de comando e controle da rede urbana se encontra geralmente nas metrópoles. No entanto, nesse contexto de competição por uma boa posição nesta rede de cidades e, portanto, de

---

<sup>51</sup> A centralidade é entendida neste trabalho segundo ideia cunhada por Spósito (2013, p.73), “não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar.”. A autora se refere a uma centralidade intraurbana, mas pode estar relacionada à escala interurbana.

competição por investimentos internacionais vistos como oportunidades para requalificação urbana, os limites das regiões metropolitanas tem crescido para além da própria dinâmica metropolitana<sup>52</sup>.

Uma terceira opção apontada por Harvey (2006, p.177) para se conseguir uma vantagem competitiva é “a redistribuição de superávits através dos governos centrais.” Segundo o autor, por existir um mito de que os governos centrais não têm esta prática, efetivamente fazê-la é um grande diferencial.

A quarta opção apresentada pelo autor é de grande importância para este trabalho. Para Harvey (2006) a cidade também pode buscar uma posição competitiva a partir da divisão espacial do consumo, e a esta opção se relaciona a analogia da cidade-mercado citada por Vainer (2011b). Relacionada a esta última opção, apesar do clima de recessão, do desemprego, e do alto custo do crédito que se apresentava na década de 1970, Harvey (2006) afirma que ainda restava muita capacidade de consumo por uma parte específica da população, que teve a oportunidade de ser muito seletiva. Os investimentos urbanos passam então a privilegiar a melhoria na qualidade de vida. Portanto,

a valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluído a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shoppings centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornam facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana. (HARVEY, 2006, p.176)

Além dos elementos a serem vendidos na cidade relacionados principalmente à reprodução da acumulação do capital já citado por Vainer (2011b) e Harvey (2006), o segundo autor acrescenta ainda que elementos culturais, ambientais, paisagísticos e de entretenimento, que proporcionam uma melhor qualidade de vida, são também grandes diferenciais das cidades.

---

<sup>52</sup> Para maiores esclarecimentos sobre esse processo e detalhamento da diferença entre os conceitos de região metropolitana e a mancha metropolitana derivada do processo de metropolização consultar FIRKOWSKI, O.L C de F. **Região Metropolitana no Brasil : Assim é se lhe parece...** I Simpósio de Estudos Urbanos. Campo Mourão, 2011 ou ainda FIRKOWSKI, O.L C de F. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são regiões mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.122, p.19-38, jan./jun. 2012.

Isso porque, são requisitos valorizados pelos habitantes que possuem recursos financeiros suficientes para influenciar na estrutura da cidade e concretizar assim sua demanda. Além disso, alguns autores como Bianchini<sup>53</sup> (1991 apud HARVEY, 2006) afirmam que investir em atividades de cultura e arte ajuda a manter o clima de otimismo e autoestima dos indivíduos e da comunidade como um todo.

Como já afirmado anteriormente, para Muñoz (2008), na tentativa das cidades se tornarem competitivas no cenário internacional ocorre o processo de reprodução das mesmas paisagens, processo que pode ser interpretado a partir da mesma lógica da produção de objetos banais<sup>54</sup>. Segundo Prado (1989<sup>55</sup> apud MUÑOZ, 2008), a banalidade, intimamente vinculada à cultura e ao consumo de massa, é uma condição da sociedade contemporânea. De acordo com o autor a banalidade pode ser descrita segundo uma “cartografia semântica”, formada pelo sistema do gosto e do brilho, este articulado pela energia e diversão e aquele pela suavidade e limpeza. Sendo assim, produz-se “paisajes ‘saboros’ y ‘brillantes’, espacios que serían a un tiempo divertidos pero limpos, enérgicos pero suaves.” (MUÑOZ, 2008, p.64).

Muñoz (2008) aponta como exemplo da produção destes espaços “banais” a reabilitação de centros históricos ou de áreas portuárias e industriais. O autor afirma que tais espaços têm seus usos renovados e reaparecem no cenário urbano como lugares especializados, orientados para o consumo, para o ócio, diversão e turismo global. São espaços seguros, projetados para favorecer o controle visual, com sistema de vigilância, portanto, limpos. Além disso, são suaves, já que possuem conteúdo histórico, espaços lúdicos para se contemplar a história urbana. Muñoz (2008) acrescenta ainda os parques temáticos e zonas residenciais de baixa densidade como paisagens “urbanais”. Esta última, em função da proximidade com áreas verdes e da

---

<sup>53</sup> BIANCHINI, F. *The Arts and the Inner Cities*. In B. Pilmott and S. MAC-greggor (eds), *Tackling the Inner Cities*, Oxford, 1991.

<sup>54</sup> Prado (1989) descreve alguns objetos banais da contemporaneidade. “*El chicle sin azúcar: es un objeto ‘divertido’, porque tiene sabor sin ser un alimento pero, al mismo tiempo, es ‘limpo’ porque no provoca caries. Esta combinación específica de diversión e limpieza determina un contenido ‘saboroso’ y ‘brillante’ a un tiempo*” (PRADO 1989, apud MUÑOZ 2008). A mesma lógica tem o cigarro de baixa nicotina, o sabão em pó que protege as cores (enérgico contra as manchas e suave com os tecidos) ou a carne com baixa gordura.

<sup>55</sup> PRADO, J.L. *La Banalidad*. Anagrama, Barcelona, 1989

topologia residencial (áreas grandes, com piscina e churrasqueira) podem ser associadas a espaços divertidos, a férias, finais de semana, à tranquilidade e suavidade de "paraísos privados-ecológicos". Constituem uma imagem vinculada à um determinado estilo de vida (MUÑOZ, 2008).

Assim como Harvey (2006) apontou quatro grandes estratégias para tornar a cidade competitiva por recursos internacionais, Muñoz (2008) aponta outros mecanismos específicos que modelam e acompanham o processo urbanização: construção de uma imagem como primeiro fator da produção da cidade; proporcionar condições suficientes de segurança urbana; utilizar alguns elementos morfológicos da cidade como um espaço público para o desfruto do ócio; e a priorização do consumo do espaço urbano a um tempo parcial, que implica em proporcionar o predomínio de comportamentos vinculados à experiência do visitante, mais do que à do próprio habitante local.

### 3.1 O PAPEL DOS GRANDES PROJETOS URBANOS

*"Ce n'était pas le sens architectural de ces bâtiments qui me captivait, mais le monde qu'ils traduisaient."*<sup>56</sup>

Jean Baudrillard

Considerando a influência do empreendedorismo urbano na gestão e planejamento da cidade, portanto, a governança estruturada para atrair capital exterior num contexto de grande concorrência interurbana, Harvey (2006) afirma que projetos específicos passam a ter grande capacidade para mudar a sorte de determinadas cidades. É neste contexto, portanto, que os Grandes Projetos Urbanos -GPUs- entram em cena, predestinados à primeiramente promover a imagem da cidade e torná-la concorrente por investimentos internacionais e, como consequência, proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> "Não foi o sentido arquitetônico destes edifícios que me cativou, mas o mundo que eles traduziam."

<sup>57</sup> Cidadinos podem ser chamados os grupos sociais que não usufruem das prerrogativas de ser cidadão, ficam restritos ao acesso a determinados direitos fundamentais e, portanto, não exercem a cidadania (ALVES, 2000).

Para Lungo (2005) os GPUs se tornam instrumentos chave para incrementar a competitividade das cidades exigida pelo processo de globalização. No entanto, sabe-se que o termo Grandes Projetos evoluiu ao longo do tempo e existiu antes do final do século XX com outra conotação. Ressalta-se, como afirma Lungo (2005) em seu texto, que não se pretende aqui elaborar um conceito definitivo do termo Grandes Projetos Urbanos, tampouco explorar todos os detalhes da evolução histórica do termo. Entretanto, busca-se trazer um conjunto de argumentos que possibilite a análise de GPU no contexto de Curitiba. Portanto, sendo um conceito complexo e contraditório (LUNGO, 2005), não se pretende finalizar as discussões, ao contrário disso, apresentar argumentos que possibilitem novos debates.

Sendo assim, tendo em vista tais preceitos, destaca-se que apesar da importância de tais elementos para a reestruturação urbana contemporânea, a presença de grandes projetos objetivando a estruturação da cidade não é nova, e remonta às cidades antigas, como Grécia e Roma, por exemplo. Podem ser citados como grandes projetos, ou grandes obras de arte carregadas de valor simbólico desse período: as acrópoles, as termas, arenas, teatros, aquedutos. Durante o Império Romano, por exemplo, todas as cidades conquistadas tinham os mesmos elementos urbanos, símbolos de dominação e dependência do centro do Império, a cidade de Roma.

Hazan (2003, p.1) caracteriza tais projetos enquanto ícones, construções de impacto, aquelas que “seja por sua localização estratégica, visibilidade, escala, forma, aparência, monumentalidade ou uso, [...] desde a sua concepção, vem causar alguma expectativa em relação à sua implantação.”. Segundo a autora, o ícone pode ser concebido como um símbolo ou adquirir tal concepção ao longo do tempo, e se destaca na paisagem urbana, valoriza o seu entorno ou até mesmo a cidade em que se encontra. Hazan (2003) afirma que ao longo da história os ícones têm estado a serviço da política, e atualmente, mais precisamente, a serviço do planejamento estratégico.

Na Antiguidade Clássica, o Partenon em Atenas e o Coliseu em Roma, são exemplos de ícones importantes. Segundo a autora, o primeiro foi erguido para louvar os deuses do Olimpo, agregou toda uma sociedade que se formava em torno do sentido religioso, e fez com que a cidade se desenvolvesse a sua

volta. O segundo, também uniu uma sociedade, mas em torno de eventos comandados por imperadores. A monumentalidade do Coliseu é um marco na cidade de Roma, que até hoje atrai a atenção muito mais do que qualquer outra edificação à sua volta.

Na Idade Média, de acordo com Hazan (2003), os ícones foram as catedrais. As igrejas marcaram a forte presença religiosa na formação das cidades, e mostravam a força e o poder do cristianismo através da edificação monumental e da forma de ocupação territorial. São exemplos, a Notre Dame de Paris e a catedral de São Pedro em Roma, que, como afirma a autora, além de símbolos locais se tornaram ícones globais.

Os ícones arquitetônicos fazem, portanto, parte da história e demonstram a necessidade dos governos, sejam presidentes, prefeitos, reis, imperadores e instituições de afirmar seus poderes. Hazan (2003) reconhece também, que muitos deles foram erguidos para marcar épocas, construídos para ocasião de comemorar a vitória de uma batalha, como o arco do Triunfo em Paris, ou a ocorrência de eventos de grande abrangência, como a Torre Eiffel, também em Paris, e o Palácio de Cristal em Londres, construídos por ocasião das Exposições Universais de 1889 e 1851, respectivamente. Nesse sentido, concorda-se com os autores Pelletier e Delfante (1997, p.239) quando afirmam que “mesmo quando uma cidade foi obra de artistas ou de engenheiros estipendiados por um príncipe, ela sempre continuou a ser expressão de uma sociedade”.

Ultramari e Rezende (2007) afirmam que na última década do século XIX surge nos Estados Unidos um movimento mundialmente reconhecido, o *City Beautiful*, caracterizado por grandes intervenções urbanas. Tal movimento tinha o objetivo de promover uma reforma na paisagem urbana, degradada em virtude do processo de urbanização. Como afirma Castelnou Neto (2005) diante da insalubridade e do caos urbano das cidades industriais guiadas pelo *laissez-faire* surge uma série de movimentos reformadores progressistas, entre eles o *White City Movement*. Tal movimento visava através de ações coordenadas como pavimentação, coleta de lixo e controle de incêndios, iluminação pública, abastecimento de água, e canalização do esgoto, tornar a cidade higiênica e mais saudável (CASTELNOU NETO, 2005, p.351). Segundo

o autor, associado aos aspectos estruturais, a estética também era um pré-requisito para uma cidade harmoniosa, que, além de atender às questões de comércio, indústria, transportes, tinha que corresponder à “cidade bela”.

Castelnou Neto (2005) afirma que o *City Beautiful*, é uma metodologia de aplicação de um plano urbanístico derivada de movimentos reformistas<sup>58</sup> que antecipou muitas das preocupações do planejamento urbano atual. No contexto do final do século XIX ruas foram alargadas, realinhadas, arborizadas, estipulou-se a localização, o caráter e a dimensão dos edifícios. O autor destaca que nesse contexto as áreas verdes passaram a ser vistas como estratégicos elementos do projeto urbano tanto para a melhoria da salubridade quanto para a o embelezamento. Além da importância das áreas verdes livres, a arquitetura monumental passou a ter papel expressivo neste aspecto.

O fenômeno *City Beautiful*, que se manifestou por cerca de 40 anos, dentro de uma grande variedade de diferentes circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais – tanto a serviço do capitalismo financeiro ou agente do imperialismo, como instrumento do totalitarismo pessoal, seja de direita seja esquerda – era a total concentração no monumental e superficial, símbolos de poder; e, por conseguinte, uma quase absoluta falta de interesse pelos projetos sociais mais amplos do planejamento urbano, era pura ostentação. (HALL, 2002 apud CASTELNOU NETO, 2005, p.354).

Sendo assim, como afirma Ezquiaga (2001, p.219) “intervir com critérios de projeto em partes inteiras de uma cidade” não é nova, pode-se citar como exemplos intervenções em Chicago (1893), em Washington (1901), ambos concebidos pela lógica do *City Beautiful*, as experiências da New Town em Edimburgo (1819), prolongamento da Castellana em Madrid (1929), além das emblemáticas obras de Franz Joseph iniciadas em 1857 em Viena e de Georges Eugène Hausmann iniciadas em 1852 em Paris.

Vale aqui lembrar que, de acordo com Villaça (2004), tanto o movimento *City Beautiful* quanto o planejamento de origem renascentista francês que enfatizava a beleza monumental influenciaram o início do processo de planejamento urbano no Brasil. As intervenções relacionadas a tais

---

<sup>58</sup> Além dos movimentos reformistas, o *City Beautiful*, idealizado por Daniel Burnham, também foi influenciado pelas intervenções de Hausmann em Paris. (CASTELNOU NETO, 2005 e ULTRAMARI e REZENDE, 2007).



movimentos tinham nas cidades brasileiras o objetivo de construir uma imagem positiva do país, que se modernizava à exemplo das metrópoles europeias ao destruir as heranças do passado colonial. Pode-se citar o Plano de Embelezamento e Saneamento (1875) de Pereira Passos no Rio de Janeiro e o Plano de Avenidas (1930) de Prestes Maia em São Paulo como exemplos emblemáticos, assim como as intervenções de Cândido de Abreu em Curitiba (1915).

As “construções de impacto” (HAZAN, 2003) desse período mostram relações com os GPUs contemporâneos (final do século XX), já que como afirmam Ultramari e Rezende (2007, p.9), os princípios norteadores do movimento *City Beautiful* estão presentes nas intervenções atuais, mesmo que “propositalmente não revelados”. São eles

1. problemas sociais podem ser eliminados se cultivada a lealdade cívica e a retitude moral; 2. as cidades [americanas] podem igualar-se às europeias por meio da adoção de cânones dos Beaux-Arts; e 3. um centro de cidade mais atrativo [na época, já em processo de decadência devido à migração para os subúrbios] atrairia novamente as classes mais ricas e faria com que essas aí consumissem. (ULTRAMARI E REZENDE, 2007, p.9).

Ultramari e Rezende (2007) afirmam que o termo Grande Projeto Urbano (GPU) tem sinônimos, como Grande Intervenção Urbana, Grande Projeto de Desenvolvimento Urbano, Megaprojeto<sup>59</sup>, Projetos de Grande Escala ou Projetos de Inversão (SANTOS, 1992). No entanto, independente dos termos, destaca-se que o que difere os grandes projetos ao longo da história é, entre outras características, o papel e o interesse do Estado na sua implantação, bem como a importância de tais intervenções para a reprodução da lógica capitalista na escala mundial.

O termo GPU carrega implícita a intenção de competitividade, já que surge no contexto da reestruturação econômica mundial, de internacionalização dos mercados. Como afirma Ferrán (2001) as cidades passam a competir entre si para fazer parte do “clube das cidades mundiais”,

---

<sup>59</sup> “Em inglês, a terminologia mais utilizada é a de *Megaproject* ou, conforme se tem visto mais recentemente na literatura especializada, *Large Scale Urban Projects* ou *Large Scale Urban Interventions*. Em espanhol, são comuns os termos *Grandes Proyectos Urbanos* e *Macroproyectos Urbanos*. “ (ULTRAMARI e REZENDE, 2007).

isto é, visam proporcionar as melhores condições para atrair organizações (bancos, jogos olímpicos, feiras...) e empresários necessários à nova etapa do capitalismo.

Os GPUs contemporâneos foram implantados nos Estados Unidos, sobretudo, entre a década de 1950 e final dos anos 1970 e predominaram no urbanismo europeu durante a década de 1980 (LUNGO, 2005). Na América Latina, principalmente a partir da década de 1990. Lungo (2005) afirma que há uma grande diversidade de conteúdos e lógicas de atuação muito diferentes entre os GPUs implantados o que dificulta sua definição genérica. Entre os exemplos citados pelo autor destaca-se a recuperação de centros históricos, a construção de sistemas de transporte público, a revitalização de antigas zonas industriais, portuárias, militares e ferroviárias, a reabilitação de áreas de habitacionais, construção de novas zonas turísticas, e etc.

Mesmo diante dessa diversidade de tipologias, Lungo (2005) arrisca a dizer que nos Estados Unidos prevalecem as grandes construções de infraestrutura urbana com forte interferência do setor privado. Enquanto na Europa, a discussão sobre GPU se orienta para as obras de porte emblemático, nas quais existe maior participação do setor público.

Pode-se citar como exemplo de GPUs implantados nos Estados Unidos a renovação do Porto de Baltimore e a construção do Battery Park City em Nova York. De acordo com Someck e Campos Neto (2005) até os anos 1960 o projeto original deste último projeto seguiria a concepção modernista e envolveria a requalificação da antiga área portuária a oeste de Manhattan a partir da dinamização de diferentes usos, habitacional, serviços sociais e indústria leve. No entanto, os autores afirmam que a partir da década de 1970 devido à crise em Nova York houve uma reorientação do projeto. A intervenção, que antes era financiada pelo governo, passou a ser alterado pela *BPC Authority*, a qual passou a ter propriedade do solo. O novo projeto priorizava a construção de um complexo de torres de escritórios e condomínios residenciais verticais, visando o aproveitamento imobiliário e adotou a

assinatura arquitetônica de Cesar Pelli para a construção World Financial Center, o qual pode ser considerado o projeto âncora<sup>60</sup> do GPU.

Na Europa, ressalta-se as obras realizadas em Paris. De acordo com Hazan (2003), entre 1981 e 1985, o então presidente da França François Mitterrand utilizou a construção de grandes ícones arquitetônicos para alavancar a economia do país. De acordo com a autora, investimentos principalmente de natureza cultural, projetados por arquitetos reconhecidos mundialmente foram características da política econômica deste período. De acordo com Ferrán (2001) após a crise de 1973 o planejamento foi reduzido às áreas consolidadas e adotou-se a descentralização de competências administrativas. Podem ser citados como exemplos, o Instituto do Mundo Árabe, projeto do arquiteto francês Jean Nouvel, a Cidade da Música de Christian de Portzamparc, a Ópera da Bastilha do arquiteto uruguaio Carlos Ott. Além disso, houve ainda a ampliação do Museu do Louvre e a construção da pirâmide de vidro projetada pelo arquiteto sino-americano I. M. Pei, além da criação do Parc de la Villete concebido por Bernard Tschumi. De acordo com Someck e Campos Neto (2005) estas últimas foram integralmente bancadas pelo Estado.

A partir de 1990, mais ainda com a formação da União Europeia em 1992, Ferrán (2001) afirma que a administração local passa a se preocupar com uma “gestão global” da cidade em função da concorrência entre cidades no contexto da internacionalização do mercado mundial. Nesse sentido, se dedica a criar condições para converter Paris na capital cultural e econômica. Pode-se citar como Grandes Projetos Urbanos de tal período a construção do Arco de La Défense (1990), projetado para revitalizar e mudar os usos da área que se encontrava em crescente processo de degradação (HAZAN, 2003), e a requalificação da Rive Gauche, na margem esquerda do Rio Senna (onde foi implantada biblioteca François Mitterrand projetada por Dominique Perrault em 1991). Ambos são coordenados por sociedades de economia mista em áreas delimitadas como Zones d’Aménagements Concentrés - ZACs.

---

<sup>60</sup> Segundo Ferreira (2013, p.09) projetos âncora são aqueles que “alavancam o marketing e divulgação do local com vistas a atrair novo público interessado em investir”.

Além de Paris, outras cidades europeias também passaram a investir em grandes obras, como Bilbao na Espanha, que, segundo Hazan (2003), passou a fazer parte do circuito turístico-cultural europeu depois da construção do Museu Guggenheim Bilbao, projeto do arquiteto canadense Frank O. Gehry e da estação de metrô projetada pelo arquiteto inglês Norman Foster. Após a reunificação da Alemanha, Berlim é mais um exemplo de cidade que passou a investir em grandes intervenções, o que reafirmou a cidade enquanto um centro urbano mundial (HAZAN, 2003). Além da emblemática renovação da área portuária de Barcelona.

No entanto, apesar da atenção à estética e ao nome do arquiteto que assina uma grande obra, Someck e Campos Neto (2005) destacam que a partir da década de 1990 os GPU europeus, financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, canalizavam investimentos para o desenvolvimento econômico e social de áreas industriais decadentes, investindo em setores como meio ambiente, habitação, saneamento, cultura. Tais investimentos serão detalhados no item a seguir.

Na América Latina, contexto particularmente importante de ser analisado em função da localização de Curitiba, Lungo (2005) afirma que no contexto da reestruturação econômica mundial, os governos latino-americanos passaram a direcionar recursos públicos para pagamento da dívida externa, sendo assim, a construção de grandes projetos passa a depender mais de investimentos privados.

Grandes empresas de desarrollo urbano y compañías de servicios públicos (inglesas, canadienses, francesas y otras) coordinaron la prestación de servicios con complejas operaciones de desarrollo inmobiliarios en casi todas las ciudades más importantes de América Latina. (LUNGO e SMOLKA, 2005, p.301).

A exemplo do Brasil, as grandes intervenções anteriores à década de 1980 foram implantados com objetivos geopolíticos para afirmar o poder e transmitir a ideia de progresso e desenvolvimento do país durante o regime militar (1964-85). Portanto, predominavam os grandes projetos de infraestrutura urbana financiados pelo governo federal, como as hidrelétricas de Itaipu e Sobradinho, rodovias como a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, etc. Nas

décadas seguintes, considerando a descentralização do poder do Estado, GPUs eram implantados visando tornar competitiva a economia urbana local para inseri-la no cenário mundial. Mesmo quando financiados por recursos públicos, visavam estabelecer condições para o desenvolvimento de atividades vinculadas à empresas privadas multinacionais, à economia globalizada. Atualmente, grande parte dos GPUs é financiado ou gerenciado por parcerias entre o setor público e o privado, são de caráter espetacular, carregados de valor simbólico, voltados tanto à criação de novas identidades, quanto à requalificação urbana, ao desenvolvimento de novas áreas para a expansão do setor terciário e atração de investimentos externos.

Portanto, de maneira geral, os projetos implantados na América Latina até o final dos anos 1980<sup>61</sup> (aproximadamente) não apresentavam as mesmas características dos GPUs. O termo ‘grandes’ se referia mais à escala do projeto e não à complexidade que o termo adquire após tal período. Como afirma Bortoleto (2001) algumas intervenções implantadas no Brasil na década de 1970 passaram a ter grandes dimensões técnicas e financeiras, superiores aos empreendimentos até então existentes, por isso eram chamados de grandes projetos.

A descentralização do poder Estatal associado à emergência do neoliberalismo, da globalização, metropolização e dos demais processos de “mutação urbana” (LUNGO, 2005) desencadeados no final do século XX, vêm questionar as bases do planejamento urbano tradicional com a emergência de GPUs. Em razão do contexto histórico político e econômico, novas características são agregadas às intervenções para além daquelas apontadas por Hazan (2003), como o efeito simbólico, da representatividade do poder, monumentalidade da obra ou da centralidade do poder público.

---

<sup>61</sup> O período de alteração da tipologia de GPU varia de acordo com o local. Além disso, entende-se que as diferentes tipologias podem coexistir, no entanto, ao longo do tempo há uma predominância dos GPUs de segunda e terceira gerações. Como afirma Lungo (2005, p.19), nos Estados Unidos é a partir dos anos 1970 que diminuem os investimentos em megaprojetos financiados pelo governo estatal ou federal, de grandes rodovias e aeroportos. Someck e Campos Neto (2005) afirmam que, tendo em vista os exemplos socialmente excludentes da implantação de GPU de iniciativa privada, desde década de 1980 os países europeus investem em GPU totalmente estatais (Orsay, Louvre, La Villette, IMA, etc.) ou de economia mista (La défense, Rive Gauche).

Ao tomar como referência as considerações de Ezquiaga (2001) a respeito dos projetos realizados em Madrid, bem como as ideias de Lungo (2005), guardadas as devidas especificidades, pode-se dizer que de maneira geral existem três gerações de GPUs que emergem no final do século XX (QUADRO 1).

GPUs		CARACTERÍSTICAS
PROTAGONISMO DO SETOR PÚBLICO	PRIMEIRA GERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “Têm por objeto a infraestrutura urbana ou grandes dotações, recuperando e ampliando o conceito de ‘obra pública’”;</li> <li>▪ “Baseiam sua execução no protagonismo público e na intervenção direta dos governos municipal e central”;</li> <li>▪ “São concebidos como elementos motores da transformação da estrutura urbana geral da cidade, capazes de atuar, além do mais, sobre a recuperação do meio ambiente circundante”;</li> <li>▪ “Concebem atenção prioritária ao espaço público enquanto instituição física e elemento estruturador da cidade”.</li> </ul> <p>(EZQUIAGA, 2001, p.225).</p>
PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA GESTÃO	SEGUNDA GERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “O objeto das intervenções é diversificado e incorpora novos temas, como a formalização da nova centralidade, a transformação dos bolsões de pobreza e a habitação social”;</li> <li>▪ “São rompidos os limites da intervenção urbanística, que é circunscrita à ordenação de trechos da cidade, e a intervenção infraestrutural, concebida a partir de uma lógica funcional apropriada”;</li> <li>▪ “O âmbito das intervenções na cidade consolidada é ampliado, chegando à previsão de atuações de novo traçado na periferia”;</li> <li>▪ “São introduzidos critérios de rentabilidade econômica e incorporação o setor privado na gestão e execução de determinadas atuações”;</li> </ul> <p>(EZQUIAGA, 2001, p.228).</p>

QUADRO 1 - TIPOLOGIA DE GPUS Continua

QUADRO 1 - TIPOLOGIA DE GPUS Conclusão

PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA GESTÃO	TERCEIRA GERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “Grandes Projetos Metropolitanos concebidos a partir de uma abordagem estratégica e seletiva. Ou seja, dirigidos ao desenho dos componentes capazes de funcionar como motores da transformação do espaço metropolitano: parques tecnológicos e científicos, polos terciários, universidades, elementos fundamentais de transporte etc”.</li> <li>▪ “Recuperação do centro histórico como serviço prestado à cidade como um todo e ao tecido residencial. Atuação combinada, com essa finalidade, a operações transformadores de áreas decadentes devido à marginalização, com controle dos processos de terceirização nas áreas congestionadas”;</li> <li>▪ “Operações de transformação na “periferia interna” criando novas áreas de centralidade apoiadas em terrenos atualmente vazios ou ocupados por atividades obsoletas (indústrias inadequadas ou em decadência, instalações de infra-estrutura subutilizada, velhos quartéis etc.), caracterizados por um valor de posição estratégico, que permita seu funcionamento como elemento de circulação entre o centro tradicional e os novos polos de atividade metropolitana”.</li> </ul> <p>(EZQUIAGA, 2001, p.234)</p>
---	------------------	--

QUADRO 1 - TIPOLOGIA DE GPUS

FONTE: Ezquiaga (2001), organizado pela autora (2014).

Entende-se que a diferença crucial entre os GPUs da primeira geração (1ªG) e os da segunda (2ªG) e terceira (3ªG) gerações está relacionada à participação do setor privado na gestão dos GPUs, o que implica em diferentes impactos na estrutura urbana conforme o equilíbrio da relação entre Estado e Mercado<sup>62</sup>. Além disso, os GPUs da 2ªG e 3ªG são mais diversificados, compostos pelas novas estruturas necessárias para a reprodução do capital mundial financeirizado, vinculado “ao setor terciário e serviços especializados – escritórios, lazer, turismo, gastronomia, esporte, alta tecnologia, etc” (SOMECK e CAMPOS NETO, 2005).

Pode-se citar como exemplos de GPUs contemporâneos na América Latina, o projeto do Porto Madeiro em Buenos Aires, o Transmilênio em Bogotá, a Reabilitação do Centro Histórico e Recuperação da Zona Portuária de Havana, o Eixo Tamaduatehy em Santo André -SP, reabilitação da área central de São Paulo com o Projeto Nova Luz, a requalificação da área

<sup>62</sup> Fazendo menção à relação dialética apresentada por Polanyi (1983)

portuária no Rio de Janeiro, e o conjunto de novos projetos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre tantos outros exemplos<sup>63</sup>.

O conjunto de projetos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) composto pela Linha Verde, pela Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, contorno viário Norte e pelo Aeroporto Industrial de Confins é um exemplo de GPU da terceira geração. De acordo com Oliveira (2012), segundo o discurso oficial, sua implementação se justificaria pela importância estratégica do desenvolvimento metropolitano de Minas Gerais para o desenvolvimento do país. No entanto, o autor aponta diversas incoerências e conflitos relacionados ao planejamento metropolitano, entre eles destaca-se a falta de discussão sobre: ajustes das competências legais (municipais e estaduais), que remete à discussão sobre a descentralização do planejamento; a limitada participação da sociedade civil e dos municípios menores no planejamento; a desequilibrada distribuição dos ganhos e prejuízos do desenvolvimento metropolitano entre os municípios; entre outros aspectos.

Além desses impasses, Oliveira (2012) aponta que não houve efetiva participação da população e das administrações municipais no desenvolvimento e gestão dos projetos e nenhuma iniciativa para a captação da mais valia urbana gerada. O autor afirma que a crescente valorização imobiliária tende a deslocar a população pobre gerando pressão para ocupação de áreas ambientalmente frágeis. O poder público arca com quase todo o custo das obras e assume os riscos, já que não foi desenvolvida análise de custo de oportunidades averiguando os possíveis impactos ambientais, econômicos, sociais, etc.

Destaca-se a importância simbólica de tal intervenção, com a inovação conceitual do projeto aeroporto-indústria e principalmente com a Cidade Administrativa assinada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, no âmbito da eventual candidatura do governador Aécio Neves à presidência da República em 2010. Sendo assim, como aponta Oliveira (2012, p.80) “a escolha da escala metropolitana como campo de realização da política e do planejamento implica

---

<sup>63</sup> Em Lungo (2005) encontra-se uma lista de GPU na América Latina e em Oliveira et al (2012) exemplos de GPUs metropolitanos em Belo Horizonte e Rio de Janeiro.



em privilegiar determinados atores que ali têm maior poder de interferência e ação.”.

Além das intervenções em Belo Horizonte, destaca-se um segundo exemplo de GPU contemporâneo fora do Brasil, o Puerto Madero na Argentina. De acordo com Someck e Campos Neto (2005), no início da década de 1990 a intervenção na antiga área portuária de Buenos Aires foi emblemática para a América Latina “por combinar com sucesso a requalificação urbana, a revitalização econômica e a reconversão arquitetônica”. Segundo os autores, Na área gerenciada pela entidade autônoma de direito privado Corporación Antiguo Puerto Madero S.A, os antigos armazéns e velhos galpões deram lugar a edifícios de escritório de alto padrão, empresas de elite, centros gastronômicos bares, restaurantes contrastando com prédios de habitação, e espaços coletivos para passeios e lazer turístico. No entanto, os autores destacam que tal intervenção é expressão da gentrificação, os espaços de alta qualidade são de usufruto de poucos. Lungo e Smolka (2005) afirmam ainda que até o momento não foram realizadas avaliações sobre valorização imobiliária gerada na área do projeto ou no seu entorno, portanto, a distribuição da mais valia urbana não foi política adotada na intervenção.

O projeto “Porto Maravilha” também visa a requalificação de área portuária, é um exemplo de GPU mais recente. Localizado no Rio de Janeiro, Ferreira (2013) afirma que a intervenção pretende reestruturar os bairros portuários e proporcionar a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes a partir da qualificação do sistema viário, de transporte, drenagem e saneamento, do fomento às atividades de lazer e cultura para dinamizar a economia local.

A intervenção na área de mais de 5 milhões de metros quadrados (FERREIRA, 2013) pretende ser concluída até 2016, visto que parte das instalações dos Jogos Olímpicos se localizam na área do projeto, e essa já é uma das razões pela qual se justifica a falta de gestão democrática: o curto prazo de tempo. Ferreira (2013) afirma que nenhum documento<sup>64</sup> relacionado

---

<sup>64</sup> Ferreira (2013, p.08, grifo nosso) afirma que o cronograma e as obras que serão realizadas ficam “disponíveis para *apreciação* principalmente em meio digital através do portal eletrônico

ao projeto foi disponibilizado para consulta e discussão popular. Além da violação do direito à informação e participação, a autora aponta mudança na legislação urbana para atender os interesses privados como aspecto ainda mais grave.

Assim como o Porto Madero, Ferreira (2013) também considera o Porto Maravilha um exemplo claro de elitização de um fragmento do espaço urbano. A autora afirma que os moradores das favelas e assentamentos do entorno ou foram despejados ou incluídos nos roteiros turísticos internacionais, o que caracteriza um exemplo de acumulação por espoliação. No Morro da Providência, apesar de delimitado pelo projeto como Área de Especial Interesse Social, não são construídas novas casas e sim demolidas para a construção de atrativos turísticos, como um teleférico. A autora afirma ainda que as indenizações são irrisórias e não possibilitam aos moradores terem acesso a qualquer lote da área portuária, extremamente valorizada pelas novas atividades voltadas ao turismo, lazer, cultura, empresas e negócios do setor terciário superior.

Como aponta Oliveira (2012), os projetos do final do século XIX e início do século XX realizados no Rio de Janeiro, poderiam de alguma maneira ser comparados com os atuais. O autor cita projetos imobiliários, de transformação da área central e portuária entre 1902 e 1990, exposição internacional de 1922, grandes investimentos públicos em viadutos, túneis e grandes vias que permitiram a ocupação da Barra da Tijuca. Tais projetos podem ser considerados anteriores à primeira geração já que, como afirma o autor, o que difere os atuais GPUs é que estes enfatizam “não apenas o desenvolvimento urbano, mas uma nova *necessidade de integração competitiva na economia internacional*, agora alçada a uma outra dimensão que envolveria múltiplos aspectos da vida social” (OLIVEIRA, 2012, p. 67, grifo nosso).

---

do projeto”. Portanto, o projeto é apresentado para a população e não construído a partir da opinião pública, nem mesmo pelos grupos diretamente atingidos.

Constitui, porém, uma relevante novidade o fato de muitos dos grandes projetos da última geração serem pensados como elementos mediadores entre as exigências espaciais causadas pelo reinvestimento econômico das grandes metrópoles e sua própria transformação urbana, a partir do papel estratégico que determinadas áreas vazias ou obsoletas podem representar como locais de atividades potencialmente mais adequadas às novas funcionalidades urbanas. (EZQUIAGA, 2001, p.219).

Tendo em vista tais características, para Ezquiaga (2001, p.220) as grandes operações urbanas questionam o planejamento tradicional, por três razões principais: concretizam-se num longo período de tempo; são de grande dimensão; são obras públicas, apesar dos investimentos privados; e são norteados pelas ideias e vontades compartilhadas pelos principais atores urbanos<sup>65</sup>, “pela vontade comum de valorizar oportunidades implícitas em cada uma das cidades”.

Como exemplo, Lungo (2005) afirma que nos anos 1970 os projetos urbanos financiados pelo Estado europeu, que envolviam análise econômica, social, ambiental, se concretizavam a longo prazo, eram articulados à visão global da cidade e mais atraentes aos investidores, passaram a questionar os planos urbanos. Sendo assim, em determinados contextos, os GPUs atuais rompem com os preceitos do planejamento urbano tradicional por apresentarem um aparente sucesso para a organização espacial e desenvolvimento local.

No entanto, Lungo (2005) alerta que tais projetos podem gerar impactos favoráveis ou desfavoráveis dependendo de como são financiados, do equilíbrio entre o setor público e o setor privado na sua gestão, da relação com o plano geral e com as estratégias de desenvolvimento urbano local. Além disso, precisam respeitar as normas vigentes e envolver a população local nas decisões, incluir estudos de impactos socioeconômico e espacial, bem como instrumentos de redução dos efeitos negativos.

---

<sup>65</sup> Destaca-se, no entanto, como veremos adiante, que nos países da América Latina a população local não é incluída nos “principais atores urbanos”, e sim grandes empreiteiras, setores imobiliários, turísticos, comerciais.

Destaca-se que, principalmente em países que apresentam grandes desigualdades sociais, mais do que mitigar impactos negativos, é preciso questionar desde sua concepção, se tais intervenções visam contribuir com a solução de questões de interesse coletivo, transformando o espaço urbano mais justo e acessível para a população como um todo. Como afirmam Lungo e Smolka (2005, p.306) se referindo ao processo de elitização e deslocamento da população original (geralmente pobre): “em vez de la simple mitigación de los impactos negativos indeseables, podría ser más útil dedicarse a mejorar el manejo de los procesos que generan dichos impactos.”.

Reese (2013) afirma que os GPU atuais modificam a estrutura socio-territorial, alteram a estrutura do preço do solo, bem como os instrumentos de gestão, por isso geram tensão com os preceitos do planejamento urbano tradicional no que diz respeito aos instrumentos normativos, estratégias de equidade socio-territorial e ao modelo de gestão e governabilidade. Nesse contexto, Novais et al.(2007, p.07) definem GPUs como aqueles projetos que “desencadeiam rupturas<sup>66</sup> sobre os espaços físico e social, em algumas das suas múltiplas dimensões, e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizada por reconfigurações escalares, e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local.”.

Lungo (2005) parte de dois principais aspectos para caracterizar os projetos em questão: a grande escala e complexidade. Para Lungo e Smolka (2005, p.306) o primeiro “tiene más peso en los impactos urbanísticos y ambientales, mientras la complejidad lo tiene en los impactos sociales y la política urbana”. Os autores acrescentam ainda o fato de serem polêmicos/controversos, e o fator complicador relacionado ao tempo para sua execução, que normalmente excede os períodos de gestão municipal. Vainer, Oliveira e Lima Junior (2010) apontam como outro fator de complexidade os diferentes ritmos e intensidades temporais com que acontecem, o que dificulta o processo de avaliação de seus efeitos cumulativos sobre os valores e usos do solo.

---

<sup>66</sup> Vainer, Oliveira e Lima Junior (2010, p.16) apontam alguns tipos de rupturas com as quais os GPU estariam relacionados: rupturas institucionais, urbanísticas, rupturas legais, na dinâmica imobiliária e no gradiente de valores fundiários, rupturas políticas, simbólicas e escalares.

De acordo com Lungo e Smolka (2005, p.302) a escala pode se referir tanto ao montante financiero quanto à escala geográfica, que se definem a partir “de la dimensión de la ciudad, su economía, estructura social y otros factores, todos los cuales ayudan a definir la complejidad del proyecto”. Portanto, não há um tamanho ou valor mínimo ou máximo que define a intervenção enquanto um GPU.

Já a complexidade pode estar relacionada às diversas dimensões nas quais os GPUs desencadeiam rupturas físicas e sociais (institucional, urbanística, político, legal, fundiário, simbólico, escalar) (VAINER, OLIVEIRA e LIMA JUNIOR, 2010). Para Lungo e Smolka (2005) a complexidade se dá pela multiplicidade de atores envolvidos (representantes de distintos níveis de governo, entidades privadas, comunidade local), pelos diferentes tipos de financiamento e pela gestão do solo e do projeto urbano. Segundo os autores a gestão do projeto é componente chave da implantação de GPU, “es fundamental que la organización institucional encargada de la gestión del proyecto tenga capacidad para incorporar y coordinar adecuadamente la escala y la complejidad” (LUNGO e SMOLKA, 2005, p.303).

A organização institucional se refere à equilibrada relação entre o setor público e privado na gestão do GPU. Nesse aspecto, os autores são enfáticos quando afirmam a importância do Estado para controlar e regulamentar o uso do solo, além de garantir a justa participação da população local no processo decisório. Isso porque, é o Estado que, através de políticas públicas, deve mediar os interesses entre os diferentes agentes sociais, visando sempre solucionar questões de interesse coletivo, e o planejamento urbano, apoiado no plano global da cidade, é uma ferramenta para atingir esse objetivo. Como aponta Lungo e Smolka (2005, p.305) “las grandes intervenciones urbanas que aportan la mayor contribución al desarrollo de la ciudad tienen como base la gestión pública del suelo.”.

Sendo assim, para os autores o sistema de gestão ideal seria aquele em que o Estado, apoiado na participação comunitária, portanto, atendendo às necessidades da população local, incorporasse o setor privado apenas para o financiamento e execução do GPU. Visando o bem comum, a partir de estudos

prévios de impactos econômicos e sociais, a valorização gerada pela implantação do projeto seria captada pelo poder público<sup>67</sup> e revertida em projetos sociais. Além disso, Lungo e Smolka (2005) apontam que se os recursos advindos da valorização do solo não forem captados para investimentos sociais na área de impacto direto, como medida compensatória dos possíveis impactos negativos, ou fora dela, promovendo distribuição equitativa da mais valia urbana gerada, os recursos podem ainda ser utilizados como mecanismo de autofinanciamento do projeto.

Um exemplo da recuperação da mais valia urbana relacionado à um projeto já citado é “a criação de dois parques, uma marina, uma escola e a construção de algumas habitações populares” (SOMECK e CAMPOS NETO, 2005) com o rendimento da operação realizada a oeste de Manhattan, conhecida como Battery Park City.

Com a efetiva participação do Estado, a valorização do solo pode gerar impactos favoráveis na estrutura social urbana, já que os GPUs podem melhorar a qualidade de infraestrutura, dos serviços urbanos e elevar o nível de vida de diferentes grupos sociais (LUNGO, 2005), além de favorecer o desenvolvimento urbano local se o projeto estiver integrado com o plano urbano. “Los GPU concebidos como instrumentos para el logro de ciertas metas urbanas estratégicas suelen considerarse exitosos cuando se ejecutan de acuerdo con el plan” (LUNGO e SMOLKA, 2005, p.305). Zaitter e Ultramari (2010), em acordo com tal argumento, afirmam que os grandes projetos urbanos de caráter pontual possuem poucas chances de contribuir para um processo transformador positivo da cidade.

A integração dos objetivos do GPU às estratégias presentes no plano urbano mais amplo permite uma articulação do projeto com as demais ações do Estado, favorecendo assim o impacto positivo do mesmo. Nesse contexto, Lungo (2005) afirma que

---

<sup>67</sup> No Brasil a captação da mais valia urbana pode ser efetivada a partir de alguns instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, tais como a contribuição de melhoria, o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública, outorga onerosa do direito de construir e as operações urbanas consorciadas.

El gran proyecto urbano es una noción polisémica, pero se puede entender como el hecho de articular una estrategia flerte alrededor de apuestas urbanas y socioeconómicas de gran dimensión y larga duración que inciden en el desarrollo de una ciudad. **No debe, sin embargo, limitarse a una acción urbana específica como un proyecto arquitectónico de gran dimensión**, ni confundirse con el proyecto de ciudad. (LUNGO, 2005, p.18, grifo nosso)

Portanto, entendendo que o GPU não se limita apenas à grandes obras e está, sim, relacionado às novas articulações, políticas, ações, projetos, programas associadas às intervenções urbanas, destaca-se que Raeder (2010) considera os megaeventos enquanto GPU.

De acordo com Lungo (2005), por um lado os GPUs podem trazer uma visão inovadora ao planejamento urbano tradicional, estimulando novas formas de participação, de gestão e de transformação das normas urbanísticas vigentes. No entanto, segundo o autor, pouco se tem avançado com relação aos instrumentos de regulação da terra, de captura de mais valia ou aos mecanismos de compensação/ redução de impactos negativos relacionados às grandes intervenções urbanas. Enquanto isso, proliferam-se marcos normativos específicos que tendem a acentuar as desigualdades existentes (LUNGO, 2005). As exceções na legislação urbana vigente para a implantação de GPUs são arbitrárias, desconexas do plano mais abrangente da cidade, não passam por avaliações de impacto (LUNGO e SMOLKA, 2005) e, portanto, privilegiam determinados grupos sociais. A exemplo do projeto Porto Maravilha citado anteriormente.

Dada la fragilidad financiera y fiscal de las ciudades de América Latina, prácticamente no hay capacidad para discutir públicamente las solicitudes hechas por los proponentes de los GPU. La ausencia de mecanismos institucionales que brindarían transparencia a estas negociaciones aumenta la venalidad de éstas, en la medida en que expongan la capacidad para fomentar otros desafíos jurídicos menos prosaicos. (LUNGO e SMOLKA, 2005, p.304).

Merece destaque a contraditoriedade de se incluir os GPUs no plano urbano de países da América Latina, já que, como afirmam alguns autores é exatamente o planejamento urbano que têm reproduzido as desigualdades

sociais nesses países, fomentando processos de elitização e exclusão (LUNGO e SMOLKA, 2005). A exemplo do Brasil, que, como afirma Villaça (2004), em função de interesses políticos e da manutenção da hegemonia do poder, apesar de existirem discursos vinculados ao plano diretor, a prática dos governantes é bem diferente. Priorizam-se intervenções que beneficiam a elite e a dinâmica do capital e não necessariamente a população como um todo, o que torna a prática do planejamento urbano historicamente ineficiente contra as desigualdades sociais. Tal contexto se dá em função do forte patrimonialismo político na periferia do capitalismo, “entendido como o uso pessoal da esfera pública e o exercício da política de favor (ou troca) dominado por forte oligarquia nacional” (MARICATO, 2009, p.2).

Considerando a fragilidade financeira e fiscal bem como as peculiaridades dos planos urbanos, a falta de interesse político, a disputa pelo poder, entre tantas outras especificidades, normalmente ocorre na América Latina um quadro bem diferente do ideal apresentado até o momento.

Como já apontado anteriormente, desde o período da reestruturação econômica mundial pautada nos ideais neoliberais do final do século XX, na descentralização do Estado–Nação, ou como afirmam alguns autores na emergência da ideologia do Estado mínimo, conferiu-se maior poder aos municípios. Tendo em vista a internalização do capital Estatal, o qual financiava grandes obras, os governos locais passam a buscar a implantação dos GPUs visando não apenas modernização e desenvolvimento urbano, mas também a dinamização da economia no âmbito internacional. No entanto, no contexto latino americano a relação entre setor público e setor privado se dá de maneira diferente do apontado anteriormente, o que repercute desfavoravelmente nos diversos aspectos analisados<sup>68</sup>.

Nesse contexto, Lungo (2005) afirma que o Estado passa a atuar menos como regulador e representante dos interesses coletivos da cidade e mais

---

<sup>68</sup>Alguns dos aspectos analisados anteriormente foram o vínculo com a legislação vigente, a relação com o plano mais abrangente da cidade, papel no desenvolvimento urbano local, impacto na estrutura social urbana, gestão e financiamento dos GPUs e participação da população no processo.



como aliado fundamental do projeto, o qual na maioria das vezes visa atender interesses privados. De acordo com tal argumento, Oliveira (2012, p.68) afirma que no atual contexto político econômico “o Estado e os interesses privados colaboram intimamente para coordenar suas atividades em torno do objetivo de aumentar a acumulação de capital.”.

Sendo assim, os GPUs implantados sem articulação com o plano local, ou, no caso do Brasil, em desacordo com o discurso dos planos diretores participativos e em acordo com a prática do planejamento estratégico, acentuam a fragmentação e a dualização das cidades. As intervenções são parciais, desarticuladas dos interesses locais coletivos, já que se perde a visão geral da cidade e, por isso, produz-se ilhas de modernidade em contraposição às diversas áreas carentes de investimentos (LUNGO, 2005). De acordo com Lungo (2005), tendo em vista a parcialidade dos GPUs, esses geram privilégios aos atores de maior poder ao possibilitarem a flexibilização da normativa urbana e a isenção de impostos e tributações, facilitando assim a privatização da gestão urbana. Segundo o autor, o desafio é justamente evitar tal situação, a qual foi consolidada claramente no exemplo de GPU citado no Rio de Janeiro - Porto Maravilha.

De acordo com Ferreira (2013) um conjunto de leis que contornou o andamento da revisão do Plano Diretor possibilitou a parceria público-privada, a Operação Urbana Consorciada na Zona Portuária, a concessão de uso da área por 15 anos pela Concessionária Porto Novo, a alteração de uso e ocupação do solo permitindo torres residenciais e de serviço, entre outras. Tais adaptações e flexibilizações na legislação urbana somada à isenção de cobrança fiscal se resume na legalização da privatização de um espaço público, já que através de legislação específica a “CDURP [Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto] adquire poderes de gerir o espaço público da Zona Portuária no lugar da própria Prefeitura”. (FERREIRA, 2013, p. 11-12).

Como aponta Ferreira (2013) o Porto Maravilha seria financiado em parte pela administração pública e em parte pelo setor privado, através da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC). No entanto, nesse

caso fica claro que o poder público arca com os riscos e o setor privado aproveita dos benefícios da intervenção. A autora afirma que diferente do discurso oficial de que a obra seria auto-pagável, os CEPACs foram comprados pela Caixa Econômica Federal (banco público) com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Sendo assim a obra acaba sendo viabilizada por recursos e terrenos públicos, do governo municipal e federal, mas é administrada por empresas privadas.

Vainer, Oliveira e Lima Junior (2010) afirmam que a flexibilidade é um elemento central dos novos modelos de planejamento urbano apoiados nos GPUs, os quais dependem do Estado enquanto facilitador dos interesses globais.

a participação do Estado vai muito além de uma participação financeira e é decisiva ao produzir exceções ou renúncias fiscais ou urbanísticas que oferecem ao grande projeto um espaço legal formatado segundo suas necessidades. (VAINER, OLIVEIRA e LIMA JUNIOR, 2010, p.15).

Ferrán (2001) afirma que a possibilidade de antecipar a organização física e funcional da ‘cidade do futuro’ justifica as concessões para incentivar a implantação de um GPU. De acordo com os cálculos do autor, o tempo para implantação de um GPU (~10 anos) é menor que o tempo para se perceber os efeitos de um plano (~25 anos), por isso é visto como vantajoso. Nesse sentido, Ferrán (2001) afirma que as cidades mundiais podem ser comparadas às cidades coloniais, já que ambas concedem poderes a estrangeiros, disponibilizam “zonas ‘francas’ livres de impostos e outras regulações em que são utilizados os recursos locais baratos, mão-de-obra e outros” (FERRÁN, 2001, p. 243). Tal colocação se aproxima daquela pontuada por Mangin (2010) e discutida na segunda parte deste trabalho a respeito das *villes franchisées* na França.

No entanto, sem a devida regulamentação do uso do solo pelo Estado o incremento dos preços da terra<sup>69</sup> gerados pelos GPUs aumenta a desigualdade urbana. Isso porque, “las plusvalías generadas son, en muchos casos, captadas individualmente, sin beneficiar el desarrollo de la ciudad en su conjunto.” (LUNGO, 2005, p.37). Tal processo tem grande impacto negativo na estrutura social urbana tendo em vista que geram-se novas centralidades voltadas à interesses específicos e não à interesses comuns. Além disso, sem o devido controle do Estado tal processo possibilita o deslocamento da população original geralmente mais pobre, portanto, a reprodução de novas “periferias”.

Tal processo está relacionado aos três exemplos de GPU contemporâneos citados anteriormente<sup>70</sup>. Tanto as obras na Região Metropolitana de Belo Horizonte, quanto o Puerto Madero e o Porto Maravilha não previram aplicação de instrumentos para captação da mais valia urbana buscando a justa distribuição dos ônus e benefícios provocados pelo processo de urbanização. As obras de revitalização das áreas portuárias são exemplos claros do processo de elitização e as obras na RMBH também impactam no deslocamento da população de baixa renda da área da intervenção.

De acordo com Lungo (2005) o solo urbano é o elemento chave de qualquer GPU, na medida em que possibilita a produção de rendas adicionais, as quais podem favorecer diferentes destinatários. Considerando que nos países da América Latina a posse de grandes porções de terra era pública (LUNGO, 2005, p.23) há que se atentar para os riscos das parcerias público-privadas frequentes na gestão dos GPUs. Segundo o autor, a falta de articulação da grande intervenção com a estratégia contida no plano da cidade e as constantes exceções criadas para a implantação de GPU podem trazer

---

<sup>69</sup> De acordo com Lungo e Smolka (2005), o aumento do preço do solo é fator inevitável em função das externalidades que geram os GPUs.

<sup>70</sup> O Porto Maravilha e intervenções na Região Metropolitana de Belo Horizonte foram selecionados como GPUs de referência, pois são projetos Brasileiros. Além disso, o primeiro é emblemático no contexto dos megaeventos (Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016) e o segundo é um GPU da terceira geração. O Puerto Madero foi selecionado, pois é um GPU implantado fora do Brasil, além disso por suas características é um exemplo típico de GPU implantado na América Latina, e permite análise comparativa com o Porto Maravilha.

consequências negativas em função do contraditório funcionamento do mercado de terra urbana.

Soma-se aos riscos do mercado imobiliário o que Lungo (2005) chama de “déficit de operações” nos países latino americanos. Tal aspecto está relacionado à falta de estudos de impacto e análises dos custos e benefícios dos GPU para cada localidade. Tendo em vista que a terra urbana é um recurso econômico, a população local deve dele beneficiar-se, e em princípio o poder público deveria garantir a distribuição dos benefícios gerados. Nesse sentido, o GPU deveria ser entendido como um investimento de interesse geral da população, e os riscos da operação deveriam ser previamente identificados e compartilhados, não assumidos pelo poder público, o que ocorre quando a gestão é privatizada.

Destaca-se aqui a colocação de Ferrán (2001, p.243) que afirma que contraditoriamente quanto mais as cidades ‘crescem’ (ganham importância do cenário mundial), mais ficam dependentes de capitais e “fatores exógenos sobre os quais têm pouco controle, mas que [segundo o pensamento único] precisam atrair para poder competir e manter seu ritmo de desenvolvimento”.

Lungo e Smolka (2005) afirmam que os GPUs podem ser forças estimulantes que impulsionam transformações imediatas que afetam tanto o valor do solo, quanto o desenho urbano, gerando novas dimensões físicas, estéticas e simbólicas. A arquitetura simbólica adotada nos Grandes Projetos Urbanos geralmente busca o destaque, visibilidade, atração de usuários, turistas, investidores. A acentuação da estetização dos espaços urbanos em função da ousadia arquitetônica, das técnicas construtivas, do paisagismo e iluminação vinculados ao projeto, estão associadas ao processo de valorização do solo e consequentemente da elitização de áreas específicas, com substituição da população original.

Lungo (2005, p.37) afirma que ao deslocar antigos habitantes os GPUs “provocan procesos de elitización; refuerzan los patrones de segregación socioespacial existentes en la ciudad y modifican las identidades urbanas.”. Tais impactos sobre a estrutura social urbana serão analisados com maior

profundidade na sequencia desse trabalho, a partir do estudo da realidade local de Curitiba.

No contexto atual, os ícones contemporâneos de arquitetura simbólica, os quais podem compor um GPU enquanto projetos âncora, são construídos “para alterar os espaços, causar polêmica, valorizar a área em que se situam e dinamizar a cidade em que se encontram.” (HAZAN, 2003, p.3). O projeto âncora é o principal ícone de transformação urbana do GPU por isso geralmente está associado à arquitetura espetacular, o que facilita o marketing urbano. Os elementos simbólicos são característicos da arquitetura dita pós-moderna, que visa promover o espetáculo na sociedade do consumo. Para Berry-Chikhaoui, Deboulet, Roulleau-Berger (2007, p.15) as cidade se tornam “reféns de uma “urgência estética”, [...] se reorganizam em função do desejo de consumo visual”.

Lungo (2005) acrescenta que esta espécie de *show cases* de grande função midiática associada a espaços de consumo, lazer e cultura, além de articular interesses econômicos, facilitam o consenso entre os atores. Como afirma o autor o “marketing sustituye a la participación social en las decisiones sobre el futuro de las ciudades” (LUNGO, 2005, p.23).

Por outro lado, Ferrán (2001, p. 247) destaca que em muitos casos as arquiteturas têm destaque em detrimento do GPU como um todo, “tendo em vista a incerteza do programa funcional”, a instabilidade das circunstâncias futuras. Considerando que tais projetos são implantados a longo prazo (exceto nas ocasiões de megaeventos) a administração local visa garantir os elementos fixos, permanentes (FERRÁN, 2001).

Independente das razões que levam à construção das obras arquitetônicas, Hazan (2003) destaca que além da escala e da monumentalidade, os novos ícones arquitetônicos normalmente são projetados por arquitetos conceituados mundialmente, visto que não têm a função apenas de requalificar determinado espaço da cidade, e sim, prioritariamente, de atrair recursos e catalisar o processo de urbanização. Cita-se como exemplo dos GPUs tomados como referência a Cidade Administrativa assinada por Oscar Niemeyer e o Museu do Amanhã projetado por Santiago Calatrava. Como

lembra Hazan (2003), assim como em outros períodos da história, os ícones são construídos a partir de uma concepção política, não surgem por acaso.

Principalmente nos países da América Latina, os GPUs (compostos por mais de uma obra (LUNGO, 2005) incluindo o projeto âncora) têm o papel estratégico de alavancar o desenvolvimento econômico e promover a reestruturação do espaço urbano atraindo investimentos externos privados que em teoria garantiriam a sobrevivência da cidade num contexto de reestruturação dos poderes do Estado e forte concorrência na escala global. No entanto, não é o que se vê. A sobrevivência econômica não garante o desenvolvimento social, o que compromete o desenvolvimento urbano como um todo. As ações voltadas prioritariamente para a construção de GPUs visando reforçar a competitividade da cidade, tiram o foco dos investimentos prioritários, os quais realmente garantiriam uma cidade mais justa, acessível, democrática e consequentemente mais produtiva.

Nesse contexto, Ultramari e Zaitter (2010) apontam que no Brasil “a academia nacional posiciona-se crítica ou minimamente receosa a respeito dessa tipologia de intervenção urbana” (através de GPUs), tendo em vista os GPU implantados nos últimos dez anos<sup>71</sup> no país e a ampliação dos espaços de valorização imobiliária associada à crescente desigualdade social espacialmente explicitada nas cidades brasileiras. Sabe-se que os GPU não são os únicos elementos que geraram o atual contexto de desigualdade urbana, mas seguramente contribuíram para o processo. Considerando que são implantados como uma possível solução aos problemas urbanos associados ao modelo de planejamento estratégico, pode-se dizer que no Brasil tais intervenções são contraditórias e por isso, dividem opiniões.

Como afirmam Vainer, Oliveira e Lima Junior (2010, p.17) tendo em vista a realidade urbana brasileira, as políticas e intervenções urbanas deveriam ter como diretriz fundamental dois objetivos: “o alargamento e aprofundamento da

---

<sup>71</sup> No trabalho intitulado *Grandes Projetos Urbanos e sua Compreensão pela Academia Brasileira*, Ultramari e Zaitter (2010) realizam uma análise detalhada dos artigos relacionados ao tema GPU apresentados no evento da ANPUR – Associação Nacional Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional entre 1999 e 2009, e procuram apontar os conceitos e fatores mais recorrentes no debate, assim como o posicionamento da academia brasileira a respeito desta tipologia de intervenção urbana.

cidadania democrática e a redução das desigualdades socioespaciais vigentes na cidade.”. Portanto, a contradição relacionada à nova tipologia de intervenção urbana fica explícita no Brasil, principalmente com a realização da Copa de 2014. Neste momento diversos GPUs são implantados nas cidades sede visando promover a dinamização econômica do país, à exemplo de países da Europa e Estados Unidos, mas se demonstram anti-democráticos, inevitavelmente gentrificantes e associados a uma redistribuição perversa da mais valia urbana<sup>72</sup>. Fatores que, como apontado anteriormente são desfavoráveis para o desenvolvimento urbano local.

Além das características e dos impactos que envolvem o tema de GPUs apresentados até o momento, Ultramari e Rezende (2007) ressaltam discussões acerca do papel renovador de uma obra arquitetônica, normalmente presentes nas grandes intervenções.

Por um lado, há um grupo que acredita fortemente na capacidade de uma obra de arquitetura marcante “constituir-se em ícone emblemático de poder, sucesso, beleza, salubridade, modernidade, desenvolvimento, civilidade e de pertencimento”, portanto de funcionar como um instrumento de renovação urbana. Do outro lado, há outro que “critica qualquer intervenção que não seja estrutural, aguardando revoluções que transformem primeiro a sociedade e, então, a cidade onde ela reside.” (ULTRAMARI e REZENDE 2007, p.10).

Apresenta-se, portanto, um debate em torno da dialética espaço-sociedade. Pautando-se na perspectiva de Santos (1979), o qual defende a ideia do espaço social, portanto, do espaço construído enquanto condição e produto das relações sociais, pode-se afirmar que o projeto de arquitetura diferenciada tem influência e ao mesmo tempo é expressão de dada sociedade. Ressalta-se, no entanto, que no caso da implantação de obras vinculadas a um GPU há uma incerta capacidade de previsão das externalidade geradas, seja pela complexidade da obra, pela falta de gestão adequada, pela falta de estudos anteriores à obra e controle dos efeitos após sua construção. Como afirmam Lungo e Smolka (2005, p. 304) “la experiencia

---

<sup>72</sup> Tais termos, “anti-democráticos”, “inevitavelmente gentrificantes” e “redistribuição perversa da mais valia urbana” foram utilizados por Smolka (2013) para caracterizar a contraditoriedade dos GPUs.

latinoamericana con los GPU suele presentar una diferencia abismal entre las promesas originales y los verdaderos resultados.”

A partir deste debate, pontua-se uma segunda problemática, acerca do impacto gerado pela implantação de um GPU, tanto para a conformação das relações sociais quanto para a estruturação do espaço urbano. Ultramari e Rezende (2007) defendem que os GPU podem trazer benefícios e têm papel importante nas transformações positivas para a cidade. Para esses, na maioria das vezes os GPUs são estigmatizados como “projetos de interesse de uma minoria capaz de apropriar-se de seus resultados financeiros” (ULTRAMARI E REZENDE, 2007, p.8). No entanto, ressaltam que tal leitura é parcial, já que os GPUs podem ter seus impactos ou usos negativos reduzidos a partir de estudos de viabilidade e de medidas mitigadoras. Acrescenta-se que tais práticas podem ser cada vez mais adotadas com o advento dos Planos Diretores Participativos no Brasil, os quais incluem instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

Assim como Ultramari e Rezende (2007), Lungo e Smolka (2005) e Rolnik (2002) também apontam aspectos positivos dos GPUs. Os primeiros ressaltam diversos aspectos favoráveis das intervenções, mas ressaltam os limites desses projetos principalmente para as cidades da América Latina. A segunda, afirma que os GPUs podem vir a ser instrumentos de uma política pública voltada para a construção de um cenário socialmente mais justo. Rolnik (2002) afirma que os investimentos pontuais interferem na distribuição de centralidades, e privilegia de forma excludente determinadas áreas das cidades. Coloca, contudo, que para acabar com a exclusão territorial deve-se investir em grandes projetos com o objetivo de redistribuir centralidades e diminuir desigualdades, já que

[...] centralidades fortes exigem grandes projetos urbanos, grandes operações – não se constroem a partir de milhares de micro-investimentos pulverizados. Isso significa que a luta anti-exclusão territorial se dá também no campo desses grandes investimentos urbanos. (ROLNIK, 2002, p.4).

Para outros autores como Mascarenhas, Bienenstein e Sanchez (2011), os GPUs (sobretudo aqueles implantados no Brasil) podem ser fontes de



abismos socioespaciais, já que os impactos sociais assumem um papel central no cenário de implantação desses megaprojetos. Como já apontado anteriormente, os GPUs (principalmente os vinculados a megaeventos) não priorizam questões socialmente relevantes, ao serem implantados em áreas estratégicas da cidade valorizam determinados pontos em detrimento de outros, podendo provocar o deslocamento dos moradores originais. Este processo cria visivelmente espaços fragmentados e segregados, na medida em que reúne nas áreas mais valorizadas a população de alta renda, enquanto cria entre elas, espaços com infraestrutura precária onde se aglomera uma maioria de baixa renda.

Mesmo Ultramari e Rezende (2007) afirmam que os megaprojetos implantados em países como o Brasil (com sérias demandas sociais) tendem a ser pontuais, sem contribuir significativamente para a melhoria nas relações entre o ambiente urbano construído e o cidadão, ou para mudanças abrangentes na cidade como um todo. Além disso, as grandes intervenções na paisagem urbana de tais países competem por recursos que são aplicados em outras ações de eventual política urbana nacional, como projetos de atendimento à demanda urbana básica, regularização áreas invadidas ou melhorias no atendimento à saúde, mobilidade etc. A carência de recursos elementares como esses, leva grande parte da população a se indagar quanto a real necessidade dos gastos milionários com Grandes Projetos Urbanos, enquanto esse investimento poderia estar prioritariamente sendo destinado para suprir demandas básicas da cidade. Tal realidade foi um dos motivos que mobilizou a população de diversas cidades brasileiras a integrar as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013, movimento popular a ser explorado mais adiante.

Em países considerados desenvolvidos, do Norte global, pode-se apontar algumas diferenças. A implantação de GPUs envolve alto montante de investimentos privados, a partir da imagem da cidade preparada e economicamente segura para receber megaprojetos. Além disso, em países norte-americanos e europeus estes grandes projetos estão associados a um plano maior da cidade, em geral, integram a malha urbana e por isso seus impactos vão além do entorno imediato (ULTRAMARI E REZENDE, 2007).

Destaca-se também como fator positivo, a presença do Estado como controlador e fiscalizador do bem público, principalmente nos países europeus. Ao contrário, da América Latina, onde, segundo Lungo e Smolka (2005), os GPU se convertem em instrumentos para excluir a participação cidadã dos processos decisórios e esconder o verdadeiro papel da gestão pública, de solucionar as questões de interesse coletivo.

Hazan (2003) destaca ainda, que num mundo globalizado, as intervenções locais têm impacto global, e que a partir de uma política globalizada que se reflete nas estratégias locais, há uma reprodução de ícones contemporâneos, espelhados pelo mundo. A autora ressalta que “nem sempre o que se reproduz de modelos importados é adequado para alguns lugares”, e o “sucesso dos empreendimentos não é tão certo como se imagina” (HAZAN, 2003, p.11). Para a autora há uma grande diferença entre as cidades de países desenvolvidos (Norte global) e cidades de países em desenvolvimento (Sul global).

As primeiras, de uma forma geral, exportam seus fatores de produção, padrões de consumo, cultura etc, enquanto as segundas tendem a importar o modelo das primeiras, ainda que este não seja apropriado para as suas realidades. (HAZAN, 2003, p.11-12).

Sendo assim, enquanto para alguns os GPUs podem ser positivos, para outros podem acentuar um processo de segregação ao trazer “equipamentos culturais elitistas, muitas vezes inacessíveis ao poder aquisitivo dos moradores locais” (HAZAN, 2003). Este processo envolve o debate entre o equilíbrio da relação paradoxal local – global e a reprodução de paisagens homogêneas. Ao mesmo tempo em que as especificidades locais são importantes para o destaque da cidade no cenário mundial, reproduzem-se modelos de planejamento e ícones arquitetônicos. É o exemplo do Museu Guggenheim, que além de existir em Veneza, Bilbao, Nova Iorque e Abu Dhabi, outras cidades já cogitaram a possibilidade de sediá-lo, como Curitiba, Rio de Janeiro, Taipei, Guadalajara e Helsinki (HELSINGIN SANOMAT, 2011). Como já apontado anteriormente, os investimentos em atividades culturais são realizados prioritariamente a partir de interesses econômicos globais, e são grandes instrumentos de *marketing* urbano. Por isso, Hazan (2003) afirma que

são cada vez mais raros os centros culturais locais, ou um museu ligado às questões da cidade, que em teoria poderia levar à promoção internacional da cidade pela sua especificidade, já que se prioriza a implantação de ícones mundialmente reconhecidos, como um museu internacional Guggenheim, que de acordo com a perspectiva de alguns, pode garantir o sucesso da cidade.

Assim como Hazan (2003), Sanchez (2004) também afirma que no Planejamento Estratégico (PE) baseado no empreendedorismo, no planejamento de projetos -como os GPUs-, nas intervenções pontuais, venda de espaços estratégicos se torna padrão e é, assim, aplicado por diversas cidades em contextos bastante diferentes, pois se configura como um receituário, devido ao aparente sucesso em algumas localidades.

O urbanismo barcelonês, por exemplo, se tornou ícone do planejamento estratégico por ocasião das Olimpíadas de 1992, na medida em que teve um impacto urbanístico associado à regeneração urbana, e à recuperação da área portuária, além da catalisação de outros Grandes Projetos Urbanos já previstos para a cidade (FRAGA, 2010). No entanto, o autor afirma que no que se refere ao urbanismo estratégico vinculado à mercadoria urbana, Barcelona não foi o modelo original, pois outras cidades sede de grandes jogos internacionais já faziam este ensaio. O sucesso de Barcelona se deu, entre outras razões, devido ao momento histórico de ingresso da Espanha na União Europeia, no qual os interesses internacionais seriam garantidos para processo de reestruturação da cidade. Na opinião de Fraga (2010), o que verdadeiramente atrai a atenção de gestores e técnicos urbanos é o êxito das estratégias integradas, com notáveis resultados no campo da arquitetura e do desenho urbano. Apesar de todo o sucesso, muitas são as críticas a respeito da arquitetura icônica, do espetáculo subordinando as políticas públicas à lógica do turismo internacional, onde passam a ter uma importância principal os megaeventos esportivos.

Rolnik (2011a) afirma que a partir das Olimpíadas de Los Angeles de 1984 é que as grandes transformações urbanas passaram a estar associadas à megaeventos. Segundo a autora, aquela foi a primeira vez que se mobilizou o “capital corporativo para fazer investimentos na cidade de forma mais permanente”. Desde então, ao longo da segunda metade do século XX os

grandes eventos esportivos passaram a ser vistos como oportunidades ímpares para as cidades se destacarem no cenário mundial e promoverem uma requalificação urbana a partir de investimentos internacionais (RAEDER, 2009). No entanto, foi a partir do exemplo de Barcelona, que a implantação de GPUs passou a estar fortemente vinculada à realização de megaeventos esportivos, considerados como instrumentos de um planejamento estratégico para dinamizar a economia local. Isso porque, os megaeventos, entendidos como oportunidades de instalação de GPUs, são fundamentais para a atração de consumidores, sejam turistas, empreendedores, investidores imobiliários, e transformam, portanto, o espaço urbano em mercadoria, como nos termos de Vainer (2011b) e Harvey (2006).

Segundo Seixas (2010, p.6) megaeventos podem ser caracterizados como “eventos culturais ou desportivos de âmbito internacional ou mesmo planetário, ações coletivas e efêmeras que comportam status simbólicos e escalas espaciais e temporais muito significativas.” O autor aponta como exemplos, Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, Feiras Universais, conhecidas como Expos, ou ainda, em menor grau, Capitais de Cultura, Torneios de Tênis ou Grandes Regatas.

Para Uzzo e Saule (2012, p.8) megaeventos “são eventos de duração limitada, de grande atração turística e com grande capacidade de atrair investimentos públicos e privados”. Os autores afirmam ainda que a opção em sediar os megaeventos é normalmente motivada pelo interesse em tornar a cidade competitiva a partir de grandes investimentos em infraestrutura urbana, atração de turistas, serviços e conseqüentemente desenvolvimento. Nessa perspectiva, os megaeventos esportivos ou culturais representam claramente a mudança no processo de gestão das cidades, baseada no empreendedorismo urbano, na flexibilidade, na aliança do poder público com o capital privado, no planejamento por projetos ou Grandes Projetos Urbanos. Sendo assim, os megaeventos podem ser vistos como novos mecanismos de governança, símbolos da contemporaneidade.

Segundo Rolnik (2011a) o megaevento se trata “de corporações e grandes negócios, um grande evento de marketing e de marcas associadas a ele.”. Considerando a importância da imagem da cidade no cenário mundial o

megaevento se torna um dos requisitos para indicar a competência da gestão local em gerir grandes negócios. Associado aos grandes eventos emergem diferentes interesses e atores, nacionais e internacionais, em busca de novos mercados, novos rendimentos. Portanto, tais eventos são fantásticos “estandes de vendas” (ROLNIK, 2011a), onde se divulgam diversos produtos, entre eles a própria cidade. Rolnik (2011a) destaca que principalmente os associados ao espírito esportivo, à solidariedade, ao nacionalismo, à elementos simbólicos, os quais criam a vantagem de um ambiente de consenso, são poderosos instrumentos de expansão do capital. A autora ressalta ainda que o mercado imobiliário internacional é hoje parte fundamental do circuito financeiro, portanto está associado aos negócios do megaevento, liberando ativos imobiliários passíveis de especulação.

Sendo assim, como apontado anteriormente, ao entender que a evolução do sistema capitalista se pauta na economia de mercado e na relação dialética entre o Estado e o Mercado, fica claro que a partir da reestruturação econômica mundial emergem novas formas de governabilidade, de reprodução do capital, uma nova etapa de mercantilização, de desarticulação da vida social. Isso porque, a disseminação do pensamento hegemônico pautada nos ideais do capitalismo neoliberal faz crer que o Estado, proporcionando o desenvolvimento econômico articulado com agentes do setor privado, estaria provendo a sociedade dos bens necessários à reprodução da vida urbana.

Nesse contexto, entende-se que os GPUs implantados por ocasião de megaeventos se tornam instrumentos do novo modelo de planejamento, eficientes para a conquista do *aparente* desenvolvimento e para a reprodução do capital, o qual se pauta, entre outros aspectos, na efemeridade e dinamicidade dos fluxos, nas especificidades dos “fixos” (lugares), na articulação das redes de cidades, e na construção de novos mercados consumidores. Tais perspectivas serão aprofundadas no próximo capítulo.

### 3.2 ENTRE A EMERGÊNCIA DE NOVOS MODELOS E A CONTRADIÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO

Como visto anteriormente a crise da década de 1970 não foi apenas econômica. O aumento do preço do petróleo implicou numa reorientação da política urbana, de grande impacto principalmente nas cidades dos países emergentes. Os gastos com as grandes obras dos governos militares resultaram em dívidas, o pagamento da dívida externa repercutiu na diminuição dos recursos públicos nacionais, o enfraquecimento do Estado provedor de infraestrutura e serviços públicos gerou desemprego e precarização da vida na cidade. Nesse contexto, a adesão à ideologia neoliberalista, com abertura para o setor privado foi a solução adotada para a crise urbana, para a crise do planejamento urbano nos países do Sul global.

Nos países do Norte global, o planejamento passa por um período de crise desde os anos 1960, e isso aconteceu, porque “a globalização, a aceleração dos movimentos de capitais, as políticas de transferência de regulações em direção aos mercados só fizeram aumentar as incertezas” (ASCHER, 2010, p. 18). Assim, segundo o autor, o novo sistema do qual fazemos parte nos dias atuais, repousa na impossibilidade de limitar certezas, o que estabeleceria o fim dos futuros previsíveis e planejáveis.

No entanto, o planejamento estratégico que emerge como uma nova opção para enfrentamento dos problemas urbanos é uma solução contraditória e perversa, já que tem como proposta trazer soluções a curto prazo<sup>73</sup> a partir de intervenções parciais e acaba por contribuir para o agravamento da situação crítica das grandes cidades.

Como visto anteriormente, tal modelo baseado na gestão empreendedora, é eficiente para a realização de projetos específicos, muitas vezes efêmeros, que em determinados contextos se sobrepõe ao plano mais amplo da cidade. De acordo com a nova ideologia, diante do caos urbano e da descentralização

---

<sup>73</sup> O curto prazo é em relação ao planejamento tradicional. Como afirma Ferrán (2001) o tempo para implantação de um GPU é de aproximadamente 10 anos, já o tempo para se perceber os efeitos de um plano é aproximadamente 25 anos.

do Estado, o objetivo prioritário deste modelo de planejamento é atrair grandes investimentos do capital internacional para impulsionar o crescimento econômico das cidades e favorecer sua visibilidade no cenário mundial. Em razão disso, Harvey (1992) aponta que o projeto tem maior importância que o plano, a metrópole é comandada aos pedaços, o espaço é moldado segundo princípios e objetivos estéticos, sem nenhuma relação com algum objetivo social abrangente. Portanto, o autor destaca que o planejamento urbano transformado em “planejamento de projetos” considera o tecido urbano necessariamente fragmentado para se adaptar ao modelo econômico do capitalismo globalizado.

Tendo em vista tais características, ao considerar a diferença entre os conceitos de planejamento e gestão, entende-se que o planejamento estratégico que emerge no final do século XX no Brasil é contraditório, já que, na concepção de Souza (2006), não é possível falar em planejamento e abrir mão de uma orientação para o futuro em função de um centramento no presente, na implantação de projetos. Para o autor, os termos são distintos e complementares, se referem a diferentes tipos de atividade e possuem referenciais temporais distintos.

O planejamento remete ao futuro, a partir de análises e simulações visa tomar precauções quanto a determinados problemas e desenvolver as potencialidades visando o bem estar comum. Já a gestão significa administrar segundo necessidades imediatas, “é apenas a efetivação [...] das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir.” (SOUZA, 2006, p.46).

De acordo com Souza (2006) o conceito de gestão urbana passou a ser utilizado a partir da segunda metade da década de 1980, quando a crise do planejamento chegou ao Brasil, antes disso a expressão gestão era ligada à administração de empresas. Neste período, foi que o termo planejamento passou a ser largamente desacreditado, associado à práticas ineficientes, autoritárias e tecnocráticas.

Para Villaça (2004, p.193) entre 1875 e 1906 quando surge o planejamento urbano brasileiro sob a égide do embelezamento das cidades, o discurso se aproximava da prática, os planos, portanto, eram eficientes. Isso porque, segundo o autor, as elites tinham um projeto de cidade e condições

hegemônicas suficientes para obter apoio nas intervenções urbanas planejadas. Segundo Maricato (2011a) até as décadas de 1930 e 1940 é possível perceber tal prática. Nos anos seguintes, quando a eficiência da técnica e da ciência passam a ser os novos norteadores das intervenções urbanas é que “tem início um período de inconsequência e inutilidade da maioria dos planos elaborados no Brasil.” (MARICATO, 2011a, p.138).

Com a ascensão da burguesia industrial, a classe dominante passa a não ser a mesma classe dirigente, portanto, a elite não era mais hegemônica suficiente para impor seu plano para a cidade. Além disso, com a acentuação do processo de urbanização e dos diversos problemas urbanos, e a gradativa politização da sociedade urbana brasileira, que passou a se organizar e lutar pelo direito a cidade, os debates abertos passaram a sofrer críticas, novos interesses passam a ruir as bases do poder.

A partir desse momento os planos passaram a ser ineficientes, na medida em que camuflavam os reais interesses e práticas dos governantes. Conforme aponta Villaça (2004) não havia como anunciar obras de interesse popular, pois essas não seriam feitas, tampouco havia como anunciar as obras que seriam feitas porque estas não eram de interesse popular. Nas palavras de Maricato (2011a, p.138) “quando a preocupação social surge no texto, o plano não é mais cumprido.”.

Para justificar a falta de propostas que resolveriam os problemas urbanos, os dirigentes renovaram o discurso (VILLAÇA, 2004). Aos poucos passaram a abandonar as práticas de embelezamento e afirmar que a causa dos problemas urbanos era a falta de um plano mais abrangente para a cidade, pautado na ciência, na análise técnica e na racionalidade. Desse modo se esquivavam de explicar a origem dos problemas, os quais estavam associados às suas próprias ações. Diversos planos foram elaborados, mas os problemas urbanos continuaram se acentuando, já que as ações não estavam a eles associadas. Como afirma Villaça (2004, p.207) “o plano era abrangente, mas o interesse das elites continuava no centro da cidade, onde havia grande interesse imobiliário”.

Villaça (2004) destaca que no período da ditadura militar os planos e projetos urbanos implantados estavam associados a planos setoriais, nacionais



ou estaduais, mas não ao plano urbano, não tinham a intenção de organizar o espaço intraurbano. Sendo assim, os planos implantados eram de interesse das classes dominantes e não da população local. Visavam o progresso e a modernização através de um intenso investimento no setor industrial, incentivado pela política de substituição de importação. A cidade, enquanto força de produção, deveria favorecer a dinâmica do capital através de grandes obras de infraestrutura, “enquanto isso as obras de habitação eram relegadas ao esquecimento” (VILLAÇA, 2004, p.199).

Nesse sentido Villaça (2004) afirma que a eficácia do planejamento urbano no Brasil a partir de 1930 é fundamentalmente ideológica e não política. Isto é, a cada nova realidade o plano assume um novo discurso, mas a prática continua favorecendo as classes dominantes. Como afirma o autor

Entende-se ideologia aquela versão da realidade social dada pela classe dominante tendo em vista facilitar a dominação, pois tende a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais são produzidas. Por intermédio da ideologia, os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que estas pareçam verdadeiras e justas. A ideologia surge, no seio da classe dominante, através do descolamento das ideias da realidade social (autonomização das ideias) e consiste na transformação do pensamento da classe dominante em pensamentos dominantes. (CHAUÍ, 1981, apud VILLAÇA, 2004, p.226).

O histórico afastamento entre o discurso e a prática fez emergir a incredibilidade nos planos. Além disso, agravou os problemas urbanos relacionados à proliferação de ocupações irregulares, à degradação ambiental, aumento do comércio informal, precarização do transporte público, agravamento das condições de saúde, educação, segurança. Como afirma Maricato (2011a, p.140) “é notável como essa atividade referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada.”.

Villaça (2004) explica que as desigualdades se reproduziram não por falta de planejamento, mas pela falta de vinculação entre as ações do Estado e o plano enquanto norteador das práticas. O mesmo não acontece nos países europeus e norte-americanos, por exemplo, nos quais os planos em grande parte legitimam as políticas públicas. No entanto, o autor ressalta que em

qualquer dos lugares “o que está por de trás da fachada do planejamento é o poder e a dominação” (VILLAÇA, 2004, p.191). E foi o nível de aceitação, credibilidade e hegemonia desse poder que fez surgir a extrema desigualdade social e espacial das cidades brasileiras.

Na atualidade o processo não é tão diferente. Por um lado, as lutas sociais conquistaram maior espaço para a regulamentação da política urbana culminando com a emergência do Plano Diretor Participativo. O qual, ainda precisa de muita luta para que o plano legitime as práticas, mas essa questão será detalhada na sequência. Por outro lado, a nova ideologia se constrói num planejamento urbano mais flexível com abertura para o capital privado, contrariando os planos rígidos e tecnocráticos. Como afirmado anteriormente, a solução para o “caos urbano” passa a ser adesão à gestão empreendedora, ao planejamento estratégico para a atração de recursos.

Sendo assim, tendo como referência a análise de Villaça (2004), pode-se dizer que atualmente o discurso se aproxima da prática. Isso, se considerarmos o discurso do planejamento estratégico, o qual a partir de um pretenso consenso cria a ideia de desenvolvimento econômico a partir da execução dos grandes projetos, que se traduzem em grandes negócios.

Nesse contexto, destaca-se que a oportunidade da implantação de GPUs associado a um megaevento aparentemente justifica os impactos socioespaciais negativos, bem como a canalização de recursos públicos em áreas não necessariamente prioritárias para a solução dos problemas urbanos, e é desse modo que se continua reproduzindo cidades acessíveis para poucos. Para Oliveira (2012, p. 71), caso o GPU não atinja o efeito proposto de interferir positivamente na dinâmica urbana e social da cidade é especificamente “o uso e a apropriação social dos equipamentos, espaços e outros elementos materiais remanescentes relacionados aos projetos que permite minimizar –ou justificar minimamente– a inadequação dos gastos públicos.”.

Tendo em vista que o planejamento estratégico facilita a realização de interesses de grupos minoritários e hegemônicos, os quais, na maioria das vezes, não se alinham aos interesses coletivos, fica claro que o desenvolvimento econômico não leva necessariamente ao desenvolvimento

social, à justa distribuição dos benefícios, a construção de cidades mais acessíveis a todos, como prima a agenda da reforma urbana.

Sendo assim, o discurso da gestão empreendedora, do planejamento estratégico, que se pauta na prática da implantação de GPU, justifica a reprodução de injustiças e desigualdades sociais e tira o foco da discussão dos princípios da reforma urbana e do planejamento redistributivo. Em parte, por uma falta de esclarecimento e entendimento das repercussões do desenvolvimento econômico pautado essencialmente nos interesses do capitalismo global.

Portanto, a crise do planejamento urbano mais abrangente, a longo prazo, produz uma cidade fragmentada, desigual, reflexo de intervenções pontuais e de gestões que favorecem os interesses do grande capital em detrimento dos reais problemas urbanos. Desde a descrença no planejamento, com afastamento do discurso e da prática, mediante agravamento das condições urbanas, segundo Souza (2006) o termo gestão passa a trazer para alguns a noção de eficiência e a conotação de um controle mais democrático operando com base em acordos e consensos. Por isso passa a ser largamente utilizado nas cidades governadas pelo empreendedorismo urbano.

Sendo assim, na mesma medida em que a contraditoriedade do modelo de planejamento estratégico se dá na escala temporal, a perversidade acontece na escala espacial. Utilizado em parte para promover o desenvolvimento econômico dos países em situação de crise fiscal relacionada à dívida externa, tal modelo não contemplou da mesma maneira os interesses sociais necessários ao desenvolvimento urbano local. Tendo em vista que o planejamento estratégico responde primeiramente aos interesses globais, visando a atração de investimentos e atua de maneira pontual (principalmente nos países emergentes) no espaço urbano, contribui para a acentuação dos problemas sociais urbanos.

No âmbito da disseminação do planejamento estratégico pautado na gestão empreendedora, fica clara a distorção do conceito de planejamento urbano, já que este é uma ferramenta que deve ser utilizada para a realização do desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2006, p.73). Para Villaça (2004) planejamento urbano visa a organização do espaço intraurbano e aplica-se ao

plano de uma cidade individualmente. Nesse contexto o planejamento é processo e o plano é uma etapa deste.

Assim como no governo militar, alguns projetos contemporâneos não visam desenvolver e organizar o espaço intraurbano e não são formulados e aplicados às cidades individualmente. Portanto, partindo da definição de planejamento urbano citado por Villaça (2004), entende-se que programas como o Minha Casa Minha Vida (MCMV) ou a estruturação das cidades sede da Copa 2014, não fazem parte de um planejamento urbano, estão relacionados a uma estratégia nacional, por isso não pretendem –e nem poderiam- organizar o espaço intraurbano visando as reais necessidades locais. No período militar as intervenções eram encabeçadas por um Estado autoritário, por um poder centralizado. Atualmente, os planos abrangentes atendem aos interesses de grandes empresas (nacionais ou multinacionais como a Federação Internacional de Futebol - FIFA) aliadas à um Estado facilitador.

De acordo com Souza (2006), a finalidade fundamental da prática do planejamento é contribuir para a mudança social positiva, entendida como a melhoria da qualidade de vida e a promoção da justiça social. Por meio do planejamento, seriam criadas as condições necessárias para a sobrevivência da sociedade como um todo, tendo como referência o longo prazo. No entanto, atualmente não é o que se pratica nas cidades que visam fazer parte da dinâmica econômica global.

Paradoxalmente, no momento atual, no qual o grande capital constrói a cidade (HARVEY, 2010), desenvolvimento algum acontece em larga escala sem que o governo local ofereça algum estímulo (HARVEY, 2006). Sendo assim, nas parcerias público-privadas o poder local oferece subsídios as grandes empresas para que permaneçam na cidade às custas do consumo coletivo local. Portanto, a integração dos agentes sociais na estruturação do espaço é fundamental para a promoção da cidade enquanto metrópole, enquanto polo multifuncional que mantém relações internacionais. As iniciativas locais devem ser capazes de vender a cidade, tornando-a competitiva no cenário mundial pelas atratividades econômicas comuns e/ou especificidades locais.

Assim como as especificidades locais devem ser capazes de projetar a imagem da cidade na economia global, é também a partir das articulações entre os atores locais que se encontram alternativas a esse modelo de planejamento mercadofílico. Diante de um contexto de aprofundamento das desigualdades intraurbanas e interurbanas geradas a partir da contingência político-econômica já explicitada, surgem modelos de planejamento alternativos, cita-se aqui como exemplo o Planejamento Participativo (PP), Planejamento Conflitual (PC) e o Projetos Urbanos de Desenvolvimento Local.

No Brasil, a lei nº10.257 do Estatuto da Cidade, veio resgatar alguns princípios básicos da reforma urbana com objetivo de interferir no processo de urbanização desigual, e construir cidades mais justas para a maioria da população. A agenda da reforma urbana surge num contexto de crescimento das favelas e periferias nas grandes cidades brasileiras já na década de 1960. Como afirma Maricato (2011b, p.97) “as cidades já forneciam amostras [...] do que viria a ser do futuro, caso não houvesse uma mudança na rota do crescimento com desigualdade.”. Portanto, em 1963, num contexto de grandes debates por reformas sociais no campo da saúde, da educação, das atividades agrárias etc., foi realizado o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana visando a melhoria das condições sociais.

Em 1964, com o golpe militar, Maricato (2011b) afirma que dá-se início a um retrocesso das políticas de reforma de base. Como afirmado anteriormente, apesar do intenso desenvolvimento da atividade do planejamento urbano tecnocrático e conservador, “as iniciativas e medidas do regime autoritário não só não ampliaram o acesso a moradia e à cidade como causaram o aprofundamento do fosso que separa o mercado imobiliário legal daqueles que não tem acesso a ele.”.(MARICATO, 2011b, p.98).

Diante dos problemas urbanos surgem movimentos sociais da década de 1970 e 1980 que passaram a exigir providências do poder público. Maricato (2011b) aponta como a maior conquista nesse contexto a inserção dos artigos 182 e 183 na constituição federal de 1988. Tais artigos dispunham sobre a política urbana e como afirma Villaça (2004) os debates e conflitos entorno das propostas que introduziam temas da reforma urbana evidenciaram os reais interesses vinculados ao espaço urbano, os quais tinham sido ocultados pela

ideologia do plano diretor. Segundo o autor os aspectos urbanísticos que geraram mais polêmica foram os referentes ao uso e ocupação do solo e o setor imobiliário, a facção do capital mais diretamente interessada no espaço urbano.

No entanto, a regulamentação destes artigos foi efetivada 11 anos depois da apresentação do Projeto de Lei 5.788/1990, com a elaboração do Estatuto da Cidade, o qual passa a estabelecer “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

O Estatuto estabelece o plano diretor como instrumento básico da política urbana. Tal instrumento regulamenta os demais, os quais, levando em conta a especificidade de cada município, visam estabelecer a função social da propriedade, a regularização fundiária e a gestão democrática da cidade e sustentabilidade urbana, proporcionando justiça social e qualidade de vida a maioria da população. Com afirma Oliveira (2001) a visão atual do Plano Diretor difere bastante de sua concepção anterior.

De mero documento administrativo com pretensão de resolução de todos os problemas locais, desconsiderando as práticas sociais quotidianas, o Plano Diretor assume a função de, como instrumento, interferir no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão integradora dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais que condicionam a situação encontrada no município. (OLIVEIRA, 2001, p.18)

No contexto de descentralização do Estado-Nação, os governos municipais munidos de maior autonomia é que devem indicar a função social da propriedade, atuar em função do interesse público buscando o equilíbrio entre as demandas e orientando as ações dos agentes produtores do espaço urbano. Como afirma Villaça (2004)

trata-se de adequar o plano diretor ao poder municipal e não trata-lo como compêndio de análise científica do urbano, da urbanização contemporânea, ou do desenvolvimento social, cultural, tecnológico e econômico, local ou regional. (VILLAÇA, 2004, p.238)

Portanto, o planejamento urbano participativo, o qual se pauta nos princípios do Estatuto da Cidade, tenta trazer a democratização participativa a partir da ação coordenada do Estado. É uma alternativa à submissão acrítica do mercado, um modelo de planejamento que surge em resposta às consequências perversas do processo de internacionalização das cidades inseridas na atual dinâmica econômica capitalista.

No entanto, segundo Oliveira (2011a, p. 01) “os planos diretores pós-Estatuto da Cidade, de maneira geral, pouco ou nada avançaram na promoção do acesso a terra urbanizada, ainda que avanços possam ser identificados em planos específicos e em aspectos relacionados à promoção da gestão democrática da cidade”. De acordo com o autor, a fragilidade dos planos diretores se explica em parte, pois o funcionamento das cidades pela lógica da mercadoria, dinamizadas de acordo com investimentos internacionais, dependendo da sua valorização e inserção no circuito mundial, ainda minam as tentativas de alteração deste contexto.

Maricato (2011b) aponta ainda outras limitações para a aplicação do modelo de PP baseado no Estatuto da Cidade, no Plano Diretor e na gestão democrática. Entre elas cita-se aqui as diversas interpretações que a redação da lei pode permitir beneficiando determinado grupo com interesse mercantil e financeiro, e a fragilidade quanto as questões intermunicipais/metropolitanas. Portanto, é fundamental a participação da população local na elaboração e fiscalização do plano, já que esse deve ir contra os interesses daqueles que lucram com atividade especulativa imobiliária e a favor do bem comum, buscando “mudar o rumo do crescimento das cidades marcado pela desigualdade social” (MARICATO, 2011b, p 113).

Diante dos alcances, contradições e limitações dos modelos de planejamento apresentados, emergem no Brasil outras opções de planejamento urbano, entre eles pode-se citar o Planejamento Conflitual ou insurgente (OLIVEIRA, 2013). De acordo com Vainer (2010) o conflito é uma das formas através da qual a cidade explicita sua urbanidade. Nesse sentido, ao invés de os conflitos urbanos se apresentarem enquanto disfuncionais e “ameaçadores da pretendida coesão socioespacial” o planejamento conflitual

os concebe “como fundamento, informação e dinâmica sobre a qual se constroem políticas panos e projetos.” (VAINER, 2010, p.02).

Sendo assim, os conflitos se tornam potenciais bases de informações, instrumentos para a concepção de um plano urbano alinhado aos interesses locais. Isso porque, é no conflito cotidiano, mais do que nos movimentos sociais organizados e grandes manifestações, que emergem sujeitos coletivos, os quais, de acordo com Vainer (2010) resgatam a cidade enquanto arena política.

Tal planejamento parte, portanto, da diversidade e das desigualdades presentes nas cidades para a elaboração de um plano, se fundamenta nos preceitos da sociologia de Simmel, o qual entende o conflito com um tipo de interação, indício de vitalidade social, assim como a ordem (OLIVEIRA, 2013). Oliveira (2013) afirma que para Simmel (1955) a ordem e o conflito não são categorias opostas e excludentes.

Este é um modelo de planejamento inovador que emerge no contexto brasileiro, mais especificamente no Rio de Janeiro, mas que começa a se propalar por outras cidades brasileiras e latino americanas<sup>74</sup> constituído uma rede de pesquisa que busca coletar e comparar os conflitos presentes nas cidades. O Planejamento Conflitual seguramente se contrapõe ao modelo de planejamento estratégico, o qual se pauta na construção do consenso, na despolitização dos atores sociais, na cidade-pátria. Tendo em vista o contexto de desigualdade socioespacial existente nas cidades latino-americanas, o Planejamento Conflitual pode vir a ser uma nova e oportuna perspectiva/metodologia/ prática contra-hegemônica de planejamento urbano.

Cita-se aqui como exemplo de tal modelo de planejamento o Plano Popular da Vila Autódromo, já que este se desenvolveu no contexto da preparação da cidade do Rio de Janeiro para a realização dos megaeventos esportivos Copa de 2014 e Olimpíadas 2016. O conflito existente entre os moradores locais e a prefeitura municipal se dá pela resistência dos moradores

---

<sup>74</sup> De acordo com Vainer (2010) Observatórios de Conflitos Urbanos já estão implantados e em operação nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Maceió e Recife. Nas cidades de Curitiba, Vitória, Fortaleza, Belém, Uberlândia, Campos dos Goitacazes seriam implantados até o final de 2010. Esta em andamento a elaboração de acordos de cooperação para a implantação de Observatórios de Conflitos Urbanos em Buenos Aires, Bogotá, Medellín, Caracas e Cidade do México, prenunciando o nascimento da Rede Latino-Americana.



locais à ameaça de remoção da ocupação desde a realização do Pan Americano em 2007, sob diversas justificativas. A justificativa mais recente é a utilização da área para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende. A partir da organização dos moradores, a luta pelo direito à moradia ganhou visibilidade e os argumentos da prefeitura foram todos refutados por parecer da defensoria Pública.

Diferentemente dos planos tradicionais, principalmente do planejamento mercadófilo, o plano popular foi desenvolvido por iniciativa dos moradores locais os quais definiram os objetivos, as alternativas e as prioridades. Como apontam Vainer et al. (2013) as duas universidades públicas (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense) conferiam junto à mídia e à prefeitura legitimidade ao projeto de permanência, bem como assessoria para estudos de viabilidade técnica propostas pelos moradores engajados no processo.

No contexto de elaboração do plano, é importante ressaltar que foi o conflito que orientou o processo de planejamento, que condicionou os métodos, o tempo de elaboração, produtos preliminares e os instrumentos de luta (VAINER et al., 2013). Como afirmam os autores, não se trata de prevenir e mediar conflitos e sim de reconhecê-los e utilizá-los como motivadores da criatividade da população atingida, que se torna o sujeito coletivo das ações e vão além da ordem normatizada.

Sendo assim, pode-se afirmar que o Planejamento Conflitual nasce a partir do engajamento da população local atingida. Depende, portanto, dos novos sujeitos, da coletividade, bem como da assessoria da sociedade civil organizada ou de instituições públicas como universidades para apoiar e legitimar as propostas frente ao poder público.

Dentre os três modelos de planejamento apresentados, o primeiro, parte do consenso, portanto, não valoriza as opiniões e especificidades locais; o segundo, visa através do diálogo com a população local desenvolver propostas que atendam reais necessidades; já o mais recente, está vinculado a um lugar de conflito específico na cidade, parte das demandas diretas de um determinado grupo. Sendo assim, percebe-se que cada vez mais os planos se voltam para a

escala local<sup>75</sup>. O que explicita a importância das especificidades do lugar para a emergência de resistências à produção desigual do espaço e para fortalecer a luta pelo direito à cidade. Como apontado anteriormente, paradoxalmente o lugar torna-se estratégico tanto para a projeção da imagem da cidade, quanto para a emergência de alternativas ao planejamento mercadófilo.

Tal processo não acontece apenas no Brasil, na América Latina ou ainda nos países do Sul global. De acordo com Someck e Campos Neto (2005), nos países centrais europeus surgem Projetos Urbanos de Desenvolvimento Local, os quais também envolvem ações em determinada área da cidade com maior participação de moradores locais.

Someck e Campos Neto (2005) analisam especificamente as ações de requalificação de áreas industriais decadentes e, no âmbito do processo de reestruturação econômica mundial e da persistência dos problemas sociais, demonstram a emergência novas iniciativas de renovação urbana, voltados aos interesses e às perspectivas de cada localidade.

Nos países europeus, quando a unidade de produção deixa de ser fabril e passa a estar vinculada à própria cidade, isto é, à organização fragmentada e flexível das atividades terciárias, as áreas industriais ficam ociosas, ambientalmente degradadas, há aumento do desemprego, queda na arrecadação fiscal das cidades, enfraquecimento das políticas sociais em função da “suposta falência do estado do Bem-Estar” (SOMECK e CAMPOS NETO, 2005). Tal quadro se assemelha àquele dos países periféricos na década de 1990, com a diferença que a decadência da atividade industrial nos países norte americanos e europeus iniciaram na década de 1970, período em que no Brasil, por exemplo, foi período do “milagre econômico”, impulsionado pela atividade industrial.

Na década de 1980 algumas cidades europeias adotaram o então planejamento estratégico. No entanto, Someck e Campos Neto (2005) afirmam que, tendo como referência as experiências liberais e socialmente excludentes das grandes intervenções em Nova York (Battery Park City) e Londres

---

<sup>75</sup> Ressalta-se que não se ignora aqui a necessidade de vinculação dos planos à diretrizes mais amplas (nacionais, estaduais, municipais) para a sua viabilização.

(Docklands), cidades da França, por exemplo, realizaram intervenções totalmente estatais (Orsay, Louvre, La Villette), ou coordenadas por sociedades de economia mista nas ZACs (La Défense, Rive Gauche).

Segundo Someck e Campos Neto (2005), quando os limites do modelo de planejamento estratégico se tornaram evidentes ao não atingir as expectativas de melhoria das condições de emprego, habitação, infraestrutura e serviços sociais, os países europeus suportados pela União Europeia passaram a investir em Projetos de Desenvolvimento Local. De acordo com os autores, ficou explícito para as cidades europeias que o modelo então vigente estava a favor da lógica econômica dominante, portanto as intervenções favoreciam o grande capital financeiro e imobiliário. Os empregos eram voltados para postos altamente qualificados, as vantagens e lucros não eram revertidos em benefício da população local, os possíveis ganhos fiscais eram objeto de renúncia para atrair investimentos, as áreas centrais requalificadas reforçavam os contrastes urbanos e a municipalidade nesse contexto arcava com o ônus da reestruturação urbana (SOMECK e CAMPOS NETO, 2005).

A partir de 1990 o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional criado pela União Europeia passou a investir em projetos de renovação econômica e urbana atuando nos setores de meio ambiente, habitação, saneamento, cultura, etc., buscando soluções inovadoras para diversos problemas, como esvaziamento funcional, comprometimento ambiental e exclusão social. Segundo os autores são projetos de pequena escala, intervenções específicas com financiamento da União Europeia e governos locais, enfatizam

a geração de emprego e renda, o apoio às pequenas e médias empresas, a qualificação profissional, passando por iniciativas comunitárias e pela participação dos agentes locais (governo municipal, organizações sociais, entidades e empresas já existentes) no processo de decisão e implementação da iniciativa.(SOMECK e CAMPOS NETO, 2005).

Sendo assim, o Projeto de Desenvolvimento Local é outra alternativa ao planejamento estratégico, e vem funcionando principalmente para cidades europeias tradicionalmente dependentes do setor industrial, pois atuam nos setores necessários (principalmente no social, econômico e administrativo/

institucional), com participação comunitária, simplicidade de soluções e de acordo com o recurso potencial de cada região. Someck e Campos Neto (2005) afirmam que no Terceiro Mundo tal modelo também é utilizado, no entanto não têm ênfase nas áreas industriais decadentes.

No entanto, os autores destacam que apesar da importância de ações e mobilizações em nível local tal modelo tem autonomia relativa, pois “não pode prescindir de políticas nacionais, estaduais e regionais de desenvolvimento” (SOMECK e CAMPOS NETO, 2005). Portanto, sua eficiência depende do alinhamento de interesses das diversas escalas de gestão. Nesse sentido, os autores afirmam que sua limitação está na descontinuidade político-administrativa e na tradicional cultura individualista dos interesses municipais.

Sendo assim, a partir dos exemplos apresentados, destaca-se a importância do lugar no contexto do mundo globalizado, mas não como reprodutor da ordem hegemônica e sim como produtor da contraordem, já que ali existem espaços marginalizados e/ou excluídos (SANTOS, 2011). Como aponta Santos (2005), o local e o global estão intimamente relacionados, é através da expansão de vetores globais (ordem, norma, objetos e formas) na escala local que a globalização se impõe. Santos destaca que são os lugares que, de forma contígua ou estruturados em rede, constituem o território e estabelecem a conexão e a contradição vivida entre a escala local e global (SOUZA, 2005).

No atual momento técnico-científico-informacional<sup>76</sup>, as novas tecnologias são em parte responsáveis pela intensificação do fluxo de capital financeirizado, pela acentuação da competitividade entre as cidades, bem como pela conexão destas em rede. Sendo assim, a estrutura em rede expressa a verticalidade, a ligação de pontos distantes associados pelo comando e interesses mundiais. Como afirma Santos (2005), o mundo se

---

<sup>76</sup> De acordo com Santos (2012, p. 234-235) “o meio técnico científico informacional é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir de mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção.”.

refere ao mercado e aos governos mundiais<sup>77</sup>, os quais, através de uma democracia de mercado e dos fundamentos neoliberais transportam regras e normas de “modernização” para seu próprio benefício, a serviço do grande capital.

“Cabe, todavia, lembrar que, graças aos milagres permitidos pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir ao seu oposto.” (SANTOS, 2005, p.260). Sendo assim, os lugares também podem se unir horizontalmente, isto é os lugares vizinhos, unidos por uma contiguidade territorial, no qual emerge um “acontecer solidário” por meio da disseminação da informação entre as partes, podem resistir às diversas perversidades impostas pelo mundo. No cotidiano compartilhado, portanto, as regras são formuladas localmente, e não impostas por interesses externos, e é deste modo que surge a força para grandes mudanças.

Sendo assim, para Milton Santos o lugar é onde

reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política. (SOUZA, 2005, p 253)

Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade. (SANTOS, 2005, p 260)

O PC pode ser a solução para os problemas urbanos de países do Sul global como o Brasil, mas se aproxima disso por ser o mais atual e inovador dentre os modelos, por explicitar o conflito apontado por Santos (2005) entre o lugar, o espaço vivido e o espaço global, bem como por evidenciar lugar enquanto resistência. O Plano Popular da Vila Autódromo assim como outros realizados no Bairro Saramandaia em Salvador, e na Vila

---

<sup>77</sup> O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, são exemplos de instituições citados por Santos (2005, p 259) que fazem parte do governo mundial.

Ouro Preto e Ocupação-Comunidade Dandadra, ambos em Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2013), fortalecem as horizontalidades, entendidas por Santos (2005) como uma possibilidade para mudar o rumo do atual processo de globalização.

Diante da complexidade da atual organização espacial, das contradições entre local e global, entre verticalidades e horizontalidades, diante da relação dialética entre espaço e sociedade, além da paradoxal importância do lugar, tanto para fortalecer a globalização quanto as resistências, é que se constrói o atual paradigma do planejamento urbano.

De acordo com Sánchez (2004), o paradigma se dá em razão da estruturação em rede da cidade contemporânea. Isso porque, as redes geram competitividade entre seus componentes, e por isso, o modelo de desenvolvimento urbano estratégico, apesar de reproduzir desigualdades, se difunde de maneira contínua.

A aproximação entre o discurso do desenvolvimento econômico promovido pelo PE e a emergência de grandes negócios com a implantação de GPUs se dá em razão do sucesso de algumas cidades, as quais ganham da concorrência na disputa por recursos. Portanto, a estruturação em rede favorece a aproximação entre discurso e prática do PE, que por sua vez justifica os gastos de recursos públicos em áreas não prioritárias, bem como os diversos impactos socioespaciais negativos, medidas que ao longo do tempo acentuam as desigualdades sociais. E nesse sentido, o discurso do PP continua distante das políticas públicas que a ele deveriam estar relacionadas para construir cidades mais justas e democráticas.

O PE está longe de ser solução para os problemas urbanos, ao contrário disso, muitas vezes é visto como gerador de diversos problemas tendo em vista a atual configuração socioespacial das cidades contemporâneas. No entanto, apesar da emergência de outros modelos, até o momento o PE continua sendo o modelo mais utilizado nas grandes cidades.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de fortalecimento das horizontalidades, das articulações dos agentes sociais locais, bem como a disseminação de informações quanto à perversidade do modelo atual de

planejamento e dos meios existentes para reverter o quadro da atual realidade urbana. Como afirmam Someck e Campos Neto (2005)

a reestruturação produtiva, os efeitos da crise econômica e as novas desigualdades sociais colocam em pauta a necessidade de elaboração de estratégias que articulem os agentes sociais no sentido de enfrentar problemas urbanos e regionais, sem negar os conflitos existentes e a necessidade de políticas efetivas de inclusão social na escala do país. [...] Soluções efetivas para os problemas urbanos dependem hoje do envolvimento dos atores locais, da sociedade civil e de diversas esferas governamentais, na busca de novas formas de gestão e da capacidade de governança. (SOMECK e CAMPOS NETO, 2005)

A implantação de GPUs, enquanto instrumento do PE, explicita, principalmente no âmbito de megaeventos, os mecanismos, interesses e paradoxos envolvidos na estruturação do espaço urbano contemporâneo. Tais intervenções parecem ir na contramão da construção de cidades mais justas e equitativas, que fortalecem as redes de interesses dos atores locais. Favorecem, ao contrário disso, as verticalidades, os interesses privados do capital global. Esses, principalmente nos países do Sul, não contribuem para o desenvolvimento urbano como um todo, e sim para a reprodução das desigualdades, contraditoriamente uma das condições para a expansão do capital.

#### **4 GPUs NO CONTEXTO DO MEGAEVENTO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL**

Na perspectiva de concentrar a busca pelo maior número de informações acerca de GPUs vinculados à megaeventos para cumprir com o objetivo proposto para este trabalho, e, tendo em vista que o Brasil será o país sede da Copa do Mundo de Futebol 2014, este capítulo reunirá análises de GPUs implantados no âmbito desta tipologia de megaevento esportivo: a Copa do Mundo de Futebol. Para tanto, cabe caracterizar os principais megaeventos esportivos.

Diferente das Olimpíadas, os mundiais de futebol acontecem a cada quatro anos, envolvem uma única modalidade esportiva e diversas cidades-sede a cada campeonato. Os Jogos Olímpicos de verão e de inverno ocorrem alternadamente a cada dois anos desde 1992. Apesar de também envolverem todos os continentes, fazem parte pelo menos 20 modalidades de esportes, e são eventos realizados em uma única cidade-sede, a cada ano da competição. A Copa das Confederações atualmente acontece no ano anterior à Copa do Mundo, portanto, também a cada quatro anos. Envolve apenas jogos de futebol, seus participantes são os seis campeões continentais, o país-sede e o campeão mundial, totalizando oito países. Além destes mundiais existem as competições esportivas nos continentes, como o Pan-Americano, que são olimpíadas realizadas entre as Américas do Sul, Central e do Norte, e ocorrem a cada quatro anos. Há ainda os campeonatos de caráter regional como a Copa América, Euro Copa, Copa Ouro, etc.

A Copa do Mundo de Futebol teve início em 1930 e o país sede foi o Uruguai, campeão olímpico da época. A escolha do país sede pelos 24 membros do Comitê Executivo da FIFA envolve interesses políticos e econômicos, mais do que simplesmente a avaliação da infraestrutura, segurança, turismo, estádio, etc. Salgado (2013) afirma que o revezamento entre América e Europa ocorre desde 1950. No entanto, desde o ano 2000 outros continentes passaram a fazer parte do revezamento. Foram sedes a



Coréia do Sul e o Japão em 2002 e a África do Sul em 2010, em 2018 a Rússia será o país sede do mundial, em 2022, o Catar.

A escolha das sedes do megaevento esportivo Copa do Mundo envolve também algumas peculiaridades históricas que merecem ser destacadas. Segundo o acordo de revezamento entre América e Europa, depois de a Itália ter sido sede em 1934, a Argentina era forte candidata para 1938, no entanto, a França foi escolhida como sede. Segundo Quadro de Medalhas (2013), em função do descumprimento do acordo ocorreu um boicote da Copa na França, e quase nenhum país do continente Americano participou do campeonato, com exceção do Brasil e de Cuba. As Copas seguintes, de 1942 e 1946, foram canceladas em razão da Segunda Guerra Mundial, e o Brasil foi o país escolhido pela FIFA na sequência, em 1950, por não ter sido palco de guerra. As próximas sedes, Suíça (1954), Suécia (1958) e Chile (1962), foram escolhidas pelo mesmo motivo, países não afetados pelo conflito mundial. O revezamento seguiu entre a Inglaterra (1966), o México (1970), a Alemanha Ocidental (1974), a Argentina (1978).

Durante as décadas de 1960 e 1970 alguns países da América Latina possuíam governos autoritários no mesmo período em que competiam pela Copa do Mundo de Futebol, Chile (1973-1990) e Argentina (1966-1973) são exemplos desse período. Nesse contexto, surgiu outro movimento de boicote à Copa de 1978 na Argentina, que tentava convencer a FIFA de que o evento não poderia acontecer num país que desrespeitava os direitos humanos. Segundo Monsore (2010), argentinos exilados se uniram com franceses para criar o Comitê pelo Boicote da Organização da Copa do Mundo de Futebol (COBA). No entanto, o evento aconteceu e a Argentina foi vencedora. Alguns autores apontam, portanto, a relação estreita entre os interesses políticos e o megaevento esportivo. Passos (2013), afirma que Jorge Rafael Videla, ditador argentino entre 1976 e 1981, usou a Copa do Mundo de 1978 para fazer propaganda do governo, fortalecer o sentimento nacionalista e afastar a população dos problemas políticos que ocorriam no período da ditadura militar, evitando conflitos ou questionamentos através do controle da massa.

Depois da Espanha (1982), no ano de 1986, o México foi pela segunda vez sede do mundial, mesmo depois de um violento terremoto ocorrido em 1985, já que a Colômbia desistiu de sediar o megaevento em 1982. Como aponta Salgado (2013), a Colômbia foi o único país que enfrentou a FIFA e deixou de organizar o Mundial de 1986 durante a preparação, porque não aceitou as exigências feitas pela entidade do futebol. Na ocasião, em razão de problemas econômicos pelos quais o país passava, o então presidente colombiano Belisario Betancur afirmou:

Aqui não se cumpriu com a regra de ouro em que a Copa deve servir à Colômbia e não a Colômbia à multinacional Fifa. Por essa razão, a Copa de 1986 não ocorrerá no nosso país. Não há tempo para atender às extravagâncias da Fifa e seus sócios (SALGADO, 2013).

Após mais três campeonatos mundiais, na Itália (1990), Estados Unidos (1994) e França (1998), o megaevento passou a acontecer também fora do continente Americano ou Europeu. Em 2000 a FIFA, presidida por Josef Blatter, passou a adotar um rodízio entre as confederações<sup>78</sup> para acabar com a alternância América-Europa, culminando com a escolha da Ásia em 2002 e da África em 2014. No entanto, como mostra a notícia “FIFA confirma fim do rodízio de continentes na Copa” (2007), em 2007 a FIFA resolveu abandonar o sistema adotado sete anos antes. Isso porque, segundo a notícia, o Brasil foi o único candidato da Confederação Sulamericana de Futebol a demonstrar o desejo de receber o mundial de 2014, já que a Colômbia e a Argentina desistiram da disputa. Para a FIFA “a concorrência entre países é muito mais interessante e rentável porque atrai publicidade” (FIFA confirma..., 2007). Sendo assim, de acordo com a nova política de escolha, vigente desde 2014, qualquer país pode se candidatar, desde que não pertença a uma das confederações que recebeu as duas últimas Copas. Sendo assim, Rússia e Catar foram os países escolhidos.

Existem dúvidas a respeito do interesse da FIFA em escolher estes dois países. A Rússia disputou com a Inglaterra e as candidaturas conjuntas de

---

<sup>78</sup> Confederação Asiática de Futebol (AFC), Confederação Africana de Futebol (CAF), Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football (CONCACAF), Union of European Football Associations (UEFA), Oceania Football Confederation e Confederação Sulamericana de Futebol (CONMEBOL).

Espanha/Portugal e Bélgica/Holanda, e não parecia ser a favorita, já que os outros países concorrentes têm estádios e uma infraestrutura urbana mais avançada. O Catar disputou com a Austrália, Coreia do Sul, Estados Unidos e Japão, e venceu os concorrentes (RÚSSIA e Catar vão sediar as Copas de 2018 e 2022, 2010).

Nesse contexto, pautada nas ideias desenvolvidas por Harvey (2006) entende-se os megaeventos da Copa do Mundo como mais um elemento sobre o qual o capital se apoia para se reproduzir. Como já pontuado pelo autor, o capital cria novos meios e busca novos locais para expansão. Portanto, se “a sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis” e, nesse sentido, “o caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fraca.” (HARVEY, 2006, p.71), a concorrência entre países para a FIFA parece essencial. A “multinacional da bola” (PIRONET, 2012) busca, portanto, o país que pode oferecer menos barreiras para suas exigências, com o qual estabelece acordos estreitos para viabilizar o megaevento, de maneira que o lucro maior possa ser da FIFA, já que sua preocupação primeira é de ordem financeira.

Tal processo pode ser identificado principalmente nos últimos eventos. Apesar de, como afirmam Betarelli Júnior et. al (2010), o custo do capital ser maior em países em desenvolvimento, tendo em vista os altos investimentos em infraestrutura, os lucros também são maiores (TABELA 1). Isso porque, as isenções, incentivos, o Estado de Exceção construído principalmente nos países do Sul permitem exclusividades comerciais, proteção contra quaisquer danos, entre outras garantias estipuladas nas Leis Gerais da Copa que favorecem os interesses privados da FIFA e seus parceiros.

TABELA 1– CUSTOS E LUCROS DAS ULTIMAS TRÊS COPAS DO MUNDO

<b>ANO DO MEGA EVENTO</b>	<b>PAIS SEDE</b>	<b>PIB</b> (valor de 2012 em U\$)	<b>GINI *</b>	<b>LUCROS FIFA**</b> (em bilhões de U\$)****	<b>CUSTOS***</b> (em bilhões de R\$)****
2014	BRASIL	2,2 tri	51,9 (2012)	4,3	11,2
2010	AFRICA DO SUL	384 bi	63,4 (2009)	4,1	4,5
2006	ALEMANHA	3,4 tri	27 (2006)	1,9	2,5

Fonte: Folha Centro Sul, (2014) e Jornal do Brasil (2014), CIA (2012), Banco Mundial (2014), organizado pela autora (2014).

\* Buscou-se obter os dados mais atualizados, da Alemanha e do Brasil (CIA, 2012) e da África do Sul (BANCO MUNDIAL, 2014). Quanto mais próximo de zero melhor são as condições sociais

\*\*A maior parte do dinheiro vem dos direitos de transmissão pela tevê, seguido pelo marketing gerado em torno do evento.

\*\*\* Custos totais se referem a gastos públicos e privados

\*\*\*\* Os valores em reais (BR) foram convertidos para dólar (USA) a partir do valor de conversão do mês de janeiro de cada ano (2014, 2010 e 2006), com base em dados do Rotary Brasil (2014)

Tendo como referência o histórico das Copas, percebe-se que antes (aproximadamente até a década de 1980) os jogos tinham principalmente um papel cultural, geopolítico, atualmente, na presente etapa da mercantilização, são grandes negócios. De acordo com o Instituto Ethos (2010) até a década de 1960 as exigências da FIFA para realização dos jogos não passava de alguns pré-requisitos relacionados à segurança, hospedagem e bons estádios. Com o início das transmissões ao vivo e via satélite as negociações tornaram-se mais complexas e passaram a envolver direitos de transmissão e de imagem. A partir da década de 1970 os mundiais agregavam valor às marcas e ao marketing, desde 1990 “o futebol tornou-se o esporte midiático por excelência” (INSTITUTO ETHOS, 2010). Segundo levantamento do Instituto Ethos (2010), a partir de 2002 o controle da FIFA é ainda maior, definem-se dimensões dos estádios, preço dos ingressos, produtos a serem vendidos, tipos de repressões necessárias.

Portanto, ao longo do tempo percebe-se que a FIFA passou a exigir maiores compromissos dos países sede a fim de garantir seus interesses, claramente econômicos. Apesar de as negociações serem mais restritas Horst Schmidt (Primeiro vice-presidente do COL alemão) afirma que há margem

para negociações. No caso da Alemanha, por exemplo, não existiu uma Lei Geral da Copa, já que “o governo alemão entendeu que não havia a necessidade de criar novas leis e que a legislação existente já cobria os compromissos assumidos” (PUFF, 2012). Nesse sentido Silva (2014) ressalta que em 2006 foi a FIFA quem respondeu pelos danos gerados pelo evento, em caso de violação de interesses previstos na legislação alemã.

No contexto da Copa de 2006 o acordo também existiu em relação à venda de cerveja nos estádios. De acordo com Puff (2012) a Alemanha negociou com a FIFA e pôde vender 40% de cerveja nacional, do total vendido nos estádios. Além disso, as autoridades alemãs conseguiram que a final dos jogos fosse realizada em Berlim, num estádio fora dos padrões da FIFA (INSTITUTO ETHOS, 2010).

Apesar de em todos os países sede existirem divergências comerciais, na África do Sul e no Brasil as negociações não possibilitaram tantas flexibilidades relacionadas às exigências pré-estabelecidas pela FIFA, como na Alemanha. Isto é, os interesses da federação do futebol prevaleceram, em detrimento da soberania nacional. O governo sul africano, por exemplo, aprovou a Lei Geral da Copa cinco anos antes do evento, teve que mudar todos os nomes dos estádios e se adaptar a todas as outras exigências da FIFA. Quase não conseguiu convencer a entidade do futebol de que pela realidade local os ingressos não poderiam ser vendidos pela internet em sua totalidade (PUFF, 2012).

No Brasil, a Lei foi sancionada em junho de 2012, portanto, dois anos antes do megaevento. O regulamento, que prevê as garantias fornecidas pelo governo brasileiro à FIFA para a realização da Copa das Confederações de 2013 e do Mundial de 2014, foi vetado em seis pontos, os quais não alteram a essência da Lei da Copa (VENTURA, 2012).

Como aponta Pironet (2012), além de suas exigências habituais (relacionadas à segurança, infraestrutura, hotelaria, etc.), a federação conseguiu a inscrição de novos delitos no código penal brasileiro, como a condenação de dois anos de prisão para aquele que atentar contra a imagem dos patrocinadores. A Lei Geral da Copa possibilita ainda a venda de bebidas

alcoólicas nos estádios, proibida há dez anos pelo Estatuto do Torcedor, restrição comercial nas zonas de exclusão, limitações a captação de imagem e som, responsabiliza o Estado por quaisquer danos ou prejuízos com acidentes de segurança. A partir desses exemplos, pode-se dizer, portanto, que a fragilidade institucional permite com maior facilidade uma maior expansão do capital, na realização dos megaeventos.

Como aponta Pironet (2012), se entendermos a FIFA como uma grande empresa comercial que vende o seu “carro-chefe”, a Copa do Mundo, é possível explicar a mudança de atitude de tal “empresa”, cada vez menos restritiva, no sentido de abrir maiores ‘oportunidades’ para os países disputarem a realização dos jogos da Copa do Mundo de futebol. Percebe-se assim, a partir da nova política de escolha citada anteriormente, que é possível que os jogos que frequentemente ocorriam em países do Norte<sup>79</sup>, passem a ocorrer cada vez mais nos países do Sul, ou em países que poucas vezes foram sede do mundial. Isso porque, estes demonstrarão todo o interesse em atrair o megaevento, fazendo acordos, abrindo mão da legislação local, passando a se submeter a toda e qualquer exigência da FIFA em troca da oportunidade de sediá-lo. Como afirma Harvey (2006, p.175) “difícilmente, na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência.”.

Com base em Nunes (2008), Maricato (2009) e Martins (2011), pode-se dizer que a posição econômica dos países do Sul na economia global torna frágil sua estrutura institucional, na medida em que estes têm o desenvolvimento econômico historicamente dependente de investimentos externos, principalmente dos países do Norte. Na contemporaneidade, se de acordo com o pensamento hegemônico, sediar grandes eventos é um pré-requisito para o desenvolvimento, grande parte dos países de economia periférica concorre para isso. No entanto, assim como em outros períodos da história, percebe-se que os momentos de reestruturação, redinamização

---

<sup>79</sup> Das 19 copas do mundo já ocorridas (de 1930 a 2010) o Norte foi sede 14 vezes (10 na Europa, 3 na América do Norte e 1 vez na Ásia) enquanto o Sul foi sede 5 vezes (uma na África e 5 na América do Sul).

econômica favorecem principalmente a manutenção da hegemonia econômica dos países do Norte, frente às intrínsecas crises do modo de produção capitalista.

O discurso oficial da FIFA, que justifica a mudança estratégica da política de escolha do país sede, é o de que com a realização de um megaevento como a Copa do Mundo leva-se a oportunidade de desenvolvimento, a partir da infraestrutura implantada, e da visibilidade que o megaevento proporciona para a cidade, atraindo turistas e dinamizando a economia local. Nesse sentido, a FIFA estaria contribuindo para o desenvolvimento das cidades, principalmente daquelas que carecem de investimentos em infraestrutura. No entanto, ressalta-se que, como já apontado anteriormente, o desenvolvimento econômico não significa desenvolvimento social, e os investimentos necessários seriam prioritariamente em infraestrutura básica e não turística.

Nesse contexto, o discurso da FIFA parece se aproximar daquele realizado pelos Estados Unidos quando criaram o programa Alimentação para a Paz objetivando, em teoria, combater a fome no mundo. De acordo com Souza Santos (1997) o programa, que se propunha à venda subsidiada de produtos alimentares para o Terceiro Mundo, tinha como prioridades atender os interesses econômicos dos EUA, como “aliviar os excedentes agrícolas, desenvolver mercados de exportação para as mercadorias agrícolas americanas e expandir o mercado internacional.” (SOUZA SANTOS, 1997, p.294).

O autor duvida que tal programa tenha efetivamente beneficiado os países do Sul, já que muitas culturas tradicionais foram substituídas, tais países passaram a depender economicamente cada vez mais da importação de cereais, houve mudanças no hábito alimentar tradicional. Em 1972 o programa demonstrou a sua verdadeira função, quando foi cancelado pelos EUA e substituído por vendas comerciais. Nesse contexto, os países do terceiro mundo, endividados, buscaram como solução parcial a produção para a exportação em detrimento das culturas de subsistência. Como consequência, passaram a consumir produtos alimentares processados e enlatados de menor valor nutritivo, controlados por grandes empresas multinacionais. Tal fato

histórico é mais um exemplo da chamada destruição criativa caracterizada por Harvey (2007). Deste modo, na concepção de Souza Santos (1997), o programa Alimentação para a Paz prejudicou, a longo prazo, os países do Sul, favoreceu os países do Norte e contribuiu assim para a acentuação das desigualdades entre Norte – Sul.

Faz-se, portanto, uma analogia da Copa com este programa, entendendo ambos como elementos de destruição criativa, tendo em vista que: 1) o megaevento é entendido enquanto um instrumento de reprodução do capital, 2) o esporte é mais uma esfera de atividade por onde penetra este capital, e 3) a FIFA é a “multinacional da bola” (PIRONET, 2012) que visa multiplicar seus lucros, sendo o país escolhido apenas o espaço físico e geográfico para que isso aconteça. Os impactos gerados, a possível repercussão negativa do evento a longo prazo, seja econômica, espacial ou social a partir de grandes investimentos pontuais são consequências possíveis que, ao que tudo indica, devem ser administradas pelos países e cidades sede.

Nesse sentido, acredita-se que os impactos socioespaciais mais acentuados ocorrem nos países do Sul, considerando não somente a fragilidade institucional, mas também a configuração da estrutura social. Nos países latino-americanos, por exemplo, a “desigualdade social é resultado de uma herança de cinco séculos de dominação externa que se combina, internamente, a elites que têm forte acento patrimonialista” (MARICATO, 2009, p. 08). No contexto do rápido processo de urbanização desencadeado pela desregulamentação do campo, o qual não foi acompanhado por políticas públicas urbanas nem rurais, houve uma precarização da vida na cidade, marcada pelo aumento das ocupações irregulares, acentuação dos problemas ambientais. Atualmente há uma continuação de tal processo, causado em parte pela cristalização de um modelo de desenvolvimento urbano pautado prioritariamente em interesses econômicos de grupos sociais hegemônicos locais e extralocais.

Rolnik (2011a) e Maricato (2009) concordam que no âmbito da reestruturação produtiva, a modernização a partir de grandes operações urbanas tem diferentes impactos dependendo do grau de urbanidade, da



consolidação das estruturas básicas nas cidades. Explicitando tal diferença, Rolnik (2011a) afirma que, desde a década de 1950, Londres possuía programas de habitação popular, o que contribuiu para a quase erradicação das condições precárias de moradia. Enquanto que na década de 1990, grande parte da população das cidades latino-americanas vivia ainda na informalidade, sem acesso aos direitos trabalhistas nem garantia dos direitos sociais (previdência, saúde, educação) (MARICATO, 2009).

A partir da análise comparativa entre os países do Norte e do Sul global, entende-se que os ganhos da realização de um megaevento estejam associados prioritariamente à FIFA e às empresas à ela associadas e não ao país sede, que deve se adaptar às suas exigências. Como aponta Pironet (2012), a Federação Nacional de Futebol exige diversas condições para levar a Copa do Mundo aos países, tais como, exoneração fiscal e taxa de valor agregado (TVA) para a instância federal, seus empregadores e prestadores de serviços; liberdade total de exportação e conversão de divisas; acesso gratuito às telecomunicações; suspensão da obrigação de visto durante a competição, entre outras. Deste modo, num ambiente de concorrência, a FIFA busca a maneira mais fácil de estabelecer suas condições.

Sabe-se que a Copa do Mundo de futebol não é um evento neutro. Isto é, envolve interesses econômicos e políticos, para além do jogo. A exemplo dos mundiais ocorridos em épocas de ditadura militar nos países da América Latina, que tinham o objetivo de unir a população em torno de um patriotismo desviando o foco dos problemas políticos, econômicos e sociais pelos quais os países passavam. Apesar de existirem diversos motivos que levam à escolha do país sede, atualmente, entende-se como fundamental para a FIFA que exista uma flexibilidade institucional e uma garantia de controle de exceção oferecida pelo país sede de Estado democrático, a exemplo da Lei Geral da Copa no Brasil.

A partir dessas exigências, questiona-se a respeito das diferenças entre os impactos gerados nos países do Norte e do Sul. Os Grandes Projetos Urbanos, frequentemente vinculados aos megaeventos, aqui interpretados

como instrumentos da destruição criativa, seriam mais um vetor de desigualdade interurbana e intraurbana?

Com base em tal questão, procurou-se investigar o impacto dos GPUs associados às Copas do Mundo de Futebol realizadas a partir dos dois últimos anos da década de 1990. Este recorte temporal significa analisar as Copas realizadas<sup>80</sup> na França (1998), Alemanha (2006) e África do Sul (2010). Apesar de existirem impactos na dinâmica política, econômica, turística, cultural, etc., tal investigação prioriza a análise do impacto dos GPUs na configuração socioespacial das cidades sede, envolve, portanto, a dinâmica da valorização do solo, o conseqüentemente o deslocamento populacional, elitização espacial, segregação social entre outros processos a serem destacados.

Através de uma análise comparativa entre as cidades sedes dos países do Norte e as do Sul, buscam-se evidências que confirmem a ideia inicial de que, a longo prazo, os impactos e legados negativos dos GPUs implantados em razão de megaeventos nas cidades do Sul são mais acentuados dos que os gerados nos países do Norte, do ponto de vista socioespacial. Por essa razão tais projetos urbanos contribuiriam para acentuar as diferenças entre Norte e o Sul. Parte-se do pressuposto de que apesar de existirem impactos socioespaciais negativos nos países do Norte, estes se dão de maneira menos acentuada, devido à formação e configuração da estrutura social, à existência de políticas sociais mais eficientes, portanto, ao rigor da estrutura institucional e ao papel de maior centralidade na economia mundial.

Entende-se como impacto negativo para a estrutura socioespacial urbana o aumento da desigualdade social, traduzida pela injusta priorização de oportunidades e acessibilidade do bem estar urbano (RIBEIRO e RIBEIRO, 2011) a determinados grupos sociais, expressa, em parte, pela segregação residencial.

---

<sup>80</sup> A Copa de 2002 realizada na Coréia do Sul e Japão não foi analisada por falta de dados relacionados ao impacto socioespacial. Além disso, o Japão é considerado país do Norte, de onde já se tem como exemplo a análise das Copas de 1998 e 2006, na França e Alemanha, respectivamente.

#### 4.1 IMPACTOS EM CIDADES DO NORTE GLOBAL

Com o objetivo de avaliar o impacto socioespacial de megaeventos esportivos nos países do Norte, destacam-se alguns aspectos das Copas do Mundo de Futebol de 1998 na França, e de 2006 na Alemanha.

A Copa de 1998 teve dez cidades sedes dos jogos do mundial: Saint-Denis, Marseille, Paris, Lyon, Lens, Nantes, Toulouse, Bordeaux, Saint-Étienne e Montpellier. Em sua grande maioria o impacto do megaevento foi avaliado sob o ponto de vista, econômico, político ou simbólico. Como afirma Laurent (2010), a vitória da França na Copa de 1998 fez subir a popularidade do então presidente Jaques Chirac. Além disso, a mesma reportagem feita pelo jornalista mostra que, segundo um estudo do banco ABN AMRO<sup>81</sup> realizado em 2006, um país que tem a oportunidade de sediar um megaevento como a Copa do Mundo de Futebol pode se beneficiar de um ganho médio de 0,70% no PIB, em função do aumento dos investimentos e melhorias no país.

De acordo com Lecroart e Sallet-Lavorel (2002), o objetivo de renovar a imagem da França enquanto um país dinâmico, acolhedor, seguro e capaz de organizar um grande evento esportivo popular foi atingido. Segundo os autores o megaevento teve impacto positivo para o desenvolvimento regional e local, sobretudo para as cidades da região de Ile-de-France (Paris e Saint-Denis). A avaliação foi igualmente positiva para o desenvolvimento turístico e para unir os franceses entorno de “um momento de festa e de solidariedade nacional” (LECROART e SALLET-LAVOREL, 2002, p.64). Além dos aspectos positivos, os autores franceses apontam também algumas dificuldades encontradas como, por exemplo, o fato de o país não poder promover a gastronomia regional em áreas específicas devido ao contrato de exclusividade imposto pela FIFA. Além disso, o impacto da Copa do Mundo ficou geograficamente limitado às cidades sede. Lecroart e Sallet-Lavorel (2002, p.65) afirmam que “o essencial dos investimentos da Copa do Mundo foram realizados na região de

---

<sup>81</sup> Banco Holandês de natureza privada.

Ile-de-France, no território de Saint-Denis”<sup>82</sup>. Portanto, o evento não serviu de pretexto para operações de embelezamento ou de qualificação de equipamentos urbanos na escala da metrópole.

Segundo Renard (2013), na década de 1950/60 o território de Saint-Denis, então chamado de *Plaine Saint-Denis*<sup>83</sup>, era ocupado por usinas, ateliês, e depósitos, caracterizado como uma das maiores zonas industriais da Europa do início século XX (Institut d’Aménagement e d’Urbanisme Ile-de-France -IAU Ile de France, 2009). Além disso, respondia às exigências da capital, em pleno crescimento ao servir de suporte como espaço produtivo e área de reserva de mão de obra. Por se situar ao norte de Paris, sempre manteve estreitas relações de dependência com esta cidade e, em razão disso, era pouco atraente, desfavorecida social e economicamente. Renard (2013) afirma que já no final do século XX diversos fatores foram responsáveis por transformar a paisagem e a imagem de uma região industrial decadente para um centro econômico, mas a implantação de um grande estádio em razão da Copa do Mundo de 1998 foi a chave para a mudança na dinâmica urbana. Como afirma o autor “se alguns falam do efeito Guggenheim para evocar a nova atratividade de uma cidade [...], outros falam do efeito Grande Estádio.”<sup>84</sup> (RENARD, 2013, p.06).

Para promover a renovação urbana da *Plaine Saint-Denis* em 1990 teve início a elaboração de um Projeto Urbano que se estenderia até 2015 para reconstruir a cidade a partir de usos multifuncionais (residencial, comercial, atividades econômicas e escritórios corporativos). Os principais atores envolvidos no processo de reconstrução da região foram o grupo de arquitetos e urbanistas Hoppodamus<sup>85</sup>, a associação *Plaine Renaissance* criada em 1985

---

<sup>82</sup> “L’essentiel des investissements de la Coupe du Monde ont été réalisés en Ile-de-France, sur le territoire de Saint-Denis.” (LECROART E SALLET-LAVOREL, 2002, p.65).

<sup>83</sup> A chamada *Plaine Saint-Denis* é uma região dividida entre três bairros Saint-Ouen, Saint-Denis et Aubervilliers.

<sup>84</sup> “Si certains parlent de l’Effet Guggenheim pour évoquer la nouvelle attractivité d’une ville liée à un musée, d’autres évoque ici l’Effet Grand Stade.” (RENARD, 2013 , p.06).

<sup>85</sup> “Le projet HIPPODAMOS tient son nom d’un architecte urbaniste grec du 5ème siècle avant J-C. Jouissant de la réputation de père de l’urbanisme. En ce qui concerne Saint Denis le projet est plus souvent appelé HIPPODAMOS 93 en référence au département de Seine-Saint-Denis.

pelas comunidades locais, e a região de Ile-de-France. A reunião destes diferentes atores explica-se pelo fato de que a região era reconhecida como setor estratégico no *Schéma Directeur Régional* de 1994 (IAU ILLE DE FRANCE, 2009). A escolha de Saint-Denis como sede do *Grand Stade de France* para a Copa de 1998 acelerou a realização de obras que estavam previstas e poderiam demorar anos para sair do papel (LECROART E SALLET-LAVOREL, 2002, p.63). As principais obras realizadas foram, melhoras na acessibilidade pelo transporte público (metro, tramway, ônibus), novas estações de RER<sup>86</sup> para facilitar a conexão entre diferentes modais, a cobertura da rodovia A1 que conecta Paris à cidade de Lille, a qual dividia a cidade e passou a fortalecer o tecido urbano criando uma nova centralidade, qualificação de espaços públicos, construção de edifícios com arquitetura estrategicamente pensada para se integrar à área, sedes de escritórios corporativos, além de centros comerciais. Lecroart e Sallet-Lavorel (2002, p.64) afirmam que depois da realização da Copa de 1998 a região de La Plaine Saint-Denis “não é mais vista como uma zona industrial em decadência, mas como um dos grandes prolongamentos do polo terciário de La Défense.”<sup>87</sup>

Segundo Cossardeaux (1994) a implantação do estádio foi um forte elemento de valorização da região, e teve grande repercussão na dinâmica imobiliária. Além de estar numa localização estratégica, atravessada pelas rodovias A1, A85 e A86, situada ao norte de Paris e acessível pelas linhas de RER A e B (FIGURA 2) a área seria requalificada do ponto de vista do uso, de infraestrutura e paisagismo a partir do grande projeto urbano a ser implantado. Em razão disso, o autor aponta outros parceiros do poder público interessados na melhoria da área para expansão de seus negócios, os empresários, incorporadores imobiliários e investidores. A aliança do poder público com o

---

Il est composé d'un paysagiste, d'architectes et d'urbanistes et a pour but majeur de concevoir les projets et d'en assurer la maîtrise d'ouvrage.”(RENARD, 2013 , p.15).

<sup>86</sup> RER significa *Réseau Express Régional* (Rede expressa regional). É rede de transporte público ferroviário urbano que conecta as áreas centrais e periféricas da região de Ile de France.

<sup>87</sup> “ (...) elle n'est plus perçue comme une zone industrielle en déclin, mais comme l'un des prolongements du pôle tertiaire de la Défense”. (LECROART E SALLET-LAVOREL 2002, p.64)

setor privado contribuiu para a transformação do cenário urbano local, já que diversas empresas e indústrias leves se instalaram na área.

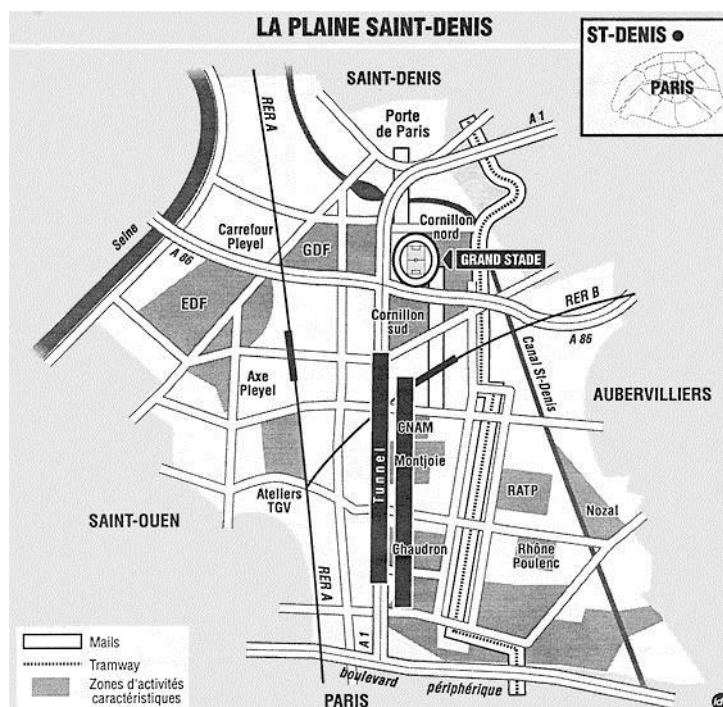


FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO GRAND STADE DE FRANCE  
FONTE: Cossardeaux (1994)

Renard (2013) destaca, que apesar das transformações na paisagem, das melhorias urbanas, da mudança da imagem e da relevância econômica da região, o impacto do megaevento na *Plaine Saint-Denis* não foi tão positivo para a população local. O autor aponta que apesar da intensa criação de empregos, o número de desempregados continuou a aumentar. Segundo pesquisa realizada em 2013, somente 20% dos assalariados trabalham na região e são habitantes locais (RENARD, 2013, p.13). Portanto, constata-se que a população local não é qualificada para os postos de trabalho criados, que exigem uma mão de obra especializada do setor terciário. Além disso, Renard (2013) afirma que foram construídos edifícios comerciais e corporativos, mas não habitações na mesma medida. O uso misto proposto pelo projeto urbano de 1990 até hoje não foi atingido, e existe uma evidente concentração de atividades do setor terciário superior.

A repercussão das transformações decorrentes das grandes intervenções na região são lentas, mas “aos poucos tudo muda, até mesmo a

população que mora na área” (RENARD, 2013)<sup>88</sup>. A paisagem ainda mostra a transição entre uma cidade sede de um polo econômico e outra ainda carente de determinadas estruturas básicas para a população de baixa renda (FIGURA 3). Como aponta Renard (2013), o cenário atual é reflexo das divergências entre os interesses globais e locais, e ilustra as contradições recorrentes do processo de metropolização. Segundo o autor, o número de habitantes desempregados que recebem ajuda do governo<sup>89</sup> aumentou em 36% de 1998 a 2005. Nesse sentido, o autor afirma que Saint-Denis associa-se ao mesmo tempo à produção da riqueza e da pobreza.



FIGURA 3 - DIFERENTES USOS ESPACIAIS EM SAINT-DENIS: OCUPAÇÃO IRREGULAR E EDIFÍCIO CORPORATIVO  
FONTE: Renard (2013)

Em Berlin, uma das doze sedes<sup>90</sup> da Copa do Mundo de Futebol de 2006 na Alemanha, o processo de reconstrução da cidade também se deu a partir de Grandes Projetos Urbanos. Tal dinâmica ocorreu num período maior de tempo em relação à França, tendo em vista que, como afirmam Lecroart e

<sup>88</sup> Informação obtida por Renard (2010) em conversa informal com um morador de Saint-Denis

<sup>89</sup> "Sur la période 1998-2005, le nombre de Rmistes a augmenté de 36%." (RENARD, 2013, p.13 grifo nosso). Rmistes deriva de R.M.I (*Revenu Minimum d'Insertion*) que significa salário mínimo de inserção. É voltado para população desempregada e visa favorecer a inserção profissional destas.

<sup>90</sup> Foram cidades sedes Berlin, Dortmund, Frankfurt, Gelsenkirchen, Hamburgo, Hannover, Kaiserslautern, Colônia, Leipzig, Munique, Nurembergue e Stuttgart.

Sallet-Lavorel (2002), a Alemanha já tinha submetido sua candidatura para os Jogos Olímpicos de 2000. Apesar de não ter sido escolhida, para comprovar ser uma boa concorrente, o poder público aliado ao setor privado já tinha realizado grandes investimentos na infraestrutura urbana na tentativa de alavancar o desenvolvimento da capital do país. Para isso, buscou fortalecer o setor turístico, a qualificação do sistema de transporte público, modernizou os equipamentos urbanos e revitalizou bairros. No entanto, Muñoz (2008) ressalta que tal revitalização foi caracterizada, principalmente, pela especulação e especialização dos usos do solo, bairros como Kreuzberg, Mitte ou Prenzlauer Berg foram testemunhas de uma grande transformação.

Segundo Muñoz (2008), foi a queda do muro, que dividia a Berlin ocidental capitalista da Berlin Oriental comunista em 1989, que deu início a um período de reconstrução, de redesenho, tanto do centro quanto da periferia. Lecroart e Sallet-Lavorel (2002) afirmam que desde tal período os governantes locais tinham como objetivo sediar um megaevento esportivo para promover a reestruturação da cidade, até então dividida. O megaevento era visto como uma oportunidade para mostrar para o mundo que Berlin estava preparada: era uma cidade 'verde', que se preocupava com o meio ambiente, polo cultural, cosmopolita, que valorizava o esporte e, além disso, era bem equipada no quesito transporte público e rede hoteleira (LECROART e SALLET-LAVOREL, 2002).

Lecroart e Sallet-Lavorel (2002) afirmam que as intervenções urbanas que preparavam a cidade para sediar os Jogos Olímpicos (JO) integravam o Plano Diretor de Berlin de 1994, que se caracterizava como plano estratégico de desenvolvimento urbano. Em razão disso, os autores destacam que 70% das obras tiveram impacto favorável, já que correspondiam às demandas locais. Tal afirmação pode ser relativizada, pois parte da população foi crítica à candidatura aos JO, acreditando que as intervenções deveriam partir prioritariamente das necessidades dos habitantes, e não dos interesses de atores internacionais. Além disso, Muñoz (2008) afirma que processos como a elitização e suburbanização foram consequências do que o autor chama de normalização da dinâmica urbana, associando tais processos ao de *urbanização*.



Para Muñoz (2008) muito mais do que a regeneração econômica no contexto do final dos governos comunistas europeus, a internacionalização dos mercados de terra foi a principal responsável por promover Berlim no cenário mundial. De acordo com o autor, o poder público teve fundamental papel nesse processo ao adotar três principais políticas. Primeiramente, oferecer subsídios diretos e indiretos e promover a isenção de impostos para incentivar investimentos nas zonas previstas para revitalização. Em segundo, a restituição de propriedades a antigos proprietários judeus, o que contribuiu tanto para aquecer a atividade especulativa quanto para favorecer a concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos, principalmente na área central. Em terceiro lugar, o poder público, que também era proprietário de grandes parcelas de terra na área central, vendeu as áreas públicas no mercado de terras, o que muitos caracterizam como a privatização de bens públicos.

Lugares emblemáticos da regeneração urbana da cidade reunificada são a Potsdamer Platz e a área ao redor do portal de Brandenburg na ex-Berlin Ocidental, ou a Leipziger Platz, Alexander Platz e a rua Friedrichstrasse na ex-Berlin Oriental. Na Berlin do Leste, a paisagem da arquitetura urbana comunista, caracterizada pela monumentalidade das praças e grandes conjuntos de edifícios de habitação popular, deu lugar à paisagem “*urbana*” (MUÑOZ, 2008). Os recursos públicos, que subsidiavam a habitação popular, passaram a promover novos investimentos imobiliários vinculados à atividade especulativa de interesse de grandes promotores internacionais.

Sendo assim, Muñoz (2008) aponta que ao mesmo tempo em que se construiu a imagem da nova capital da Alemanha, da nova cidade global que atrai e participa ativamente dos mercados internacionais, da metrópole orientada para os usos econômicos pós-industriais, produziu-se complementarmente espaços elitizados nas áreas centrais e suburbanizados nas áreas periféricas. “*El muro de hormigón y graffitis fue en realidad sustituido por una frontera, la de la elitización, que venía dibujada claramente por la curva de los precios del suelo en la ciudad.*” (MUÑOZ, 2008, p.123).

Como afirma Muñoz (2008, p.123), bairros centrais, como Kreuzberg do lado ocidental ou o Prenzlauer Berg do lado oriental, *“han sido objeto de procesos de renovación selectivos que han propiciado la sustitución de la población residente en apenas una década.”* Concomitantemente ao processo de elitização da área central a paisagem suburbana passou a se formar, caracterizada por Muñoz (2008) pela sequencia ininterrupta de residências unifamiliares, construção de centros comerciais e de ócio, e a formação de distritos com nova atividade industrial. A região de Brandenburg, por exemplo, teve um significativo incremento populacional. Áreas que abrigavam antigas zonas industriais, como Reinickendorf ao norte de Berlim, foram progressivamente sendo transformadas em centros de negócios, sedes de hotéis e grandes áreas comerciais e recreativas. Nesse contexto de expansão da dinâmica urbana, Muñoz (2008) afirma que toda essa transformação foi acompanhada pelo desenvolvimento de projetos urbanos de mobilidade e infraestrutura entre as cidades vizinhas à cidade central.

Em razão da qualidade na infraestrutura implantada na cidade associada ao pioneiro projeto de preservação do meio ambiente no período dos jogos da Copa de 2006, muitos gestores consideram a Alemanha como um bom exemplo a ser seguido pelos países que pretendem ser sede do megaevento. Como aponta Fontenelle e Sorg (2010, p.01), “organizar uma Copa do Mundo depois da perfeita edição realizada pelos alemães em 2006 seria um desafio para qualquer país”. No entanto, ressalta-se que tal imagem pôde ser construída em função do contexto histórico pelo qual o país passou, associado à também histórica preocupação da população com o meio ambiente. Segundo apontam Lecroart e Sallet-Lavorel (2002) já quando a Alemanha se candidatou para os Jogos Olímpicos de 2002, parte da população local se mostrava preocupada com o possível impacto negativo do megaevento ao meio ambiente.

Pode-se dizer que a Alemanha é pioneira na discussão das questões ambientais. Como afirma Bittencourt (2007), na década de 1980 foram fundados no país os primeiros partidos verdes do mundo, o que aproximou a preocupação ambiental da luta política. A autora afirma ainda, que segundo pesquisa recente mais de 90% da população alemã considera importante a

preservação da natureza e afirma contribuir para isso. O movimento ambiental evolui e hoje o país investe em tecnologia para preservação do meio ambiente, orgulha-se da indústria de reciclagem, e da comercialização de produtos orgânicos.

Tendo em vista o engajamento histórico do país com a questão ambiental, tal assunto foi de grande destaque na Copa do Mundo de 2006. Bittencourt (2007) afirma que o comitê organizador do evento lançou em 2001 o programa *Green Goal*, que tinha como objetivo amenizar o impacto negativo do megaevento sobre o meio ambiente, com enfoque específico nos causados por geração de resíduos, volume de tráfego e consumo de energia e água. Tal iniciativa implicou na adoção de medidas de proteção ambiental, tanto no uso do espaço público da cidade, quanto nos 12 estádios da Copa.

O estádio da cidade de Gelsenkirchen, por exemplo, investiu em instalações fotovoltaicas de energia solar; a maioria dos gramados foi irrigada por sistema que capta água da chuva; foi incentivado o uso do “copo da copa”, caucionado por um euro para evitar o desperdício com copos de plástico; os ingressos para os jogos do mundial, além de permitirem o acesso aos estádios possibilitavam a livre circulação na cidade com transporte público durante 24h no dia do jogo; investiu-se também na conscientização ambiental do público a partir de anúncios, educadores voluntários e propagandas (GORGULHO, 2006). Cabe ressaltar que tal iniciativa foi apoiada pela FIFA, pelo Ministério do Meio Ambiente alemão, e por diversas empresas como DBU, Deutsche Telekom, Plastics Europe, Coca Cola, Deutsche Bahn, EnBW e Total.

A partir da análise do impacto de GPUs implantados por ocasião das Copas de 1998 e 2006 pode-se comprovar que, como já apontado por Ultramari e Rezende (2007), tais intervenções faziam parte de um planejamento mais amplo da cidade, além de terem sido viabilizadas com interesse e apoio do poder público, mas, sobretudo, a partir de grandes investimentos do setor privado. Sob a perspectiva socioespacial, de especial interesse para este trabalho, pode-se destacar que a implantação dos Grandes Projetos Urbanos vinculados aos megaeventos esportivos desencadeou um processo de valorização imobiliária e gradativa alteração da população original

nos dois casos analisados. Em ambas as situações as intervenções previam requalificar uma área degradada e projetar a imagem positiva da cidade e do país no cenário mundial, visando investimentos para a dinamização da economia. No entanto, ao mesmo tempo em que concretizaram tais objetivos, provocaram a especialização dos usos do solo (voltados para o setor terciário), e geraram elitização e suburbanização.

Com base nos dois casos analisados, demonstrou-se que nas cidades do Norte os GPUs também podem reproduzir desigualdades socioespaciais. No entanto, pretende-se demonstrar nos próximos itens, que, assim como o processo de urbanização, os impactos negativos da implantação de GPUs nas cidades do Sul são mais evidentes, acentuados e imediatos.

## 4.2 IMPACTOS EM CIDADES DO SUL GLOBAL

Como apontado anteriormente, entre 2000 e 2007 a FIFA adotou um rodízio entre as confederações para acabar com a alternância América-Europa, discurso que aparentemente justificaria escolha da Coreia e do Japão (países da Ásia) para sediar a Copa de 2002 e a África do Sul (país do continente africano) de 2010. Para Rolnik (2012) os BRICS, países emergentes, estão sendo escolhidos pela FIFA porque são as novas fronteiras de exploração do mercado mundial. Tal afirmação se contrapõe àquela defendida pela FIFA, que afirma levar a oportunidade de desenvolvimento para os países mais pobres. Cottle (2011) desmistifica tal afirmação e compartilha a mesma opinião que Rolnik (2012).

O que vemos é que as Copas do mundo são veículos para a acumulação de capital privado em uma escala global, em que a Fifa atua como facilitadora. Em termos de acumulação de capital, não há nada igual, nem mesmo nos velhos tempos do imperialismo ou na globalização moderna. A Copa recebe toda essa atenção precisamente porque os ultrapoderosos são aqueles que mais se beneficiam dela. [...] O país é deixado com a glória de sediar a Copa, mas a um custo significativo para a sociedade e os pobres em geral [...]. Embora a Copa da África tenha sido um momento histórico, foi também ali que a Fifa e seus parceiros conseguiram obter os maiores lucros de sua história. Isso é simbólico porque representa uma relação neocolonial com o continente africano. As corporações

multinacionais e essas grandes organizações sempre acham que podem fazer mais dinheiro com a África e com o chamado terceiro mundo. (COTTLE, 2011).

Eddie Cottle, jornalista Sul-Africano, afirma que todas as promessas veiculadas pela mídia antes do evento relacionadas ao impacto da Copa para o país não se realizaram, e foram na verdade grandes mentiras. A explosão do turismo, geração de empregos, retorno dos investimentos não ocorreram. Nesse sentido, um ano após o megaevento, o jornalista afirma que o legado foi de certa forma negativo. O país teve de garantir a isenção de impostos, perdeu uma contribuição para o PIB por não poder realizar projetos de construção durante o mês da realização do evento, teve de elaborar novas leis para garantir o controle da pobreza e dos trabalhos informais nas áreas onde circulariam os turistas.

Ao contrário do que se pensava, foram os próprios sul-africanos que investiram no evento e não turistas internacionais, com isso, o país perdeu dinheiro já que boa parte dos recursos internos “foi parar no bolso dos capitalistas mercantis da FIFA” (COTTLE, 2011). Tendo em vista que os produtos que se vende no estádio e ao redor dele são de parceiros da FIFA, acentuou-se a dívida nacional e internacional. Cottle (2011) afirma que o dinheiro que deveria circular na economia nacional foi canalizado para o exterior também porque os materiais da infraestrutura dos estádios foram todos importados.

Tanto durante o evento, como após a sua realização o número de turistas esteve abaixo do previsto. Segundo Cottle (2001) um ano após a realização da Copa, tanto a África do Sul quanto seus vizinhos “estão perdendo mais investimentos locais do que recebendo investimento estrangeiro direto”. Para o jornalista, baseado na repercussão do evento na África do Sul, a Copa cria um subsídio para as pessoas visitarem o país, mas não traz investimento estrangeiro direto. Para Cottle (2001) o desenvolvimento da atividade turística é mais uma grande justificativa para os gastos públicos.

A história do continente Africano é marcada pela colonização, imperialismo, desigualdade e segregação social. Segundo Pereira (2011,

p.119) “o poder político, econômico e militar da minoria branca determinou o destino da sociedade sul-africana por quase 350 anos”. Entre os séculos XVII e XVIII os colonizadores holandeses instituíram o sistema mercantil, e os britânicos o capitalista até o século XIX, mais agressivo e abrangente. Para Pereira (2011, p.119) a “África do Sul viveu uma relação peculiar entre poder, terra e trabalho”. Isso porque ao longo da história foram criadas no país estruturas políticas e econômicas que permitiram a superioridade dos colonizadores em relação à população nativa. Além disso, os colonizadores restringiram o acesso dos grupos locais à terra, água e gado, que posteriormente foram transformados em força de trabalho.

Em 1901 o país tornou-se independente da coroa Britânica. Em 1948 foi instituído o regime do *Apartheid*, no qual o Estado encarregou-se de organizar a sociedade sul-africana em categorias sociais distintas, com o objetivo de controlar a circulação de africanos nos centros urbanos (PEREIRA, 2011). No entanto, muitos autores afirmam que as origens da segregação social no país estão no século XIX, quando a população negra foi privada do direito ao voto e à posse de terra, limitada à se instalar nas cidades consideradas redutos dos brancos, proibida de se casar com a população branca, considerada mão-de-obra assalariada, entre outras restrições. Segundo aponta Pereira (2011, p.132), “a vitalidade do sistema do *Apartheid* se deveu, em boa medida, ao interesse do capital internacional em investir na região, atraído pelo grande mercado de mão-de-obra barata.”.

Assim como outros países periféricos, a África do Sul foi inserida na economia mundial como país exportador de produtos primários, e após a segunda guerra desenvolveu um processo de industrialização por substituição de importação. Nesse período, Pereira (2011, p.133) aponta que, de acordo com o FMI, a África do Sul foi um dos países mais ricos do mundo. No entanto, a autora destaca que mesmo atingindo níveis máximos de autossuficiência “o setor industrial continuava altamente dependente da importação de bens de capital financiados pela moeda estrangeira.”.

Entre os anos de 1970 e 1980 o país passou por uma crise estrutural, as importações passaram a crescer mais do que as exportações. Para Pereira

(2011) durante a década de 1980 alguns acontecimentos provocaram a recessão econômica e o fim do *Apartheid*. A queda do preço do ouro, por exemplo, levou ao declínio das exportações e à desvalorização da moeda nacional. Consequentemente, a queda dos preços das matérias-primas impactou no funcionamento da máquina pública, que mantinha o sistema do *Apartheid*.

A desigualdade socioeconômica de inspiração racial tornou-se insustentável, e diante da crise econômica e política, as contestações ao regime se intensificaram. Segundo Pereira (2011) a imagem de credibilidade do governo sul-africano foi abalada pela crise

Diante de um novo jogo de forças que se constituía, as sanções econômicas se intensificaram e as críticas morais em defesa dos direitos humanos tornaram-se bandeiras em todas as partes do mundo. O boicote global a África do Sul produziu fortes constrangimentos econômicos internos e refletiu significativamente sobre a política regional. (PEREIRA, 2011, p.138).

Aos poucos, direitos iguais foram sendo reestabelecidos à população africana. Em 1990, no governo de De Klerk, os partidos banidos foram legalizados, prisioneiros políticos foram liberados, foram revogadas diversas leis que diferenciavam os direitos e privilégios dos grupos sociais. A pressão para a reconstrução do regime interno vinha tanto das revoltas e pressões políticas locais, quanto dos interesses internacionais. Como aponta Fieldhouse (2005<sup>91</sup>, p. 445 apud PEREIRA, 2011), Margareth Thatcher da Grã Bretanha “sugeriu à comunidade internacional que diminuísse algumas das medidas restritivas como forma de encorajar a África do Sul a continuar suas reformas”.

A eleição de Nelson Mandela em 1994, líder político que havia sido condenado a prisão perpétua, marcou o fim do *Apartheid* e o reingresso da África do Sul na comunidade internacional. Apesar de Mandela, que governou o país entre 1994-1999, integrar uma organização política (CNA) que defendia o desenvolvimento de relações não-hegemônicas no continente, visando estabelecer um desenvolvimento regional equilibrado, com transações seguras,

---

<sup>91</sup> FIELDHOUSE, Roger. *Anti-Apartheid: a history of the movement in Britain*. London: The Merlin Press, 2005.

foi sucedido por Mabeki (1999-2008). Tal presidente defendia uma agenda liberal, a iniciativa privada e a privatização de empresas mistas, e, além disso, procurava construir uma imagem da África do Sul cosmopolita. No seu governo a África do Sul foi candidata à Copa de 2006, mas perdeu para Alemanha.

Mabeki foi sucedido por Jacob Zuma (2009 - atual), cujo governo, segundo Pereira (2011), não prioriza a privatização e as dinâmicas de mercado e sim o desenvolvimento, a superação da pobreza e das desigualdades. No entanto, a formação histórico-social do país é evidente na paisagem urbana. Segundo pesquisa divulgada pela UN HABITAT (2010) a África do Sul tem as nove cidades mais desiguais do mundo no quesito distribuição de Renda: Joanesburgo (0,75)<sup>92</sup>, East London (0,75), Bloemfontein (0,74), East Rand (0,74), Pietermaritzburg (0,73), Pretória (0,72), Port Elizabeth (0,72), Durban (0,72) e Cidade do Cabo (0,67).

Como aponta Costa (2010), a África do Sul é um país pobre e desigual, possui bolsões de riqueza como Sandton, Melrose ou Rosebank, e de pobreza como Newtown e Soweto. O país enfrenta graves problemas de violência infantil, estupro, desemprego, analfabetismo, extrema pobreza, baixa expectativa de vida e, além disso, possui a maior epidemia de Aids do mundo.

Assim como os demais países que concorrem para sediar o megaevento da Copa do Mundo, a África do Sul também tinha a intenção de melhorar as condições sociais e econômicas, a partir da sua projeção no cenário econômico. Com a ajuda do capital internacional pretendia, portanto, modificar a realidade precária do país. Em 2004 o país foi escolhido como sede da Copa Mundial de 2010 e foram definidas nove cidades sede: Joanesburgo, Bloemfontein, Pretória, Cidade do Cabo, Port Elizabeth, Nelspruit, Durban, Rustenburg e Polokwane.

Segundo Rolnik (2011b), para a realização da Copa do Mundo de 2010, mais de 20 mil moradores foram removidos e transferidos para áreas empobrecidas da cidade, em função da “política de higienização” (esconder a pobreza dos turistas) ou para dar lugar à realização de grandes obras. Na cidade do Cabo, por exemplo, para construção do estádio Green Point

---

<sup>92</sup> Índice Gini baseado na renda



aproximadamente 2mil pessoas foram transferidas “temporariamente” para casas improvisadas em containers (BERMANN, KFOURI, FARIA, 2011).

Em entrevista com a população local, Zanini (2010) afirma que os moradores da ocupação batizada de “cidade de lata”, ou Blikkiesdorp, foram obrigados a sair das ruas e ir para o local em 2007, quando o estádio começou a ser construído. O assentamento fica isolado, longe do centro, os barracos são de zinco e não oferecem nenhum conforto térmico ou segurança, a entrada e saída é controlada, e a ocupação cercada. Para a comunidade local foi clara a limpeza para a Copa, percebida como num novo *Apartheid*, dando lugar aos ricos que podem ocupar os lugares mais nobres e valorizados da cidade. Poppendieck e Pontes (2012) apontam que o caráter provisório do assentamento parece ter se transformado em permanente, pois dois anos após a Copa os moradores desconhecem qualquer plano do governo para mudar tal situação.

O estádio do Green Point foi construído numa área verde, próximo ao centro e ao porto, que foi renovado como área de lazer. Segundo Konchinski (2010) dos dez estádios construídos para o megaevento, pelo menos oito custaram mais do que o previsto em 2006. O Green Point superou em 175% seu orçamento. Segundo Mascarenhas (2011), atualmente ele é considerado um dos estádios mais bonitos da África em função da sua localização, entre o mar e as montanhas de *Table Mount*, local escolhido pela FIFA com a justificativa de que o estádio em tal localização exibiria ao mundo a África civilizada e moderna (FIGURA 4).



FIGURA 4 - ESTÁDIO DO GREEN POINT NA CIDADE DO CABO  
FONTE: Bigbackpackers, 2014

Ressalta-se que quando o país ainda era candidato a sediar a Copa de 2010, a proposta inicial para a realização dos jogos era no Newlands Stadium. A escolha do estádio, usado até então para jogos de Rugby, se justificava pelo baixo custo para a reforma e adaptações conforme as normas da FIFA. Num segundo momento a prefeitura sugeriu a reforma de outro estádio, localizado em Athlone, bairro de baixa renda (IMPrensa SPTURIS, 2010). A segunda proposta estava baseada no interesse do poder público local em aproveitar a oportunidade do megaevento para promover o desenvolvimento de uma área carente da cidade, contribuindo, portanto, para a reestruturação urbana de acordo com interesses locais. Como afirmou Gert Bam, diretor de esportes e recreação da prefeitura:

escolhemos o estádio Athlone não somente por causa do futebol, mas porque isso iria transformar a cidade, acabar com o conto de duas cidades (como outras cidades sul-africanas, a Cidade do Cabo divide áreas muito desenvolvidas com regiões em que os habitantes vivem em absoluta miséria)... todos concordaram. (IMPrensa SPTURIS, 2010).

No entanto, segundo Imprensa Spturis (2010), tal proposta não foi aceita, pois não atendia às especificidades da FIFA. Após pressão realizada pela entidade mundial de futebol a área chamada de Green Point, reconhecida por ser um dos principais destinos turísticos, foi escolhida.

Para Mascarenhas (2011) o estádio no Green Point é um caso emblemático, já que custa aos cofres públicos 4,6 milhões de euros anuais, sem perspectiva de retorno desse investimento. O jornal Globo.com (2011) aponta que a empresa francesa que seria responsável pela administração do estádio depois da Copa desistiu de fazê-lo ao perceber que tal negócio desencadearia em prejuízo. O estádio, com capacidade para aproximadamente 50mil pessoas, sediou oito jogos durante a Copa, mas atualmente, apesar de receber visita de turistas, está ocioso. A construção de tal estádio é um exemplo claro do prejuízo aos cofres públicos, do impacto social e econômico deixado pelo megaevento.

Diferente do discurso da FIFA, pesquisa realizada por Pillay e Bass (s/d) do Instituto Sul-Africano *Human Sciences Reserch* mostra que a primeira Copa realizada para reduzir a pobreza fracassou nesse quesito. Os autores apontam que é praticamente impossível que a pobreza seja reduzida com a realização de um megaevento. O aumento do emprego, e da dinâmica turística na verdade são efêmeros, os ganhos com a infraestrutura instalada são pontuais e nem sempre voltados para áreas prioritárias, o governo local acaba arcando com os prejuízos e, portanto, mesmo após o evento deixa de investir na infraestrutura básica e necessária para o real desenvolvimento social local.

## 5 PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA: ENTRE MARCOS REFERENCIAIS URBANOS E GPUs

*“(...) o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações.”*

*Milton Santos*

Neste capítulo, pretende-se fazer uma reflexão a respeito do planejamento urbano em Curitiba na perspectiva de entender quando os GPUs passaram a fazer parte do processo de urbanização local, e de que maneira tais elementos contribuem para a estruturação socioespacial da cidade. A compreensão de tal processo fornecerá insumos para a análise prospectiva dos impactos e legados do GPU implantado por ocasião da Copa de 2014, contribuindo para comprovação da hipótese inicial na escala intraurbana. Ressalta-se que a presente reflexão está pautada na relação dialética entre as quatro categorias de análise espacial citadas por Santos (1985) – forma, função, estrutura e processo—, tendo em vista que, como afirma o autor, tais termos se considerados em conjunto “constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (SANTOS, 1985, p.52).

Conforme já apontado anteriormente o processo de urbanização dos países do Norte e do Sul global, isto é, a produção social das formas espaciais, se dá de maneira distinta, em momentos históricos distintos. Nesse contexto, muitas cidades do Sul global têm como referência de desenvolvimento e modernidade as “civilizadas” cidades do Norte global. Como afirma Maricato (2009, p.07), infelizmente é tradição nos países periféricos “a valorização das propostas de origem externa e o desprestígio das propostas de origem endógena.”. No entanto, destaca-se aqui que “formas transferidas de uma formação socioeconômica para outra podem comportar a força de modificar esta última.” (SANTOS, 1977, p.31).

Como aponta Santos (1977) e já argumentado anteriormente, os países centrais (do Norte global) equipados de avanços tecnológicos introduzem as inovações capitalistas nos países subdesenvolvidos (Sul global) a partir das formas. Tais instrumentos acabam contribuindo para o processo de superacumulação e superexploração necessárias à reprodução do capital mundial. No entanto, segundo Santos (1997, p.39) nos países onde isso ocorre “tem sua economia distorcida, suas tradições sacrificadas e suas populações empobrecidas.”.

O professor Marco Aurélio A. F. Gomes no prólogo do livro de Pinheiro (2011, p.16) afirma que “a cidade europeia sempre inspirou criações urbanas na América, tanto ao Norte quanto ao Sul, desde os primórdios da colonização, (...)”. Segundo o professor, a cultura francesa foi a principal fonte e inspiração e referência para a construção dos fundamentos da disciplina do urbanismo no Brasil, bem como para as práticas profissionais dos urbanistas, engenheiros, e arquitetos brasileiros, principalmente entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. No entanto, apesar da adaptabilidade dos modelos estrangeiros fora dos contextos originais percebe-se

como a **estética urbana** acaba tornando-se elemento central no projeto de inserção do Brasil no mundo ocidental e no concerto das chamadas “nações civilizadas”. É um pouco como se na falta de mudanças estruturais que em outros países, caracterizam o processo de modernização urbana, o “mimetismo formal” pudesse criar a almejada mudança da imagem do país que desejava emergir como parte integrante do mundo ocidental civilizado. (Marco Aurélio A. F. Gomes no prólogo do livro de PINHEIRO, 2011, p.17, grifo nosso).

A cidade de Curitiba se insere neste contexto. Com base na obra de Dudeque (2012) e Oba (1998), pode-se dizer que a busca pela modernização e a negação da herança colonial a partir da emergência de diferentes formas espaciais se deram ao longo da história do planejamento urbano. Desde a década de 1910 quando Cândido de Abreu pretendia embelezar a cidade, à exemplo das intervenções de Haussmann em Paris, passando pelas intervenções sanitaristas desenvolvidas por engenheiros que atuavam no espaço urbano influenciados por práticas europeias. No contexto de Curitiba destaca-se a atuação de Saturnino de Brito. Na sequência, o Plano Agache,

elaborado em 1943 e o Plano SAGMCS de 1963, ambos sob influência do urbanismo francês e norte americano. Até o Plano Serete-Wilheim<sup>93</sup>, desenvolvido em 1964-65, o qual se pautava nos fundamentos do urbanismo modernista.

Oba (1998) reafirma que até meados do século XX as identidades urbanas eram construídas a partir de modelos norte-americanos e europeus sem maiores reinterpretações. No entanto, segundo o autor, a peculiaridade da cidade de Curitiba está justamente na sua diferenciação perante tal cenário a partir de 1965, com a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo (Plano Serete - 1965). Para Oba (1998), apesar de as fontes de inspiração ainda serem das cidades europeias, “Curitiba foi buscar [concretizá-las] de maneira própria, dentro da escala local e a partir de propostas mais simples e criativas, porém com grande impacto visual” (OBA, 1998, p. 02).

Segundo o autor, a história da cidade de Curitiba é construída a partir de marcos referenciais, de elementos simbólicos e, assim, como para as demais cidades brasileiras, tais formas espaciais têm papel imprescindível na construção da identidade social local.

São os monumentos, as construções, os espaços ou conjuntos urbanos com forte conotação de ‘lugar’, apreendidos por uma grande parcela da população que vê neles uma referência física, cultural, histórica ou psicológica relevante para a construção do seu espaço existencial (OBA, 1998, p. 07).

Portanto, para Oba (1998), os marcos referenciais são mais do que simples construções urbanas, isso porque, na mesma medida em que estruturam o espaço, fazem o mesmo com a vida das pessoas. Não são apenas referências visuais, contribuem para a identificação espacial dos moradores, proporcionando um sentimento de pertencimento, portanto, “abrem espaço para a apropriação coletiva do espaço da cidade” (OBA, 1998, p.4). Como aponta o autor, tais elementos se destacam pelo porte, pelo aspecto histórico, artístico, cultural, paisagístico ou sentimental e por meio de seu reconhecimento é que a cidade ganha uma identidade.

---

<sup>93</sup> O Plano Preliminar de Urbanismo foi elaborado entre 1964-65 pela empresa SERETE e pela equipe do escritório de Jorge Wilhelm. Foi tornado lei em 1966 com algumas alterações do IPPUC.

Os marcos referenciais podem se constituir em diferentes escalas “podem ser pessoais, de vizinhança, de bairros, de grupos ou da cidade como um todo.” (OBA, 1998, p.1). No entanto, os marcos referenciais aqui discutidos e analisados pelo autor mencionado são tradicionalmente os objetos geográficos mais evidentes para a grande maioria dos moradores locais, “aqueles que historicamente apresentam fortes indícios de uma interação significativa com a maioria dos habitantes [...]” (OBA, 1998, p.1). De acordo com autor, podem ser produtos de uma iniciativa involuntária e espontânea ou surgem intencionalmente, projetados como obras de arte e arquitetura para servir a alguns interesses.

O processo contínuo de transformação social, portanto, espacial, como já apontado por Santos (1985), traz implícita também uma redefinição de marcos urbanos a cada novo período. Sendo assim, diferentes momentos da história produzem “(...) novas formas [que] representam o modo usual de produção” (SANTOS, 1997, p.41), diferentes símbolos e referenciais, como também já apontado por Hazan (2003) e Oba (1998). Estas são as formas que promovem as aparentes semelhanças entre as cidades, discutidas no segundo capítulo.

Oba (1998) afirma que em Curitiba quatro foram os períodos de transformações significativos no que diz respeito às circunstâncias que levaram ao surgimento, a diferentes formas de apropriação, ao declínio, ao desaparecimento ou ressurgimento dos marcos referenciais urbanos. Para cada período histórico, há um novo ideal de cidade a se construir e os marcos tentam reestruturar o novo mundo idealizado, recriando a cidade antiga, não mais suficiente para o então momento presente (OBA, 1998).

Diante das transformações espaciais, o autor afirma ainda que se o próprio conceito de cidade muda ao longo do tempo, acontece o mesmo com o conceito de marcos referenciais. Pautando-se nessa ideia, defende-se que é no contexto da pós-modernidade que o conceito dos GPUs se relaciona com o conceito de Marcos Referenciais Urbanos, perspectiva a ser desenvolvida nesse capítulo.

Sendo assim, para Oba (1998) a história de Curitiba se subdivide em quatro grandes períodos: Curitiba Colonial (de 1693 a 1953), Curitiba da Belle

Época (de 1853 a 1930), Curitiba dos Últimos Tempos – primeira etapa (1930 a 1965) e segunda etapa (1965 a 1998<sup>94</sup>). Contudo, entende-se a década de 1990 como um marco temporal importante, o qual impacta de maneira significativa na reestruturação socioespacial. Portanto, para a análise deste trabalho, adotam-se cinco períodos históricos: os três primeiros apontados por Oba (1998) e os dois últimos subdivididos em Curitiba dos Últimos Tempos – segunda etapa (1965 a 1990) e Curitiba reinventada para o mercado mundial<sup>95</sup> de 1990 até os dias atuais.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho está relacionado à análise de GPUs, os dois últimos períodos serão detalhados com maior profundidade. No entanto, compreender a estruturação do espaço urbano a partir das formas espaciais nos períodos anteriores é fundamental para, de maneira comparativa, entender a evolução do conceito de GPU no contexto local. Por isso, de maneira geral, são apresentados os contextos político-econômicos e a função das formas urbanas em cada período, resumidos posteriormente no Quadro 4.

Com base em tais considerações, pretende-se refletir sobre a ressignificação das formas espaciais construídas em Curitiba e sustentar a ideia de que, a partir da década de 1990, inicia-se uma transformação substancial dos Marcos Referenciais Urbanos (MRUs) e a implantação de GPUs, tais como conhecemos atualmente. Destaca-se que, nesse contexto, a transformação das formas espaciais implica em importantes mudanças sócio-espaciais<sup>96</sup>.

A partir do momento em que Curitiba passa a se “individualizar”, a se “personalizar” e gradualmente se inserir no mercado de cidades global, a

---

<sup>94</sup> Para Oba (1998) a segunda fase da Curitiba dos últimos tempos se refere de 1965 até os “dias atuais”, que para o autor significa 1998, ano em que a tese foi concluída.

<sup>95</sup> O último período foi nomeado como “Curitiba reinventada para o mercado mundial” com base da obra de Sánchez (2010).

<sup>96</sup> A palavra socioespacial tem grafia sem o hífen em função das novas regras ortográficas. No entanto, tendo em vista o plano teórico conceitual, pode ser utilizada a grafia com o hífen quando pretende-se explicitar a articulação dialética entre as relações sociais e o espaço urbano, preservando a individualidade de cada um (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2013). Considerando a relação dialética entre espaço e sociedade apresentada no segundo capítulo deste trabalho, procurar-se-á evidenciar alterações nas relações sociais e espaciais entendidas como individualização social, enfraquecimento da identidade concreta, insegurança, segregação, exclusão, periferização, fragmentação. Entendendo que tais processos são importantes de serem evidenciados no contexto de Curitiba, tendo em vista as particularidades relacionadas ao marketing urbano, a grafia sócio-espacial será adotada quando fizer referência a esta análise.



gestão local passa a atender prioritariamente interesses de grupos minoritários e hegemônicos, adotar práticas urbanas empreendedoras e se distanciar da solução dos reais problemas urbanos. Tal processo, inserido no contexto do novo período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012), promove a reestruturação da cidade, a reorganização espacial da sociedade e a explicitação das desigualdades sociais com a acentuação do processo de segregação residencial. A cidade se torna mais injusta e menos acessível à população como um todo, já que a gestão municipal reproduz espaços urbanos valorizados pela lógica do capital e não pelos interesses coletivos locais.

Em síntese, a partir do estudo de caso de Curitiba procura-se evidenciar as especificidades locais frente ao fenômeno global de reestruturação urbana, bem como explicitar as semelhanças com outras cidades. A prática de gestão urbana empreendedora, associada às novas relações da sociedade com o espaço urbano, contribui para a reprodução de novas formas espaciais no contexto local, as quais assumem novas funções que acabam por contribuir com a acentuação das desigualdades sócio-espaciais intraurbanas.

## 5.1 CURITIBA ANTERIOR A 1965

Até a década de 1970 pode-se dizer que as intervenções urbanas visavam o desenvolvimento urbano local e a modernização, mas não tinham como perspectiva a projeção da imagem positiva da cidade ou integração competitiva da economia urbana local no cenário nacional e internacional. A partir das três últimas décadas do século XX, em razão da conjuntura político-econômica mundial associada às peculiaridades locais, tal quadro se altera.

Anterior a tal contexto, no período Colonial, a economia urbana local girava em torno da criação e exportação de animais para transporte de cargas, entre a região aurífera e o porto de Rio de Janeiro. De acordo com Oba (1998) a descoberta do ouro em Minas Gerais nas últimas décadas do século XVII impulsionou a pecuária como atividade econômica predominante associada à

figura do tropeiro<sup>97</sup>, bem como o surgimento de pousadas e produção de alimentos. Com o declínio da economia do ouro a atividade predominante no estado do Paraná como um todo passa a ser a economia de subsistência até o início do século XIX, período em que se inicia a expansão da cafeicultura no país e o surgimento das estradas de ferro.

O período da Curitiba colonial se estende desde a sua fundação (1693) até 1853, quando foi criada a província do Paraná e Curitiba elevada à condição de capital (1854). Sendo colônia portuguesa, a identidade da Curitiba colonial foi construída a partir de marcos referenciais que expressavam a união entre o Estado e a Igreja e o caráter autoritário do empreendimento colonizador com a construção da Igreja, da Casa de Câmara e Cadeia, do Pelourinho e do Mercado.

As práticas estabelecidas e os marcos referenciais construídos em tal período tinham como finalidade “tomar posse e manter o domínio sobre as novas terras conquistadas” (OBA, 1998, p.24). Segundo Oba (1998) até 1721 o espaço tinha sido organizado espontaneamente, mas a partir dos Provimientos de Correições do Ouvidor Pires Pardinho iniciou-se uma preocupação com a configuração urbana.

Segundo Oba (1998) a economia da Erva-Mate em ascensão juntamente com a exploração da madeira e, no início do século XX, a produção do café possibilitaram a concretização da cidade moderna vivida pelas classes mais favorecidas, as quais se mantinham informadas das novidades que ocorriam na Europa ou no Rio de Janeiro.

O contexto da transição das cidades brasileiras (ainda com características coloniais) rumo à modernidade exigiu das autoridades das províncias diversas intervenções urbanas devido ao crescimento populacional urbano favorecido pelo processo de urbanização e pela migração de colonos europeus. Entre 1920-21 destaca-se o Plano de Saneamento para Curitiba de

---

<sup>97</sup> “(...) intermediário entre os criadores do Sul e os compradores de Sorocaba.” (OBA, 1998, p.21-22)

autoria de Saturnino de Brito, para controlar os surtos epidêmicos<sup>98</sup> do período provincial.

Entre 1913 e 1915, o Prefeito Cândido de Abreu realizou transformações ‘radicais’ (se comparadas aos parâmetros da cidade colonial). Investiu-se em arborização, iluminação pública, pavimentação, transporte coletivo, construções refinadas, e atividades culturais. Oba (1998, p.188) aponta que as ações significaram “o embelezamento burguês excludente [...] tentando recriar um espaço urbano inspirador, de passeio e contemplação à semelhança de Londres e Paris.”, apropriados à condição de uma capital.

Guardadas as devidas proporções Oba (1998) afirma que Cândido de Abreu pode ser considerado o “Hausmann curitibano”, assim como Pereira Passos foi para Rio de Janeiro, Prestes Maia para São Paulo e Robert Moses para Nova York. A “hausmanização” termo cunhado por Pinheiro (2011) e Davis (2006) repercute por diversas cidades latino-americanas, e insere-se nesse contexto, tendo em vista que as cidades reproduziam costumes estrangeiros, adequando a paisagem urbana local à modernidade, enquanto que os hábitos locais da cultura popular e os traços da herança colonial eram desvalorizados.

Em Curitiba, por exemplo, em tal período foi cometido “o maior atentado contra a história urbana de Curitiba, ao apagar os conceitos coloniais que a originaram” (DUDEQUE, 2010, p.54). Isso porque, a igreja matriz foi demolida para a construção de outra aos moldes europeus, de projeto neogótico. Além disso, em 1990 a Casa de Câmara e Cadeia também foi demolida, enfatizando a nova sede da prefeitura no Paço Municipal, na atual Praça Generoso Marques.

Entre 1930 e 1965, a capital moderna que se pretendia construir tinha como instrumento para a formação de sua identidade o Plano Agache, elaborado entre 1941-45 e como modelo as cidades norte-americanas (OBA, 1998). O Plano de concepção modernista<sup>99</sup> baseava-se principalmente em um

---

<sup>98</sup> De acordo com Oba (1998, p. 167) as epidemias ocorreram entre 1855-59, 1863-67, 1872-78, 1882-83, 1886-89.

<sup>99</sup> Os ideais modernistas surgem no século XX, no contexto de acelerada industrialização e aumento populacional em diversos países. Na Europa, buscava-se solucionar os problemas das cidades devastadas pela guerra, através da destruição de cidades antigas e construção de

zoneamento pré-determinado com divisão de setores funcionais, numa infraestrutura de saneamento e num sistema viário eficiente voltado para o automóvel.

Ressalta-se que entre 1937 e 1945 o Brasil passou pela ditadura de Getúlio Vargas, momento de forte intervenção do Estado na economia e na substituição de importações, o que deu início ao processo de industrialização no país. Nesse contexto, os avanços tecnológicos, associados ao adensamento populacional, à expansão horizontal e vertical, ao desenvolvimento do mercado imobiliário, ao aumento do número de automóveis, à deterioração das condições ambientais exigia intervenções cada vez maiores.

Segundo Obra (1998) a eficiência, a salubridade e a visibilidade, como forma de vigilância e controle social, eram parâmetros fundamentais dos novos traçados urbanos de qualquer cidade brasileira. Os órgãos instalados nos setores funcionais, que podem ser considerados marcos referenciais de tal período, facilitavam a organização e o controle do espaço urbano.

Oba (1998) afirma que a retificação e alargamento de vias, também garantia o controle do espaço urbano ao ordenar o fluxo de pessoas, no entanto, muitas vezes resultaram em destruição de antigos tecidos urbanos, assim como no período anterior. O Plano das Avenidas de 1942 projetado para Curitiba, apesar de não ter sido integralmente implantado, a partir de uma visão tecnocrática propôs o alargamento da Rua XV de Novembro para atender sua função de ligação diametral da cidade. Tal diretriz viária significou a demolição de edifícios do período anterior e a desconsideração da história ali traçada até o momento, em prol da racionalidade e legibilidade urbana.

Para Dudeque (2010) o projeto de cidade estabelecido no Plano se enfraquece com o fim da ditadura Vargas (1945), que o encomendou. Para o

---

novas, com implantação de infraestrutura básica de transporte, habitação e obras públicas em geral. Emerge nesse âmbito o período fordista. A cidade modernista construída pelo Estado era estruturada para ser eficiente como das máquinas, seguia uma padronização construtiva, um zoneamento funcional rígido, prevendo um crescimento limitado normalmente forma circular, e um adensamento populacional a partir de arranha-céus.

autor o simbolismo que construiu o plano tornava-se um conjunto de diretrizes natimortas, na medida em que o nexu político do desenho urbano proposto foi aos poucos sendo ignorado pela democracia.

A primeira revisão e adaptação do plano Agache à realidade urbana local culminou com a aprovação da Lei nº1.980/60 que propunha a implementação de 47 unidades de vizinhança. De acordo com Dudeque (2010) a concepção de planejamento muda entre os governos de Eurico Dutra (eleito em 1946) e Jucelino Kubitschek (1957-61). O Governador do estado Ney Braga (1962-66) afirmando que as cidades deveriam ser entendidas como “partes atuantes do todo e não mais como unidades isoladas” contratou a empresa SAGMACS para realizar o Plano de Desenvolvimento do Paraná. A SAGMACS (Société pour l’application du Graphisme et de la Mécanographie à l’Analyse) era empresa francesa fundada pelo Padre Lebreton.

O plano elaborado pela SAGMACS afirmava que Curitiba não era uma centralidade regional e tampouco tinha o aspecto de uma Capital. Sendo assim, de acordo com Dudeque (2010), propôs quatro programas estratégicos para tornar a cidade uma metrópole, entre eles três foram de grande importância para o desenvolvimento do planejamento urbano local. Propôs a constituição de uma Companhia de Desenvolvimento Urbano formada pela Sociedade de Desenvolvimento Regional, Prefeitura e particulares, o que resultou na formação da URBS -Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (1964). Recomendou a constituição de um órgão permanente de planejamento e controle do desenvolvimento urbano no quadro da administração municipal, o que culminou com a formação do IPPUC (1965). Por fim, aconselhou a formação de um distrito industrial, o que antecipou a implantação da futura CIC- Cidade Industrial de Curitiba inaugurada em 1973.

Além disso, também por recomendação do plano SAGMACS, foi criado um sistema estadual de financiamento de planos urbanísticos, pretendendo estruturar a rede urbana do estado do Paraná. Dudeque (2010) afirma que nesse contexto tal organização resultou no financiamento de planos diretores para os mais importantes centros urbanos do estado, entre eles o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba.

## 5.2 CURITIBA DOS ÚLTIMOS TEMPOS – SEGUNDO PERÍODO (DE 1965 ATÉ 1990<sup>100</sup>)

Segundo Oba (1998) a partir da elaboração do Plano Serete, a estratégia era dar uma nova “cara” à cidade. Isso porque, o autor afirma que Curitiba não tinha identidade própria, “a população era recolhida e apática” (OBA, 1998, p.2). Ressalta-se, no entanto, que este pode ter sido um argumento de justificação para os projetos e mudanças vinculados a interesses de determinados grupos sociais, já que estudos históricos mostram que havia identidades concretas profundas até tal período.

Segundo Oba (1998), alguns críticos afirmavam que o movimento moderno na arquitetura e no planejamento provocava a “perda do lugar”, seja pela repetição dos mesmos princípios independente do local ou pela falta de definição explícita entre o domínio público e privado. Sendo assim, tais circunstâncias contribuíam para a desvalorização de marcos históricos antigos assim como para a construção de novos elementos simbólicos.

No entanto, há de se lembrar que a intenção de promover a formação desta nova identidade da cidade se deu em parte num contexto do final do século XX, de recessão econômica, de enfraquecimento do Estado-Nação, de estreitamento das relações locais e globais, enfim, da emergência da pós-modernidade. Portanto, tal estratégia foi cada vez mais orientada pelos ideais do neoliberalismo, do empreendedorismo urbano, na concepção da cidade enquanto mercadoria, enquanto *locus* da reprodução do capital.

Sendo assim, no contexto da pós-modernidade, assim como em tantas outras cidades, grupos sociais hegemônicos passam a almejar projeção da imagem positiva de Curitiba no cenário mundial visando recursos que impulsionem o desenvolvimento econômico local. Para isso a cidade tem vivenciado grandes transformações urbanas, com destaque especial para o período a partir da década de 1990, quando pode-se dizer que Curitiba

---

<sup>100</sup> Para Oba (1998) a segunda fase da Curitiba dos últimos tempos se refere de 1965 até os “dias atuais”, que para o autor significa 1998 (ano em que a tese foi concluída). No entanto, considera-se neste trabalho, que a segunda fase da Curitiba dos últimos tempos se estende até 1990.

conquistou efetivamente uma posição reconhecida pelo mundo globalizado, pautada no planejamento estratégico.

O processo para reconhecimento pela mídia internacional teve origem em propostas derivadas do Plano Preliminar de Urbanismo de 1965, momento de inflexão apontado por Oba (1998). No entanto, foram as ações estrategicamente implantadas na sequência (principalmente nas gestões do prefeito Jaime Lerner) que propiciaram a visibilidade do município da escala mundial.

Diante das dificuldades apresentadas para a implantação do Plano Agache, a prefeitura municipal abriu concurso em 1964 para contratação de um novo planejamento para a cidade. O consórcio entre a empresa Serete Engenharia S.A e o escritório de arquitetura de Jorge Wilhelm venceu o concurso, e é no Plano Preliminar de Urbanismo (1965) contratado que se encontram os principais fundamentos para o surgimento do Plano Diretor de Curitiba de 1966.

Segundo Oliveira (2000) o Plano Preliminar tinha uma abordagem mais humanista dos ideais do modernismo tradicional preconizados pela Carta de Atenas<sup>101</sup>. No entanto, não desprezou completamente tais preceitos, à exemplo da incorporação da especialização funcional da cidade. Por outro lado, Oliveira (2000) destaca que “a crítica à despersonalização e esvaziamento dos espaços públicos, tidas como recorrentes no modernismo, levou à incorporação ao conceito de revitalização” (OLIVEIRA, 2000, p.50), à recuperação de marcos referenciais urbanos do passado.

---

<sup>101</sup> A Carta de Atenas foi o manifesto do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) realizado em 1933, no qual se define o objeto da prática modernista, fundada nos preceitos da funcionalidade e racionalidade. Destaca-se entre os diversos itens do manifesto modernista a segmentação espacial das funções da cidade, que era proporcionar espaços para atender às necessidades do homem: habitar, trabalhar, circular, e recrear-se.

A nova identidade pretendida falava da humanização da cidade, da necessidade de locais de encontro, da valorização do pedestre e de respeito ecológico. E isso deveria acontecer numa cidade despertada para os seus próprios valores e para sua própria história. Era preciso que o cidadão curitibano passasse a reconhecer a sua cidade, as suas origens, as suas qualidades e sobretudo as suas potencialidades. (OBA, 1998, p.243).

Nesse sentido, surge a concepção de crescimento linear da cidade, baseado nos eixos estruturais, os quais conteriam a expansão do centro tradicional evitando a sua deterioração (OLIVEIRA, 2000). Além disso, o autor enfatiza que ao longo de tais vias lineares se concentraria a circulação de transporte coletivo bem como o adensamento populacional. Já as vias paralelas a oeste chamadas de conectoras dariam acesso ao distrito industrial enquanto as vias de ligação fariam a conexão entre as estruturais e o anel central de tráfego lento. Seguindo o princípio de caráter humano que a cidade deveria assumir, foi também proposto pelo Plano a criação de novos pontos de encontro para a população a partir da pedestrianização do centro, com o fechamento da Rua XV de Novembro para a circulação de veículos, e com a implantação de parques, praças e novas áreas verdes de lazer.

Os ajustes e discussões que seguiram baseadas nestas ideias principais culminaram com a aprovação da Lei do Plano Diretor em agosto de 1966, o qual Dudeque (2010) chamou de Plano Wilhelm- IPPUC, por ter sido elaborado pela Serete, pela equipe de Jorge Wilhelm e pela equipe de acompanhamento local. O autor afirma que a CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná, financiadora do Plano, exigia debate público das ideias contidas no plano para análise e contribuições da população.

Nesse sentido, o prefeito Ivo Arzua instituiu o seminário Curitiba de Amanhã<sup>102</sup> em sete sessões as quais, como aponta Dudeque (2010), pretendia, além da intenção oficialmente declarada, legitimar a lei que estava sendo urdida com o aval das entidades de classe. O autor salienta que apesar de o poder público afirmar que qualquer pessoa poderia participar dos debates

---

<sup>102</sup> Para saber quais órgãos e entidades a prefeitura convidou para os seminários consultar Dudeque (2010, p.129 -130)



e contribuir para a elaboração do Plano definitivo, instituiu um meio de ter o controle das decisões, através do “poder moderador”<sup>103</sup>. Tal mecanismo conferia ao prefeito a opinião definitiva a respeito de qualquer tema discutido no seminário. Sendo assim pode-se dizer que o seminário tinha caráter informativo e não participativo.

Autores como Dudeque (2010), Oba (1998), Moura (2011), Sánchez (2010) afirmam que o sucesso do plano se deve essencialmente à continuidade da sua implantação durante diversas gestões da prefeitura municipal. Apesar “de uma alternância na orientação política e ideológica, em termos conceituais não houve mudanças radicais.” (OBA, 1998, p.242). Além disso, destaca-se que a conjuntura política e econômica nacional também contribuiu para o destaque de Curitiba dentre as demais cidades brasileiras.

No contexto da ditadura militar no país, Curitiba foi considerada “a mais genuína expressão do ‘milagre brasileiro’ [...], a mais concreta expressão dos projetos de desenvolvimento capitalista pretendidos para o país.” (SÁNCHEZ, 1997, p.28). Isso porque o planejamento local incorporou o discurso do sucesso a partir da ideologia racionalista e tecnocrática, centrado no poder autoritário do Estado, princípios que se alinhavam aos ideais políticos da época. Sendo assim, as estratégias urbanas locais tiveram o apoio institucional e financeiro nacional e posteriormente internacional.

Dudeque (2010) afirma que o Plano Wilhelm –IPPUC era “aberto”, já que, entre outras razões, foi elaborado segundo uma compreensão histórico-geográfica e nesse sentido um outro momento histórico poderia corrigir o plano redirecionando-o para uma nova tendência. O autor destaca que Jorge Wilhelm evitou diretrizes rígidas no plano para Curitiba por entender a dimensão histórica dos seus pressupostos. Nesse sentido o plano permite transformações constantes, se torna adaptável nas diferentes conjunturas históricas. Como resultado desta leitura, destaca-se que o mesmo Plano Diretor de 1966 continua sendo implantado até os dias atuais<sup>104</sup>, já que “sua lei

---

<sup>103</sup> O poder moderador era o antigo atributo dos imperadores brasileiros

<sup>104</sup> Como aponta o estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles, “legalmente, o Plano Diretor de 1966 continua vigente. A Lei de 2004 fez a adequação do plano segundo Estatuto da Cidade e ‘complementa’ suas diretrizes, como pode ser verificado na súmula das duas leis e nos dois primeiros artigos da lei de 2004” (OBSERVATORIO DAS METROPOLES, 2010, p. 4).

sofre contínuos ajustes pontuais, compondo uma verdadeira colcha de retalhos” (MOURA, 2011, p.25).

Oliveira (2000) afirma que as estratégias fundamentais do Plano de 1966 foram implantadas na sua totalidade entre 1971 e 1983, período que corresponde às duas primeiras gestões do prefeito Jaime Lerner (1971-75 e 1979-83) e de Saul Raiz (1975-79). Foram adicionadas, entretanto, algumas modificações para viabilizar a proposta original dos eixos estruturais, tais como: a implementação do Sistema Trinário<sup>105</sup>, o Plano Massa e a Rede Integrada de Transporte. Além disso, Oba (1998) ressalta que foi delimitado e decretado o Setor Histórico, no qual se define usos, regulamenta demolições e novas edificações, foram criados três grandes parques como opção de lazer e entretenimento: o da Barrerinha (1972), São Lourenço (1972) e Barigui (1972).

Além disso, em maio de 1972 foi inaugurado o calçadão da Rua XV de Novembro, a qual foi fechada para a circulação de carros, e em 1973 “o distrito industrial de Curitiba deixou de ser um conjunto de intenções” e passou a ser chamado de Cidade Industrial de Curitiba - CIC. Segundo Oliveira (2000, p.57), este período ficou conhecido pela eficiência técnica do planejamento urbano e por estabelecer a irreversibilidade do Plano Diretor ao materializar as estratégias nele previstas.

Destaca-se que, de acordo com Dudeque (2010) o Plano Wilhelm foi “arquitetadamente” concretizado no período de ditadura militar no Brasil (1964-85). Isso porque, os arquitetos viabilizadores do plano, em sintonia com a parte do movimento modernista que defendia a atenção às áreas verdes<sup>106</sup> destinadas ao lazer, iam contra a opinião dos militares no poder. O Brasil estava em pleno desenvolvimento industrial, impulsionado pelo contexto do final da segunda guerra mundial, no qual “o baixo custo da energia fóssil permitiria uma expansão sem precedentes da economia planetária” (DUDEQUE, 2010, p.249). Portanto, para os militares a degradação do meio

---

<sup>105</sup> O Sistema Trinário consiste num conjunto viário onde circulam carros e ônibus em três vias paralelas compostas por um eixo central, exclusivo para o transporte público, e duas vias laterais ao eixo, para a circulação de carros individuais, as chamadas vias rápidas.

<sup>106</sup> Para Caldeira (2000) o planejamento modernista possuía diversas semelhanças com as concepções das cidades jardins idealizadas por Ebenezer Howard, já que eram duas soluções críticas aos problemas das cidades industriais. Dentre os elementos comuns destaca-se a “ênfase na cidade como um parque, e na existência de áreas verdes intercaladas a áreas construídas.” (CALDEIRA, 2000, p.310).

ambiente era necessária ao desenvolvimento econômico do país. As palavras ecologia e proteção ao meio ambiente não eram bem-vindas, já que “não existiria desenvolvimento sem indústria e nem indústria sem poluição”.

Nesse contexto, o financiamento dos parques que, de acordo com os princípios humanistas, visavam prioritariamente a recreação o lazer e a ecologia, foi viabilizado com ênfase no saneamento e na contenção das cheias. Todos os projetos urbanos eram tratados como infraestrutura urbana “pesada”, ressaltavam-se termos como ‘saneamento’, ‘arruamento’, ‘moradia’ e ‘pedestrianização’, ao invés de ‘convívio’ e ‘lazer’ para agradar os órgãos de financiamento. Como afirma Dudeque (2010, p.257), “os arquitetos da prefeitura de Curitiba pensavam e projetavam de acordo com a Paideia modernista, mas passaram a redigir pedidos de financiamento em ‘tecnocratês’.”.

É importante salientar que o desenvolvimento industrial almejado pelo governo militar vai de encontro com os interesses de expansão das indústrias sediadas nos países do Norte. Como aponta Dudeque (2010) os países centrais do capitalismo passaram a se interessar pelo investimento em outros países de salários baixos como o Brasil, o que geraria lucros altos. O desenvolvimento da CIC baseada na política de atração de investimentos, a desapropriação de terrenos de colonos para transferência para grandes empresas e o desenvolvimento da agroindústria no interior do Paraná (estado que se baseava essencialmente na produção agrícola) ocorre em tal contexto, entre a década de 1960 e meados da década de 1970.

Na sequência, as gestões de Maurício Fruet (1983-86) e Roberto Requião (1986-89) não deram continuidade aos mesmos princípios intervencionistas que Jaime Lerner. O primeiro fez uma revisão do Plano Diretor de 1966, após quase duas décadas de sua elaboração, e estruturou a cidade segundo subcentros buscando diminuir a polarização do centro histórico, e questionando o desenvolvimento linear da cidade. De acordo com Oba (1998) o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU) proposto não foi adiante, já que Roberto Requião assume um ano após a sua conclusão. Segundo o autor, este último tinha uma postura crítica com relação às intervenções consideradas elitistas e excludentes de Jaime Lerner, e por isso priorizou as obras sociais de

atendimento aos bairros, as quais não produziram grandes referências visuais, mas sim de modelo de planejamento.

Na terceira gestão de Jaime Lerner, entre 1988 e 1992, Oliveira (2000) afirma que ocorreu uma substancial mudança de enfoque. As ações priorizaram novas intervenções urbanas de ordem estética e de caráter ambiental, aproximando-se da concepção pós-moderna de cidade a partir do mecanismo da acupuntura urbana<sup>107</sup>, e tal processo caracteriza a etapa atual de transformação urbana em busca do novo paradigma de cidade.

### 5.3 CURITIBA REINVENTADA PARA O MERCADO MUNDIAL<sup>108</sup> (DE 1990 ATÉ DIAS ATUAIS)

De acordo com Sánchez (2010) a partir do final do século XX há uma reorientação das políticas urbanas, as quais passam a visar a promoção da imagem positiva da cidade no cenário mundial para garantir a reestruturação urbana. No contexto da globalização, da emergência da Terceira Revolução Industrial (LIMONAD, 2006), “os projetos de renovação urbana são promovidos em ações combinadas nas diversas escalas territoriais.” (SÁNCHEZ, 2010, p.27). Novos agentes passam a ser transformadores do espaço urbano ao atuar em coalizão com os governos locais na reestruturação do espaço urbano. Empresas multinacionais e especialistas internacionais difundem imagens das cidades-modelo, ideais para a renovação econômica e espacial no contexto pós-crise econômica mundial da década de 1970.

Se comparado com o modelo de planejamento modernista, pode-se dizer que o planejamento pós-moderno tem uma visão fragmentada do espaço urbano, e não segue com rigidez os critérios dos setores funcionais. Os planejadores modernos pretendiam controlar e direcionar o crescimento da cidade, atualmente entende-se o processo urbano como algo incontrolável e

---

<sup>107</sup> Acupuntura urbana é termo cunhado por Jaime Lerner no período em que foi prefeito de Curitiba. Caracteriza a prática das intervenções pontuais que, segundo o então prefeito, seriam capazes de provocar grandes transformações.

<sup>108</sup> O nome de tal período foi dado com base no título do livro *A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial* de Fernanda Sánchez.

caótico (HARVEY, 1992), o que eram fronteiras podem ser áreas estratégicas para a reprodução do capital.

Como afirma Sánchez (2010) o planejamento estratégico baseado no empreendedorismo urbano parece ser condição *sine qua non* para tornar a cidade competitiva por investimentos no contexto da economia globalizada. Enquanto isso, o *marketing* urbano passa a ser instrumento estratégico da política urbana, já que favorece a visibilidade da cidade no mercado mundial na mesma medida em que “molda um novo modo de ser e viver na cidade” (SÁNCHEZ, 2010, p.36).

Portanto, o discurso hegemônico de que as cidades se tornam mais competitivas ao investirem em atrativos comerciais, turísticos e culturais de acordo com interesses dos novos agentes produtores do espaço urbano, transformam a própria cidade numa mercadoria. Como já afirmou Harvey (2006) a dimensão espacial se torna contraditoriamente estratégica para a reprodução do capital. Nesse contexto, as gestões municipais passam a contribuir para a lógica do capital mundial na medida em que facilitam as decisões das empresas multinacionais na escala local.

As políticas de reestruturação espacial, em sua inter-relação com os projetos de reestruturação econômica mundial, apresentam uma ordem complexa e cambiante que permeia todas as escalas do espaço, particularmente as cidades. (SÁNCHEZ, 2010, p.29).

Sendo assim, as novas estratégias e as pautas das atuais políticas urbanas de renovação evidenciam a emergência do novo projeto de cidade, que, no contexto de Curitiba, pode ser percebido a partir da terceira gestão do prefeito Jaime Lerner (1988-1992). É importante salientar que a política ecológica, pilar da administração pública nesse período, ganhou repercussão na mídia em função do contexto político econômico e do apoio do governo estadual e federal, tendo em vista que tal tema era antes renegado pelo governo militar.

A esse respeito Dudeque (2010) afirma que em outubro de 1973 encerra-se o maior ciclo de prosperidade global do século XX assim como o dito “milagre econômico brasileiro”. O aumento do preço do petróleo endividou o

Brasil e, nesse momento, “o governo militar se obrigou a aceitar a parte de ecologia como uma necessidade, não mais como subversão” (DUDEQUE, 2010, p.264). Na opinião do autor, o sucesso do Plano Wilhelm nesse período se deu em função de que “os planejadores de Curitiba tiveram a sorte de formular uma solução para um problema com o qual nunca se preocuparam”. Nesse sentido, para Dudeque (2010) os preceitos modernistas somado às particularidades do Plano Wilhelm tornaram Curitiba uma referência em planejamento urbano no contexto de crise do petróleo e recessão econômica.

Apesar de o então general Ernesto Geisel ter qualificado Curitiba como um “exemplo urbanístico” em 1978 (DUDEQUE, 2010), Sánchez (2010) afirma que a partir da década de 1990 é que o governo municipal passa a investir efetivamente no *marketing* urbano, e inserir a imagem positiva da cidade tanto no cenário local, regional, nacional e internacional. Isso porque, como destaca a autora, para a difusão do “modelo” de cidade nas diversas escalas, foi fundamental a participação de instituições supranacionais, particularmente as agências multilaterais, como o Banco Mundial e a ONU.

Segundo Sánchez (2010) a imagem de Curitiba na década de 1990 foi construída a partir de um processo de resgate seletivo dos elementos responsáveis por imagens síntese anteriores. As intervenções nos eixos estruturais e na mobilidade urbana, nos parques e na requalificação do centro histórico, por exemplo, ‘condecoraram’ Curitiba com imagens da “cidade-modelo”, “cidade humana”, “cidade eficiente e viável”, “cidade planejada”. Com isso, se valorizou um *continuum* “saber fazer”, baseado na técnica do planejamento que estava “a serviço do homem” (SANCHEZ, 2010).

A política ecológica ganhou intensa repercussão na mídia, principalmente na questão da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos (OLIVEIRA, 2000). Neste contexto, novos projetos de impacto visual foram construídos associados ao discurso ecológico, à imagem da cidade-modelo, tais como a Ópera de Arame (1992), o Jardim Botânico (1991), a Rua 24 horas (1991), reforma no Mercado Municipal, Unilivre (1992), Parque Tanguá (1996), Parque Tingui (1994), o Ecoville (1990). São marcos referenciais urbanos que complementam e fortalecem a imagem da cidade já construída com a concretização do Plano Wilhelm na década de 1970 e agregam novas sínteses como “capital

ecológica”, “capital da qualidade de vida”, “capital Brasileira de Primeiro mundo”.

O mecanismo da acupuntura urbana explorado por Jaime Lerner em sua gestão aproxima a cidade da concepção pós-moderna, já que, como afirmam Zaitter e Ultramari (2010), diante da complexidade da cidade contemporânea as acupunturas urbanas seriam capazes de solucionar o pouco já que não se consegue mudar o muito. Além disso, a acupuntura urbana vai de encontro com a produção e reprodução da imagem-síntese da cidade, na medida em que

a síntese é desenvolvida mediante a apropriação seletiva de técnicas, saberes e fragmentos do espaço [...], pela seleção simbólica de partes pinçadas da paisagem urbana e por sua referência expressiva à totalidade urbana. (SANCHEZ, 2010, p.194).

Para o autor do termo (Jaime Lerner) “algumas obras podem parecer isoladas, num primeiro momento, mas têm o poder de simbolizar vastos processos de transformações urbanísticas” (DUDEQUE, 2010, p.393). A arquitetura pós-moderna das acupunturas urbanas favorece a reprodução deste capital simbólico. Diferentemente da arquitetura modernista que visava modificar as práticas sociais, a arquitetura contemporânea não tem ideais, nem preconceitos, compromissos ou pretensões (OBA, 1998). Segundo Oba (1998) os marcos referenciais urbanos pós-modernos, seguindo esses princípios, se baseiam no efêmero, na imitação, no lúdico e visam construir uma imagem a ser consumida na cidade-espetáculo.

Nesse contexto de intensa fabulação Sanchez (2010) e Dudeque (2010, p.393) afirmam que Curitiba passou a ser um “modelo” de cidade a ser reproduzido. Arquitetos da prefeitura recebiam convites para assessorar projetos de outras cidades, as quais recebiam conselhos genéricos sem qualquer estudo da realidade local. Foi, portanto, durante este período (após a elaboração do Plano Preliminar de 1965) que Oba (1998) afirma que Curitiba se destacou e se diferenciou das demais cidades ao “ser criativa”<sup>109</sup> para

<sup>109</sup> Sanchez (2010) afirma que a cidade tornada sujeito favorece a produção mitificada da sua imagem. Nesse sentido, assim como o material publicitário e os textos de lideranças políticas da época, Oba (1998) ao reproduzir o sujeito absoluto da cidade contribui para enaltecer as práticas urbanas e “esconder os verdadeiros atores sociais interessados nos projetos urbanos”,

reinterpretar elementos arquitetônicos e urbanísticos, até então replicados a partir dos modelos de cidades europeias nas demais cidades brasileiras.

Com o sucesso do “modelo” da cidade que se construiu, a nova identidade de Curitiba estava concretizada e foi reproduzida ao longo das próximas gestões. As imagens de Curitiba ecológica, capital de primeiro mundo, que valoriza a cultura local e a história da cidade foram “periodicamente recicladas incorporando novos valores, novas representações e novos ícones espaciais.” (SÁNCHEZ, 2010, p.195) a cada nova gestão.

A constatação desse processo histórico de reciclagem simbólica da imagem no projeto urbano de Curitiba e a percepção de uma combinação cada vez mais notável entre determinadas imagens-síntese e o interesse mercadológico relacionado com a venda da cidade vêm reforçar [...] [que] a transformação da cidade em mercadoria e a venda da cidade são estratégias centrais do processo de renovação urbana contemporâneo. (SANCHEZ, 2010, p.197)

De acordo com Sánchez (2010, p.199) as intervenções realizadas na gestão de Rafael Greca (1993-96), como os Faróis do Saber, Ruas da Cidadania e Memorial da cidade e das etnias vincularam a imagem de Curitiba à “Capital da Cultura” e “Cidade Luz”. Na primeira gestão de Cassio Taniguchi (1997-2000) a cidade foi associada à imagem de “capital tecnológica” e da “melhor cidade para fazer negócios” em função dos investimentos em infraestrutura viária e de apoio a empresas. Sánchez (2010) afirma que na sua segunda gestão (2001-04), em função da disputa acirrada para a prefeitura nas eleições de 2000, o prefeito se viu obrigado a adotar outro discurso: o da “capital social”. No entanto, apesar de algumas políticas sociais tal gestão continuou com as políticas de atração de empresas.

Segundo Firkowski (2009), os investimentos na imagem positiva da cidade somados aos incentivos fiscais desencadearam o processo de internacionalização e metropolização de Curitiba também a partir da década de 1990. Isto é, a cidade passa a ser sede de novas atividades, mais diversificadas e especializadas, as quais atendem aos interesses de agentes locais regionais e internacionais que buscam expansão do capital associado

---

na mesma medida que colabora “para a dissolução de possíveis contraposições ou resistências” (SANCHEZ, 2010, p.428).



principalmente ao setor terciário. Nesse sentido, há uma internacionalização da economia urbana local, “atividades relacionadas aos serviços e comércio passaram a ser controladas por grupos de atuação mundial”, e “duas importantes unidades da indústria automobilística e seus respectivos fornecedores” (FIRKOWSKI, 2004) foram instalados na Região Metropolitana. Curitiba passa então, a assumir novas funções no cenário mundial, inserindo-se no fluxo de capitais globais, adquirindo o papel de uma metrópole, de uma nova centralidade na rede de cidades mundiais.

Os projetos de intervenção urbana e as políticas locais das gestões seguintes (Beto Richa e Luciano Ducci), num continuísmo político, priorizam atender as necessidades de agentes econômicos privados que se interessam pela possibilidade de expansão do mercado, pela “cidade boa para fazer negócios”. Nesse sentido, a organização territorial “tem sido centrada na renovação e na ampliação das infraestruturas de mobilidade, de telecomunicações e de serviços avançados às empresas.” (SANCHEZ, 2010, p.367) desde a década de 1990.

Marcos referenciais de tal período estão intimamente relacionados com os interesses de empresas internacionais e as demandas a elas relacionadas, associadas ao setor imobiliário, turístico e de consumo. Sendo assim, pode-se citar edifícios corporativos de arquitetura pós-moderna, sedes de empresas de telecomunicações e novas tecnologias, os shoppings centers com lojas de grife internacional, os condomínios residenciais de luxo com novas tipologias habitacionais, os espaços vinculados à indústria do entretenimento e à promoção cultural, novas redes de supermercados e do setor hoteleiro, entre tantos outros ambientes que fornecem serviços especializados no âmbito do processo de internacionalização da metrópole (FIRKOWSKI, 2009a).

Nesse contexto, Curitiba passa a reproduzir em determinadas áreas da cidade os “lugares comuns”, espaços urbanos “banais” (MUÑOZ, 2008), o que sinaliza “a universalidade dos processos contemporâneos de produção e

reprodução do espaço global.” (SANCHEZ, 2010, p.29)<sup>110</sup>, a homogeneização aparente das cidades.

#### 5.4 GPU, A EVOLUÇÃO DO CONCEITO NO CONTEXTO DE CURITIBA

A partir da análise histórica da produção das formas espaciais<sup>111</sup> em Curitiba pretende-se estabelecer uma relação entre o conceito de Marcos Referenciais Urbanos e Grandes Projetos Urbanos à luz do afastamento entre o discurso e a prática do planejamento urbano municipal. A partir destes três elementos busca-se entender quando emergem os GPUs no contexto urbano local, como a identidade social<sup>112</sup> passa a ser construída a partir do marketing urbano (e não mais a partir da concepção original de MRU) e em que medida os GPU contribuem para esse processo. Tal análise fornecerá insumos para a reflexão sobre a acentuação das desigualdades socioespaciais a partir de GPU.

Antes de tudo, destaca-se que existe uma relação entre a emergência e o declínio dos MRUs e cada novo momento histórico do planejamento urbano, mas, sobretudo, que existe uma estreita relação entre a evolução dos conceitos de MRU e os GPUs, a qual pode ser apontada a partir de dois principais argumentos, resumidamente apresentados no QUADRO 2.

Em primeiro lugar, pautando-se nas ideias de Lungo (2005)

un gran proyecto urbano o una gran operación urbana no son necesariamente una intervención única de gran dimensión en la ciudad, sino también, como decíamos antes, puede estar integrado por un conjunto de pequeñas y medianas intervenciones que siguen una misma lógica y, en algunos casos, corresponden a una sola pieza urbana. (LUNGO, 2005 p.20)

<sup>110</sup> No entanto, como afirmado no item 2 deste trabalho, ressalta-se que a semelhança de alguns elementos da paisagem, ou das práticas urbanas não torna as cidades homogêneas. A reprodução de “lugares globais” acaba por acentuar as desigualdades, nesse sentido a homogeneização é aparente.

<sup>111</sup> Com base em Santos (1985), o termo formas espaciais se refere aos aspectos externos e visíveis dos objetos espaciais.

<sup>112</sup> Considera-se que entender o processo da construção da identidade social no município de Curitiba é fundamental para posteriormente compreender as especificidades do impacto dos GPUs nos processos sócio-espaciais.

Portanto, tendo como referência a produção histórica dos elementos espaciais na cidade de Curitiba, entende-se que os GPUs podem ser formados por um ou mais MRUs, os quais são objetos espaciais que podem estar vinculados por um mesmo princípio, uma mesma função e, por isso, concentrados numa determinada área, podem conformar um GPU. Sendo assim, defende-se que todo GPU é composto por MRUs, mas nem todo conjunto de MRUs forma um GPU. Isso porque, há uma dependência do princípio e objetivo que une os MRUs, da escala que estes abrangem, bem como dos atores e interesses envolvidos na gestão e financiamento da intervenção.

Em segundo lugar, o que explicita a associação entre GPU e MRU é a relação entre a emergência dos novos agentes produtores do espaço e o enfraquecimento do sentido dos antigos marcos referenciais urbanos. Como apontado anteriormente, os GPUs da primeira geração e as intervenções anteriores a ela são caracterizados pelo protagonismo público. Destaca-se que nesse contexto, os *antigos* MRUs que compõem principalmente as intervenções anteriores aos GPUs estão mais próximos da identidade social genuinamente formada pelos habitantes locais, como aponta Oba (1998). Já os GPUs da segunda e da terceira geração são cada vez mais viabilizados pela aliança entre o setor público e o setor privado, e os MRUs que os compõem estão prioritariamente relacionados à imagem da cidade que se pretende transmitir, e menos com a identidade histórica local.

<b>TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>MRU QUE COMPÕEM AS INTERVENÇÕES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>INTERVENÇÕES ANTERIORES À PRIMEIRA GERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Protagonismo do poder público.</li> <li>- Pode ser entendido como um MRUs ou um conjunto de MRUs antigos.</li> </ul>	<b>MRU ANTIGOS / ORIGINAIS</b>	Referência histórica e cultural relevante para grande parcela da população contribuindo para a construção do espaço coletivo
<b>GPU DE PRIMEIRA GERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Protagonismo do poder público.</li> <li>- Pode ser entendido como um conjunto de novos MRUs.</li> </ul>	<b>NOVOS MRU / PÓS-MODERNOS</b>	Referenciais físicos e visuais que contribuem para a promoção da imagem positiva da cidade no mercado mundial
<b>GPU DE SEGUNDA E TERCEIRA GERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Incorporação do setor privado na gestão urbana.</li> <li>- Pode ser entendido como um conjunto de novos MRUs.</li> </ul>		

QUADRO 2 – SÍNTESE DA RELAÇÃO ENTRE GPU E MRU

FONTE: A autora (2014) com base em Ezquiaga (2001) e Oba (1998)

Tendo em vista os dois aspectos inicialmente apresentados e considerando a análise da evolução do conceito de GPU apresentado no capítulo três pautado principalmente em Hazan (2003), Lungo (2005), Oliveira (2012), Ezquiaga (2001) e Lungo e Smolka (2005) pode-se apontar que Curitiba possui GPUs de primeira, segunda e terceira geração.

Considerando o conjunto de marcos referenciais urbanos do período colonial (1693-1854), da Belle Époque (1854-1930) e do primeiro período da “Curitiba dos Últimos Tempos” (1930-1965), infere-se que em tais épocas encontram-se intervenções que antecedem os GPUs. Isso porque, entende-se que o termo GPU está associado ao planejamento urbano que emerge após o período da reestruturação econômica mundial iniciada a partir de meados da década de 1970. Portanto, o GPU é instrumento do planejamento estratégico que surge como nova alternativa para os problemas urbanos no Brasil principalmente no final da década de 1980/ início da década de 1990. Em Curitiba, indícios de tal modelo de intervenção aparecem a partir da década de 1970.

No período colonial, Oba (1998) afirma que havia intensa interação entre os marcos referenciais urbanos no cotidiano da cidade.

Ao tratar da história da Matriz não há como ignorar a presença da Câmara. Assim também o Mercado e o Pelourinho. Não são histórias paralelas e independentes. Todas elas são faces de um mesmo empreendimento coletivo. (OBA, 1998, p.121).

Tais elementos espaciais possuíam a mesma função simbólica de representar o poder e o controle da coroa Portuguesa, tinham grande visibilidade e destaque na paisagem urbana por sua forma, aparência e localização na praça central da vila. Os marcos referenciais urbanos da época, associados a outras obras como retificação das ruas, ao alinhamento das edificações e à delimitação do limite urbano visavam organizar o espaço da nova vila.

Já, no período da Belle Époque (1954-1930) as intervenções faziam parte de um novo projeto para a cidade – embelezamento da capital da província –, por isso, também estavam inevitavelmente relacionados. O conjunto de ícones arquitetônicos, objetos simbólicos, muitas vezes monumentais (tendo em vista a escala da cidade) estavam concentrados no boulevard (Rua da Liberdade), hoje Rua Barão do Rio Branco e na Rua XV de Novembro. A estação ferroviária, os jardins (ex. Passeio Público e Praças como Zacarias, da Matriz, Santos Andrade, Osorio, Eufrásio Correia, etc) e edifícios públicos (ex. Paço Municipal), o teatro, a biblioteca, a universidade, os palacetes, visavam a requalificação urbana, a reconstrução da imagem da cidade, a revitalização espacial pautando-se na elitização do espaço urbano e na desvalorização das heranças coloniais.

No âmbito da emergência de uma nova ideologia para manutenção da classe hegemônica no poder, surgem novos MRU e os planos diretores (técnica) baseados em estudos científicos (diagnósticos e prognósticos) e nos ideais modernistas (VILLAÇA, 2004). Nesse contexto, é elaborado o Plano Agache para Curitiba (1941-43), o qual visava mais uma vez reorganizar o espaço urbano, buscando neste momento o crescimento ordenado da cidade como saída para os problemas existentes. Apesar de o plano não ter sido completamente implantado orientou o planejamento urbano futuro. Pode ser

citado como marco referencial relacionado à época o centro cívico e a divisão de setores funcionais.

Sendo assim, em cada período anterior à segunda etapa da Curitiba dos últimos Tempos (1965-1990) as intervenções estão intimamente relacionadas, visam alterar a imagem da cidade anterior, reestruturar o espaço urbano, incluem ícones arquitetônicos, até mesmo monumentais que simbolizam o poder econômico e político da época, podem ser consideradas 'grandes' na medida em estão relacionadas a uma ampla área da cidade e visam alterar sua imagem como um todo.

No entanto, não podem ser chamados de GPUs já que as intervenções não estão relacionadas às estratégias de desenvolvimento competitivo na escala nacional ou global, até porque, as cidades brasileiras passaram a ter um papel mais relevante na economia mundial a partir do final do século XX, visto que fazem parte da chamada periferia do capitalismo. São transformações espaciais que têm como referência modelos externos, contudo, não se aproximam da complexidade existente na implantação de um GPU. Estes envolvem diferentes interesses, atores, tipos de financiamento e gestão, e visam para além dos impactos imediatos proporcionados pelas dimensões físicas, estéticas e simbólicas, sobretudo, potencializar recursos para dinamizar a economia local no cenário mundial.

Sendo assim, tendo em vista a diferença entre as intervenções, destaca-se que no contexto de Curitiba o termo Grandes Projetos Urbanos-GPU pode ser utilizado apenas a partir segunda etapa da Curitiba dos últimos Tempos (1965-1990). Antes disso, uma intervenção de grande escala não pode ser chamada de GPU já que não traz a conotação do período histórico do final do século XX, relacionada principalmente à competitividade.

Destaca-se, no entanto, que apesar de Curitiba se inserir no cenário mundial principalmente a partir da década de 1990 com o início do processo de internacionalização e metropolização, desde a década de 1960 existia um processo interno de produção da imagem positiva da cidade e a partir da década de 1970, diversas políticas de atração do capital industrial (FIRKOWSKI, 2009a). Como afirma Sanchez (1997, p.117) na década de 1970 o que se vendia era o projeto, o modelo de planejamento, "hoje procura-se

vender a cidade, ou seja, o planejamento realizado.”. Em tal período, portanto, encontram-se os primeiros esforços para a construção da imagem positiva da cidade visando atração de recursos, os primeiros mecanismos para tornar a cidade competitiva, responsáveis pela inserção da cidade no cenário mundial na década de 1990.

Nesse contexto cabe destacar os elementos de construção do mito da cidade modelo, visto que estes contribuíram significativamente para tornar a cidade competitiva, para a transformação das formas espaciais, formação da nova identidade coletiva bem como para a apropriação excludente do espaço urbano. A partir desses termos, pode-se associar tais processos à emergência de GPUs e à reprodução das desigualdades socioespaciais, tema central deste trabalho.

Os processos citados acima tiveram início em meados da segunda etapa da “Curitiba dos Últimos Tempos” (1965-1990). Não tão diferente dos demais momentos históricos apontados por Oba (1998), nessa época os gestores públicos também buscavam a modernidade a partir da transformação das formas espaciais. No entanto, o destaque de tal momento se dá pela associação entre a *aparente* eficiência das soluções físicas e o Plano Diretor de 1966, que cristalizou a aplicabilidade do plano tecnocrático. Como afirma Sánchez (1997, p.31) “elegeu-se a forma urbana como base material mais evidente do mito, na condição de um vir-a-ser embutida no plano.”.

Enfatiza-se, no entanto, que a eficiência é parcial, pois é eficiente para parte da cidade, tal processo será explicitado no próximo capítulo. Cabe aqui ressaltar que mecanismos como a veiculação de imagens-sínteses nos meios de comunicação e informação associadas às intervenções pontuais – acupunturas urbanas – e ao reforço de uma identidade por oposição foram estratégias adotadas para a promoção da imagem positiva da cidade e para a formação de um consenso (SÁNCHEZ, 1997).

De acordo com Sánchez (1997) as sínteses foram produzidas a partir da seleção simbólica de partes pinçadas da paisagem urbana. Exemplo disso é a reprodução da imagem dos eixos estruturais, da intervenção na Rua XV no centro da capital, da criação de parques ou da delimitação da CIC como referências da totalidade urbana, que se apresentava incomparavelmente

moderna, eficiente e humana. Nesse sentido, como afirma a autora, “foi necessariamente através da intervenção tecnicamente orientada no imaginário social que o mito da modernidade foi construído e cristalizado.” (SÁNCHEZ, 1997, p.33).

Na década de 1970, enquanto o mundo passava por uma reestruturação econômica e por uma crise urbana-metropolitana o planejamento de Curitiba emerge como um exemplo iluminado de um “Brasil viável” (SÁNCHEZ, 1997). Diferente de outras cidades em crise, ‘a Curitiba’, construída enquanto sujeito, era planejada para o homem, pensando no bem estar do cidadão comum. No entanto, assim como em tantas outras cidades o poder público municipal almejava a partir da promoção da imagem simbólica das novas formas urbanas alavancar a economia local.

Para Firkowski (2009b, p.160), as novas implantações industriais (condomínios, complexos, consórcios, parques etc.) podem ser consideradas, assim como os equipamentos arquitetônicos-produtivos<sup>113</sup> citados por De Mattos (2004), formas urbanas que expressam a nova fase da modernização capitalista. De acordo com De Mattos (2004) tais elementos associados à modernização provocada pela globalização, estão estreitamente relacionados com a realidade metropolitana e geram novas dinâmicas e paisagens que tendem a ocorrer em todas as cidades inseridas em tal processo<sup>114</sup>. São equipamentos capazes de promover transformações “na estrutura e no funcionamento urbano preexistente, contribuindo com seu policentrismo e marcando o surgimento de uma nova paisagem e de uma nova imagem urbana” (DE MATTOS, 2004, p. 177).

---

<sup>113</sup> De acordo com Mattos (2004) os elementos arquitetônicos –produtivos são a) conjuntos de edifícios empresariais que correspondem aos centros empresariais integrados, as edifícios corporativos; b) os espaços comerciais integrados ou diversificados, que agregam os shoppings centers, grandes equipamentos comerciais como os hipermercados, as lojas de departamento etc; c) os espaços para viajantes globais, que compreendem os hotéis de luxo, os complexos para conferências e para feiras internacionais; d) espaços de entretenimento, sobretudo os parques temáticos e os complexos cinematográficos; e) os espaços residenciais protegidos e segregados, edifícios de alto padrão e condomínios fechados.

<sup>114</sup> Ressalta-se aqui que, assim como pontuado no capítulo 2 deste trabalho, De Mattos (2004) faz ressalvas a respeito das semelhantes transformações em diversos países provocadas pelo processo de globalização. Para o autor, as mudanças reproduzidas por toda parte se dão em maior ou menor grau em função das especificidades locais, evidencia, portanto, a persistência da identidade particular de cada cidade.



Os eixos estruturais, as intervenções no centro e nos parques são também entendidos como elementos da nova arquitetura produtiva, já que possibilitam as condições necessárias para o melhor desenvolvimento de atividades relacionadas às redes transfronteiriças<sup>115</sup> (DE MATTOS, 2004). Cita-se como exemplo áreas potenciais para: expansão de negócios imobiliários, vinculados aos atores privados e a setores sociais de mais alta renda; implantação de serviços avançados especializados ou relacionados à novas tecnologias de informação e comunicação; proporcionar qualidade de vida.

Pautando-se nos argumentos de Firkowski (2001) ressalta-se aqui que na década de 1970 intensificou-se o processo de urbanização e deu-se início ao processo de metropolização de Curitiba, o qual se concretizou na década de 1990, período em que os outros elementos arquitetônico-produtivos passaram a emergir e, concentrados em áreas específicas da cidade, possibilitaram a composição dos GPUs da segunda e terceira geração.

Sendo assim, tendo em vista o contexto político e econômico local e global da década de 1970, considera-se como GPUs de primeira geração implantados em Curitiba os eixos estruturais, a CIC, as intervenções no centro e o conjunto de parques compostos pelo Barigui, Tanguá e Tingui<sup>116</sup> (FIGURA 5).

---

<sup>115</sup> De Mattos (2004, p. 160-163) caracteriza as redes transfronteiriças como as novas formas de relacionamento, interação, expansão e integração de empresas multinacionais. No contexto da progressiva financeirização econômica, de descentralização do Estado, emergência de novas tecnologias e a legitimação do setor privado como encarregado da organização territorial, as empresas passaram a funcionar e se organizar em rede conformando um “espaço mundial de acumulação”.

<sup>116</sup> Os parques Tanguá e Tingui, apesar de implantados posteriormente (na gestão do prefeito Rafael Greca), é que, juntos com o Parque Barigui, podem ser considerados um GPU. Isso porque há uma continuidade espacial, e um mesmo objetivo com a implantação dos três parques: construir o maior parque linear do Brasil.

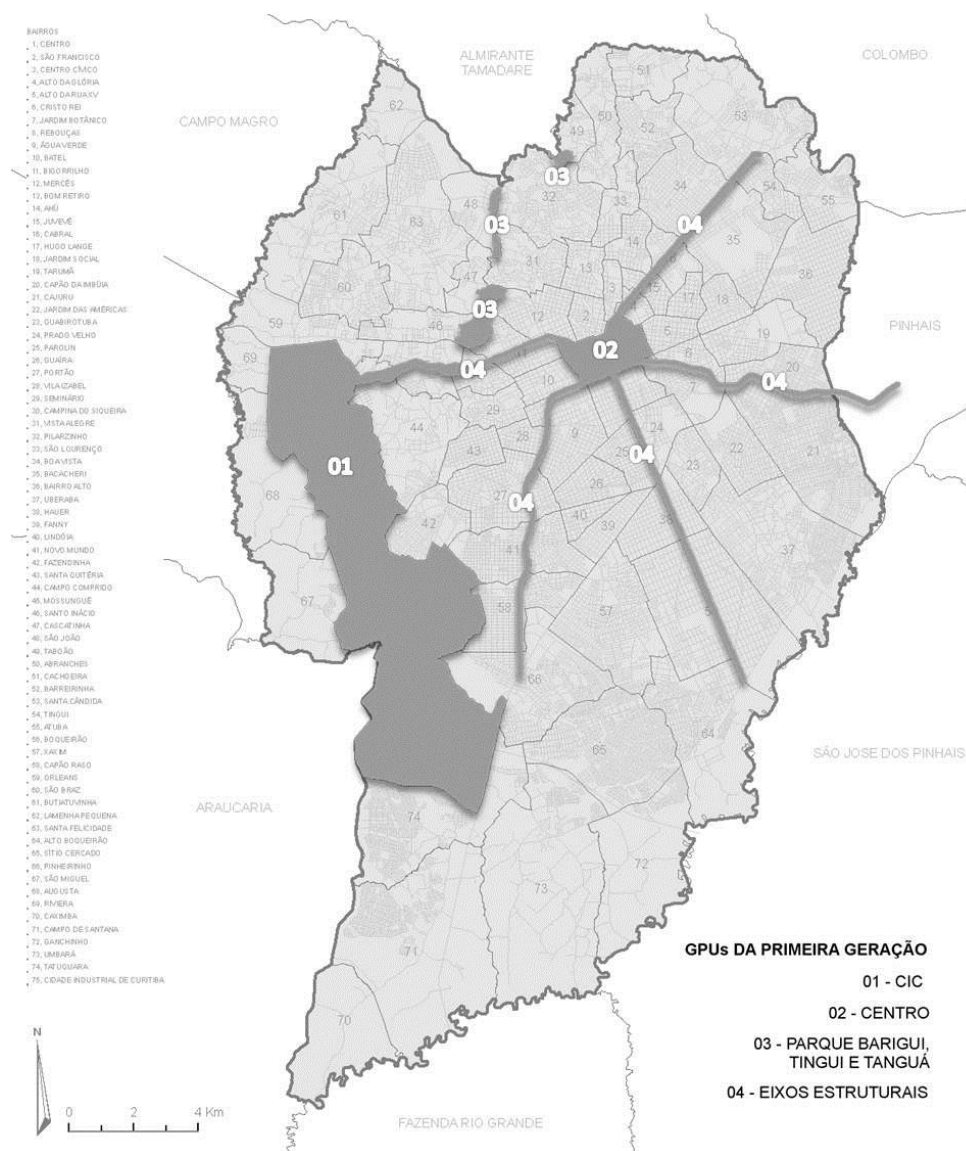


FIGURA 5 – GRANDES PROJETOS URBANOS DA PRIMEIRA GERAÇÃO  
 FONTE: Elaborado pela autora (2014); base cartográfica COMEC, 2004.

Tais intervenções foram classificadas enquanto GPUs da primeira geração, pois, além de serem polêmicas, de grande escala, complexidade, e promoverem rupturas em diversos aspectos, ter o caráter inovador etc., se caracterizam prioritariamente por intervenções no espaço público, enquanto elementos estruturadores da cidade (EZQUIAGA, 2001, p.225). São construções de infraestrutura ou serviços urbanos nos quais se recupera e amplia o conceito de obra pública, portanto, têm um protagonismo do setor público. Tais GPUs também podem ser considerados “motores de transformação da estrutura urbana geral [...] e de recuperação do meio ambiente circundante”.

Cabe aqui, fazer um paralelo entre as intervenções em Madrid no final do século XX e em Curitiba. Guardadas as devidas proporções, tal comparação é feita apenas para ilustrar a classificação dos eixos estruturais, da CIC, das intervenções no centro e nos parques citados como GPUs de primeira geração. Sendo assim, primeiramente, como no exemplo de Madrid apontado por Ezquiaga (2001, p. 224), a primeira geração de GPU executados em Curitiba “coincide com as operações que estruturaram o Plano”.

Em Madrid, a operação Atocha nasce “com uma vontade de se tornar um modelo enquanto concepção estrutural, desenho urbano, inovação arquitetônica e execução de uma obra pública [...]” (EZQUIAGA, 2001, p. 225). Tal operação tinha como objetivo principal solucionar o problema estrutural de integrar “o fluxo de transporte público da cidade à malha urbana tradicional do centro”. Para isso, diversas foram as intervenções, tais como o projeto de uma estação de integração intermodal, reestruturação de vias de acesso, requalificação de praças, recuperação do Rio Manzanares com o projeto de um parque linear, reurbanização de espaços públicos centrais, implantação do parque Tierno Galván e submersão de partes de uma rodovia de alta velocidade e outras passagens elevadas para melhoria do fluxo de veículos e pessoas.

Em Curitiba os eixos viários direcionados às bordas da mancha urbana ordenariam o crescimento da cidade para além da área central, na mesma medida em que solucionariam o antigo problema de circulação em tal área. O inovador sistema trinário implantado ao longo dos eixos é considerado por alguns autores como “a ideia urbanística mais criativa da história de Curitiba” (DUDEQUE, 2010, p.224). Ao longo das vias seriam incentivadas atividades comerciais e habitacionais permitindo a emergência de novos centros funcionais. O centro da cidade passaria a ser preservado enquanto “centro histórico”, onde as atividades comerciais se alternariam com as de lazer. Nesse contexto, ao longo do tempo foram feitos investimentos no transporte público, fabricados os ônibus de circulação exclusiva nos eixos, implantadas as estações tubo, o anel de circulação ao redor do centro, alterado o zoneamento, realizado o calçamento da Rua XV de Novembro no centro, criados parques públicos e o distrito industrial da CIC (DUDEQUE, 2010).

Percebe-se assim, semelhanças principalmente quanto à solução de problemas estruturais relacionados ao sistema viário, intenção de requalificação dos espaços públicos, recuperação de ambientes naturais, estruturação de parques, praças e áreas voltadas para o pedestre. Conforme documento consultado na Casa da Memória de Curitiba almejava-se inovar e construir o maior parque linear do país iniciado com o parque Barigui, posteriormente agregado ao parque Tanguá e Tingui.

Destaca-se aqui o interesse da gestão municipal de Curitiba em se destacar enquanto cidade inovadora no Brasil e em convencer a população de aceitar e apoiar as novas transformações. A intervenção na Rua XV de Novembro, por exemplo, foi feita em 1972 no âmbito da realização de uma reunião da União Internacional de Arquitetos (UIA) em Curitiba (DUDEQUE, 2010). Na ocasião, além de promover a imagem positiva entre os arquitetos internacionais, acordou-se que estes iriam “elogiar ao máximo os projetos que estavam sendo realizados, a fim de legitimar as propostas urbanas locais.” (DUDEQUE, 2010, p.229-230).

Além das infraestruturas implantadas, pode-se fazer um comparativo com os planos que orientaram tais intervenções. Ezquiaga (2001, p.222) afirma que o Plano Geral de Madrid, redigido entre 1980 e 1985, passa a estar associado a um discurso global, ser um “instrumento dirigido ao desenho da intervenção urbana”, o que para o autor significa funcionar como um instrumento flexível. A nova visão do Plano, “exige o abandono do tratamento exclusivamente normativo da dimensão neutra de cidade e a experiência alternativa de um trabalho de seleção estratégica das intervenções capazes de operarem a transformação da cidade.” (EZQUIAGA, 2001, p.222).

Como já afirmado anteriormente, o Plano de 1966 de Curitiba, tinha características de um plano “aberto” (DUDEQUE, 2010). Dudeque (2010) utiliza tal termo para caracterizar nove itens relacionados ao plano, resgata-se aqui dois deles já apontados anteriormente, mas importantes para a comparação com o novo modelo de intervenção em Madrid, associados aos GPU de primeira geração. No que diz respeito ao conceito norteador do Plano, era ‘aberto’, pois baseava-se numa análise histórica, isto é, apontava tendências as quais poderiam ser alteradas conforme os processos históricos. Com relação

aos aspectos legais, Dudeque (2010, p.165, grifo nosso) afirma que no Plano de 1966 “o planejamento é [entendido como] um processo que não se restringe ao plano; o plano é um dos instrumentos *orientadores da atividade urbanística* em um período de tempo.”. Sendo assim pode-se considerar o Plano Wilhelm-IPPUC é mais flexível que o anterior (Plano Agache), em função desse e de outros aspectos promove rupturas conceituais.

No entanto, como já apontado anteriormente, Villaça (2004) afirma que ao longo da história do planejamento urbano no Brasil o discurso do plano se afasta das práticas dos governantes no poder e que cada nova ideologia surge para camuflar os reais interesses da elite e justificar os problemas urbanos emergentes. Com base nessa perspectiva, entende-se que quanto maior é o afastamento entre discurso e prática, mais se enfraquece a identidade genuína entre a população local e as formas urbanas construídas. Isso porque as intervenções urbanas passam a não corresponder às reais necessidades e interesses da maioria da população local. E é, em parte, justamente por meio do reconhecimento das formas urbanas pela maioria da população local que a cidade ganha identidade (OBA, 1998).

Sendo assim, com base em tal perspectiva pode-se afirmar que os GPUs de primeira geração são a materialização das diretrizes estruturais do Plano Wilhelm-IPPUC de 1966, mas não são a materialização do interesse da maioria da população local, tendo em vista a estratégica construção do consenso que visava obter o controle e dominação das decisões pelo poder local. Como aponta Sánchez (1997), as imagens de intervenções pontuais buscavam estrategicamente mobilizar, sobretudo, as camadas médias da sociedade para sustentação dos interesses da classe no poder. No entanto, nesse processo parte da opinião e interesses da população são seletivamente desconsideradas.

A necessária construção do consenso demonstra a instabilidade política da classe até então hegemônica no poder, já apontada por Villaça (2004). A construção do mito, do novo imaginário social apoiado nas transformações da paisagem urbana é “instrumento necessário à legitimação e reforço do poder” (SÁNCHEZ, 1997, p.36). Segundo a autora, a ampla reprodução social do

discurso dominante e a reprodução acrítica das soluções urbanísticas demonstram a hegemonia conquistada.

No entanto, Sánchez (1997, p.32) destaca que nesse contexto o projeto de modernidade “não se constrói a partir das estruturas da cidade real, dos tecidos existentes” e sim mediante substituição e transformação das formas pré-existentes, impondo sua ordem, colocando o homem a serviço da cidade planejada e da construção de uma sociedade urbana utópica. O consenso e a hegemonia aparente que buscam a construção da cidade ideal para parte da população, na visão de Sánchez (1997, p.35) “impedem a emergência da desejável pluralidade de leituras do lugar vivido.”.

Os registros do imaginário articulados aos lugares urbanos pré-existentes foram substituídos pelas determinações do plano e da nova imagem que passaram a indicar novos hábitos, novos comportamentos e novas apropriações sociais do espaço. Pensamos que o mito da forma urbana capaz de gerar um novo modo de ser urbano elimina, em sua linguagem de certezas, a possibilidade de existência da diversidade geradora de identidade social espontânea e da pregnância dos lugares urbanos socialmente construídos.”. (SÁNCHEZ, 1997, p. 32).

Nesse sentido, entende-se que os MRUs implantados a partir de tal período (1965-90) começam a se distanciar de sua concepção original (FIGURA 6) e posteriormente se aproximar da condição pós-moderna, da arquitetura do espetáculo, do marketing urbano.

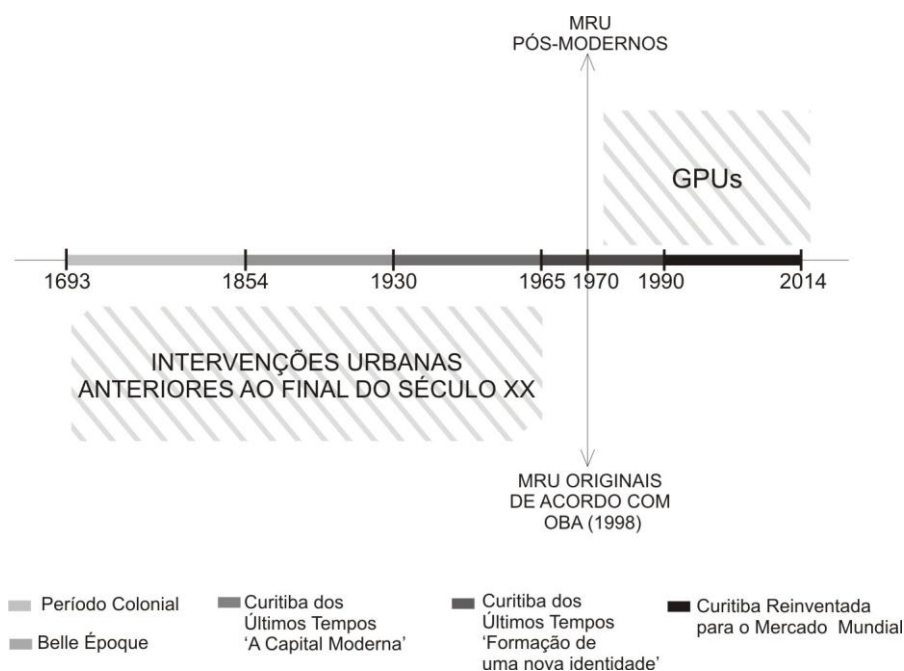


FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE MRU E GPU AO LONGO DOS DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS  
FONTE: A autora (2014)

Villaça (2004) afirma que a busca pela hegemonia no poder se inicia desde 1906, período de início da decadência dos planos de embelezamento e melhoramento e da emergência de um discurso necessariamente ideológico “na medida em que se cristaliza pela diluição e ocultamento da divisão, da diferença e da contradição” (SÁNCHEZ, 1997, p.29). Em Curitiba, desde o período da Belle Époque, Oba (1998, p.188) já afirmava que existiam mendigos, criminosos e “desagradáveis” nas ruas. Procurando dar invisibilidade a tal situação foram criados os primeiros sanatórios e penitenciárias (Penitenciária do Ahú -1908). No entanto, em tal contexto a elite era ainda hegemônica e prevalecia no poder defendendo seus interesses.

No período seguinte, assim como o Plano Agache para o Rio de Janeiro (1930) e o plano de Prestes Maia para São Paulo, o Plano Agache elaborado para Curitiba (1941-43) também não foi totalmente implantado, o que demonstra um enfraquecimento do poder hegemônico. A concretização parcial de tais planos se deu em parte, porque eram grandes obras as quais demandavam grandes recursos e um longo período de tempo para serem concretizadas, ou porque o plano era “fechado”, limitado (DUDEQUE, 2010).

No entanto, pode-se considerar como uma das razões a emergência de diferentes interesses que desestabilizam a classe dominante no poder.

Em 1913 Oba (1998, p.187) afirma que já existia um “quadro político desestabilizado”, seja “por movimentos messiânicos do tipo contestado” ou “pela articulação política dos imigrantes anarquistas”. Em meados do século XX os imigrantes contribuíram para o aumento populacional atraídos pela dinâmica econômica associada à erva mate e à madeira (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, 2010), trabalhavam no campo ou na cidade, como mão de obra industrial ou em serviços diversos. Em 1943 Curitiba contava com cerca de 140 mil habitantes e a Zona Industrial delimitada pelo Plano Agache (localizada nos bairros Rebouças e Prado Velho) abrigava indústrias de matérias primas como de processamento de mate (matte leão), da madeira, de bebidas, de fósforos (fiat lux), e moinhos (FIRKOWSKI, 2009b).

De acordo com Dudeque (2010), com a emergência da classe operária, o Plano Agache previa uma separação dos bairros para as classes conservadoras e para a mão de obra barata. Os primeiros ficariam nas proximidades do centro cívico e na região do Capanema, e os demais se concentrariam “nos subúrbios servidos pela estrada de ferro” em moradias operárias junto às incomodas fábricas (DUDEQUE, 2010, p.72). Além disso, havia um desprezo social relacionado às práticas dos imigrantes. Segundo Dudeque (2010, p.73) as análises sociais eram superficiais e se pretendia controlar os problemas relacionados à tal aspecto por decretos, “como se diagnósticos e prognósticos fossem resolver tudo”.

O Plano Agache afirmava que não existiam favelas em Curitiba na época (DUDEQUE, 2010), talvez essa seja uma das razões pela qual “questões ligadas à habitação não foram enfatizadas no plano diretor elaborado por Agache e muito menos as habitações destinadas à população de baixa renda” (IPARDES, 2010, p.20). A partir de 1950-60 surgem as primeiras de muitas ocupações irregulares, a Vila Torres e Vila Parolin.

De acordo com Dudeque (2010), em 1960 para tentar diminuir os problemas apontados por estudo a respeito da configuração urbana de Curitiba, o prefeito Iberê de Mattos promulgou a Lei de Unidade de Vizinhança



e o Plano Piloto de Zoneamento. Segundo o autor, apesar de a nova lei, ao contrário do Plano Agache, reconhecer as colônias de imigrantes e ampliar os espaços recreativos buscando atender as necessidades fundamentais do morador de uma coletividade, “o resultado final assemelhava-se a um bazar”.

[...] no “princípio da cidade polinuclear”, previam unidades de vizinhança adaptadas às condições sociais. Mas não esclareciam tais conceitos e nem os organizavam numa proposta coerente. As supostas “condições sociais” não se baseavam em análises sociais. [...] A superficialidade das leituras urbanísticas formava um concerto de incongruências. (DUDEQUE, 2010, p. 88).

Como já apontado anteriormente, os GPUs da primeira geração foram implantados no auge do processo de urbanização e durante o período da ditadura militar (1964-85), a qual louvava os técnicos e a tecnocracia em prol do progresso e do desenvolvimento econômico e suprimia a legitimação popular. Portanto, nesse contexto as reais necessidades das classes populares emergentes eram ainda menos atendidas. Conforme aponta relatório do Ipardes (2010) assim como nas demais cidades brasileiras o crescimento populacional foi acompanhado da periferização da habitação de baixa renda. Sabendo-se que a política habitacional voltada para a população de baixa renda não é prioridade do governo, apesar das ações municipais e estaduais para reverter o quadro, o problema de acesso à habitação não foi resolvido e se acentua ao longo do tempo.

Relatório do Ipardes (2010, p.22) ressalta as lutas e os movimentos sociais pela melhoria das condições de moradia e os conflitos travados contra gestores municipais para resistir no local enfatizando “outras variáveis presentes na configuração da ocupação do espaço urbano que vão além dos fatores econômicos”. De acordo com o relatório, entre 1997 e 2000 a população de Curitiba triplicou enquanto o aumento de ocupações irregulares se multiplicou ainda mais.

Tudo isso, para afirmar que assim como em outras cidades brasileiras em Curitiba o plano também se aproxima da ideologia. Como afirma Sánchez

a ideologia, contida no discurso, tem uma função bem determinada: fazer com que o ponto de vista do grupo dominante apareça para o todo social como sendo o único racional e portador de valores universais; apresentando, assim, seus interesses como o interesse comum a todos os membros da sociedade. (SÁNCHEZ, 1997, p. 29).

Portanto, o discurso se afasta das reais intenções da prática e os MRU construídos se afastam cada vez mais do conceito original relacionado à identidade histórica da maioria da população. Foi a construção do mito da cidade modelo e do consenso que contribuíram para a aparente aproximação entre o discurso e a prática, portanto, para a aparente identificação da maioria da população local com os novos marcos referenciais urbanos construídos. A imagem sintética da cidade planejada formada por novas formas espaciais idealizadas e novos valores da vida urbana estava inevitavelmente associada à inquestionável (na visão do discurso dominante) positividade da identidade social construída.

Portanto, assim como afirma Villaça (2004) se referindo ao planejamento urbano no Brasil<sup>117</sup>, em Curitiba surgem planos com diferentes nomes (QUADRO 3) os quais a cada novo momento vão tentar ser uma solução para os problemas urbanos emergentes. No entanto, formulados pela classe dominante não mais homogênea no poder visam justificar os problemas e camuflar seus reais interesses.

DATA	TÍTULO OFICIAL	DENOMINAÇÃO ADOTADA
1941-43	Plano de Urbanização de Curitiba	Plano Agache
1960	Plano Piloto de Zoneamento de Curitiba	Lei de Unidades de Vizinhança
1960	Lei de Unidades de Vizinhança	Lei de Unidades de Vizinhança
1963	Plano de Desenvolvimento do Paraná	Plano SAGMACS
1964-65	Plano diretor de Curitiba	Plano Wilhelm- IPPUC
1985-88	Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano	Proposta Fruet-Requião
2000	Plano Diretor de Curitiba	Plano Diretor de 2000

QUADRO 3 – PLANOS ELABORADOS PARA CURITIBA

FONTE: Dudeque (2010, p22), adaptado pela autora

<sup>117</sup> Villaça (2004, p191) afirma que diversos foram as formas, os métodos e nomenclatura dos planos no contexto brasileiro. Primeiramente a expressão *plano de melhoramento e embelezamento* cai em desuso, e surge o termo *urbanismo*, o qual foi substituído por *planejamento urbano* e *plano diretor*. Depois por *plano urbanístico*, e *plano local integrado* e finalmente volta-se ao *plano diretor*. Os métodos também variaram de enormes volumes recheados por mapas passaram a projetos de lei.

Gnoato (1997) discorda de tal colocação no contexto local. Segundo o autor, Curitiba se diferencia de outras cidades já que os planos saem do papel. Esse pode ter sido um dos argumentos que elevam a cidade ao patamar de “modelo” de planejamento. No entanto, ao contrário do que afirma o autor, entende-se que o discurso continua distante da prática, tendo em vista que as ações podem estar previstas no plano, mas com outras intenções não explicitadas. Nesse sentido, os problemas urbanos continuam se reproduzindo e a elite continua se beneficiando das intervenções.

A implantação dos eixos estruturais é um exemplo. De acordo com Ipardes (2010) tal intervenção gerou sobrevalorização dos imóveis localizados nos eixos norte-sul e leste-oeste favorecendo a especulação imobiliária na região e a desvalorização de outras áreas. A falta de estudo de impacto da valorização imobiliária e da utilização de mecanismos de redistribuição dos benefícios, associado à projeção da imagem positiva da cidade a partir de tal intervenção deixa explícito os interesses envolvidos. No entanto, o plano diretor enfatiza que a estruturação do sistema viário linear seria mais adequado para a preservação do centro e para facilitar a circulação, já que concentrariam atividades comerciais e habitacionais.

Nesse contexto, para Leitão (2002 apud Bordin, 2009, p.5) “o discurso sobre o planejamento urbano em Curitiba ultrapassou o limite das questões práticas, ou seja, a cidade é fruto muito mais do marketing das administrações municipais do que realmente ocorre no cotidiano da população”.

Portanto, a afirmação de Villaça (2004) continua coerente com a realidade de Curitiba, apesar de algumas obras serem executadas os planos não são elaborados

para resolver os problemas das grandes massas populares. Sem dúvida eram elaborados para atender os interesses dominantes urbanos, mas isso passaria a ser cada vez mais difícil de ser divulgado oficialmente através dos planos. (VILLAÇA, 2004, p. 203).

No contexto das transformações político-econômicas e da emergência do novo período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012), a cidade passa a ser o lócus da reprodução do capital, e não mais o campo. A cidade bela deve agora ser eficiente (VILLAÇA, 2004). Antes a atividade pecuária e a

economia de subsistência impulsionavam o desenvolvimento de todo o estado do Paraná, depois a erva mate, a madeira, o café, a produção industrial. Atualmente, a economia flexível contraditoriamente enraizada nas estruturas dos grandes centros urbanos é que essencialmente impulsiona a reprodução do capital globalizado.

A concorrência acirrada entre as cidades para sediar as formas urbanas necessárias à reprodução do capital as quais, de acordo com o discurso hegemônico, promove o desenvolvimento urbano, favorece a importância das especificidades locais. As evidências espaciais de tal processo ficam mais explícitas em Curitiba a partir do início da década de 1990, período que coincide com a última gestão do prefeito Jaime Lerner (1989-92).

Nesse contexto, fica evidente que a construção dos *novos* MRUs passa a atender prioritariamente o objetivo de projetar a imagem da cidade no cenário mundial. Como apontado anteriormente, no início da década de 1990 foi dado especial interesse à estética e à política ambiental como especificidades locais. A qualidade de vida era o diferencial de Curitiba dentre as demais cidades. Villaça (2004) afirma que o planejamento urbano no Brasil se resume a atividade de intelectuais, em Curitiba tal fato parece ter se tornado uma característica positiva tendo em vista o intenso marketing urbano e a estratégica construção do consenso. A cidade inovadora projetada por técnicos e “arquitetos criativos” ganhou a mídia internacional e o apoio de parte da população local.

Sendo assim, neste momento emerge mais uma etapa do processo de transformação dos MRU, que se vinculam à arquitetura pós-moderna, a qual, com vistas à realização de espetáculos, passa a ser um instrumento eficaz e indispensável para a atração de investimentos. Nessa perspectiva, Oba (1998, p.08) afirma que quando os marcos referenciais perdem a “capacidade de irradiação ideológica” e passam a fazer parte de outros meios de controle social mais eficientes, como o marketing e o espetáculo, por exemplo, tais elementos se resumem à questão da orientação, da aparência, da imagem de cidade.

Pautada nas reflexões de Santos (1999) a respeito dos objetos-técnico-científico-informacionais, Moura (2011, p.8-9) afirma que, diferentes dos

objetos originais, os atuais são “criados para se relacionarem entre si, voltam-se à finalidade de quem os concebe e implanta, que pode ser contrária às necessidades de quem os recebe, e sua energia é a informação”. Portanto, a ideia de que são construídos para atender a demandas visando o bem comum e a suprir necessidades da população local se enfraquece.

No contexto de Curitiba, de acordo com Oba (1998) desde o final da década de 1990 os marcos referenciais são produzidos com tecnologias recentes, podem ser de domínio privado, possuem dimensões cada vez maiores para serem percebidos, e não envolvem a participação da sociedade, dificultando a apreensão desta pelos novos elementos. Os marcos enquanto símbolos históricos de identidade local se enfraquecem e se constroem a partir de grande visibilidade, com incerta possibilidade de apropriação pela maioria da população local.

Nesse sentido, a concepção dos *novos* MRUs se diferencia substancialmente dos antigos<sup>118</sup> na medida em que estão cada vez mais associados à imagem da cidade, ao marketing urbano do que às reais necessidades da população local, portanto, à identidade histórica da cidade e da sociedade. Em razão do estreitamento da relação local-global, da emergência da ideologia do Estado mínimo e da lógica neoliberal, os novos marcos referenciais urbanos são produzidos priorizando interesses de agentes internacionais, dos novos agentes privados transformadores do espaço urbano, e, nesse contexto, atendem cada vez menos às necessidades da maioria da população local original.

Na década de 1990, no contexto de revisão e adaptação dos planos aos novos artigos 182 e 183 relativos à política urbana brasileira da constituição federal, tendo em vista os diversos problemas urbanos emergentes, o município de Curitiba “cria o Grupo de Análise e Avaliação de Loteamento de Interesse Social, com o objetivo de agilizar e definir a aprovação de loteamentos em áreas de ocupação consolidada” (IPARDES, 2010, p.25). De acordo com relatório apresentado pelo Ipardes (2010), o município já dispunha

---

<sup>118</sup> Os antigos marcos referenciais se referem aos períodos caracterizados por Oba (1998) como Curitiba Colonial (1693-1853), Curitiba da belle époque (1853-1930) e Curitiba dos últimos tempos, primeira etapa (1930-1965).

de legislação que regulamentava o espaço urbano, tais como Solo Criado ou Outorga Onerosa, e a Transferência de Potencial Construtivo.

Paralelo a isso, em Curitiba era momento de implantação dos novos marcos referenciais urbanos: Rua 24horas, Jardim Botânico, Unilivre, Ópera de Arame, memoriais étnicos, Faróis do Saber, Parque Tanguá e Tingui, para citar alguns. Momento da construção de uma nova identidade (OBA, 1998) baseada no reforço da imagem positiva da cidade, divulgada a partir de novos processos de comunicação e novos critérios de seletividade e originalidade (SÁNCHEZ, 1997). O marketing urbano se intensifica e como já apontado por Sánchez (2003), a partir da articulação com interesses de empresas internacionais projeta a imagem positiva da cidade no cenário mundial.

Destaca-se que tais intervenções são marcos referenciais urbanos que fortalecem e reciclam a imagem da cidade que começou a ser construída na década de 1960-70 (SÁNCHEZ, 1997). Portanto, apesar de se aproximarem dos GPUs da segunda geração pela sua concepção técnica pós-moderna, espetacular, por estarem associados ao *city marketing* ou ao interesse de incorporadores imobiliários, considera-se que estes MRU fortalecem os GPU da primeira geração, os quais “concedem atenção prioritária à configuração do espaço público” (EZQUIAGA, 2001, p.225).

Como citado anteriormente, os parques Tanguá, Tingui e Barigui, por exemplo, visavam formar “maior parque linear do país” (CASA DA MEMÓRIA, s/d). O Jardim Botânico, Unilivre, Ópera de Arame, e memoriais étnicos associados às políticas de preservação ambiental fortalecem a imagem da ‘cidade ecológica’, ‘com melhor qualidade de vida’, junto com o GPU de primeira geração. Ressalta-se que além dos impactos relacionados à dimensão física, estética e simbólica, o conjunto de MRU apresentados potencializa a dinâmica econômica relacionada ao “turismo nitidamente urbanístico” (SÁNCHEZ, 1997).

Nas gestões posteriores à do prefeito Rafael Greca é que emergem os GPUs da segunda geração (FIGURA 7), compostos por MRU pós-modernos. Cita-se como exemplo de intervenções que podem constituir novas centralidades, com objetos diversificados, que incorporam novos temas para além da infraestrutura (EZQUIAGA, 2001): a Linha Verde, que visa a longo

prazo promover a recomposição morfológica ao longo do eixo viário, a partir da densificação e diversificação do uso do solo com contrapartidas privadas; e o Corredor aeroporto–rodoferroviária, que visa reestruturar área específica da cidade para atender as exigências necessárias para a realização do megaevento da Copa de 2014.

Ressalta-se que ao longo de ambos os eixos são áreas potenciais para implantação dos equipamentos arquitetônicos-produtivos pontuados por De Mattos (2004), como hotéis de luxo, locais para realização de conferências e grandes eventos, espaços comerciais diversificados ou especializados como shoppings centers, edifícios corporativos etc.

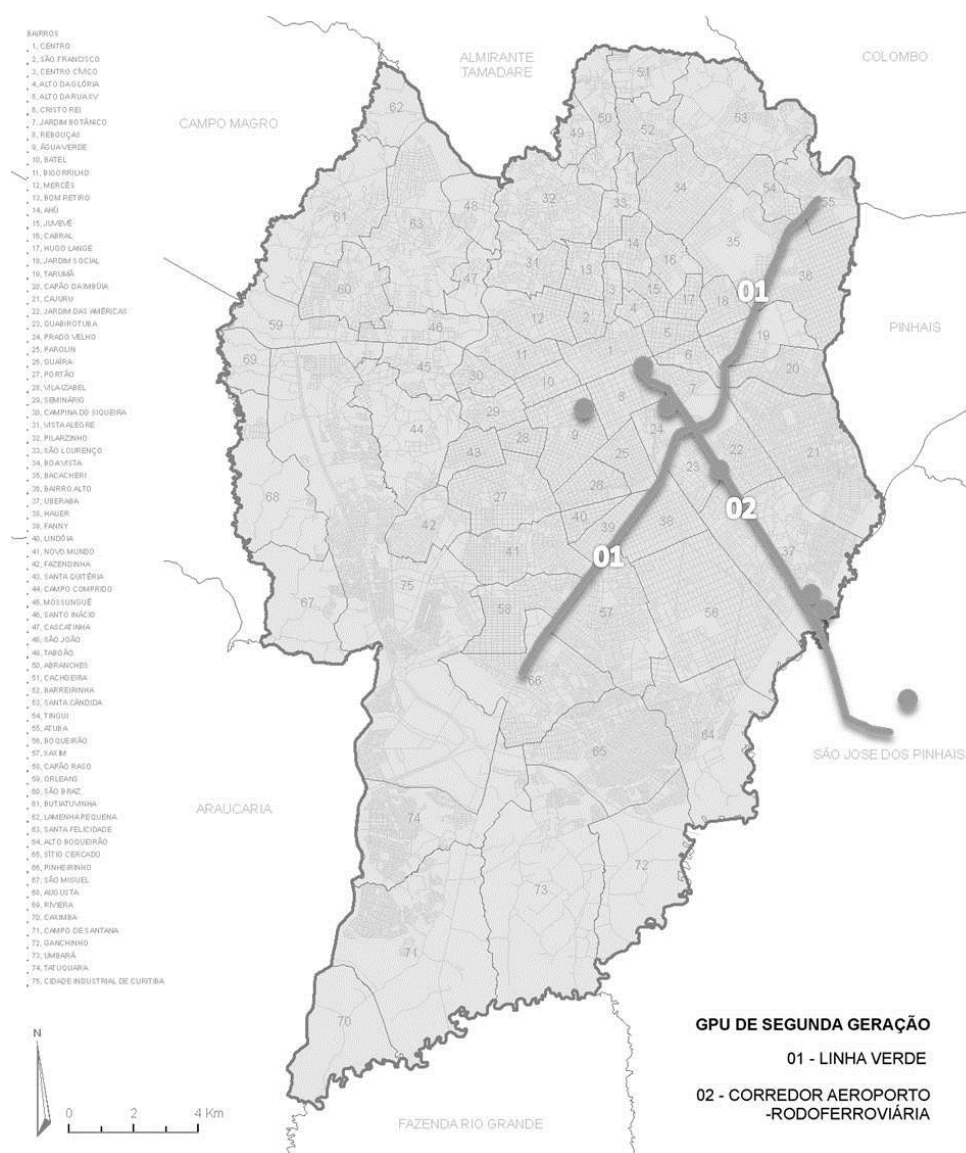


FIGURA 7 – GRANDES PROJETOS URBANOS DA SEGUNDA GERAÇÃO  
 FONTE: Elaborado pela autora (2014); base cartográfica COMEC, 2004.

A Linha Verde consiste na transformação da antiga rodovia BR 116 no sexto eixo de crescimento e desenvolvimento urbano de Curitiba (IPPUC, 2013). Inicialmente, com as alterações na legislação de Uso e Ocupação do Solo 9.800/2000 pretendia-se alterar a paisagem urbana formada por comércio e serviços voltados ao tráfego de passagem (lojas de autopeças, oficinas mecânicas, revendedoras de automóveis e similares) para outra com maior diversidade de uso (hotéis, habitação, edifícios comerciais e de serviço), buscando maior integração da malha urbana existente. No entanto, é partir da lei municipal nº13909/2011, quando se aprova a Operação Urbana Consorciada (OUC) na Linha verde, bem como a emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPACS, que são dados os verdadeiros incentivos à transformação da paisagem e da dinâmica urbana da área.

Através da OUC e dos CEPACS o poder público visa adensar e transformar a área aliado aos interesses do setor privado. Isso porque, o investidor comprador dos CEPACS pode ampliar a área construída elevando a altura dos imóveis comerciais e residenciais para além do mínimo previsto na legislação urbana local. Além disso, destaca-se que o mecanismo da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção na bolsa de valores favorece tanto o livre mercado como a especulação imobiliária ao longo do novo eixo estrutural da cidade.

Tendo em vista que os megaeventos passaram a ser vistos como estratégicos na promoção do *marketing* urbano e desenvolvimento econômico, portanto, fundamentais para o processo de reestruturação urbana, no contexto da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil, Curitiba se candidatou para ser uma cidade sede. De acordo com algumas notícias, como a realizada pela Rodovias e Vias (2009), a cidade foi escolhida por apresentar os requisitos básicos de segurança, mobilidade, infraestrutura turística etc, mas também por possuir uma postura de vanguarda em relação ao planejamento urbano, ser reconhecida internacionalmente como “cidade modelo”. Segundo a reportagem, Curitiba é identificada pela imprensa nacional como sede “quase perfeita”.

Tem-se, portanto, uma nova lista de intervenções urbanas para viabilizar



o megaevento (representação ideal da cidade-espetáculo), a qual contribui para a construção do projeto de cidade do atual período (Curitiba reinventada para o mercado mundial), pautado no fortalecimento da imagem positiva da cidade no cenário internacional. De acordo com o Portal da Transparência (2014) tais intervenções estão relacionadas ao setor turístico, à mobilidade urbana, à segurança pública, à infraestrutura aeroportuária, ao estádio e investimentos em telecomunicações. Aquelas que envolvem intervenções no espaço urbano e constam na matriz de responsabilidade são: 1) as intervenções no aeroporto (ampliação do sist. de pátio, pista de táxi, do sist. de passageiros e do sist. viário, infraestrutura, macrodrenagem e obras complementares), 2) a requalificação do terminal Santa Cândida, 3) a extensão da linha verde sul, 4) a requalificação do corredor Marechal Floriano, 5) requalificação da rodoferroviária, 6) vias de integração radial metropolitanas, 7) corredor aeroporto/rodoferroviária, 8) reforma e ampliação do estádio Joaquim Américo Guimarães.

Considerando a oportunidade de investimentos e captação de recursos públicos e privados, os gestores urbanos apresentaram como proposta de intervenção urbana duas outras obras que foram inviabilizadas pelo curto espaço de tempo e pelo alto montante de recursos estimados: a reforma na Rua Cândido de Abreu e a estruturação do corredor metropolitano. Nesse sentido, destaca-se o avanço das obras que são fundamentais para a realização do megaevento – estádio e corredor aeroporto-rodoferroviária –, enquanto outras correm o risco de não ficarem prontas até o evento – aeroporto, linha verde, requalificação do terminal Santa Cândida.

Sendo assim, a prioridade das intervenções acaba sendo aquela de interesse dos agentes internacionais, como a FIFA, e de grandes empreiteiras, investidores e promotores imobiliários. Desse modo, o espaço urbano vai sendo reestruturado conforme os interesses do capital em detrimento da sua transformação para atender os reais problemas urbanos locais. No que se refere à mobilidade urbana, por exemplo, aspecto crítico em diversas cidades brasileiras, o megaevento da Copa não proporciona melhorias estruturais significativas (RODRIGUES, 2014) (BRANSKI, 2014), tendo em vista que a maioria das cidades sede está associada à dinâmica metropolitana, como é o

caso de Curitiba. Ressalta-se aqui, que as intervenções relacionadas ao megaevento serão analisadas com maior profundidade no capítulo 6.

O Corredor aeroporto–rodoferroviária, objeto de estudo deste trabalho, foi considerado como GPU já que, a partir de algumas evidências, tal eixo pode se tornar local estratégico para investimentos, principalmente turísticos e imobiliários, e instrumento do marketing urbano. Portanto, entende-se que tal intervenção vai além da requalificação da infraestrutura viária. A ponte estaiada e o estádio são MRU que compõem o GPU e se tornarão os novos cartões postais da cidade, já que visam especialmente renovar sua imagem positiva no cenário mundial. Associados a outras intervenções, e políticas de atração de investimentos, tais MRU pretendem tornar Curitiba competitiva por recursos e investimentos internacionais num contexto de grande concorrência. Demonstram, apesar dos atrasos e percalços, certa capacidade da gestão local em gerir grandes acontecimentos, um dos quesitos valorizados pelo capital.

Além disso, tendo em vista o aumento da circulação de turistas no local durante a Copa de 2014, justificam-se flexibilizações na legislação urbana para qualificação e embelezamento da área (BRANDENBURG, 2013). O poder público, nas suas diversas instâncias, associado com interesses privados, articula mecanismos para viabilização das obras. Diante da oportunidade de intensas transformações no espaço urbano, a administração local minimiza o complexo equilíbrio de interesses e gestão do GPU pós evento e desconsidera a opinião pública para a realização das obras. Esses e outros aspectos serão detalhados no capítulo seguinte.

Os shoppings centers, condomínios residenciais de luxo, as torres de negócios e os espaços vinculados à indústria do entretenimento são MRU relacionados aos GPUs da segunda geração. No entanto, devido à sua localização espacial dispersa, não fazem necessariamente parte da composição de um GPU. Assim como as obras vinculadas à Copa de 2014 que estão fora da área do corredor aeroporto-rodoferroviária.

O terminal Santa Cândida, a reforma na Marechal, a extensão Linha Verde Sul, e as vias de ligação metropolitanas também podem ser

considerados como MRUs da “Curitiba reinventada para o mercado mundial”. Isso porque, apesar de não apresentarem características da arquitetura pós-moderna, associada ao marketing e ao espetáculo, se aproximam do conceito de não-lugares<sup>119</sup>, locais de passagem que não favorecem a interação social.

Como já apontado anteriormente, Ezquiaga (2001) diferencia os GPUs da segunda geração com relação à primeira, primeiramente, porque tais intervenções urbanas têm como critério de rentabilidade econômica a incorporação do setor privado na gestão urbana. Além disso, são objetos de intervenção diversificados (podem criar novas centralidades, promover o melhoramento de áreas pobres), e, mesmo não sendo o caso dos exemplos citados, podem “extrapolar os limites territoriais das intervenções urbanísticas tradicionais, chegando à periferia”.

Como exemplo de GPUs de terceira geração caracterizados pelo mesmo autor, pode-se citar o Projeto Novo Rebouças, situado na antiga área industrial, composto por intervenções imobiliárias voltadas para o serviço, lazer, entretenimento, habitação e turismo. Se o corredor metropolitano não tivesse sido excluído da Matriz de Responsabilidade da Copa de 2014, este também seria um exemplo de GPU da última geração.

Tendo como referência a análise de Ezquiaga (2001, p.234) o Projeto Novo Rebouças se aproxima das

operações de transformação na ‘periferia interna’ criando novas áreas de centralidade apoiadas em [...] terrenos ocupados por atividades obsoletas (indústrias inadequadas ou em decadência, instalações de infraestrutura subutilizada, [...]), caracterizados por um valor de posição estratégico [...]. (EZQUIAGA, 2001, p.234)

O Projeto Novo Rebouças visa reestruturar e revitalizar a antiga área industrial de Curitiba ao torná-la um polo cultural. De acordo com a Incorporadora Thá (s/d) tal projeto se inspira no SoHo, região de Nova York que passou por um processo de renovação urbana para se tornar um centro de entretenimento, turismo e negócios. O projeto é composto por diversas intervenções, como a requalificação do antigo moinho de farinha, que passa a comportar atividades culturais, a implantação do Shopping Estação Plaza Show

---

<sup>119</sup> Tal conceito será trabalhado com maior profundidade na sequência desse trabalho.

(1996) e do Embratel Convention Center, adjacente a ele, o incentivo imobiliário para a dinamização do uso com edifícios habitacionais e comerciais, implantação de um campus da Universidade Federal do Paraná e reconhecimento dos antigos elementos urbanos como a Ponte Preta e a antiga estação ferroviária.

Nesse contexto, Sánchez (2010) destaca que a definição das estratégias urbanas contemporâneas está relacionada ao interesse econômico das elites culturais, independente do lugar. Sendo assim, é interessante ressaltar que intervenções realizadas nas cidades de Barcelona, Bilbao, Paris, Baltimore, Boston, Berlin, Lisboa são “reeditadas com agilidade em cidades latino-americanas como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Belo Horizonte ou Curitiba.” (SÁNCHEZ, 2010, p.470). Portanto, a cultura ganha um lugar de destaque na versão do capitalismo contemporâneo, uma vez que, como afirma Gusso (2004, p.05), “é ela que direciona o discurso e as políticas de revitalização urbana na lógica do mercado de cidades”.

O elenco de estratégias, que vêm sendo sistematicamente adotadas, parece confirmar essa comunhão: grandes equipamentos públicos (museus, centros culturais) no repertório das políticas culturais para reativação econômica dos lugares; arquitetura da grandiosidade, assinada por um astro de renome internacional; reabilitação de áreas urbanas (por meio de atração de investidores, atividades e moradores solventes), promoção de megaeventos e, até mesmo preservação de edifícios, alçados a condição de patrimônio e tornados emblemáticos dos programas de renovação urbana. (SÁNCHEZ, 2010, p.470).

Apesar de não ser um “elemento de circulação entre o centro tradicional e os novos polos de atividade metropolitana”, como afirma Ezquiaga (2001, p.324), considera-se que tal GPU se aproxima de outras características do GPU de terceira geração. Destaca-se, no entanto, que um GPU pode apresentar características de diferentes gerações, como o Pasillo Verde Ferroviário de Madrid.

O Corredor Metropolitano seria um GPU da terceira geração de caráter metropolitano, pois constituiria um “elemento fundamental de transporte” que facilitaria a dinâmica metropolitana possibilitando maior mobilidade entre sete municípios da RMC, desviando do tráfego de Curitiba (FIGURA 8). Nesse sentido, poderia funcionar como um “motor da transformação do espaço

metropolitano” (EZQUIAGA, 2001, p.234). O projeto era composto por um grande eixo viário de aproximadamente 79 Km, por duas vias de integração radial (Av. da Integração entre Curitiba e Pinhais e Av das Pedreiras entre Curitiba e Colombo), e pelo sistema integrado de monitoramento. Como afirmado anteriormente, o grande eixo foi excluído da matriz, já que, devido à complexidade o projeto não ficaria pronto até 2014, os demais estão sendo implantados, mas correm o risco de não ficarem prontos para o mundial (MIRANDA, 2014).

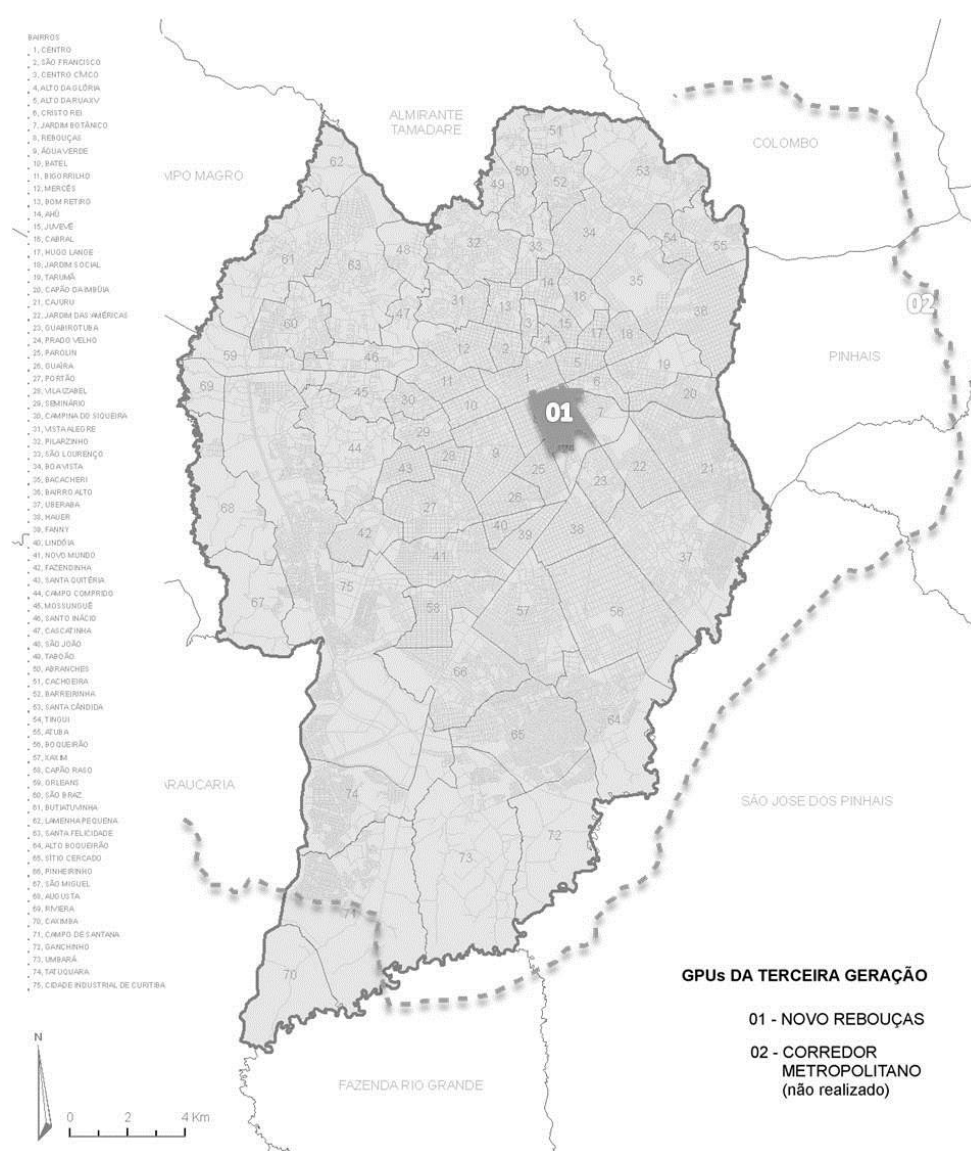


FIGURA 8 – GRANDES PROJETOS URBANOS DE TERCEIRA GERAÇÃO  
FONTE: Elaborado pela autora (2014); base cartográfica COMEC, 2004.

Portanto, tendo em vista as transformações das formas espaciais e suas funções ao longo do processo de urbanização de Curitiba, percebe-se que as

formas são condizentes com cada período histórico e obedecem a uma determinada lógica vigente, são frutos de cada novo modelo de sociedade emergente. A partir da análise das categorias espaciais já apontadas no início deste capítulo, pôde-se entender em que momento surgiram os GPUs no contexto local. Foi percebendo principalmente a transformação das funções das formas espaciais e de suas características nos diferentes períodos históricos que compõem o processo de urbanização de Curitiba (QUADRO 04), que se pode afirmar que os GPU são implantados no município desde a década de 1970.

Os efeitos de tais formas espaciais são mais complexos do que aqueles que as precederam, pela escala e interesses envolvidos nas intervenções. Sabendo que os GPUs são implantados não apenas para a organização ou embelezamento do espaço urbano, mas principalmente visando a venda da imagem positiva da cidade, favorecem o desenvolvimento de determinados setores, atividades e áreas estratégicas valorizadas por grupos hegemônicos locais e extralocais. Portanto, os GPUs têm grande impacto na rentabilidade do solo, podem gerar novas configurações, modificações funcionais e físico espaciais, contribuem, em parte, para a reestruturação socioespacial do espaço urbano-metropolitano.

QUADRO 4 – FORMAS ESPACIAIS E SUAS FUNÇÕES AO LONGO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA

FASES DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	PERIODO HISTÓRICO CURITIBA		ATIVIDADE ECONOMICA PREDOMINANTE	PLANOS	PRÁTICAS	FORMAS ESPACIAIS DE REFERENCIA	CLASSIFICAÇÃO DAS FORMAS	FUNÇÃO DAS FORMAS	GPUs	FORMAS QUE COMPÕEM OS GPUs
	1693 (fundação da Vila) – 1853 (instalação da província)	Curitiba Colonial (OBA, 1998)	Pecuária e agricultura de subsistência (troperismo)	1721 - Provimento de Correições do Ouvidor Raphael Pires Pardinho	reprodução de modelos europeus (Metrópole Portuguesa)	Igreja (1654- 1714   1720- 1876   1893 - atual ), Casa de Câmara e Cadeia (1693 - 1900), o Pelourinho (1668- antes da província) e o Mercado Municipal (1874- 1914)	Marcos referenciais urbanos antigos (concepção original)	Valorização dos espaços públicos, marcar posse do território pela coroa portuguesa e domínio da população dispersa nos campos, mantendo-a unida em torno do sistema central de poder. Representavam o reconhecimento da vila com o poder central, estabelecer a ordem e a justiça, o vínculo com a metrópole portuguesa (OBA 1998, p.6 e 8)	Não há	Não há
1895 -1930 - Planos de melhoramento e embelezamento   <b>URBANISMO DE EMBELEZAMENTO</b>	1853 - 1930	Curitiba da Belle Époque (OBA, 1998)	Erva mate, madeira e café (burguesia industrial)	1913 - 1915 Companhia de Melhoramentos da Capital 1920-21 Plano Saturnino de Brito (sanitarista) Dec de 1940 - Plano da Cidade Nova de Curitiba	reprodução de modelos europeus (Hausmann na França)	A estação ferroviária, o <i>boulevard</i> (ex. Rua da Liberdade, hoje Rua Barão do Rio Branco), os jardins (ex. Passeio Público e Praças como Zacarias, da Matriz, Santos Andrade, Osorio, etc) e edifícios públicos (ex. Paço Municipal), o teatro, a biblioteca, a universidade, palacetes	Marcos referenciais urbanos antigos (concepção original)	Estruturar a cidade a partir de elementos que remetiam à imagem de cidades europeias, das "nações civilizadas" (símbolos de modernidade, cultura e desenvolvimento); Negação da herança colonial, "mudar a imagem das áreas urbanas , a fim de adapta-las aos novos ideais modernos e higiênicos, decorrentes dos avanços das novas tecnologias e de novas ideologias" (PINHEIRO, 2011, p.29)	Não há	Não há
1930-1990 - Planejamento urbano enquanto técnica (plano diretor) de base científica   IDEOLOGIA: caos urbano, crescimento descontrolado, necessidade de planejamento   Ênfase na infraestrutura de saneamento e transporte   Planejamento urbano passa a ser atividade de intelectual   <b>URBANISMO MODERNO</b>	1930 – 1965	Curitiba dos Últimos Tempos – a Capital Moderna (OBA, 1998)	Café e indústria	1941-43 Plano Agache 1960 - Lei de unidades de vizinhança 1963 - Plano smags 1964 – 66 - Plano Willheim/ IPPUC	reprodução de modelos europeus (Modernismo Francês e mobilidade americana)	Centro cívico, centro politécnico, verticalização (Ed Moreira Garcez, Palácio Avenida), Teatro Guaíra, Centro Politécnico, localização dos primeiros parques	Marcos referenciais urbanos antigos (concepção original)	Representar o poder do Estado, promover a valorização espacial, controlar do espaço urbano, romper com o tradicionalismo, representar rupturas, transformar a sociedade, dinamizar o mercado imobiliário.	Não há	Não há
	1965 – 1990	Curitiba dos Últimos Tempos - Formação de uma nova identidade (OBA, 1998) . No contexto da metropolização	Industrialização	Déc 1970 - Implantação do Plano Willheim / IPPUC 1985-1988 Proposta Fruet-Requião	reinterpretação de modelos europeus	Eixos estruturais; parques, CIC, requalificações no centro, (calçadão da Rua XV de novembro).	Novos Marcos referenciais urbanos (concepção pós-moderna)	Década de 1970- Formar uma nova identidade para a cidade. Favorecer o desenvolvimento industrial. Representar nacionalmente o sucesso do planejamento tecnocrático e a eficiência na resolução dos problemas urbanos decorrentes do processo de industrialização com infraestrutura básica, 'geando um novo modo se ser urbano' (SANCHEZ, 2010, p192)	GPU da primeira geração	Conjunto de parques (Tanguá, Tingui, Barigui) + ecoville, CIC, eixos estruturais e centro
A partir de 1990 - reação ao período anterior   <b>URBANISMO DO ESPETACULO</b>	1990 – DIAS ATUAIS	Curitiba reinventada para o mercado mundial	Terceiro setor, empresas multinacionais, atrativos comerciais e culturais, turismo, capital imobiliário	2004 – Adequação do PD ao Estatuto da Cidade	reprodução de modelos europeus (Planejamento estratégico à la Barcelona)	Linha verde, corredor aeroporto rodoferroviária, requalificação do centro, edificios empresariais, shoppings, pseudo espaços públicos, condomínios residenciais 'clubes de morar', serviços especializados.	Novos Marcos referenciais urbanos (pós-modernos), objetos técnico-científicos-informacionais; não lugares	Década de 1990 - destacar Curitiba no cenário mundial reforçando a imagem positiva da cidade. Tornar a cidade atraente aos investimentos, principalmente àqueles relacionados ao terceiro setor. "Reestruturação e adequação do espaço para os fluxos e realização do capital" (MOURA, 2011,p 09).	GPU da segunda e terceira geração	Linha verde, corredor aeroporto rodoferroviária, Projeto Novo Rebouças

FONTE: A autora (2014)

Estabelecida a relação entre GPU e MRU no contexto de um contínuo afastamento entre discurso e a prática do planejamento urbano participativo que prioriza os interesses comuns, destaca-se que no contexto atual, os marcos referenciais urbanos, apesar de assumirem novos aspectos, continuam associados à identidade, no entanto, esta se enfraquece na escala local e se relaciona à escala global.

A sociedade pós-moderna, caracterizada por Ascher (2010) como mais racional, reflexiva e individualizada, está relacionada aos novos marcos referenciais urbanos pós-modernos, já que, como em qualquer outro período, ao mesmo tempo em que a sociedade é condição, também é reflexo das formas espaciais, que por sua vez compõem os atuais GPU. No entanto, a problemática que se aponta é a acentuação do processo de individualização no qual o novo tipo de sociabilidade se baseia, destacando que a estruturação das formas espaciais urbanas contribui para esse processo.

No atual período técnico-científico-informacional, no qual as relações interurbanas entre estados, países e continentes se acentuam, a repercussão das transformações espaciais se dá de maneira distinta nas diferentes escalas. À exemplo do processo de homogeneização aparente citado no primeiro capítulo: enquanto na escala global se reproduz as mesmas formas urbanas, na escala local, devido às distintas estruturas urbanas, gera-se diferentes impactos, acentuando o processo de desenvolvimento urbano desigual. Seguindo a mesma lógica, de maneira geral a sociedade pós-moderna se identifica com os marcos referenciais urbanos pós-modernos, tendo em vista que ela contribui para a sua formação. No entanto, na escala local encontram-se os principais conflitos de identidade e pertencimento, já que, como aponta Santos (1977) a reprodução de formas urbanas globais enfraquece as tradições locais.

Inicialmente, os antigos MRUs eram protagonizados pelo poder público o qual defendia interesses da elite hegemônica. Portanto, as formas urbanas respondiam às necessidades locais e fortaleciam identidade social com o espaço urbano local. Conforme foram surgindo os problemas sociais e uma



maior diversidade de interesses pela própria estrutura heterogênea da sociedade, o poder público utiliza o marketing para estabelecer o consenso, esconder os reais problemas urbanos e continuar investindo nos seus interesses. Tais mecanismos não revelam as reais estruturas sociais, políticas e econômicas e por isso enfraquecem a possibilidade de emergência de uma identidade social espontânea e realmente vinculada à sociedade local existente.

Atualmente, os GPUs e novos MRUs são normalmente formas urbanas parciais implantadas a partir da aliança entre interesses públicos e privados, locais e extra-locais, prioritariamente para promover a imagem positiva da cidade e a reprodução do capital globalizado. Num contexto de dinâmica metropolitana, de uma população com interesses diversos e de um Estado enfraquecido, tais intervenções normalmente não expressam os reais interesses coletivos. As novas formas estão associadas à parte da realidade urbana tornada totalidade. Nesse sentido, a construção da cidade moderna fragmenta o espaço e a sociedade, enfraquece a possibilidade de emergência de uma identidade coletiva legítima.

Portanto, ocorre uma clara transformação dos *novos* marcos referenciais urbanos, os quais formam os GPU. Tal processo se dá em função da emergência de novos agentes interessados na construção e produção do espaço intraurbano, como grandes empresas e investidores internacionais. A nova etapa de transformação e produção do espaço urbano culmina consequentemente na mudança das relações da sociedade com este espaço. Implica, portanto, não apenas na emergência de novas atividades econômicas, mas também num novo modo de vida, em novas relações sociais, novos padrões de distribuição dos grupos sociais, novas práticas urbanas, novos deslocamentos. Sendo assim, tal mudança associada à emergência de novos modelos de planejamento e gestão do espaço urbano e às novas formas espaciais, contribui para a reestruturação socioespacial. A qual, por favorecer cada vez mais pequenos grupos hegemônicos e não a população como um todo, formada por uma coletividade heterogênea, está vinculada à reprodução das desigualdades sociais.

## 6 NOVAS FORMAS ESPACIAIS E REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CURITIBA, CIDADE MODELO E METRÓPOLE DESIGUAL

*“Podem os objetos geográficos desempenhar um papel instrumental, levando a efeito transformações na sociedade ?”*

*Milton Santos*

Considerando a diferenciação entre os conceitos de GPU e MRU contemporâneos, bem como a complementariedade entre eles, pretende-se explicitar de que maneira tais elementos contribuíram e contribuem para a atual configuração do espaço urbano da metrópole de Curitiba. Tendo em vista que

é no espaço metropolitano, dada a sua densidade sócio-cultural e econômica e a concentração de recursos públicos que a sustenta, onde se explicitam todos esses processos de modernização do espaço e onde se revelam projetos temáticos transformados em modelo. (SÁNCHEZ e BERARDINELLI, 2004).

Dudeque (2010) aponta que o desenvolvimento industrial acarretou em imensos problemas urbanos no Brasil, com a mecanização do campo “lavradores desempregados e comerciantes empobrecidos deslocam-se em massa para as grandes cidades. A crise [do petróleo de 1979] retraiu a economia e quase todos acabaram em favela.” (DUDEQUE, 2010, p.331). Tal fato não se deu apenas no Brasil, mas na América Latina e em países em desenvolvimento no geral, devido à política de substituição de importações, a ruptura entre as atividades predominantemente agrícolas e a formação de indústrias de base (SANTOS, 2009).

Em Curitiba, a partir de um processo desencadeado na década de 1970, com a política de atração de investimentos industriais através de incentivos fiscais, somado à produção de uma imagem positiva da cidade principalmente na década de 1990, a cidade começa a fazer parte de um processo de internacionalização acompanhado de importantes transformações socioespaciais.

Firkowski (2001) afirma que o processo de urbanização de Curitiba começou a ter uma forma metropolitana a partir da década de 1970, isto é, houve um aumento populacional significativo dos municípios vizinhos em função das atividades industriais desenvolvidas em Curitiba e Araucária, por exemplo. No entanto, foi a partir da década de 1990 que a nova forma e dinâmica urbana se concretizaram. Como afirma Firkowski (2001), foi na última década do século XX que a mancha urbana se consolidou para além dos limites políticos administrativos de Curitiba, cristalizando um tecido urbano de maior dimensão e complexidade.

Segundo Firkowski (2009a) a instalação de indústrias nesse período se fez acompanhar por novas atividades que passaram a se implantar na cidade, na perspectiva de torná-la mais equipada, competitiva e de dar continuidade ao processo de atração de outras atividades. Foi nesse momento que se deu a associação entre a ação local e os grandes capitais internacionais, materializando de forma efetiva a influência da globalização. Segundo a autora, podem ser citados como exemplos das novas atividades de serviço especializado emergente: as agências de publicidade e propaganda, lojas de grife, crescimento das agências do setor bancário, serviços especializados para empresas, aumento dos equipamentos comerciais e de serviços, realização de eventos e feiras, avanços no setor hoteleiro.

A especialização das tarefas aumenta a divisão social do trabalho e, portanto, altera a estrutura social do espaço urbano, a partir de 1990 considerado metropolitano. Como apontado no segundo capítulo a metrópole é espaço urbano complexo e contraditório. Ao mesmo tempo em que é nó da rede de cidades, possui articulações para além dos limites municipais instituídos, concentra fluxos de capital globalizado, poder decisório, mão de obra, possui também estrutura social fragmentada, desigual, com considerável participação da economia informal.

No contexto da competitividade apontada por Harvey (2006) e Vainer (2011), o poder público municipal de Curitiba adota como principal estratégia o *marketing* urbano, com a intenção de vender a cidade. Seu diferencial enquanto mercadoria passa a ser atribuído à qualidade de vida e à solução de problemas urbanos frequentes em cidades subdesenvolvidas, como o caso do

transporte público. Para Firkowski (2009a), em razão disso, as práticas urbanas na capital passam a responder aos ditos do capital internacional, e os novos serviços metropolitanos passam a se dirigir menos às pessoas comuns e mais às empresas.

Portanto, foram as estratégias adotadas pela gestão municipal articuladas com interesses estaduais, que transformaram o contexto urbano-metropolitano. No entanto, a busca pela modernização apoiada no Plano Diretor municipal, na implantação de GPUs, acompanhados por políticas de atração de capital e projeção da imagem da cidade não foram acompanhados por estudos de impactos, mitigação de externalidades ou por uma política integrada habitacional e de desenvolvimento metropolitano.

Nesse contexto, Ritter (2011) aponta o planejamento urbano, o *city marketing* e o processo de industrialização desencadeado pela implantação da CIC (GPU da primeira geração) e pelas políticas desenvolvimentistas a ela associada como dois dos sete acontecimentos<sup>120</sup> que mais contribuíram para o processo de periferização. Pautado nas ideias de Firkowski (2001) o autor afirma que diferentemente das indústrias do início do século XX localizadas a partir de iniciativas locais no centro da cidade (no bairro Rebouças e Prado Velho), as novas indústrias<sup>121</sup> instaladas na CIC e nos municípios vizinhos da RMC estavam voltadas “não apenas para o mercado regional, dessa feita, para o nacional e para o internacional, inclusive com controle acionário externo.” (RITTER, 2011, p.75).

Com base em Nojima et al. (2004) o autor afirma que a implantação das indústrias associadas às facilidades proporcionadas pelo poder público (incentivos fiscais, como isenção de ICM e IPTU, áreas com financiamento direto e de longo prazo, serviços de demarcação de áreas e terraplanagem) e a política da projeção da imagem positiva da cidade “proporcionaram uma maior

---

<sup>120</sup> Ritter (2011) destaca sete processos significativamente responsáveis pela periferização na região metropolitana de Curitiba: a) A busca por uma salubridade para o centro da cidade; b) A importância dos fluxos populacionais; c) A influência da industrialização; d) Planejamento urbano e *City marketing*; e) O crescimento das ocupações irregulares; f) A mudança da legislação; g) Apropriação do solo urbano e a incorporação de novas áreas ao tecido urbano.

<sup>121</sup> Algumas das empresas que se instalaram na CIC foram a Siemens, New Holland, Philip Morris, Furukawa Industrial, White Martins, Giben do Brasil, Bernard Krone do Brasil e Volvo (FIRKOWSKI, 2009b).

inserção da RMC e do Paraná na economia brasileira e internacional, uma vez que criaram uma base capaz de atrair os grandes grupos empresariais” (RITTER, 2011, p 75).

Por outro lado, a dinâmica industrial e o *city marketing* atraíam uma população de baixa renda em busca de emprego e de melhores condições de vida. Portanto, ao mesmo tempo em que atraem turistas, empresas e o grande capital, intensifica-se o processo de periferização, na medida em que as novas indústrias eram mais seletivas na contratação e tendiam a diminuir o número de mão de obra pela mecanização crescente, e a política do *city marketing* não incluía soluções para resolver os problemas sociais emergentes.

Sendo assim, o dinamismo econômico da década de 1990, associado a novas atividades para além daquelas relacionadas à indústria, foi acompanhado por um aumento da população de baixa renda e ampliação dos problemas sociais relacionados às ocupações irregulares. O aumento crescente dessa população se deu principalmente na região metropolitana, muitas delas em áreas de mananciais, devido à própria característica do controle do uso do solo adotado pela gestão da legislação na capital.

Ao longo do GPU formado pelos eixos estruturais, por exemplo, área estratégica para investimentos imobiliários, existem regras para uso e ocupação do solo, controladas e fiscalizadas pelo poder público para atender principalmente aos interesses de empreendedores e grupos sociais de média e alta renda. Ferreira et al (2011) ao espacializar alguns empreendimentos da economia urbana relacionados ao comércio varejista (hipermercados e shoppings centers) e espaços de lazer e entretenimento, apontam certa concentração de tais serviços e atividades ao longo dos eixos. Da mesma maneira, Fernandes e Firkowski (2013) demonstram que novos empreendimentos imobiliários, “clubes de morar”, “edifícios multiuso” concentram-se igualmente ao longo dos eixos, e coincidem com as áreas com população de maior renda.

As vias de crescimento linear, estruturadas no Plano Diretor de 1965, concentram equipamentos e infraestrutura urbana, por isso, ao longo das vias é elevado o preço do solo e a cobrança por impostos, o que seletivamente restringe o acesso a determinados grupos sociais. Por outro lado, as áreas

distantes de tal centralidade, ou ambientalmente frágeis desprovidas de infraestrutura urbana básica, enquanto não apresentam interesse para o mercado, não são fiscalizadas e se tornam opção para moradores de baixa renda. A área ocupada pelo Bolsão Audi União, localizada entre o município de Curitiba e São José dos Pinhais (a ser evidenciada mais adiante) é exemplo desse processo.

Segundo Firkowski (2009a), na última década do século XX a cidade passou a crescer de tal maneira, que o centro deixou de estar associado à riqueza, e a periferia à pobreza, ambos estão em todos os lugares e “podem ser compreendidos por meio da relação dialética que os associa”. Para a autora, “o processo de planejamento não foi capaz de preparar a cidade para a nova dimensão metropolitana” (FIRKOWSKI, 2009a, p.59).

Nesse sentido, Ritter (2011) propõe outra concepção ao termo periferia para o contexto de Curitiba, relacionado à um enfoque econômico-social. Segundo o autor a periferia não está relacionada somente a áreas distantes do centro, localizadas nas bordas da mancha urbana. Apesar de ser considerado, “o distanciamento geométrico não é o determinante das precariedades socioeconômicas e ambientais encontradas nos espaços urbanos” (RITTER, 2011, p.89).

As periferias<sup>122</sup> que se reproduzem de maneira acentuada e partir das novas dinâmicas metropolitanas são caracterizadas, segundo Ritter (2011), como espaços de representação de um complexo material e simbólico com nítida conotação de negação ou de ausência tendo em vista o entorno urbano no qual estão inseridas. Isso porque, de acordo com o autor, além de possuírem um grau deficitário das qualificações socioeconômicas e culturais e dos padrões de urbanização reinantes, não são possuidoras do mesmo status ou da mesma aceitação. “As periferias podem ser concebidas a partir do fato de estarem às margens, todavia, às margens de um universo referencial baseado nas questões sociais, econômicas, políticas e culturais.” (RITTER, 2011, p.97).

---

<sup>122</sup> Ritter (2011) destaca que as periferias não são sinônimos de favelas, já que no Brasil estas se caracterizam principalmente pela posse ilegal de terra. As periferias são caracterizadas principalmente pelas condições precárias socioambientais as quais podem ser encontradas numa área regularizada.

De acordo com o Observatório (2011) tendo em vista que as políticas econômicas voltadas para a atração de investimentos provocam movimentos populacionais, os governos estaduais articulados com a sociedade poderiam, por exemplo, desenvolver políticas públicas regionais “voltadas a incentivar a permanência da população nos pequenos municípios – sejam projetos de geração de emprego e renda, sejam transferências governamentais”. Deste modo poderiam minimizar os efeitos da alta concentração populacional e suas mazelas.

Não havendo políticas nesse sentido, Silva (2012) destaca que os vetores de expansão da mancha urbana metropolitana de Curitiba não se deram somente pelo aumento das atividades tidas como centrais para o desenvolvimento da economia, os espaços informais de moradia tiveram e ainda têm papel importante nesse processo. Silva (2012 p.246) aponta que na Região Metropolitana de Curitiba existe um movimento de concentração e desconcentração espacial, que ao mesmo tempo é responsável por um crescimento intensivo, “que ocorre pelo adensamento dos assentamentos informais pré-existentes e situados nas áreas mais cêntricas em relação à cidade pólo”, e por um crescimento extensivo “que conforma uma metrópole mais dispersa e uma urbanização mais descontínua” em direção a periferias mais distantes. Esse duplo movimento é derivado da atuação dos diferentes agentes produtores do espaço, que corresponde à articulação da lógica da necessidade com a do mercado imobiliário.

O mercado imobiliário e financeiro junto com a ação do Estado viabilizam a expansão tanto de moradias populares quanto de condomínios de luxo nas periferias urbanas – locais distantes onde o terreno ainda é barato o suficiente para um investimento lucrativo. A partir daí há o aumento do fluxo centro-periferia, aumento da demanda por infraestrutura e a consequente expansão da mancha urbana. Com a “valorização” da periferia, a partir dos investimentos em infraestrutura urbana e acessibilidade, parte da população de baixa renda, moradores de ocupações irregulares na periferia antes desvalorizada, volta para o centro, provocando o aumento dos cortiços e mocós e contínua ocupação dos assentamentos irregulares.

Nesse sentido, os dois vetores de deslocamento<sup>123</sup> configuram o espaço urbano fragmentado e desigual, onde favelas passam a ser vizinhas de condomínios de luxo, separadas por muros e câmeras de segurança, tanto no centro como nas franjas urbanas. As dualidades da cidade industrial: cidade ilegal / cidade legal, autoconstrução / verticalização, pobre / rico se misturam na cidade contemporânea. De acordo com Pereira (2005) estes antagonismos serviram mais para explicitar a urbanização desigual e a dependência entre o centro e a periferia do que explicar a dinâmica da expansão urbana. Contexto esse, no qual o poder público se torna aliado do capital privado para responder as atividades econômicas hegemônicas, ao invés de investir e atender às demandas das camadas populares.

Sabe-se hoje que os processos de adensamento, parcelamento e ocupação do solo urbano e a conversão do rural em urbano, ou apenas em periurbano se dão em maior proporção para atender aos interesses especulativos, do que para satisfazer às concretas necessidades ocasionadas pelo aumento populacional. (RITTER, 2011, p.94)

Portanto, assim como em outras regiões metropolitanas, a RMC rompe com o paradigma anterior centro-periferia, com a separação entre riqueza e pobreza, como já apontado por Firkowski (2009a). A partir da nova dinâmica urbana contemporânea gera-se uma configuração espacial menos regular, mais fragmentada, heterogênea e dispersa. As periferias do centro são adensadas ao mesmo tempo em que surgem novas relações entre as centralidades dos municípios vizinhos e as novas periferias produzidas (SILVA, 2012). A partir da década de 1990, portanto, a nova espacialidade estendida e dispersa é derivada principalmente da produção informal de moradia e se configura de forma contínua no espaço, “livra-se de fronteiras territoriais e conforma uma aglomeração formada pela fusão de diferentes cidades” (SILVA, 2012, p.246). Portanto, assim como as demais metrópoles da rede urbana, Curitiba apresenta os reflexos espaciais<sup>124</sup> da urbanização contemporânea, apontados na primeira parte deste trabalho.

---

<sup>123</sup> Seja da população de alta renda para a periferia e ou da população de baixa renda para o centro.

<sup>124</sup> Um espaço intraurbano (ou intrametropolitano) desigual, fragmentado, segregado, polarizado, formado por incluídos e excluídos.



Tendo em vista a falta de políticas sociais no contexto de transformações do espaço metropolitano, Moura e Kornin (2009, p.28) afirmam que “evidenciou-se um apartheid socioespacial, no qual os crescentes segmentos sem acesso aos benefícios da internacionalização ficaram confinados nas periferias da RMC”.

Delgado e Deschamps (2009) também evidenciam impactos da estrutura social da Região Metropolitana de Curitiba que emergem a partir da década de 1990. De acordo com os autores as mudanças foram marcadas pelo aumento da segregação social no espaço metropolitano. Isso se deve ao fato de que o tipo socioespacial superior<sup>125</sup> ampliou a sua presença em novas áreas do polo, “as quais, embora com a presença de outros grupos sociais, passaram por um processo de elitização” (DELGADO e DESCHAMPS, 2009, p.227). Além disso, de acordo com a pesquisa realizada pelos autores, os tipos sócio ocupacionais que se encontram na base da estrutura social<sup>126</sup> passaram a se concentrar fora do polo metropolitano, o que indica uma intensificação do processo de periferização (FIGURA 9 e FIGURA 10). Estes dados corroboram a ideia de que a dinâmica urbana vem se expandindo, e os municípios periféricos tem, cada vez mais, maior participação nas tendências demográficas da RMC. No entanto, como afirmam Delgado e Deschamps (2009, p.218) “a distribuição populacional se dá de modo diferenciado relativamente aos grupos sociais”.

---

<sup>125</sup> O tipo superior é um dos oito tipos socioespaciais classificados pelo Observatório das Metrópoles no âmbito do Projeto Território, Coesão Social, e Governança Democrática que pesquisa sobre a dimensão socioespacial da exclusão/ integração nas metrópoles. Em 2000 o tipo socioespacial superior possuía 60.976 ocupados no grupo Ocupações Médias e 41.925 ocupados no grupo Intelectuais. (DELGADO e DESCHAMPS 2009)

<sup>126</sup> Os tipos que se encontram na base da estrutura social e que estão mais concentrados fora do polo são popular operário, popular agrícola, agrícola popular e agrícola. Os demais tipos socioespaciais e distribuição dos grupos sócio-ocupacionais que os compõem, bem como as categorias sócio-ocupacionais que os formaram estão em Delgado e Deschamps(2009).

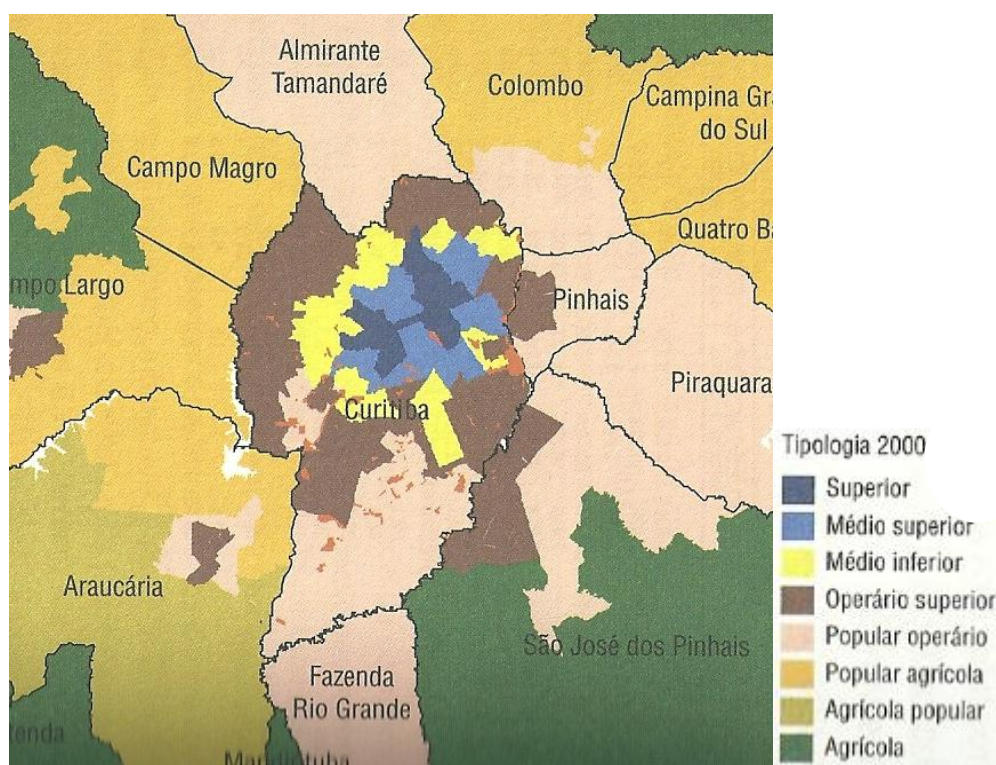


FIGURA 9 – TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL DA RMC 1991  
FONTE: Delgado e Deschamps (2009)

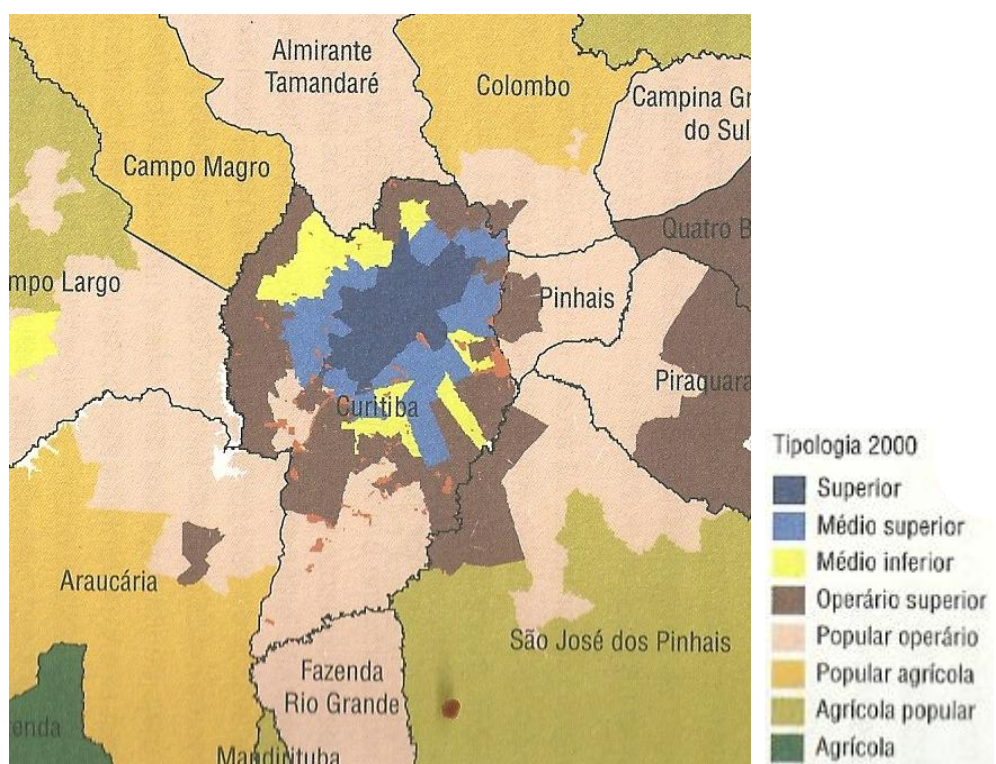


FIGURA 10 – TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL DA RMC 2000  
FONTE: Delgado e Deschamps (2009)

Em síntese, conforme apontam Pereira e Silva (2009) entre as décadas de 1970 e 1990 a consolidação da metropolização na RMC deu-se a partir da periferização urbana, acompanhando o processo na escala nacional marcado pela concentração de desigualdade e segregação socioespacial. Segundo as autoras, tais características se fizeram presentes ao longo do processo de metropolização de Curitiba em razão de um concentrado e acelerado crescimento urbano num curto espaço de tempo, e ressaltam principalmente o papel do mercado imobiliário nesse processo.

Sendo assim, enfatiza-se que apesar da disseminação da imagem positiva, a metrópole de Curitiba não se diferencia das demais metrópoles brasileiras, que assumem uma importância institucional, demográfica e econômica, mas concentram também as mesmas problemáticas sociais, entre elas a exacerbação da violência. De acordo com pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles (2005)

O aumento da violência nesses espaços guarda fortes relações com os processos de segmentação sócio-territorial em curso, que separam as classes e grupos sociais em espaços de abundância, sob integração virtuosa, e em espaços de precariedade e privação, com a população vivendo simultâneos processos de exclusão social. (OSERVATÓRIO, 2005).

De acordo com Moura e Rodrigues (2009) entre 1998 e 2002, a incidência de homicídios nas RMs foi duas vezes maior que a incidência no Brasil, 46,7 e 28,6 (taxa média de homicídios por 100mil habitantes) respectivamente. No mesmo período foram registradas na Região Metropolitana de Curitiba 3.703 mortes por homicídio, o que correspondendo a 2,4% do total de ocorrências nas RMs. Curitiba apresentou um aumento de 41,9% das ocorrências e todos os demais municípios da RMC tiveram aumento das ocorrências no período, com destaque para Almirante Tamandaré e Itaperuçu, com variações que ultrapassa 80% (MOURA e RODRIGUES 2009). Nesse contexto, em 2002 cinco municípios da RMC superaram a taxa média das RMs do Brasil (46,0) inclusive a taxa média do próprio país (30,6): Itaperuçu (66,19), Piraquara (62,48), Almirante Tamandaré (51,62), Rio Branco do Sul (47,11) e Fazenda Rio Grande (46,58).

Diante deste contexto, em pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles que busca compreender a organização social das metrópoles brasileiras, Ribeiro e Ribeiro (2011) afirmam que Curitiba está entre as três regiões metropolitanas mais segregadas e entre as três com maior isolamento do grupo social de maior qualificação. Além disso, segundo pesquisa realizada pela UN HABITAT (2010, p.16) Curitiba é a 9ª cidade mais desigual dos países em desenvolvimento, junto com Nairóbi (capital do Quênia) possui um índice GINI de 0,59<sup>127</sup>.

No âmbito do estudo da configuração social das metrópoles, Ribeiro e Ribeiro (2011) apontam que as diferenças sociais são geradas pelo aumento da divisão social do trabalho, no contexto atual, pela crescente especificação das tarefas. A estrutura de uma sociedade, portanto, está relacionada ao processo de produção, ao aspecto econômico, mas considera também o *status* social, os aspectos culturais e educacionais. Como já apontado anteriormente, os autores afirmam que a diferenciação socioespacial gera a divisão social do território e tal fato se dá em razão das categorias sociais buscarem localizações específicas e diferentes na cidade. E é justamente nesse contexto que se insere uma das maneiras de influência das novas formas espaciais – GPU- na reestruturação socioespacial, como mostra o esquema abaixo.



FIGURA 11 – INFLUENCIA DE GPU NA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL  
FONTE: A autora (2014)

<sup>127</sup> Curitiba possui índice GINI maior que Rio de Janeiro (0,53) e São Paulo (0,50), as quais estão na 15ª e 18ª posição no ranking da desigualdade. Fortaleza e Belo Horizonte possuem índice 0,61, Brasília 0,60 e Goiânia 0,65 (6ª posição). As cinco primeiras cidades mais desiguais são Sul-Africanas (UN HABITAT, 2010). Ressalta-se que esta pesquisa foi realizada entre 1993 e 2008.

Entende-se que os GPUs não geram as diferenças sociais, mas em razão de suas características e de sua localização no espaço urbano podem evidenciar tais dessemelhanças, expressas pela segregação residencial, por exemplo. Tendo em vista que “o modo como se apresenta a diferenciação e a segmentação residencial na organização social do território favorece (ou inibe) os grupos sociais ao acesso a essa estrutura de oportunidades” (RIBEIRO e RIBEIRO 2011, p.53), entendida como o mercado de trabalho ou a estrutura educacional, é fundamental compreender o papel dos GPUs nesse processo.

Se tais formas urbanas concentram infraestrutura e serviços de interesse econômico, restringem o acesso a tais estruturas urbanas aos grupos sociais de maior renda. Considerando que no espaço urbano produzido pela lógica capitalista a escolha da localização dos diferentes grupos sociais está relacionada ao poder aquisitivo, os GPUs valorizam áreas específicas da cidade e, em sua maioria, não contribuem para a democratização do acesso a terra urbanizada. Ao contrário disso, quando implantados em áreas já equipadas, podem contribuir para o processo de segregação residencial. E, como afirmam Ribeiro e Ribeiro (2011), o isolamento social associado ao baixo volume de capital pode limitar o acesso às estruturas de oportunidades, possibilitando a reprodução das condições de vulnerabilidade.

Desde a década de 1970, Curitiba utiliza mecanismos para se destacar entre as demais cidades e atrair capital para promover o desenvolvimento urbano. Como afirmam Moura e Kornin (2009, p.25) a cidade antecipou “a adoção dos princípios e das práticas do planejamento estratégico de cidades.”. Nesse sentido, tendo em vista que os GPUs são instrumentos desse modelo de planejamento, pressupõe-se que tais projetos tenham contribuído tanto para a repercussão da imagem positiva da cidade, quanto para a configuração socioespacial atualmente existente na metrópole: um espaço urbano segregado, fragmentado e com isolamento do grupo social de maior qualificação.

Apesar de os GPUs analisados no capítulo anterior terem sido implantados apenas em Curitiba e não em outros municípios da RMC, contribuem para uma maior diferenciação social e polarização do município

polo com relação aos demais. Portanto, mesmo não sendo classificados como GPUs metropolitanos<sup>128</sup>, estão relacionados com a metrópole, têm impacto sobre a dinâmica metropolitana. Promovem alterações na dinâmica urbana-metropolitana e não apenas no seu entorno imediato, como já afirmado por Lungo e Smolka (2005) implicam em grandes externalidades.

Sendo assim, entende-se que a influência cada vez mais acentuada dos GPUs no processo de ampliação da desigualdade socioespacial se dá por duas razões principais no contexto da metrópole de Curitiba:

I. A implantação de GPUs contribui para modificações na relação entre o espaço e a sociedade. Na medida em que são instrumentos do *city marketing*, compostos por não-lugares e/ou por arquitetura simbólica e espetacular, enfraquecem as relações entre os diferentes grupos sociais, o que pode interferir no distanciamento espacial.

II. Os GPUs são instrumentos de um modelo de planejamento urbano importado dos países do Norte global. Podem ser considerados um conjunto de MRU pós-modernos ou de elementos da arquitetura-produtiva vinculadas à nova fase de acumulação capitalista. Os novos equipamentos urbanos, pautados numa gestão empreendedora visam prioritariamente a acumulação e reprodução do capital. Portanto, por favorecer um pequeno grupo hegemônico não primam por resolver as questões de interesse coletivo, contribuindo assim para a reprodução das desigualdades sociais na escala local.

Estes dois aspectos serão aqui detalhados e, no item seguinte, relacionados ao GPU implantado para a Copa de 2014 em Curitiba, na perspectiva de entender como este pode impactar na configuração socioespacial atual. Antes disso, cabe aqui esclarecer que a desigualdade socioespacial é entendida como a injusta possibilidade de acesso a estrutura de oportunidades existente no espaço urbano. Pode ser explicitada por processos como, periferização, segregação residencial e social, fragmentação espacial, divisão social do território, exclusão, individualização social,

---

<sup>128</sup> De acordo com as características apontadas por Ezquiaga (2001), autor utilizado como referência para classificação de GPU neste trabalho.

enfraquecimento da identidade social concreta<sup>129</sup> e insegurança, os quais podem ser gerados a partir de alguns mecanismos associados aos GPUs.

## 6.1 INTERFERÊNCIA DE GPU NOS PROCESSOS SÓCIO-ESPACIAIS<sup>130</sup>

*“[...] o espaço construído não é um tipo de cenário neutro para a expansão das relações sociais. A qualidade do espaço construído inevitavelmente influencia a qualidade das interações sociais que lá acontecem.”*

*Teresa Caldeira*

Como apontado no item anterior, os GPUs atuais são em sua maioria compostos por marcos referenciais urbanos de concepção pós-moderna, portanto, constituídos por formas espaciais que visam prioritariamente à informação, à projeção de uma imagem, à representação. Além disso, contribuem para a reprodução de um capitalismo vinculado essencialmente ao setor imobiliário, turístico, cultural, de consumo. Isso porque, no novo período técnico-científico-informacional, agentes do capitalismo global privado passam a interferir na produção do espaço local, na produção das formas espaciais que por sua vez podem vir a compor os GPU ditos da segunda e da terceira geração.

Sendo assim, no contexto atual, os elementos urbanos construídos passaram de obras artesanais à condição de mercadoria ao vender a imagem da cidade pós-moderna, a qual “parece ser, de fato, o habitat do usuário-consumidor.” (SÁNCHEZ, 2010, p.37). Segundo Oba (1998, p.248) tais objetos

---

<sup>129</sup> O termo identidade social concreta visa se opor à ‘identidade abstrata’, termo cunhado por Carlos (2013). De acordo com a autora, a identidade abstrata “transfigura o cotidiano impondo os signos de um modelo manipulador e organizando de relações sociais direcionadas pelo consumo dos signos e do espetáculo [...]” (CARLOS, 2013, p.107).

<sup>130</sup> Como já ressaltado anteriormente, a palavra socioespacial tem grafia sem o hífen em função das novas regras ortográficas. No entanto, pode ser utilizada a grafia com o hífen quando pretende-se explicitar a articulação dialética entre as relações sociais e o espaço urbano, preservando a individualidade de cada um (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2013).

se revestem de um “fetichismo”<sup>131</sup> que lhes confere uma efemeridade e superficialidade determinadas pelo mercado perdendo, em parte, a substância e a consistência que os caracterizavam como sedimentos históricos das relações sociais”.

Ao resgatar as ideias de Polanyi (1983) sobre a mercantilização total, não é de se espantar que na atual fase do capitalismo globalizado a arquitetura chamada pós-moderna também atenda à economia de mercado, ao consumo do que é efêmero, da imagem. Oba (1998) afirma que tal arquitetura atende o consumidor da elite, por isso adota ornamentos estéticos diferenciados e rompe com os princípios da arquitetura modernista do pós-guerra, que tinha como ideal mudar a cidade a partir de grandes programas de reconstrução e reorganização visando o bem-estar da população.

Enquanto os modernistas veem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um objeto social, os pós-modernistas o veem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza ‘desinteressada’ como fins em si mesmas. (HARVEY, 1992, p.69).

Apesar de existir uma tendência historicista da arquitetura pós-moderna, esta é vista com olhos críticos, já que se reproduz sem proporcionar uma compreensão crítica da história. É esboçada de maneira superficial apenas para dar significado à ornamentação, aos acessórios decorativos, como já afirmou Muñoz (2008) quando caracterizou as intervenções em centros históricos degradados. Segundo o autor a história urbana que está presente nesses espaços revitalizados é aquela que o visitante-turista pretende encontrar, de uma leitura rápida e simples, aquela que já foi previamente tipificada pelas imagens midiáticas.

Zaitter e Ultramari (2010) ressaltam que é comum a imagem do projeto de revitalização não ser construído para/ou a partir dos habitantes locais. Nesse contexto, muitas vezes fantasia-se a paisagem de “um passado que [...] talvez

---

<sup>131</sup> Para Harvey o fetichismo é a preocupação direta com aparências superficiais que ocultam significados subjacentes.



nunca tenha existido”, apenas para atrair turistas e dinamizar a economia local. Portanto, “a sociedade fica privada de sua historicidade ao ver seu passado ser reduzido a um conjunto de espetáculos empoeirados” (OBA, 1998, p.250).

Com vistas à promoção da imagem positiva da cidade, à dinamização econômica favorecida pelo turismo, a construção da identidade coletiva é parcial, deformada. Como afirma Sanchez (1997) o mito, linguagem adotada pelo marketing urbano e convencimento da população local, explora a imagem de partes da cidade, valoriza determinadas ações e interações sociais. O discurso oficial, ao distorcer a realidade e homogeneizar o modo de vida na cidade, não contribui para a interação entre diferentes grupos sociais, onde emergem leituras críticas, alternativas para o espaço vivido, questionamentos e possibilidades de mudança.

A partir das ideias cunhadas por Innerarity (2010) e Caldeira (2004), permite-se inferir que valorizar um determinado estilo de vida objetivando criar uma identidade social, significa excluir a totalidade das diferenças, a partir das quais se constrói democraticamente interesses coletivos. A acupuntura urbana, portanto, potencializa a incapacidade de tolerar a diferença, a insegurança, a contradição, a ambiguidade e estranheza, consideradas por Innerarity (2010) como as propriedades da urbanidade (cidadania e civilização).

“A política pressupõe, principalmente, um trabalho coletivo para configurar aquele [sentido] ‘comum’ [...]” (INNERARITY, 2010, p.52), no entanto, a identidade coletiva construída a partir do estilo de vida de classes média e alta favorece a segregação social. Isso porque, segundo o autor, apesar de a sociedade ser heterogênea e diversa, as transformações urbanas atuais tendem a fragmentar a cidade segundo critérios de homogeneidade, isto é, segundo estilos de vida e proventos econômicos.

Para Caldeira (2004) a nova organização espacial, formada pela segregação, fragmentação, privatização, pela ‘cidade de muros’ altera a vida pública, é fundamentalmente não democrática e reproduz a intolerância. Segundo a autora, quando há restrições de acesso, e diferentes grupos sociais não interagem no espaço público os princípios organizadores da vida social se enfraquecem, assim como a cidadania e a construção de referências comuns.

No entanto, tais aspectos possibilitariam a emergência de processos endógenos de produção da cidade, os quais fortalecem a identidade concreta.

No âmbito das transformações das formas espaciais contemporâneas Augé (1994) afirma que atualmente há a reprodução dos não-lugares, definidos como estes espaços que não se estabelecem sobre os parâmetros da identidade, da relação e da história, e sim sob os da imagem, do espetáculo, da aparência. Complementar a esta perspectiva, ressalta-se ideia cunhada por Santos (1977, p.33), o qual afirma que as novas formas “tornam-se dotadas da força de gerar novos relacionamentos”. Isso porque, são resultado de um outro sistema de relações, isto é, importadas de uma outra formação socioeconômica, tema a ser aprofundado na sequência desse item.

Nesse contexto, Oba (1998) destaca a importância de saber situar-se na cidade a partir de seus marcos referenciais históricos.

A cidade não é apenas o espaço da memória individual. Ela é expressão da condição essencialmente social do homem. Por isso, a cidade torna-se mais significativa para aquele que consegue ver nos seus referenciais a história de um empreendimento maior que dá um sentido comum às vivências individuais. (OBA, 1998, p.9).

No entanto, é justamente o enfraquecimento dos vínculos históricos e identitários da sociedade com o seu meio urbano local que caracterizam os marcos referenciais pós-modernos, os quais podem fazer parte de um GPU. Atualmente estes elementos são instrumentos do espetáculo urbano e, como aponta Oba (1998), acabam por se concretizar na memória da população local por razões nem sempre identificáveis. Na opinião do autor, é preocupante o excesso da produção de símbolos da cidade, que na maioria das vezes não passa pelo desejo dos habitantes locais de criá-los, e acabam “provocando um congestionamento indesejável de monumentalidades” (OBA, 1998, p.9).

Sendo assim, a problemática que se constrói na contemporaneidade com a proliferação dos não-lugares é de que estes impõem aos habitantes experiências de solidão (AUGÉ, 1994), reproduzem espaços neutros, transitórios, sem significado histórico e identitário. São como “imensos parênteses [...] onde se desarmam todas as relações sociais” (OBA, 1998, p.252). Augé (1994) cita como exemplos as rodovias, aeroportos, locais

credenciados, centros comerciais, salas de espera, supermercados. No âmbito da concretização da metrópole de Curitiba, por exemplo, os diversos serviços especializados (flats, lojas de grife, shoppings, bancos, espaços para grandes eventos e exposições, arenas multiuso etc) somados às intervenções nas estruturas viárias (binários, trincheiras, novos eixos, etc) são MRU voltados para favorecer o fluxo e a reprodução do capital, e não a convivência entre diferentes grupos sociais locais.

Na escala global, obedecendo a uma relação dialética, as formas urbanas são reflexo e condição da sociedade contemporânea. No entanto, atualmente, na escala local, intraurbana (que pode ser chamada de intrametropolitana, como no caso de Curitiba após a década de 1990), a relação entre espaço e sociedade se modifica. Na medida em que os elementos que compõem o espetáculo urbano são construídos de acordo com interesses globais, não inserem a população local como atores, e sim como espectadores do processo de transformação do espaço. Sendo assim, a relação de identidade cultural e histórica com os espaços coletivos, com as novas formas urbanas na escala local se enfraquece, o que compromete, portanto, as relações entre os diferentes grupos sociais.

Diante da sociedade contemporânea que se torna cada vez mais diferenciada, individualista (Ascher, 2010), pode-se dizer que o espaço urbano construído contribui e reflete esse processo (FIGURA 12) a partir da reprodução das novas formas espaciais, dos marcos referenciais urbanos contemporâneos: shoppings, condomínios de luxo fortificados, torres de escritórios de empresas multifuncionais, grandes espaços de entretenimento, consumo e lazer, rodovias de alta velocidade. Portanto, o espaço intraurbano contemporâneo é mais fragmentado e reproduz a segregação residencial, já que os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade pós-moderna, mais individualista, buscam locais mais isolados e de fraca interação social para a vida cotidiana, o que contribui para a reprodução dos não-lugares, dos marcos referenciais urbanos contemporâneos, que compõem o GPUs.

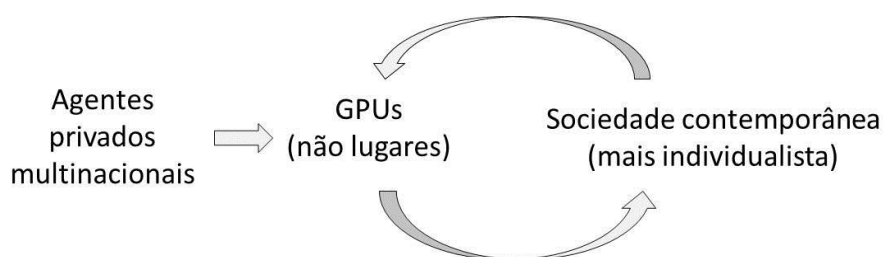


FIGURA 12– RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE ESPAÇO URBANO E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.  
FONTE: A autora (2014)

Em cidades nas quais a estrutura social é mais desigual, como nos países do Sul global, a escolha seletiva do lugar para a reprodução da vida cotidiana contribui para o distanciamento espacial dos diferentes grupos sociais que a compõe, acentuando ainda mais as desigualdades socioespaciais. Isso porque, as categorias sociais de maior poder aquisitivo pagam por um maior isolamento, portanto, reproduzem as ilhas de primeiro mundo num espaço urbano socialmente mais heterogêneo e desigual, como apontado por Ritter (2011), Silva (2012), Firkowski (2009) no caso da metrópole de Curitiba.

Como já afirmavam Ribeiro e Ribeiro (2011) há uma proximidade territorial, mas um afastamento social entre os diferentes grupos sociais, e os GPUs implantados podem contribuir para esse processo de fragmentação e segregação residencial na medida em que são instrumentos de valorização do espaço urbano, e interferem, portanto, na organização socioespacial dos diferentes grupos sociais. Como apontam Lungo e Smolka (2005), diferentemente de uma intervenção em um terreno pequeno, os GPUs têm uma influência significativa nos fatores externos que afetam tanto o valor do solo<sup>132</sup> das áreas vizinhas quanto aquele onde ele se localiza. No entanto, como afirmam os autores, principalmente devido à falta de interesse político a gestão pública não utiliza instrumentos de avaliação, recuperação e distribuição das mais valias urbanas geradas, tampouco elabora estratégias de compensação de impactos negativos, com a construção de habitação popular, por exemplo.

<sup>132</sup> De acordo com Lungo e Smolka (2005, p.50) o valor do terreno é determinado principalmente por externalidades, "por cambios que ocurren en el ámbito vecinal u otras partes de la ciudad, más que por las acciones directas de los propietarios del suelo."

Como resultado, la mayoría de estos proyectos tienden a ser elitistas porque desplazan los vecindarios de bajos ingresos mediante un uso regenerado y **segregado** del suelo para la clase media, **o producen exclusión social** porque apuntan hacia una sola clase social, ya sea asentamientos de bajos ingresos o enclaves de altos ingresos, en zonas periféricas (LUNGO, 2002, p.44, grifo nosso).

Nesse sentido, baseando-se nas ideias cunhadas por Ritter (2011) a implantação de GPUs pode contribuir para o processo caracterizado como *periferização-desperiferização-reperiferização*.

Como afirma Ritter (2011), o mercado privado de terras tem papel determinante na produção do espaço urbano. No entanto, o autor ressalta que o solo urbano na condição de mercadoria fica desprovido da sua função social. Nesse sentido, dentre os processos que contribuíram para reprodução de periferias na RMC citados pelo autor (além da influência da industrialização e do planejamento urbano associado ao *city marketing* já citados) destaca-se a apropriação do solo urbano e a incorporação de novas áreas ao tecido urbano. Visto que tal processo pode estar associado à implantação de GPU.

No âmbito dos processos de requalificação, revitalização, reabilitação de áreas degradadas que poderiam ser caracterizadas como periferias (RITTER, 2011), há grandes interesses econômicos e imobiliários. Os GPUs que envolvem a geração de novas atividades voltadas às empresas, à empreendimentos de lazer, cultura, entretenimento, complexos empresariais e comerciais, condomínios de luxo etc. geram novas centralidades<sup>133</sup> e têm grande impacto sobre os valores do solo entre outras dinâmicas urbanas. Tal processo que pode ser chamado de “urbanização de antigas periferias”<sup>134</sup> é caracterizado por Ritter (2011) como *desperiferização*. No entanto, na medida em que há um deslocamento da população original de condições socioeconômicas frágeis, na área do empreendimento acontece processo de elitização enquanto que no entorno podem surgir novas periferias. Isso porque,

<sup>133</sup> Como ressaltado no início desse trabalho, centralidade “não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar.”. (SPÓSITO, 2013, p.73)

<sup>134</sup> Principalmente visando interesses políticos e econômicos a urbanização de uma periferia se dá “ao ser disponibilizada infraestrutura básica, ao se promover uma regularização fundiária, ao se diminuir a submissão e a defasagem socioeconômica, ao se elevar o status “ Ritter (2011, p.93).

sem uma política de habitação, de integração social a população de baixa renda passa a ocupar novas áreas que também apresentam precariedade socioambiental.

Sendo assim, na concepção de Ritter (2011) “a metrópole e a pós-metrópole produzem pobres e reproduzem a pobreza nos seus interiores”, [...] as periferias atuais estão intimamente ligadas às migrações intraurbanas e intrametropolitanas (RITTER, 2011, p.95).

Nesse mesmo contexto, Cueyna (2011) enfatiza que os GPUs geram as novas centralidades, modificam tanto a rentabilidade e usos do solo quanto sua função, expressam uma nova paisagem física e social. Tais intervenções permitem uma extrema valorização imobiliária em um curto prazo pela oportunidade de melhor e maior uso do solo, o que favorece maiores captações de renda de diferentes naturezas (CUEYNA, 2011).

Visto que são novos espaços de acumulação e consumo necessários à atual etapa do capitalismo, concentram múltiplos usos “vinculadas a los sectores más activos e internacionalizados de la economía, así como a los consumidores de mayor poder adquisitivo y al turismo mundial.”(CUEYNA, 2011, p.188). Devido à alta competitividade, as empresas buscam as melhores condições de produtividade e esta demanda é fator determinante para a transformação do entorno das áreas onde existem GPUs. Como aponta Cueyna (2011) os GPU favorecem a implantação de infraestrutura tecnológica, sistema de comunicação, meios de transporte eficientes, centros educativos e tecnológicos, “equipamientos y servicios que les permitan funcionar a escala internacional, regional y nacional”, além de “un confort urbano que garantice una alta calidad de vida para los cuadros gerenciales y técnicos ligados a las empresas líderes y también para los usuarios de alto poder adquisitivo y el turismo internacional” (CUEYNA, 2011, p.189).

Nesse contexto, destaca-se que, como afirma Cueyna (2011), as novas funções espaciais geram novos estilos de consumo e de vida e estão voltadas para uma nova elite emergente formada por profissionais que assumem funções de coordenação e controle. Portanto, como apontado anteriormente, se não houver o controle do Estado, a reprodução desses espaços voltados para o setor terciário, para a reprodução do capital financeirizado geram a

fragmentação social, valorização de áreas privilegiadas, segregação residencial e promovem a alteração da estrutura social da metrópole, como mostra a FIGURA 13 abaixo, no contexto de Curitiba.

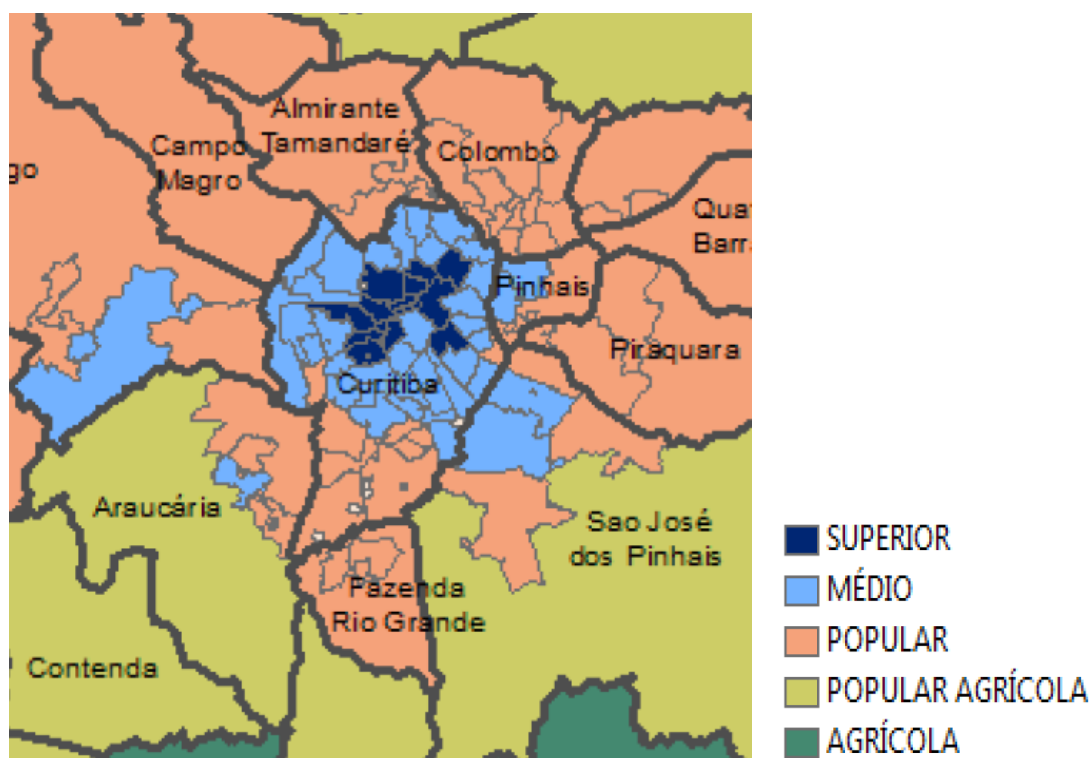


FIGURA 13 – TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL DA RMC 2010  
FONTE: Deschamps (2013)

Segundo Deschamps (2013) a partir dos dados do censo de 2010 percebe-se que há um aumento significativo das categorias superiores, manutenção das ocupações médias, “enquanto houve um estreitamento na base da pirâmide social.”. De acordo com a autora, a mudança na estrutura social metropolitana se diferencia da anterior, a qual demonstrou uma acentuação da polarização social. No entanto, há maior diversificação social fora do polo metropolitano, enquanto no polo se concentram as categorias médio e superior. Tal alteração pode estar associada à um crescimento das atividades relacionadas ao terceiro setor valorizado pelo capital globalizado.

Como caracterizado por Cueyna (2010), Ritter (2011) e De Mattos (2004) os novos espaços urbanos construídos na metrópole voltados prioritariamente para promover a “modernização”, a dinamização econômica ao favorecer a reprodução do capital podem gerar pseudo-espços públicos (DAVIS, 2009).

Isso porque, favorecem a emergência de espaços de circulação controlada, nos quais, em função do aumento da violência e do crime nas grandes cidades, o Estado e classes mais favorecidas justificam a restrição do acesso à determinados grupos sociais. No entanto, Bordin (2009) destaca que ao invés de solucionada, a sensação de insegurança pode se fortalecer através de tais espaços, a qual, para Souza (2006), contribui para a fragmentação do espaço urbano, para a individualização das relações sociais. Em acordo com tais argumentos, Caldeira (2004, p.340) afirma que “[...] a arquitetura e o planejamento defensivos promovem o conflito em vez de evita-lo, ao tornarem explícitas as desigualdades sociais e a falta de referências comuns.”.

Apesar de sua aparência pacificadora, a separação promove exatamente o contrário: insegurança civil e social. Sem a capacidade unificadora dos espaços urbanos, a distância é vivida como rejeição e alimenta a sensação de não pertencer à uma mesma sociedade. (INNERARITY, 2010, p.134)

A reprodução das formas espaciais contemporâneas e sua influência nos processos sócio-espaciais os quais contribuem para a emergência do novo tipo de sociabilidade ocorre, em parte, em razão do modelo de planejamento vigente. Como apontado no capítulo três, o planejamento estratégico surge como solução para a crise urbana a partir da aliança entre os interesses públicos e privados. Como afirma Harvey (2006) a gestão urbana se torna então mais empreendedora que administrativa, buscando melhor posicionamento entre as cidades que concorrem por investimentos.

O poder público local se alia aos interesses dos novos agentes multinacionais que intervém e estruturam o espaço urbano a partir de elementos que pouco tem ver com a realidade da escala local, e sim com a escala global. Nesse sentido, as atuais intervenções urbanas caracterizadas como GPUs não visam solucionar dos reais problemas urbanos locais, mas sim beneficiar prioritariamente os agentes reprodutores do capital global (empresas multinacionais de telecomunicações, entretenimento, bancos, incorporadores imobiliários entre tantos outros).

Recuperando a ideia da homogeneização aparente apresentada na segunda parte do trabalho, tem-se que os GPUs, sendo formas globais,



instrumentos de um planejamento reproduzido como modelo, podem aparentemente formar a mesma paisagem urbana nas diferentes cidades. No entanto, o que se vê a partir do exemplo de Curitiba, é que enquanto na escala global a lógica do capital busca as mesmas estruturas geográficas para sua reprodução, na escala local, intraurbana pode contribuir para a acentuação das desigualdades sócio-espaciais (FIGURA 14).

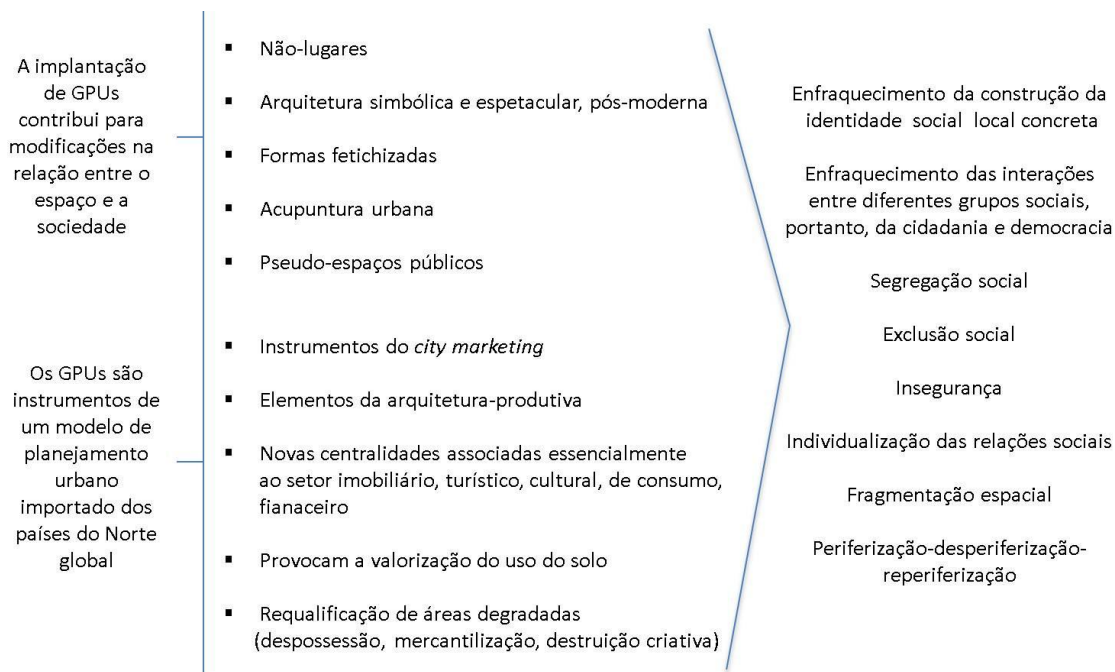


FIGURA 14 – PROCESSOS QUE PODEM SER DESENCADEADOS PELA IMPLANTAÇÃO DE GPU, OS QUAIS EXPLICITAM E ACENTUAM A DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL.

FONTE: A autora (2014)

Assim como nos outros períodos da urbanização de Curitiba, atualmente se reproduz um modelo de intervenção urbana originado nos países do Norte global. Considerando que a dinâmica urbana é rica e envolve diversos elementos, de forma ampla e resumida pode-se dizer que enquanto Curitiba era colônia portuguesa, a organização espacial obedecia a critérios do desenho urbano português. Na Curitiba da Belle Époque as intervenções urbanas tinham como referência as obras de Haussmann em Paris, no período seguinte, eram as cidades Norte Americanas que nos influenciavam com um urbanismo baseado na circulação de automóveis. No segundo período da “Curitiba dos últimos tempos” (1965-1990), que em parte coincide com a ditadura militar no Brasil, a urbanização se norteava pelos preceitos do modernismo francês e a implantação de Grandes Projetos Urbanos (da

primeira geração) relacionados à infraestrutura pública, que garantiriam projeção no cenário econômico mundial. Recentemente, o pensamento hegemônico dissemina a ideia de que o desenvolvimento urbano está associado aos GPUs de segunda e terceira geração, de caráter público-privado, implantados de preferência a partir de um megaevento, à exemplo de Barcelona.

Portanto à luz do processo de urbanização de Curitiba, os países do Sul global têm como referência de desenvolvimento as transformações dos países do Norte global, dos países centrais, ditos desenvolvidos. No entanto, Santos (1977, p.31) destaca que as “formas transferidas de uma formação socioeconômica para outra podem comportar a força de modificar esta última.” No caso do Brasil, “a importação dos padrões do chamado ‘Primeiro Mundo’, aplicados à uma parte<sup>135</sup> da cidade (e da sociedade), contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente” (MARICATO, 2011, p.123). Contribuiu, portanto, para acentuação da desigualdade social existente.

Nesse sentido, Santos (1977) se refere à “totalidade do diabo” quando determinada formação socioeconômica de um país é governada pela estrutura global do sistema capitalista sem a participação da população local. Para o autor “as formas introduzidas desse modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade [transformada], doente, perversa e prejudicial.” (SANTOS, 1977, p.42).

Segundo Maricato (2001) a disseminação dos fundamentos do Planejamento Estratégico enquanto receita para o desenvolvimento surge em 1989 no Consenso de Washington<sup>136</sup>. Neste momento foi estabelecida uma agenda com dez itens que, em teoria, promoveriam o ajuste econômico dos países emergentes, que passavam por dificuldades após a segunda crise do

---

<sup>135</sup> Maricato (2000) afirma que a legislação aplicada no Brasil funciona apenas na cidade formal, enquanto a cidade informal, excluída, continua a se reproduzir. Nesse sentido contribui para a reprodução das desigualdades, pois a legislação é só para alguns, bem como o planejamento urbano, as leis, a modernidade, o mercado, a cidadania (Maricato, 2000, p.125).

<sup>136</sup> O Consenso de Washington era formado por “representantes do governo norte-americano, representantes das organizações financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, BID, etc) e representantes de vários países denominados de emergentes.” (MARICATO, 2001, p.58).

petróleo de 1979, mais especificamente, por problemas relacionados à crise fiscal da dívida externa.

No entanto, Maricato (2001, p.57) destaca que “as propostas dos planos estratégicos que foram vendidos à municipalidades latino-americanas, combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal”. No contexto da expansão do capital entre os países do Norte e do Sul global, já apontado na segunda parte da pesquisa, a autora afirma que a receita elaborada para as cidades e os países emergentes (do Sul global) se adequavam

aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo, ou, mais exatamente, novos tempos de ajuste da relação de subordinação às novas experiências do processo de acumulação capitalista sob o império americano. (MARICATO, 2001, p. 57-58).

Tais preceitos vinham, portanto, substituir o lado burocrático, racionalista, positivista de enfoque holístico do planejamento modernista/funcionalista, no qual o Estado, rígido e autoritário, era a figura central que asseguraria o desenvolvimento econômico e social. Nos países capitalistas centrais tal modelo surgiu no período pós-segunda guerra (1945), momento da “reforma urbana”, voltado para a solução dos problemas urbanos, principalmente o relacionado à habitação. Para isso, de acordo com Maricato (2011, p.128), os países centrais, do Norte global, estruturaram uma “reforma fundiária [...], extensão das infraestruturas urbanas para atender às necessidades da produção em massa de moradias e financiamento subsidiado”. Sendo assim, o período do planejamento modernista (1945-1975) nos países centrais ficou marcado por um grande crescimento econômico e maciço investimento em políticas sociais (MARICATO, 2011).

Nos países periféricos, do Sul global, o planejamento modernista/funcionalista coincidiu com parte do período da ditadura militar nos países da América Latina<sup>137</sup>. Em função da política de substituição das importações, foi período de grandes investimentos no setor industrial. Apesar do desenvolvimento econômico, gerou-se o aumento da dívida pública bem como aprofundamento dos problemas sociais urbanos. Como já apontado anteriormente, enquanto nos países do Norte ocorrem mudanças estruturais a

<sup>137</sup> Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Argentina, (1976-1983), Uruguai (1973-1985).

partir de determinados modelos de desenvolvimento, estes quando exportados geram um “mimetismo formal” nos países do Sul, e não as mesmas transformações nas estruturas socioespaciais.

No contexto do planejamento estratégico não é diferente. Diante da possibilidade de expansão do capital pautado numa produção, trabalho e consumo flexíveis, os países centrais trataram de pregar a desregulamentação e descentralização do Estado-Nação como novas fórmulas do desenvolvimento urbano dos países periféricos. Como afirma Maricato (2011, p.133), os princípios norteadores do consenso de Washington “seriam aplicados muito mais aos países emergentes do que aos países mais ricos”. Nesse sentido, o planejamento urbano pode ser considerado uma fachada científica para as operações capitalistas (SANTOS, 1977).

Na perspectiva de Martins (2011), na década de 1990 o neoliberalismo se torna o instrumento ideológico difundido pelos Estados Unidos em reação à sua perda de competitividade no cenário internacional. Portanto, o país visava aumentar a competitividade de suas empresas. Em concordância, Maricato (2009, p.15) afirma que tal momento pode ser entendido como “novos tempos de ‘ajuste’ da relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista sob o império americano.”. Nesse sentido, para a autora, o plano estratégico, pode ser entendido como um “movimento de dominação técnica, cultural, ideológica e política da periferia do capitalismo” (MARICATO, 2009, p.14).

Ainda segundo Maricato (2000), as gestões municipais dos países do Sul global, diante da diminuição dos recursos públicos nacionais, do aumento da dívida externa, da guerra fiscal, do aumento do desemprego e das demandas sociais do final da década de 1980, aderiram inquestionavelmente à agenda do Consenso de Washington. Isto é, se submeteram à liberalização financeira e comercial, racionalização dos gastos públicos, privatizações, investimento direto estrangeiro<sup>138</sup> etc.

Nesse contexto, pode-se considerar as novas formas espaciais (ex: GPUs) como “cavalos de tróia” (SANTOS, 1977). Já que, que tais objetos

---

<sup>138</sup> Estes são alguns dos tópicos estabelecidos no Consenso de Washington

viriam viabilizar a agenda do Consenso de Washington, permitindo a penetração dos avanços tecnológicos e a expansão econômica dos países centrais sem que os países periféricos suspeitassem das consequências que tal processo acarretaria. Como afirma Santos (1977, p.33), diferente de uma ação direta sobre as estruturas, “através das formas [...] a estrutura socioeconômica de um país pode ser facilmente atacada.”. A esse processo também podemos relacionar o termo “destruição criativa”, já apresentado no segundo capítulo.

É importante lembrar que no âmbito da década de 1980-90 se acentua o processo de urbanização dos países do Sul global, vinculado ao intenso êxodo rural gerado pela desregulamentação da atividade agrícola imposta pelo FMI (DAVIS, 2006). Esclarecendo tal processo, Santos (1977, p.33) afirma que os mecanismos de “ajuda” são um pretexto para “modernizar a economia rural, aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura [...] seguida por uma modificação na propriedade da terra.” Pinheiro (2011) afirma que

as cidades latino americanas nascem a serviço das relações internacionais com os países desenvolvidos, e isso faz com que seu processo de urbanização seja uma variável dependente, resultante de sua incorporação no mercado mundial. (PINHEIRO, 2011, p.41).

As mudanças na ordem mundial, na relação de trabalho, na mobilidade do capital, na composição tecnológica da produção, na centralização do controle dos negócios gerariam também mudanças na ordem urbana. A descentralização do Estado-Nação faz emergir a “Cidade-Estado” (MARICATO, 2000), isto é, uma maior autonomia da gestão municipal para a resolução dos problemas urbanos decorrentes do rápido processo de urbanização. E é nesse contexto que os governos locais devem competir entre si para atrair investimentos.

No entanto, Maricato (2001) destaca que a solução de problemas estruturais a partir de uma maior autonomia do poder local é relativa devido à ineficácia de ações pontuais, mas, principalmente, porque

a competição entre cidades como acontece na atribuição de subsídios à instalação de empresas –guerra fiscal- é uma ação que acaba favorecendo apenas a esfera privada das grandes corporações e não a esfera pública. (MARICATO, 2001, p.66).

Exemplo disso é a competição pela realização de megaeventos, os quais no contexto atual possibilitam a implantação de Grandes Projetos Urbanos a partir de investimentos privados ou públicos (estaduais e federais). Para atrair os eventos mundiais os governos federais e municipais, flexibilizam a legislação vigente e ficam subordinados aos interesses de grandes empresas, à exemplo da Lei geral da Copa no Brasil. E como afirmado na quarta parte deste trabalho, é essa concorrência que interessa à FIFA, a qual busca as melhores oportunidades de lucro nos países sede.

Sendo assim, com o grande poder de decisão dos atores de interesse privado, o poder público encontra poucas alternativas para financiamento de projetos sociais, principalmente a partir de capital privado internacional (LUNGO, 2002). Nesse contexto, com a ausência do poder público, Santos (1977, p.37) afirma, a partir do exemplo de Kariakoo<sup>139</sup>, que a pobreza ao invés de ser erradicada é agravada, e “as atividades do circuito inferior [...] [se tornam] dependentes dos interesses e das atividades do circuito superior.”.

Portanto, é nesse sentido que a implantação de GPU contribui para a reprodução das desigualdades socioespaciais. Enquanto forem instrumento do planejamento estratégico favorecem prioritariamente os interesses da esfera privada contribuindo para a negligência do setor público com as questões sociais.

De acordo com Lungo (2002) são exemplos de GPU que geraram segregação do espaço urbano o projeto Ciudadela El Recreo em Bogotá, e o Corredor Sul da cidade de Panamá, além dos projetos de renovação do centro comercial de Kariakoo na Tnzânia e de Maracaibo na Venezuela, citados por Santos (1977).

Maricato (2001) ressalta, portanto, que a maior autonomia dos governos locais favorece a interferência de agentes privados globais na gestão municipal, na mesma medida em que não contribui para a solução de problemas estruturais decorrentes do recente processo de urbanização brasileira. Para citar alguns exemplos: desigualdade social, mercado imobiliário

---

<sup>139</sup> Karakioo é um centro comercial da cidade Sul Africana de Dar-es-Salaam, o qual foi “renovado” a partir da substituição das formas tradicionais pelas formas modernas. (SANTOS, 1977, p.36).

altamente excludente e especulativo, aumento progressivo das ocupações irregulares e da violência urbana, ocupações em áreas ambientalmente frágeis, saturação do sistema viário, aumento do comércio informal, corrupção no processo de controle de uso e ocupação do solo, entre outros. A autora destaca ainda, que as respostas para os problemas urbanos das cidades brasileiras não constam nos modelos de intervenção implementados no Primeiro Mundo, já que os desafios não são os mesmos.

Em contraposição aos modelos de planejamento de inspiração exógena<sup>140</sup> em 2001 foi aprovada a Lei nº 10.257 do Estatuto da Cidade a qual regulamenta os artigos 182 e 183 da política urbana no Brasil. Como já apontado anteriormente, a partir dos problemas urbanos historicamente presentes na realidade brasileira tal lei tem como princípios a função social da cidade e da propriedade urbana, priorização do interesse público, justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização, a gestão democrática, garantia do direito à cidade sustentável. No entanto, o desafio é a partir dos instrumentos previstos em lei colocar em prática o discurso para a transformação da realidade urbana brasileira. Enquanto isso, o planejamento estratégico perdura, e reproduz cidades do pensamento único. Ao invés de “Curitiba reinventada para o mercado mundial”, o novo paradigma a ser perseguido deveria ser algo como “Curitiba participativa por uma cidade mais justa”.

A justiça social está relacionada à melhoria de diversos aspectos, mas Oba (1998, p.10) destaca que a justa distribuição de renda entre a população é “condição fundamental para a real apropriação dos espaços e benefícios da cidade [...] e usufruto pleno [...] da própria vida”. Portanto a desigualdade social e a pobreza urbana estariam na contramão deste processo. Isso porque, segundo o autor, a apropriação da cidade, que é espaço compartilhado entre grupos diferentes, se dá pelo direito de todos contribuírem pra sua construção, não só material como imaterial. Por isso, a importância de a administração pública proporcionar “condições reais de participação e mobilização para a apropriação política da cidade” (OBA, 1998, p.10). No entanto, acredita-se que ainda não foi dada a real importância a este aspecto.

---

<sup>140</sup> Termo usado por Maricato (2001, p.51).

Diante da reprodução de formas espaciais associadas à um modelo de planejamento de origem exógena, caracterizados como não-lugares, espaços lúdicos, pautados em imagens, em símbolos, no espetáculo, Oba (1998) afirma que existem duas possibilidades, as quais se aproximam das apontadas por Ultramari e Rezende (2007) acerca do papel renovador de uma obra arquitetônica. A primeira se refere ao potencial indutor e mobilizador que tais elementos idealizados têm para a construção da cidade do futuro desejado. A exemplo do processo de renovação urbana da cidade de Baltimore, onde o espetáculo foi o conceito utilizado para solucionar os problemas da cidade sob o clima de assassinato de Martin Luther King (1968). De acordo com Harvey (1992, p.91) barreiras psicológicas foram transpostas com uma arquitetura espetacular, “expressiva, prazerosa, transitória, de exibição, efemeridade e de *juissance*”. Apesar de o lúdico estar associado à ideia de alienação, Lefebvre (2001) afirma que tal aspecto restitui o sentido da “obra” propriamente dita, e nesse sentido pode aproximar o espaço do sentido de apropriação acima do domínio.

A segunda possibilidade existente perante tal cenário é contrária a primeira. Tal realidade “pode servir apenas para ofuscar com seu brilho os seus problemas estruturais postergando indefinidamente as soluções necessárias” (OBA, 1998, p.14), e é diante desta segunda possibilidade que se reproduzem os cenários de segregação e injustiça social. Entende-se que não são os elementos urbanos construídos que provocam ou causam a desigualdade social, tal cenário faz parte de uma conjuntura histórica, política e ideológica muito mais ampla. No entanto, como apontado ao longo deste capítulo os marcos referenciais urbanos que compõem os atuais GPUs influenciam na relação da sociedade com seu meio e, portanto, na maneira como esta se organiza e se relaciona no espaço urbano, evidenciando o contexto de desigualdade e segregação social ou contribuindo para fortalecer os vínculos identitários sociais e espaciais. O ideal seria construir um equilíbrio entre as duas possibilidades, no entanto o que se percebe é a sobreposição da segunda com relação à primeira, principalmente em cidades dos países do Sul, e Curitiba parece se encaixar neste contexto.



Apesar das realidades apresentadas acima, associadas à um contínuo processo de periferização da pobreza, de acentuação das desigualdades intrametropolitanas, aumento do preço da terra, até a última gestão (2010-2012) pode-se dizer que persiste-se na mística de uma cidade planejada. Como afirma Oliveira (2000, p.61) “a despeito do esgotamento do plano diretor” a administração continuava disseminando a ideia do urbanismo de exaltação, voltada à da produção da imagem positiva da cidade, destacando de forma mais intensa suas qualidades, e omitindo em seu discurso os problemas.

Tendo em vista o continuísmo da política urbana baseada no *city marketing* e o reconhecimento internacional da “capital ecológica”, “capital social”, “cidade de primeiro mundo com planejamento urbano de vanguarda”, em maio de 2009 “Curitiba conquistou” um segundo<sup>141</sup> momento de destaque no cenário mundial ao ser escolhida como uma das 12<sup>142</sup> cidades sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Neste momento, assim como as demais cidades sede, a gestão local aproveita o megaevento como uma oportunidade de bons negócios para a cidade. A partir de recursos do governo federal e estadual, bem como do setor privado, a administração local investe na construção de novos marcos referenciais urbanos procurando reforçar de maneira contínua e oportuna sua imagem positiva.

A partir dos conceitos trabalhados até o momento, pretende-se analisar as formas urbanas construídas no âmbito do megaevento esportivo e apontar quais mecanismos à elas associadas podem contribuir para acentuar as desigualdades socioespaciais da cidade. Sendo assim, pretende-se refletir sobre o GPU implantado em Curitiba para o megaevento da Copa de 2014, na perspectiva de entender se, a partir das intervenções e políticas a ele relacionadas até o momento, este tende a contribuir para o fortalecimento de nova centralidade que sirva como instrumento de uma política pública anti-exclusão, como aponta Rolnik (2002), ou, ao contrário disso, acabará por acentuar as desigualdades socioespaciais, como se pressupõe.

---

<sup>141</sup> Considera-se que o primeiro momento de destaque foi na década de 1990, quando ocorrem os processos de metropolização e internacionalização da cidade.

<sup>142</sup> Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

## 6.2 TENDÊNCIAS DOS IMPACTOS E LEGADOS SOCIOESPACIAIS DO GPU IMPLANTADO EM CURITIBA PARA A COPA DE 2014

Diante de uma realidade de acentuação e maior complexidade da configuração socioespacial urbana, além da desarticulação da vida social pela mercantilização total explicitada por Polanyi (1983), da geração de indivíduos mais autônomos, com elos sociais mais fracos e frágeis (ASCHER, 2010) e a emergência do fim da sociedade de acordo com a perspectiva de Tourraine (2006), considera-se importante perscrutar sobre o aspecto *socioespacial* no contexto atual de Curitiba.

Sabe-se que a natureza do objeto estudado (GPU) é complexa, haja vista as diversas dimensões com as quais se relaciona. Nesse sentido, destaca-se que não se pretende aqui ser parcial ao enfatizar o aspecto socioespacial, isso porque, as demais dimensões serão consideradas na análise. Trata-se antes de privilegiar determinada perspectiva considerada relevante para a realidade de Curitiba, tendo em vista as modificações na relação entre sociedade e espaço, bem como a acentuação das desigualdades socioespaciais com o aprofundamento do processo de periferização.

Além disso, assim como Firkowski (2009b) afirma na introdução de seu trabalho, a perspectiva espacial integrada à dimensão social, será aqui privilegiada “sobretudo, porque a análise parte do olhar geográfico sobre a realidade.” (FIRKOWSKI, 2009b, p.157).

Sendo assim, apesar de os GPUs gerarem repercussões nas mais diversas áreas: econômica, política, simbólica, financeira, jurídica, cultural etc, neste trabalho optou-se por fazer uma análise prospectiva das repercussões dos GPUs da Copa de 2014 na organização espacial dos diferentes grupos sociais e na relação desses com o espaço urbano. Como visto no capítulo anterior, entende-se que dependendo de como os grupos sociais se organizam na cidade pode-se gerar maior segregação residencial, periferização, polarização, o que explicita as desigualdades espaciais e enfraquece as relações sociais, e os GPUs interferem nesse processo.

Como já apontado previamente o conjunto de Marcos Referenciais Urbanos considerado como Grande Projeto Urbano associado ao megaevento da Copa do Mundo de 2014 é a área estendida do Corredor aeroporto-rodoferroviária. Sendo assim, este será o recorte espacial do estudo (FIGURA 15). Ressalta-se, no entanto, que a análise prospectiva dos impactos e legados socioespaciais do GPU da Copa de 2014 em Curitiba não ficará restrita a repercussão das obras oficiais que constam na Matriz de Responsabilidade<sup>143</sup>. Isso porque, integrando as diversas ações pontuais se tem uma melhor relação do todo, e esse também se constitui como um dos objetivos desse item. Como afirma Santos (1977, p.35), “ações isoladas podem parecer inofensivas, mas quando consideradas no seu conjunto deixam claras as consequências perniciosas que envolvem”.

---

<sup>143</sup> A Matriz de Responsabilidades é o documento que apresenta as obras e os custos a serem investidos na Copa do Mundo de 2014. Ela define o papel dos governos federal, estaduais e municipais, bem como de agentes privados, na liberação de recursos e na execução das ações. (PORTAL DA TRANSPARENCIA, 2013).

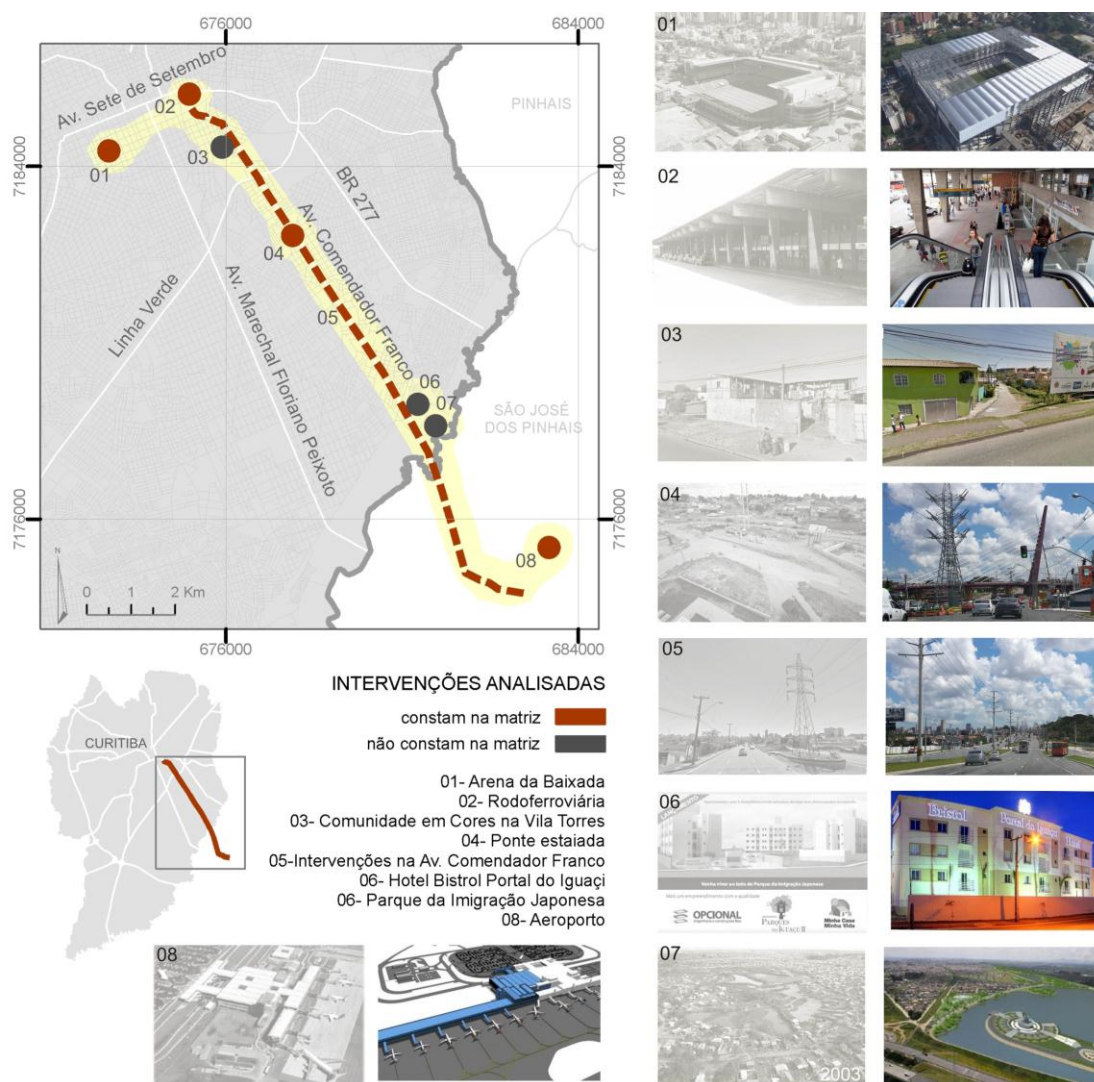


FIGURA 15 – RECORTE ESPACIAL DE NÁLISE

FONTE: Portal da Transparência (2013); elaborado pela autora.

Para embasar tal reflexão discute-se primeiramente sobre os conceitos de impacto e legado. De acordo com Raeder (2012) o impacto de um megaevento, como Jogos Olímpicos, Copa do Mundo ou Pan-Americanos tem um prazo determinado, que é até a realização dos jogos propriamente dito. Portanto, o impacto se inicia na fase preliminar para a realização dos jogos, que envolve tanto o interesse e mobilização de algumas instituições para sediar o evento, como o período de preparação para a candidatura. Após o anúncio da escolha da cidade como sede, dá-se início ao processo de elaboração do caderno de encargos, no qual se define os locais da cidade que deverão receber investimentos responsáveis por viabilizar o evento. Segundo Raeder (2012) tal etapa é de significativa importância, já que nela se define toda uma agenda

urbana incluindo as áreas prioritárias de desenvolvimento da cidade. O autor afirma que "o caderno de encargos é documento basilar" (RAEDER, 2012, p.07), já que revela os interesses envolvidos, bem como as intenções de transformação territorial.

De acordo com Raeder (2012) o legado se consolida como permanência tangível ou intangível no território após a finalização dos jogos. Portanto, tal conceito considera uma dimensão temporal maior do que aquela da realização do evento esportivo propriamente dito. Pode-se citar como exemplo de legados tangíveis as instalações esportivas, infraestrutura de transporte, equipamentos de turismo, comunicação, segurança. Como legados intangíveis: capacitação técnica, estímulo à prática esportiva, produção de conhecimento, fortalecimento de redes da sociedade civil, conformação de identidades territoriais, as mudanças na imagem urbana a partir da publicidade realizada (capital simbólico) etc (RAEDER, 2012).

Na concepção de Gratton e Preuss (2008) os legados podem ser estruturas planejadas ou não planejadas, positivas ou negativas, intangíveis ou tangíveis, podem ser criados mediante um evento esportivo, mas devem necessariamente permanecer após o evento. Tal definição mostra que os resultados prometidos e esperados estão sujeitos à externalidades, portanto, não estão sob o total controle dos responsáveis pela organização do evento.

Nesse sentido, ressalta-se que o legado pode se construir sob diversas facetas (econômica cultural, ambiental, social, físicos, políticos, psicológicos), "sendo muito distintos os beneficiados pelos diferentes legados gerados pelo megaevento" (RAEDER, 2012, p.11). Por isso, a importância de se pontuar, quantificar, qualificar, antever e acompanhar a concretização dos legados, o que, de acordo com Raeder (2012), quase nunca é realizado em função do poder simbólico e alienante dos jogos numa sociedade do espetáculo. Apesar disso, as mobilizações realizadas pelo país em junho de 2013, inclusive em Curitiba, mostram em parte uma sociedade relativamente preocupada com os altos custos do que aqui se chamou de legados tangíveis. A repercussão dos protestos pode vir a compor os legados intangíveis, que em parte foram motivados pela realização da Copa de 2014. Tais aspectos serão abordados com maior profundidade na sequência deste trabalho.

Sendo assim, na perspectiva de que os GPUs são instrumentos da política urbana atual e tem significativa repercussão tanto para o território quanto para a sociedade, cabe neste momento definir os legados socioespaciais tangíveis e intangíveis a serem identificados. Ressalta-se, entretanto, que apesar de definidos previamente, outros podem ser identificados ao longo do tempo. Isto posto, os legados socioespaciais tangíveis a serem investigados como possíveis de se concretizar a partir da análise da realidade atual são 1) a acentuação da segregação residencial, 2) evidência das desigualdades sociais, 3) reforço da centralidade do município de Curitiba. Já o legado intangível, estaria relacionado ao 1) enfraquecimento das relações sociais intraurbanas.

Apesar do termo 'legado' ser utilizado pelo discurso hegemônico na tentativa de destacar aspectos positivos relacionados às intervenções da Copa de 2014, foi utilizado nesse trabalho com o objetivo de ressaltar que o legado pode estar relacionado a *um processo* desencadeado por ações e intervenções associadas ao megaevento, e não necessariamente a *uma obra*. Nesse sentido, como apontado acima, o legado pode não ser positivo para a maioria da população, pode não contribuir para o desenvolvimento urbano justo e equitativo.

O GPU analisado situa-se na região sudeste do município de Curitiba e é composto pelas seguintes obras oficiais: intervenções na Avenida Comendador Franco (onde se encontra a Ponte Estaiada e se promove obras de melhorias para o fluxo de veículos como alargamento da via, implantação de trincheiras, calçamento, readequação das torres de energia elétrica), reformas no aeroporto, na rodoferroviária, e a adequação da Arena Joaquim Américo Guimarães. Além disso, serão analisadas a implantação do Parque da Imigração Japonesa e as intervenções na Vila Torres a partir do Projeto Coral em Cores, ambos situados ao longo do mesmo eixo.

A área que abrange tais obras foi considerada um GPU, pois se constitui como o atual “espaço luminoso” (SANTOS e SILVEIRA, 2010) da cidade, local onde se encontram momentaneamente os maiores investimentos e a concentração de atuais MRU. Como apontado anteriormente, a reestruturação

de tal área possibilita a implantação de novos equipamentos urbanos, de elementos arquitetônico-produtivos que proporcionam melhores condições principalmente para o desenvolvimento de atividades relacionadas à atual fase de modernização capitalista. Além disso, a intervenção na área apresenta as características de um GPU como levantados por Lungo (2005), Lungo e Smolka (2005), Reese (2013), Oliveira (2012), Ferrán (2001) Ezquiaga (2001) na terceira parte do trabalho, no entanto, apresenta algumas especificidades por estar associado à um megaevento.

O GPU em questão é uma obra de grande escala em razão da dimensão da área que abrange do território municipal e do montante de recursos investidos, além de ser uma intervenção que envolve complexidade para sua concretização devido aos diversos agentes envolvidos e ao curto prazo de tempo para ser construído. A FIFA é como uma grande empresa multinacional que impõe os requisitos para a viabilização do megaevento, o governo federal, estadual, municipal e a CAP/S.A são os agentes financiadores, os investidores e empreendedores imobiliários são os maiores interessados nos grandes investimentos devido às vantagens adquiridas com a valorização de espaços específicos da cidade. Isso porque, segundo pesquisas de opinião<sup>144</sup> a população local tem dúvidas a respeito dos reais ganhos com as transformações urbanas proporcionadas pelo megaevento.

Nesse sentido, destaca-se, antes de mais nada, que há um investimento progressivo de recursos públicos para a viabilização da obra (FIGURA 16) e, diferentemente dos outros GPUs, este, vinculado ao megaevento, têm seu projeto âncora e demais obras concretizados num curto período de tempo. Tal fato possibilita todos os tipos de exceções para viabilizar a obra sob pena de cancelamento da realização do evento.

---

<sup>144</sup> O Instituto Paraná Pesquisas faz pesquisas de opinião frequentes com a população de Curitiba e ao longo do tempo percebe-se aumento do pessimismo e queda no apoio popular à copa de 2014. Pesquisa realizada em 2011 aponta uma queda de 84,3% para 66,5% da população a favor do megaevento (GABARDO, 2011). Em 2013 55,1% da população da população entrevistada apoia a Copa. Também houve queda no interesse em ir aos jogos e na credibilidade da falta fiscalização dos investimentos. (MENDES JUNIOR, 2013).

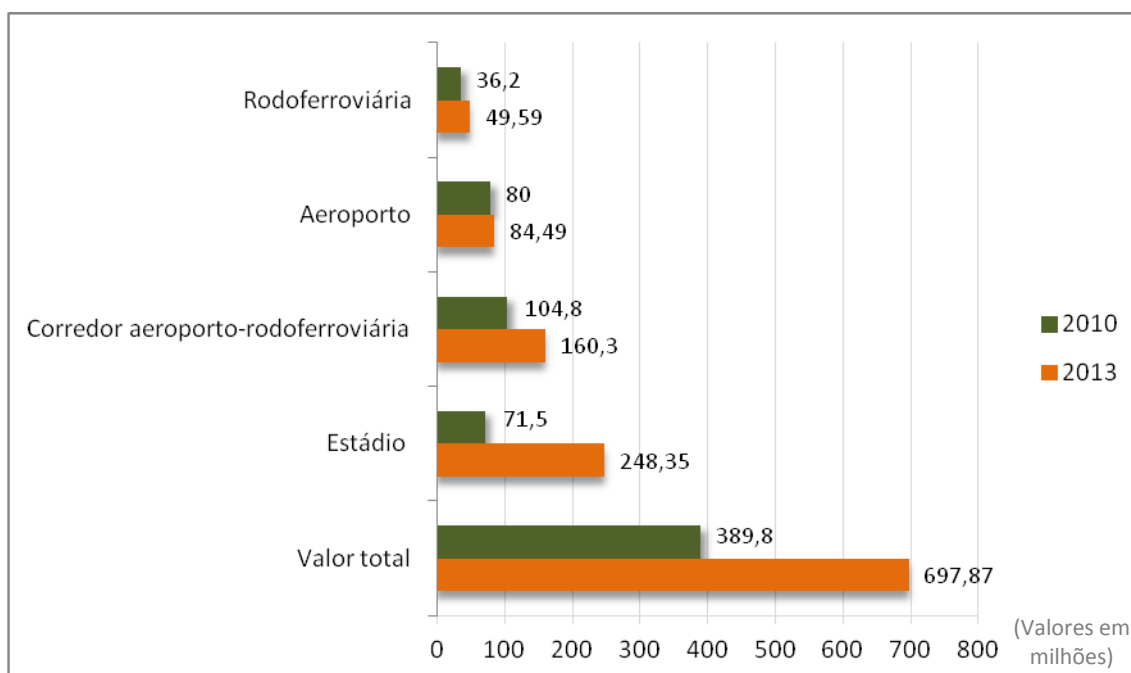


FIGURA 16 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NA COPA DE 2014 EM CURITIBA\*

FONTE: Portal da Transparência (2010, 2013)

\* Foram excluídos os recursos privados gastos na Arena da Baixada

Além disso, apesar de não haver uma parceria explicitamente público privada, destaca-se que tal GPU é viável somente pelo interesse da FIFA. Sendo assim, a FIFA, como uma grande empresa, possibilita as obras e passa a utilizar a infraestrutura urbana para gerar lucros privados. Sob o pretexto de trazer nova dinâmica econômica e possibilidade de reestruturação espacial para a cidade sede, tal “empresa internacional” se sobrepõe à soberania nacional e aos interesses públicos locais. Ao adquirir exceções à regra consegue liberação de recursos, aval fiscal, flexibilização na legislação vigente e demais incentivos para implantação das infraestruturas à ela necessárias.

Como já apontado anteriormente, na escala nacional o exemplo de exceção é a elaboração da Lei Geral da Copa, a qual possibilita a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal,<sup>145</sup> ao dar liberdade aos financiamentos do governo federal para as obras da Copa, e do Estatuto do Torcedor ao permitir venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Além disso, ao permitir exclusividade de exploração comercial de símbolos e emblemas da seleção,

<sup>145</sup> A Lei de Responsabilidade fiscal estabelece um limite para o tamanho da dívida com financiamentos que cada Estado ou município pode assumir.



criar a zona de exclusão, crimes especiais durante o evento, responsabilizar o Estado por quaisquer danos e prejuízos, e instituir feriado nacional nos dias dos jogos da seleção, a Lei Geral da Copa viola direitos como o de ir e vir, do trabalho, da liberdade de expressão e livre iniciativa, liberdade de imprensa, da preservação do patrimônio e à educação previstos na constituição (PORTAL POPULAR, 2012).

Na escala local, para viabilizar a reforma no Estádio Joaquim Américo Guimarães o poder público concedeu como garantia de empréstimo dos recursos advindos do governo estadual títulos de Potencial Construtivo. No entanto, conforme a Lei 9.801/2000 que dispõe sobre os instrumentos de política urbana<sup>146</sup> no município de Curitiba, a aplicação dos instrumentos tem como objetivo:

I) a proteção e preservação do patrimônio cultural, natural e ambiental; II) a desapropriação parcial ou total de imóveis necessários a adequação do sistema viário básico; III) a instalação de equipamentos urbanos comunitários; IV) a criação de espaços de uso público; V) a implantação de programas habitacionais de interesse social; VI) o aproveitamento de imóveis no Setor Estrutural com potencial construtivo subutilizado por limitações urbanísticas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000).

Ao oferecer como garantia do empréstimo advindo do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) recursos municipais via emissão de títulos de potencial construtivo, a administração local assume os riscos da possibilidade de uso de aproximadamente R\$ 128 milhões (CPC, 2013) dos cofres públicos em prol da melhoria do estádio privado para a realização da Copa, que se resumirá a quatro jogos do mundial na cidade.

Segundo o relatório da Comissão de Fiscalização da Copa do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR) existe alguns impasses no processo de requalificação da arena. Além dos títulos de potencial construtivo cedidos pela prefeitura para viabilizar o repasse de recursos federais (via BNDES) e

---

<sup>146</sup> De acordo com a lei 9.801/2000 são instrumentos da política urbana a concessão onerosa do direito de construir, **a transferência do potencial construtivo**, o incentivo aos programas habitacionais de interesse social, incentivo à proteção e preservação do patrimônio cultural, natural e ambiental. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000, grifo nosso)

estaduais (via Fomento Paraná, autarquia do Estado) para a CAP/AS, as contrapartidas sociais oferecidas pelo Atlético (principal beneficiado pelo financiamento público) foram consideradas “imateriais”. Entre as contrapartidas estão a parceria em eventos, em escolinhas de futebol e a cessão de um espaço no estádio para abrigar a secretaria de esporte municipal.

Não é apenas a obra da reforma do estádio que não envolve contrapartidas sociais. Não há registros de um estudo aprofundado do impacto que o GPU como um todo gerará no valor imobiliário dos terrenos do entorno. Tampouco há indícios de utilização do tributo de Contribuição de Melhoria (CM)<sup>147</sup> para captação da mais valia urbana das obras que utilizam recursos públicos municipais.

Em pesquisa realizada por Pereira et al (2012) destaca-se que as cidades menores, com baixo dinamismo econômico e menor capacidade institucional, as quais apresentam maior dependência de repasses dos governos federal e estadual, são as que têm maior participação da CM no total da receita municipal. Enquanto os maiores municípios apresentam uma melhor arrecadação via impostos sobre serviços (ISS) e tributação sobre o valor dos imóveis (IPTU), Curitiba se insere nesse contexto.

Tais informações corroboram a ideia de que atualmente, no Brasil, o crescente interesse pela cobrança da CM está associado prioritariamente com a carência de recursos, frente às demandas do acelerado processo de desenvolvimento urbano, e não necessariamente com o interesse do poder público em obter a recuperação social da valorização imobiliária (PEREIRA e SILVA, 2013). Haja vista a difícil implementação de outros instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei n 10.257/2001) que visam redistribuir os ônus e bônus do processo de urbanização.

Apesar do ponderado, mas crescente interesse na aplicação do tributo da CM, Lungo (2002) afirma que o poder público não tem vontade política necessária para aplicar instrumentos de recuperação da mais valia urbana.

---

<sup>147</sup> Segundo Pereira et al (2012, p.1) a Contribuição de Melhoria consiste em um tributo que possibilita ao poder público recuperar a expressão financeira da valorização imobiliária decorrente da realização de obras públicas

Pereira e Silva (2013, p. 12) complementam afirmando que a omissão da cobrança do tributo da CM pode estar associada ao fato de a cobrança “exigir uma demonstração do real custo das obras públicas - o custo da obra é o limite de valor da CM. Isto, na verdade, é um dos principais derivativos da utilização do tributo: a possibilidade de controle da população sobre os gastos públicos.”.

As autoras apontam que além da falta de vontade política, pela possibilidade de maior controle da população, existem outros entraves que dificultam a cobrança de CM, como problemas na elaboração dos editais de lançamento, na definição dos valores a serem distribuídos, no cálculo da valorização imobiliária e a inconsistência, ou desatualização, de dados cadastrais.

Curitiba é o sétimo município que mais arrecadou com Contribuição de Melhoria no Paraná entre 2000 e 2010<sup>148</sup> (PEREIRA et al, 2012), no entanto, no âmbito das obras da Copa de 2014 não há informações de que o tributo será lançado. Sendo assim, no contexto do megaevento, a justa distribuição do ônus e do bônus das intervenções urbanas públicas se enfraquece. Quem acaba se beneficiando diretamente da valorização imobiliária gerada pelas obras que envolvem gastos públicos municipais são os proprietários do entorno e não a população como um todo, como afirma o discurso oficial.

Portanto, enquanto determinada área da cidade se valoriza, se elitiza e beneficia apenas uma parte da população, outras continuam precárias, carentes de qualificação de infraestrutura, como é o caso de alguns bairros do sul de Curitiba. Nesse sentido a função social da sociedade não se cumpre. De acordo com o proposto na Lei 11.266/2004, que adequa o Plano Diretor ao Estatuto da Cidade, deveria haver uma “compatibilidade de uso da propriedade com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos”. A partir da distribuição equilibrada de uso e infraestrutura urbana evitar-se-ia a “ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos”. No entanto, percebe-se claramente uma concentração de investimentos.

---

<sup>148</sup> O município que mais arrecadou foi Maringá, seguido de São José dos Pinhais e Cascavel (PEREIRA et al, 2012, p.21).

Portanto, alguns princípios do Estatuto da Cidade foram desrespeitados: a função da social, a justa distribuição dos ônus e bônus do processo de urbanização, a recuperação da valorização imobiliária. Além destes, pode-se citar a gestão democrática. Segundo levantamento do Instituto Ethos (2013a) no âmbito do programa Jogos Limpos atribuiu-se um índice de transparência para Curitiba de 45,84. Mesmo considerado como nível médio, o estudo destacou que nenhuma audiência pública foi realizada e tampouco existem canais da ouvidoria relacionados diretamente ao megaevento. Portanto, segundo pesquisa realizada pelo Instituto, apesar de existirem dados disponíveis, não são completos e o site é de difícil navegação. Além de tudo, não há registros de decisão participativa da sociedade civil.

Como afirmam Sanchez (2010a) e Whitaker (2010) a utilização do planejamento estratégico no contexto da realização de um megaevento como a Copa de 2014, a possibilidade de participação da população do processo de concepção e desenvolvimento das obras é ainda menor em função dos curtos prazos para a finalização dos empreendimentos. Tal discurso é então reproduzido e serve como justificativa do poder público para não cumprir com o dever de promover discussões críticas envolvendo efetivamente a população local no processo, sob o risco de não cumprimento dos prazos e consequentemente da não realização do evento.

Ressalta-se, portanto, que o GPU não favorece prioritariamente os interesses da população local, a qual é apenas comunicada das intervenções e sem conhecimento prévio não consegue dialogar ou contrapor com as ideias pré-concebidas do poder público. Foi o caso das desapropriações no entorno do estádio e do viaduto estaiado, das demarcações em torno do aeroporto e da construção de uma trincheira em São José dos Pinhais.

Para a viabilização da reforma no estádio foram desapropriados 16 lotes residenciais, dos quais quatro tinham edifícios de propriedade do Exército Brasileiro, portanto eram habitados por famílias de militares (FREIRE, 2013). Em pesquisa realizada em campo pôde-se perceber que a maioria das ocupações era de classe média. De acordo com Boreki (2011) o decreto de desapropriação foi feito, mas a população não foi chamada para discutir a

situação com a prefeitura. Segundo alguns moradores o valor pago pelo poder público está abaixo do valor do imóvel, no entanto, foram obrigados a sair no prazo determinado, mesmo com um mandato de segurança em andamento na justiça, que visa provar a ilegalidade do decreto municipal das desapropriações (FERRAZ, 2013). Acabar a obra no prazo determinado para realização dos jogos da Copa de 2014 foi prioridade, em detrimento dos interesses da população local, que mesmo que ganhem o processo na justiça não terão para onde voltar (BRANDENBURG e CHIMENEZ, 2013).

Já para consolidar as construções de novos terminais e ampliação da pista de pouso do aeroporto prevê-se o despejo de cerca de 300 famílias de baixa renda da ocupação Vila Nova Costeira no município de São José dos Pinhais (TRISOTTO, 2013). Apesar do esforço da sociedade civil organizada e da mobilização da equipe do Comitê da Copa em Curitiba a Infraero e a prefeitura sonegam informações claras. Apesar dos decretos de desapropriação, não se sabe ao certo a delimitação da área do projeto, da área desapropriada, nem prazos para a saída da população (CPC, 2013). No entanto, algumas casas já foram marcadas e por essa razão os proprietários estão impossibilitados de qualquer intervenção. Além disso, destaca-se que os valores das desapropriações ainda não foram divulgados, mas é certo que o município (São José dos Pinhais) que ficará com as despesas de urbanização (CPC, 2013).

A construção da trincheira na Rua Arapongas em São José dos Pinhais, que visa garantir a mobilidade entre o aeroporto e Curitiba, está sendo construída apesar dos protestos e mobilizações da população local. De acordo com os moradores, a obra interfere na rotina e nos hábitos da comunidade local ao bloquear um acesso à paróquia São Cristóvão e outros serviços, ampliar os riscos de acidente e atropelamento pelo aumento do tráfego e velocidade dos veículos, piorar a mobilidade da população local em função de alterações no sistema viário, entre outros (CPC, 2013).

Em dezembro de 2011 a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), órgão responsável pela execução da obra, havia atendido às reivindicações dos atos públicos e cancelado a construção da obra. No entanto, de acordo com CPC (2013, p.28), “os poderes públicos voltaram atrás depois de terem se comprometido oficialmente com a comunidade”, no início

de 2013 a obra foi retomada. Os moradores reivindicam pelo direito à participação e informação, afirmam que não são contra o megaevento propriamente dito, mas contra a maneira como ele esta sendo viabilizado, sem qualquer participação da população, interferindo negativamente no cotidiano dos moradores.

Para dar início à obra do Viaduto Estaiado e demais obras na Av. Comendador Franco quatro decretos de desapropriações foram elaborados, somando um total de 43 imóveis declarados pela prefeitura como de utilidade pública (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2013). Nenhuma das intervenções envolveu participação democrática da população, estudo de impacto de vizinhança ou qualquer outro mecanismo para distribuir os ônus e os bônus dos impactos do projeto. Portanto, fica claro que acabar as obras no prazo determinado para realização dos jogos da Copa de 2014 é prioridade, em detrimento dos interesses da população local. Destaca-se, que além da população imediatamente removida, com a possível valorização imobiliária do entorno imediato às obras, pode haver deslocamento da população original também a longo prazo.

Tendo em vista a realidade das cidades dos países do Sul global como o Brasil, boa parte dos recursos públicos deveria ser direcionado para a promoção de infraestrutura básica de qualidade buscando a sobrevivência urbana da maioria da população. No entanto, no momento da realização do megaevento, que é tido como oportuno para implantação de grandes obras pontuais, prioriza-se, sobretudo, a estética das obras e a valorização da imagem da cidade.

A partir do aumento de interesses privados e com a transferência de recursos de programas estaduais e federais cada localidade investe significativamente em grandes projetos de visibilidade, acreditando que a melhoria na qualidade de vida é consequência do possível desenvolvimento econômico. No entanto, como afirma Whitaker (2010), o desenvolvimento social não é consequência do econômico.

Nesse contexto ressalta-se novamente a colocação do professor Marco Aurélio A. F. Gomes no prólogo do livro de Pinheiro, (2011), o qual afirma que nos países latino americanos as obras de reestruturação urbana estão

associados à estética urbana, buscando um mimetismo formal para se aproximar dos países desenvolvidos. Tal prática também se aplica em Curitiba.

No âmbito da “cidade modelo” pode-se relacionar dois principais projetos de grande visibilidade estética: o estádio e o viaduto estaiado. A Arena da baixada (como é popularmente chamado o estádio) é obra fundamental para a realização dos jogos e prevê uma cobertura retrátil de vidro, o que promete ser inovação técnica exclusiva dentre os demais estádios da Copa de 2014 (SENECHAL, 2013). Além de ter uma parte da obra com técnica construtiva inovadora, a arena pretende ser multiuso, visando agregar a realização de partidas de futebol, como também o recebimento de festas e shows para até 60 mil pessoas<sup>149</sup>.

Além das inovações na arena o viaduto estaiado também é obra de destaque. Este pode ser considerado projeto âncora do GPU implantado em Curitiba, já que é o principal ícone de transformação utilizado para promover a imagem da cidade e para atrair novo público, consumidores e investidores. A estrutura estaiada utilizada para vencer grandes vãos está sendo implantada para ultrapassar 129m, e gastou três vezes mais que uma estrutura mais simples com a mesma função. Como aponta Nakamura (2013, p.01) o uso de tais estruturas não é nova, mas “nos últimos anos, esse sistema construtivo vem [se constituindo no Brasil] como principal tendência para a construção de pontes e viadutos, em detrimento das pontes pênséis e fixas”. De acordo com a autora, a razão para isso se deve à preocupação das administrações públicas com o impacto estético de tais intervenções (estruturas estaiadas são mais elegantes e flexíveis) e devido ao aperfeiçoamento da tecnologia, que permitiu estudos mais avançados e melhor resistência dos materiais.

Portanto, fica evidente que o viaduto estaiado de Curitiba está sendo implantado prioritariamente como intuito de a cidade se apresentar enquanto moderna, cosmopolita e arrojada a partir de tal elemento simbólico, a exemplo de cidades europeias e outras grandes cidades brasileiras. Assim como já realizado em outras gestões, a administração local (2010-2012) apresentou este discurso tanto para olhares estrangeiros como para a população local, que

---

<sup>149</sup> <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/atletico-pr/noticia/2013/03/desapropriacoes-ao-lado-da-baixada-avancam-e-outra-casa-e-demolida.html>> Acesso em 21/05/2013.

antigamente, em sua grande maioria, se convencia da função estética que tais empreendimentos proporcionariam à cidade. Portanto, a reprodução de tal discurso visa, sobretudo, destacar a suntuosidade da obra aliada à reprodução da imagem de Curitiba como cidade modelo de planejamento urbano, bem como convencer a população local a apoiar e defender tais intervenções. Na atualidade, o viaduto estaiado é mais um símbolo para compor o cenário da cidade e promovê-la no mercado internacional, assim como foram a rua 24horas, os parques, a ópera de arame, o Jardim Botânico, os eixos estruturais, nos outros momentos da história.

Nesse contexto, pode-se dizer que tanto a arena multiuso quanto o viaduto estaiado são marcos referenciais pós-modernos que compõem o GPU. Isso porque, utilizam a arquitetura simbólica como instrumento do marketing urbano, e estão associados à imagem da cidade “que está sempre inovando” (SANCHEZ, 2010). Buscam, portanto, renovação da imagem positiva da cidade no cenário mundial, mais do que adequar a forma à função estrutural que o objeto deveria desempenhar para a cidade e sociedade. Adequa-se sim, a função à forma espetacular. Tendo em vista que a área de intervenção do GPU se tornou local estratégico, já que haverá maior circulação de turistas entre o aeroporto e a rodoferroviária, há uma preocupação com o embelezamento da área.

Como afirma Mazzarim (2011), o uso da técnica construtiva estaiada no Brasil é recente e está sendo usada em locais onde esta solução não seria a mais adequada tecnicamente. Segundo o autor as primeiras pontes estaiadas foram implantadas buscando superação e inovação da engenharia nacional, atualmente a motivação passa a ser a garantia de maior visibilidade no cenário nacional e internacional. A competitividade entre as cidades tornou a estética da construção mais importante que o aspecto estrutural. “As pontes estaiadas viraram motivo de orgulho [...] agregando valor financeiro e cultural ao local onde são construídas” (MAZZARIM, 2011, p.120).

No entanto, além da forma, questiona-se os altos gastos de recursos públicos (R\$ 84,5 milhões) numa obra que além de vender a imagem da cidade, favorece o fluxo de veículos motorizados. Em Curitiba apesar do reconhecimento internacional como cidade de ‘primeiro mundo’ e ‘cidade



ecológica', em 2012 era a Região Metropolitana com maior número de veículos por habitante (0,49), ou seja, a quantidade de veículos corresponde a aproximadamente metade da população, o que equivale a um carro para cada dois habitantes (OBSERVATORIO DAS METROPOLES, 2013).

Sendo assim, na realidade atual, os “títulos” devem ser relativizados. Como afirmam os engenheiros de tráfego em reportagem de Neves e Gonçalves (2012) os binários, trincheiras e viadutos como solução para os problemas de mobilidade urbana funcionam por um curto período de tempo. Os altos custos com grandes obras de mobilidade não resolvem problemas estruturais enquanto não for feito um “planejamento para saber a origem e o destino de todos os veículos”, melhorias no transporte público, políticas públicas para incentivo à mobilidade alternativa. Ressaltam ainda que não existe solução a curto prazo, viável em apenas uma gestão.

Percebe-se, portanto, uma clara inversão de prioridades de investimento. O governo local prefere investir em obras de engenharia suntuosas e espetaculares ao invés de direcionar os recursos para obras que realmente proporcionem o desenvolvimento social e sustentável. A construção de mais vias facilita o tráfego na mesma medida em que proporciona mais espaço para a utilização de veículos motorizados privados.

Ainda no contexto das imagens-síntese, destaca-se que apesar do incentivo do governo federal para a construção da Copa Verde, “são mínimos os registros das práticas sustentáveis para a Copa 2014, em Curitiba.” (SALVADOR, GIL, CASAGRANDE JR, 2012). De acordo com os autores a construção da Arena da Baixada e a obra de requalificação da Av. Comendador Franco são as que visam a melhoria na qualidade ambiental. A primeira utiliza revestimento em policarbonato para melhorar a climatização dos espaços internos, enquanto a segunda prevê a construção de ciclovia ao longo da via. No entanto, é preciso destacar que o conceito de sustentabilidade vai muito além de tecnologias construtivas ou ações pontuais.

Os autores ressaltam que um evento sustentável se fundamenta num tripé formado pelos temas economia, sociedade e meio-ambiente. Sendo assim, “importa analisar se ele é ecologicamente correto, permeado por justiça

social, economicamente viável e bem aceito culturalmente.” (SALVADOR, GIL, CASAGRANDE JR, 2012, p.88). A sustentabilidade está, portanto, associada também à políticas públicas, à gestão democrática e à função social que as obras relacionadas ao evento desempenharão após os jogos. Nesse sentido, a partir dos dados apresentados nesse trabalho, restam dúvidas se Curitiba contribuirá significativamente para a Copa Verde de 2014.

Sendo assim, apesar dos problemas estruturais relacionados à mobilidade urbana, à sustentabilidade, à gestão democrática, característicos das cidades do Sul, os investimentos no embelezamento urbano são diversos. Portanto, além do viaduto estaiado e da arena multiuso, outros exemplos de embelezamento ainda podem ser citados, como as intervenções na Vila Torres e no Parque da Imigração Japonesa, localizadas no mesmo eixo.

De acordo com Bianchini (2006) o início da ocupação da Vila Torres, uma das primeiras de Curitiba, se deu no âmbito da crise no campo na década de 1950. Parte da vila foi formada por migrantes do norte do Paraná que vinham para a capital em busca de emprego e melhores condições de vida, outra parte por pessoas que vinham em busca de serviços especializados e atendimento médico. A ocupação se deu numa área de fundo de vale, entre o Rio Belém e a Av. Comendador Franco, no eixo aeroporto-rodoferroviária. Segundo a autora, os moradores sofreram pressão para desocupar a área por parte dos proprietários e da vizinhança, “que argumentava ter seus imóveis desvalorizados e por se sentirem inseguros por estarem próximos a uma ‘favela’.” (BIANCHINI, 2006, p.81).

A ocupação se concretizou irregularmente sem qualquer intervenção do poder público até a década de 1990, quando foi parcialmente regularizada (BIANCHINI, 2006). Atualmente, apesar de existirem equipamentos públicos, tais como creches (4), escolas (4) e posto de saúde, muitos conquistados pela demanda da população local mobilizada pela Associação de Moradores, a ocupação ainda é precária, e carece de investimentos principalmente na área de segurança pública.

Nesse contexto, em 2010 a prefeitura colocou em prática o programa Comunidade em Cores, o qual, segundo a Agência de Notícias da Prefeitura

Municipal (2013), visava elevar a autoestima da comunidade local e o sentimento de pertencimento das famílias “a partir de um visual mais agradável”. O projeto envolveu capacitação dos habitantes locais, recuperou as fachadas e algumas casas em sua totalidade. Para Oliveira (2011b) as obras de revitalização e infraestrutura que inclui o projeto Comunidade em Cores, intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2, e o obras do binário Guabirota-Chile foram positivas para a população local, já que realmente proporcionaram à esta um sentimento de pertencimento à cidade.

De acordo com os levantamentos realizados pela autora tais intervenções valorizaram tanto o espaço urbano quanto o indivíduo. Foi identificado um desenvolvimento econômico gradual do comércio local, uma atenção maior com os espaços públicos, manutenção da limpeza das ruas, maior comprometimento com os problemas da vila. Segundo Oliveira (2011b) tal processo é positivo na medida em que o maior envolvimento da comunidade com a construção do espaço habitado promove o sentimento de inclusão à cidade favorecendo a construção da cidadania.

Destaca-se, no entanto, que: a) o projeto favoreceu em sua maioria apenas as casas às margens das principais avenidas de circulação (FIGURA 17) (entre elas a Av. Comendador Franco), b) foi desenvolvido após Curitiba ter sido escolhida como uma das cidades sede da Copa de 2014 e c) foi realizado apenas na Vila Torres, em nenhuma outra ocupação de baixa renda do município. Tal mecanismo se repete em outras cidades sedes como no Rio de Janeiro, no Morro Santa Marta, por exemplo. Inserida do projeto Favela Bairro, tal ocupação recebeu a primeira UPP- Unidade de Polícia Pacificadora, um plano inclinado, entre outras intervenções de infraestrutura e hoje faz parte do roteiro turístico municipal.



FIGURA 17 – ÁREAS DA VILA TORRES QUE FORAM PINTADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA COMUNIDADE EM CORES.  
FONTE: Cohab, s/d

Ressalta-se, no entanto, que a construção da cidadania vai além das condições estéticas do lugar vivido, do sentimento de inclusão e pertencimento momentâneos, ou da distribuição de renda ressaltada por Oba (1998, p.10) como “condição fundamental para a real apropriação dos espaços e benefícios da cidade [...]”. Rolnik (2013) e Maricato (2013) ressaltam que as condições de renda não garantem melhoria nas condições de vida, já que esta depende de políticas públicas urbanas como, transporte, saneamento, educação, saúde, lazer, segurança as quais, construídas democraticamente, permite à população exercer a cidadania.

Portanto, na mesma medida em que os projetos de qualificação da infraestrutura não devem se restringir ao momento do megaevento, tais investimentos devem estar associados à programas sociais e políticas públicas que favoreçam a permanência da população original numa área equipada por serviços e infra estrutura, estendendo assim o direito à cidade. Com a valorização imobiliária, que é intrínseca ao processo de qualificação, há possibilidade de haver um deslocamento gradativo da população original, que se desloca para áreas menos atendidas por infraestrutura, reproduzindo assim a periferização da pobreza.

Diferente da intervenção na Vila Torres que localiza-se próximo ao centro, o Parque da Imigração Japonesa situa-se no limite de Curitiba com São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana onde se encontra o

aeroporto. A obra integra o projeto de “requalificação” de uma área de ocupação irregular, está sendo finalizado a partir de recurso do ministério do turismo e promete ser um estímulo para a valorização imobiliária da região. Como afirma representante da Secovi “aquele ponto da cidade era o ‘fim de Curitiba’. Com o parque haverá interesse para novos empreendimentos.”<sup>150</sup>.

Tal parque era para ser inaugurado em 2008, como uma das ações em homenagem o centenário da imigração japonesa. No entanto, foi a última obra inaugurada pelo antigo prefeito, em 2012 e seu centro de convenções permanece fechado para uso público, com previsão para abertura ainda este ano (2014). A partir de recursos advindos de programa federal que visa promover o setor turístico das cidades sede, o projeto avança. A concepção do parque foi pautada no discurso ambiental visando promover mais áreas verdes de lazer, entretenimento e esporte, melhorando assim a qualidade de vida da população local, na mesma medida em que teria a função de contenção de enchentes.

Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba (2010) a obra do parque integra uma parte do pacote de obras de urbanização e revitalização que a Prefeitura de Curitiba executa na região da Vila Audi/União<sup>151</sup>, iniciada em 2003. Para tanto, a Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB) transferiu 855 famílias que viviam em condições irregulares e insalubres. Segundo o Centro de Mídia Independente (2008), em setembro de 2011, 130 famílias foram despejadas e reassentadas a 40km de Curitiba, no município de Contenda. Além da transferência, outras 473 famílias foram remanejadas

---

<sup>150</sup> NOGUEIRA. D. Novo parque para regularizar ocupação. Gazeta do Povo. Curitiba, 04 de julho de 2010. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/imobiliario/conteudo.phtml?id=1020955> > Acesso em 28/05/2013

<sup>151</sup> Destaca-se que a área do parque, ocupada anteriormente por parte da ocupação, quando entendida como estratégica sofreu controle e intervenção do poder público, quando não, foi ocupada pela população de baixa renda. A área, apesar de atualmente fazer parte da APA do rio Iguaçu (Decreto Municipal nº 192/00), até meados dos anos 1980 era lugar de exploração de areia, depois passou a ser área de descarga de entulhos pelas empresas da construção civil, e a partir do final da década de 1990 “serviu de refúgio para abrigar uma população que também era descartável” (LIMA, 2007, p.111), quando passou a não ser mais utilizada pelas empresas. A ocupação que até 2007 possuía 2.554 domicílios era precária quanto aos serviços públicos, infraestrutura e equipamentos urbanos. Atualmente, vista novamente como estratégica, o discurso ambiental justifica a regularização da área, argumento que na década de 1980 não cogitou em ser utilizado para barrar a exploração de areia, atividade que causou diversos danos ambientais.

dentro da própria comunidade. Na porção regularizada da ocupação Vila Audi/União (hoje situada atrás do parque) foi implantada em março de 2012 a primeira Unidade do Paraná Seguro–UPS, nos moldes das UPPs no Rio de Janeiro.

Tendo em vista a realização do megaevento a implantação do Parque da Imigração Japonesa tornou-se um importante “cartão de boas vindas” para os turistas. Assim como no período da Belle Époque os gestores públicos se preocuparam com o embelezamento da Praça Eufrásio Correa, na frente da estação ferroviária, a então “entrada” da cidade, atualmente o parque recepciona quem chega em Curitiba pelo aeroporto, uma das atuais portas de entrada da capital.

Sua implantação foi estratégica na medida em que valoriza a região como um todo, embeleza a paisagem e dinamiza o mercado imobiliário possibilitando a construção de novos empreendimentos, a exemplo do Hotel Bristol Portal do Iguaçu. Como aponta Brandenburg (2013), tal empreendimento, atendia os requisitos do programa minha Casa Minha Vida e situava-se numa Setor Especial de Habitação de Interesse Social – SEHIS. No entanto, a partir da permissão concedida pelo Conselho Municipal de Urbanismo, o condomínio Residencial Parques do Iguaçu, que estava 95% concluído, foi transformado em Hotel Bistol Portal do Iguaçu.

De acordo com entrevista realizada com o gerente técnico do projeto, tal mudança de uso se deu partir de uma proposta de outra rede hoteleira, que se interessou pela localização estratégica do empreendimento, à 4km do aeroporto e 12Km do centro da cidade. Na mesma entrevista o engenheiro afirmou que o parecer emitido pela prefeitura concedeu a possibilidade de alteração de uso porque o empreendimento possui testada tanto para a Rua Velcy Bolívar Grandó quanto para a Av. Comendador Franco. Portanto, apesar de estar num Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) - que não permite hotel - possui testada para o Setor Especial Comendador Franco (SE-CF), que permite tal uso. Segundo a Prefeitura Municipal esta situação foi suficiente para justificar a transformação.

Portanto, percebe-se que há um processo de revitalização espacial (funcional e estética) da avenida conhecida até então pela presença de grandes torres de distribuição de energia elétrica (Av. Comendador Franco é popularmente chamada de Avenida das Torres). A revitalização se faz presente ao longo de praticamente toda a avenida. Além das intervenções já apontadas, há a construção de alças de acesso, reformas nas calçadas, ampliação das pistas, construção da trincheira na Rua Guabirota que integra as obras do binário Guabirota-Chile, retornos e demais intervenções urbanas de menor porte.

É importante destacar que as formas espaciais que compõem o GPU são não-lugares, já que, como afirma Augé (1994), são espaços de circulação, de pouca permanência ou espaços credenciados. Além dos já citados (Estádio, ponte estaiada, trincheiras, requalificação da Av. Comendador Franco), a rodoferroviária e o aeroporto também fazem parte desta lista. A reforma na rodoferroviária e no aeroporto facilitam a conexão do município com fluxos regionais, nacionais e internacionais. A relação desses equipamentos urbanos com dinâmicas econômicas do setor terciário, em especial com a atividade turística é clara, uma vez que tais obras são nós da rede de transporte, por onde circulam e se aglomeram milhões de pessoas. As intervenções na Av. Comendador Franco auxiliam no escoamento do fluxo de veículos e proporcionam o fortalecimento de dinâmicas econômicas relacionadas ao setor terciário, de serviços, de cultura, de turismo e lazer, no qual o estádio para jogos de futebol está inserido.

A Rodoferroviária atual situa-se num imóvel que pertencia à antiga Rede Ferroviária Federal S/A, foi inaugurada em 1972 e projetada pelo arquiteto Rubens Meister. O projeto de requalificação e modernização do local objetiva principalmente favorecer o fluxo de passageiros. Segundo o site Rodoviária Online (2012), a intervenção inclui melhorias no acesso viário e de pedestre, novos sanitários, nova área de embarque, praça de alimentação climatizada, restaurante, novos estacionamentos, salas de espera climatizadas, adequação do sistema viário do entorno, elevadores, escadas rolantes e nova passarela com plataforma elevatória para uso de pessoas com deficiência. Além disso, serão feitas reformas nas instalações elétricas e hidráulicas, modernização

tecnológica do sistema de controle e operação do terminal, nova comunicação visual e ampliação do monitoramento de segurança.

Destaca-se que além da substituição dos equipamentos e elementos arquitetônicos, serão também substituídas as atividades comerciais e serviços dentro da rodoferroviária, evidenciando o processo de acumulação por despossessão. As banquinhas e antigas lojas darão lugar a novas lojas franquizadas, cyber cafés, salão de beleza, farmácia, livrarias entre outros. As novas lojas passarão por licitação e terão o direito de uso dos espaços pelos próximos oito anos mediante pagamento de outorga à prefeitura. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

No entanto, como afirma relatório do CPC (2013) todo investimento foi realizado sem a participação da população, além de ser classificado como um legado natimorto, tendo em vista a localização do estabelecimento (entre o centro e o bairro Jardim Botânico), onde há trânsito intenso e grandes problemas de congestionamento.

Destaca-se ainda o desacordo referente à demolição de algumas estruturas, que segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional) deveriam ser preservadas, já na visão do presidente do IPPUC, tal ação era imprescindível para o avanço do projeto (CPC, 2013). O projeto foi ajustado em comum acordo em março de 2013, mas o que se pretende destacar aqui é como, sem fiscalização ou envolvimento da população a “modernização” associada às lojas franquizadas, escadas rolantes e novas tecnologias muitas vezes se sobrepõem a elementos de identidade histórica coletiva da população local.

Sendo assim, a reforma na rodoferroviária a aproxima da condição de mercadoria. Isso porque, explicita a prioridade do poder público de vender a imagem da cidade de Curitiba aos turistas que entram pela outra “porta de entrada” no contexto da Copa de 2014, a realmente preservar elementos arquitetônicos de importância para a memória coletiva local. Portanto, este exemplo de intervenção mostra que reestruturação urbana baseada no consumo da imagem transforma as obras urbanas de arquitetura pós-moderna realmente em produtos.



Pode-se aqui fazer um paralelo com as obras dos shoppings Curitiba e Mueller (considerados por Oba (1998) como marcos referenciais pós-modernos), os quais foram concretizados a partir de adaptações em edificações já existentes: um quartel do exército e uma indústria metalúrgica, respectivamente. Apesar de serem Unidades de Interesse de preservação-UIPs, e por isso as fachadas não podem ser alteradas, existem poucas referências históricas para informação da população que frequenta tais espaços. Muitos não sabem e não se interessam pela história do edifício, pois não existem incentivos suficientes, nem mesmo nos próprios locais. Segundo reportagem de Antonelli (2013) todos poderiam abrigar uma exposição permanente ou um museu em referência ao passado<sup>152</sup>. A descaracterização de edificações históricas enfraquece ao longo do tempo o vínculo identitário da população com o espaço urbano.

Destaca-se que todos os objetos espaciais que compõem o GPU do corredor aeroporto-rodoferroviária acabam por reforçar a centralidade do município de Curitiba no contexto da Região Metropolitana (RM). Mesmo que o aeroporto Afonso Pena esteja localizado no município de São José dos Pinhais, todas as demais obras estão localizadas em Curitiba e direcionam os turistas para a arena, para a outra porta de entrada do município (a rodoferroviária) ou para as áreas do roteiro turístico. Além disso, com a exclusão do Corredor Metropolitano da matriz de responsabilidade, enfraqueceu-se a possibilidade de distribuição de infraestrutura e melhoria da acessibilidade entre os municípios da RMC.

De acordo com a análise espacial dos indicativos do Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) divulgados em 2013, percebe-se que os melhores índices concentram-se no núcleo da metrópole. Embora segundo Firkowski, Silva e Nagamine (2013) o índice esconda particularidades<sup>153</sup> as dimensões de análise

---

<sup>152</sup> Tal sugestão é da diretora do documentário Curitiba – Sinais do Tempo.

<sup>153</sup> As autoras ressaltam que o IBEU é resultado da ponderação entre os pontos fortes e fracos relacionados a cinco indicadores da RMC em conjunto (mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento aos serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana). Assim, sua posição final (terceiro lugar entre as RMs) camufla o desempenho de cada dimensão no contexto local. Ressalta-se, portanto, o “limite dessa dimensão para orientar a elaboração de políticas metropolitanas [...], pois não prioriza a identificação da porção territorial onde os maiores desafios estão concentrados”. (FIRKOWSKI; SILVA; NAGAMINE, 2013).

quando espacializadas apresentam bons resultados na região sudeste do município sede (FIGURA 18). Destaca-se que em tal região, situada entre São José dos Pinhais e Curitiba, é onde se encontra o GPU analisado. Portanto, os índices corroboram com a ideia apresentada de que o GPU favorece a valorização de uma área já bem servida (por mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, atendimento aos serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana) em detrimento de outras áreas menos favorecidas.

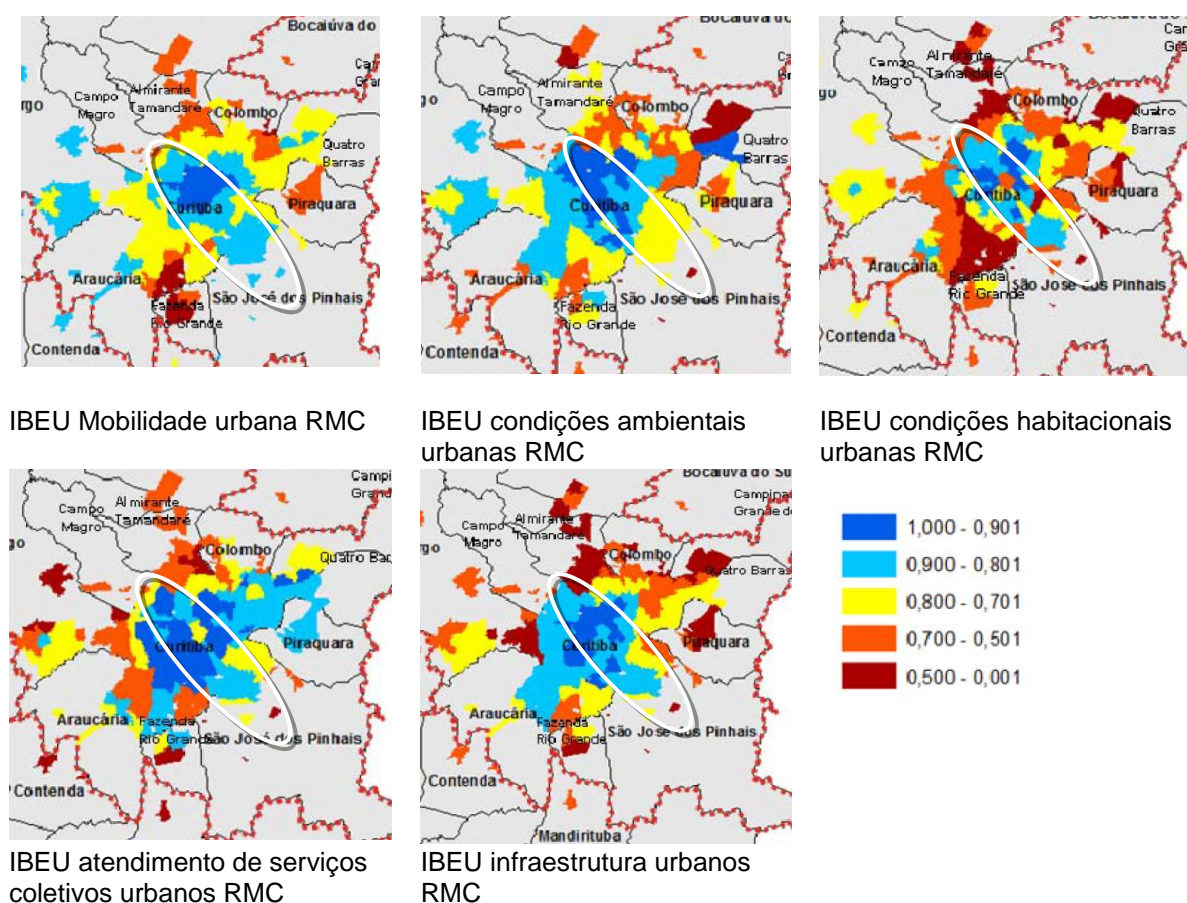


FIGURA 18- DIMENSÕES DE ANÁLISE RELATIVAS AO IBEU NA RMC COM DESTAQUE PARA A REGIÃO SUDESTE.

FONTE: Firkowski, Silva e Nagamine, 2013.

Mesmo com a atual dimensão dos problemas metropolitanos a gestão urbana continua desintegrada e Curitiba continua ressaltando suas vantagens enquanto cidade modelo. Como apontado no início desse capítulo, as desigualdades atreladas a real escala da dinâmica urbana – da metrópole e não do pólo metropolitano - fazem apenas crescer. Para a gestão municipal, no

contexto da Copa de 2014, o que importa é que Curitiba foi "escolhida outra vez", já que continua sendo uma capital com infraestrutura adequada para a realização de megaeventos.

Em 2014, Curitiba sediará pela segunda vez jogos da Copa do Mundo. Da primeira vez, em 1950, abrigou duas partidas por duplo motivo: ser uma capital com infraestrutura adequada à grandeza do evento e ter, desde 1947, o Estádio Durival Britto e Silva, pertencente à Rede Ferroviária Federal. Considerado o terceiro melhor estádio do Brasil de então, ficava atrás apenas do Pacaembu, em São Paulo, e do São Januário, do Rio de Janeiro. [...] Se em 1950 a existência do estádio teve todo esse peso, os critérios que levaram à escolha da cidade como uma das sedes em 2014 se assemelham. Curitiba tem hoje, 63 anos depois, a infraestrutura de uma capital que entrou no mapa do Brasil e do mundo por seu premiado planejamento urbano e conta com a Arena da Baixada, o estádio do Clube Atlético Paranaense, que será o mais moderno do Brasil, com a cobertura retrátil que ficará pronta para os jogos (COPA 2014, 2014).

De acordo com o discurso oficial, os impactos imediatos negativos tais como lentidão no tráfego, desvios em diferentes vias da cidade, desapropriações, falta de água (problema enfrentado por alguns moradores impactados pelo viaduto estaiado), filas de espera na rodoferroviária entre outros se tornam exíguos diante da construção dos legados, dos ganhos a serem conquistados a longo prazo. Em palestra apresentada no âmbito do Seminário "Transparência na Copa 2014 em Curitiba: Como está esse jogo?" promovido pelo Instituto Ethos (2013b), o secretário de Urbanismo e Secretaria Extraordinária Copa do Mundo de Curitiba pontuou os seguintes legados:

MATERIAIS	IMATERIAIS
Infraestrutura de mobilidade urbana e transporte (vias, calçadas e transporte coletivo)	Promoção nacional e internacional da cidade
Arena Multiuso	Consolidação de Curitiba como uma cidade para grandes eventos
Investimentos em segurança, turismo, saúde, telecomunicações e energia.	Capacitação e Qualificação Profissional
Revitalização da Praça Afonso Botelho	Geração de emprego e renda
	Melhoria da integração social
	Desenvolvimento social e econômico

QUADRO 5 – LEGADOS SEGUNDO SECRETARIA DE URBANISMO E SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO MUNDO DE CURITIBA

FONTE: Ethos (2013b).

A gestão pública municipal defende a certa construção de um legado positivo em razão de que as obras já estavam previstas no Plano Diretor municipal. Não obstante o argumento de Lungo e Smolka (2005) a respeito da necessária vinculação de grandes obras à um plano mais amplo da cidade, tal ideia não é suficiente para garantir os legados positivos das obras. Tendo em vista as particularidades dos planos diretores dos países latino-americanos pontuadas pelos próprios autores. Os marcos referenciais que perduraram no tempo e no espaço podem sim constituir um legado estrutural. Como afirma Oba (1998, p.261) “o novo que se constrói hoje é também o testemunho do presente para o futuro”. Contudo é preciso se perguntar a quem estes legados construídos favorecem.

A interferência de tais marcos na relação entre sociedade e espaço, bem como na organização dos diferentes grupos sociais depende principalmente da participação da população local na construção de tais formas, e não somente da sua previsão no Plano Diretor. Isso porque, se o plano municipal for estratégico, pautado no empreendedorismo e na concorrência entre cidades, as intervenções urbanas não priorizarão necessariamente os interesses locais coletivos. É o caso do Plano Diretor de Curitiba, que principalmente desde a década de 1990 é orientado pela lógica do capital globalizado.

Sendo assim, entende-se que os legados destacados pelo secretário no seminário reforçam a ideia defendida neste trabalho, de que as obras do GPU contribuem para a centralização do município, para o aprofundamento do processo de segregação residencial e o enfraquecimento das relações entre os diferentes grupos sociais. Para isso é preciso atentar não apenas para cada obra em si, mas sim para o conjunto delas, que formam o GPU. Considerar, portanto, a localização do GPU, a função que desempenha, sua repercussão a longo prazo na dinâmica imobiliária, e a relação deste com a sociedade. Além disso, relacionar o GPU às obras já em andamento na cidade, como o Projeto Novo Rebouças, a Linha Verde e o Anel Viário, por exemplo. A requalificação da rodoferroviária e a localização da Arena da Copa 2014 possibilitam estrategicamente a circulação de pessoas e turistas numa área que se pretende requalificar, e parte do projeto do Anel Viário favorece esse processo.

As melhorias prometidas para o evento [Copa de 2014] devem mudar a cara do bairro [Rebouças]. É isso ou fazer feio diante das comitivas estrangeiras. (FERNANDES, 2011)

Deste modo, fica claro que o megaevento vem contribuir para a “reinvenção de Curitiba para o mercado mundial”, alinhado com demais projetos em andamento na cidade. A Copa de 2014 contribui para a valorização de áreas estratégicas, portanto, para a construção de novos marcos referenciais urbanos voltados para grandes eventos, para o turismo, comércio, espaços de entretenimento/cultura e para os negócios. A empresa THÁ que patrocina o Projeto Novo Rebouças, por exemplo, lança o 7th Avenue Work and Live “um empreendimento de [inspiração internacional] múltiplo-uso que contemplará três torres independentes: uma residencial e outra de uso comercial, sobreposta a uma corporativa, e uma galeria comercial com espaços de múltiplo uso no térreo” (THA, 2011).

Em paralelo ao lançamento imobiliário da Thá, no Rebouças, outras iniciativas de órgãos públicos contribuem para valorizar a região como um novo centro urbano, tanto de entretenimento e de negócios, para a cidade. Entre elas, destaque para a modernização da Rodoviária de Curitiba e a extensão da Linha Verde, em função da **Copa do Mundo de 2014**, além da reforma do Mercado Municipal. Outra vantagem da localização do 7th Avenue é a sua proximidade com a região do Tecnoparque<sup>154</sup>, programa criado com o objetivo de atrair empresas de base tecnológica para o local, por meio de incentivos fiscais. Atualmente, 89 empresas já usufruem dos benefícios do Tecnoparque, sendo que deverá aumentar ainda mais o número de empresas cadastradas no programa. (THA, 2011, grifo nosso).

A partir dos legados imateriais apontados pelo secretário de Urbanismo e Secretaria Extraordinária Copa do Mundo de Curitiba, e da relação do GPU com as demais obras, destaca-se que na mesma medida em que o GPU está sendo viabilizado para proporcionar infraestrutura para a realização dos Jogos da Copa de 2014, é também implantado na expectativa de proporcionar o desenvolvimento econômico local a longo prazo. A estratégia de oportunizar o ensejo do megaevento para qualificar a infraestrutura urbana local é característica não só, mas especialmente, de cidades de países do Sul.

---

<sup>154</sup> O Tecnoparque se encontra num dos polos da Linha Verde.

Portanto, como afirmam Sánchez (2010a) e Whitaker (2010), apesar de as infraestruturas estarem voltadas para a realização do evento e, nesse sentido, não focarem com prioridade a resolução dos reais problemas urbanos, tais intervenções são entendidas pelas administrações locais como um “ponta pé” para alavancar a dinâmica econômica local. Além disso, no contexto do megaevento, justifica-se com maior facilidade os impactos negativos, a falta de participação popular e gastos de recursos públicos direcionados para áreas de menor demanda.

Sendo assim, ao analisar para além da construção física das obras, e refletir sobre a repercussão do GPU na relação entre sociedade e espaço e sua influência na dinâmica socioespacial, entende-se que os legados são em sua maioria negativos para a população local (QUADRO 6).

		LEGADO	INDICADOR
TANGÍVEIS	NEGATIVOS	Acentuação da segregação residencial, fragmentação espacial, polarização do espaço urbano, evidência das desigualdades sociais, reprodução da pobreza urbana.	Valorização de áreas específicas do espaço urbano que já possuem infraestrutura
			Não utilização de contrapartidas sociais como utilização do instrumento contribuição de melhoria, ou construção de habitação de interesse social.
			Sobreposição dos interesses privados com a flexibilização da legislação urbana. Perda da soberania nacional.
			Inversão de prioridades
		Reforça a centralidade do município de Curitiba em detrimento da dinâmica metropolitana	A maioria das obras é no município de Curitiba já que a obra de escala metropolitana foi excluída da matriz
INTANGÍVEIS	NEGATIVOS	Enfraquecimento das relações sociais intraurbanas, da possibilidade de construção de uma identidade social concreta e de processos endógenos de construção da cidade.	Construção de não lugares
			Construção de marcos referenciais urbanos pós-modernos
			Reprodução de imagens-sínteses e fortalecimento do mito da cidade modelo
			Falta de participação democrática

QUADRO 6 – PROSPECTIVA DOS **LEGADOS** SOCIOESPACIAIS DA COPA DE 2014 EM CURITIBA

FONTE: A autora (2014)

Apesar de, pela presente análise, os legados se apresentarem negativos, destaca-se importantes impactos socioespaciais positivos (QUADRO 7). Tendo em vista os impactos e tendências de legados negativos, a exemplo de outras cidades-sede do Sul, surgem grupos de trabalho, redes de pesquisas, comitês, congressos, novas pautas de trabalho que passam a discutir, expor dúvidas, propor ideias, enfim, a se manifestar em relação ao megaevento. Este é o maior impacto positivo da Copa de 2014, não somente para Curitiba como para no Brasil, que pode vir a ser um legado, se a população continuar mobilizada, buscando respostas, melhorias reivindicando por participação na gestão urbana e por justiça social. Entendendo que as articulações da sociedade civil têm papel fundamental no enfrentamento das desigualdades sociais urbanas, estas foram consideradas como um impacto socioespacial positivo.

		IMPACTOS	INDICADOR
TANGÍVEIS	NEGATIVOS	Inversão de prioridades - Falta de investimentos públicos em áreas/setores com real demanda	Transferência de recursos públicos em obra privada
			Sobreposição de interesses privados globais aos interesses públicos locais
			Falta de interesse político
		Transtornos em função das obras	Falta de água, engarrafamentos, desapropriações, deslocamento da população original, desvios de tráfego.
INTANGÍVEIS	NEGATIV.	Descumprimento dos princípios do Estatuto da Cidade, desrespeito ao direito à cidade.	Desapropriações, falta de participação, informação, comprometimento do poder público com os interesses locais.
	POSITIVOS	Construção de espaços políticos, fortalecimento momentâneo da sociedade civil organizada, aumento do censo crítico, assim como da produção da cidade a partir de interesses locais.	Emergência de órgãos e associações formadas pela sociedade civil organizada, ONGS ou demais institutos.
			Mobilizações
		Aumento da interlocução e troca de experiências entre diferentes realidades	Emergência de pesquisas comparativas articuladas em rede, formação da ANCOP (Associação Nacional dos Comitês Populares)

QUADRO 7 - PROSPECTIVA DOS **IMPACTOS** SOCIOESPACIAIS DA COPA DE 2014 EM CURITIBA  
FONTE: A autora (2014)

Pode-se citar como exemplo de organizações sociais do setor público e/ou privado no contexto dos megaeventos, os Comitês Populares, que surgiram da necessidade de compor uma estratégia nacional de enfrentamento das violações de direitos humanos, de denunciar o endividamento público e o legado negativo das obras para a sociedade. Os comitês locais unem diversos órgãos e pautados na articulação nacional mobilizam a população dando visibilidade às ações relacionadas aos megaeventos disponibilizando informações através de debates, oficinas, sites, e em contato direto com as comunidades diretamente afetadas.

Outro exemplo é o Projeto “Jogos limpos dentro e Fora dos Estádios” promovido pelo Instituto Ethos. Tal organização de iniciativa privada sem fins lucrativos tem como princípio a responsabilidade social. No âmbito dos megaeventos no Brasil busca junto com empresas e governos oferecer ferramentas para ações coletivas de vigilância, aumentar o nível de transparência, monitoramento e controle social sobre os investimentos destinados para a Copa do Mundo de 2014, para a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, prevenindo assim fraudes e corrupção (JOGOS LIMPOS, 2014).

Além desses, emergem programas como “Cidades da Copa”, promovido pelo Instituto Esporte e Educação, o qual busca junto do poder público, iniciativa privada, universidades e sociedade civil concretizar um legado social e esportivo. A partir de reuniões, palestras, debates e grupos de trabalho o projeto visa mobilizar os atores envolvidos com a questão esportiva nos municípios sede a formular políticas esportivas vinculadas à um plano de ação. A gestão municipal ao colocar o plano em prática promove assim a democratização do acesso e ampliação da prática esportiva nessas cidades (ESPORTE E EDUCAÇÃO, 2014). O instituto pretende, portanto, mostrar que é possível planejar com ações concretas e antecipadas um legado social no âmbito dos megaeventos.

Para finalizar cita-se o projeto de pesquisa em rede Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, no qual este trabalho está inserido. Tal projeto coordenado pelo Observatório das



Metrópoles e financiado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) visa a partir de uma articulação nacional identificar os reais ônus e benefícios proporcionados pelas intervenções relacionadas aos megaeventos à população brasileira. A partir da elaboração, aplicação e acompanhamento de instrumentos de monitoramento das transformações territoriais relacionados à Copa e à Olimpíadas, busca-se “fortalecer os subsídios às políticas públicas e às tomadas de decisão que envolverão a atuação do Estado neste âmbito [de megaeventos]” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

Nesse contexto surgem também os conflitos e mobilizações que são indícios de um descontentamento com a realidade atual. Como lembra Harvey (2013) os movimentos populares não são de hoje, tampouco as desigualdades sociais, as diferenças presentes nas cidades, megaeventos e grandes projetos urbanos. No entanto, a peculiaridade das mobilizações de junho de 2013 se dá pela diversidade de agendas que a integra, por essas estarem associadas principalmente à questão urbana e pelo momento no qual elas se inserem.

Segundo Maricato (2013) considerando a herança histórica das cidades brasileiras somada às consequências da crise fiscal da década de 1980, no contexto da globalização as questões urbanas se agravaram no Brasil. Nesse contexto surgiram diversos movimentos populares e uma nova agenda para estabelecer a reforma urbana, culminando com a elaboração do Estatuto da Cidade e com o surgimento de novas instituições, como o Ministério das cidades, o Conselho das Cidades, etc. Como afirma a autora, no âmbito da tragédia urbana “é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifícios por parte dos seus moradores.” (MARICATO, 2013, p.24).

O Movimento Passe Livre-MPL surgiu a partir de reivindicações por tarifa zero para estudantes em Salvador (2003), na sequência ampliou sua pauta e passou a reivindicar pelo direito à mobilidade urbana (MPL, 2013). Sendo assim, passou a lutar, como tantos outros movimentos pelo direito à cidade.

“A fagulha que iniciou o incêndio”<sup>155</sup> nas ruas foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos em São Paulo. No contexto da realização da Copa das Confederações é que a manifestação de junho de 2013, que primeiramente reivindicava apenas pelo preço do transporte público, tomou proporção nacional e se espalhou pelas principais cidades do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, entre outras).

Os megaeventos passaram a integrar a pauta das manifestações por explicitarem as propostas da cidade neoliberal. A preparação das cidades sedes para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 revelou que tais eventos “[...] estão voltados única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado [...]” (ROLNIK, 2013). Sendo assim, reproduzem as desigualdades e injustiças sociais ao contribuir para os processos de gentrificação e limpeza social, de violação de direitos humanos (informação, participação, à moradia), para os altos gastos de recursos públicos em obras não prioritárias. Portanto, os megaeventos não foram motivadores das mobilizações, mas passaram a ser mais uma razão para que a população fosse às ruas reivindicar pelo direito à cidade, por cidades mais justas e democráticas, por governos menos corruptos, por moradias dignas, infraestruturas urbanas eficientes, melhores qualidades dos serviços públicos (saúde, educação, segurança) e etc.

Portanto, como afirma Maricato (2013) a proporção das mobilizações se deu em função dos diversos problemas urbanos enfrentados na atualidade. Nas palavras de Vainer (2013, p.36), as condições da pradaria podem explicar a propagação do fogo, esta “estava seca, pronta para incendiar-se.”.

Além do contexto de aprofundamento da “tragédia urbana” (MARICATO, 2013), Lima (2013) afirma que as manifestações eclodiram no âmbito da falta de representação política dos cidadãos, situação que Tourraine (2006) e Innerarity (2010) caracterizam como a crise da representação. Para Lima (2013), a partir do momento em que a televisão se tornou mídia de massa no Brasil, tanto a cultura política quanto os atores políticos têm sido

---

<sup>155</sup> Esta frase faz referência à frase de Mao Tsé-Tung citada por Vainer (2013) “uma fagulha pode incendiar uma pradaria”. No contexto de junho de 2013, a fagulha se refere à luta do MPL, o incêndio às manifestações e a pradaria às cidades brasileiras.

desqualificados. Isso porque, apesar das novas tecnologias de informação e comunicação, a velha mídia (televisão, rádio, jornais e revistas) ainda tem envolvimento direto ou indireto nos fatos atuais. E a problemática se constrói porque na democracia brasileira a velha mídia “praticamente não oferece espaço para debate de questões de interesse público.” (LIMA, 2013, p.93), e é ela que detém e controla o monopólio de tornar as coisas públicas e, portanto, influencia na formação de opinião pública. Além disso,

[...] as classes C e D têm uma representação majoritária na sociedade em diversos sindicatos, entidades etc., mas são minoritárias na representação parlamentar de seus interesses. Ou seja, [...] têm menos capacidade de articulação no âmbito das instituições [políticas] do que as classes A e B. (DOS SANTOS, 2013).

Sendo assim, a maioria da população é excluída e não representada no debate público. Como afirma Lima (2013) em razão do histórico bloqueio ao debate público, da corrupção praticada pelos oligopólios empresariais da velha mídia, somado às práticas coronelistas e patrimonialistas, não existem condições para a formação de uma opinião pública democrática. Portanto, diante do déficit de representação política do Parlamento e da falta de legitimidade dos “canais institucionalizados (partidos políticos) por meio dos quais se escolhe os representantes da população” (LIMA, 2013, p.93), de acordo com o autor, pode-se dizer que há um esgotamento das instituições tradicionais das democracias representativas.

Para Tourraine (2006) a sociedade contemporânea passa pela crise de representação social, e a falta de representação política apontada por Lima (2013), como um dos motivos das manifestações de junho de 2013, pode ser considerado um exemplo de tal processo. Segundo o autor francês, tal crise seria um indício do fim de um tipo de sociedade: a sociedade moderna europeia, a qual foi, por muito tempo, exemplo para a formação da sociedade brasileira. A sociedade em questão tinha como princípio se fundamentar essencialmente no âmbito social. Deste modo, as instituições uniformizavam os indivíduos através da norma buscando uma conduta social para o bem da sociedade como um todo.

Atualmente com o processo de individualização da sociedade, e a expansão da lógica capitalista, as instituições públicas passam a reconhecer a diversidade social e solucionar casos individuais. No entanto, a ação política setorializada satisfaz “interesses das clientelas particulares em vez de proceder à grandes reformas sociais” (INNERARITY, 2010, p.55). Como afirma Tourraine (2006, p.67), “a sociedade, durante grande período de triunfo do liberalismo, existe cada vez menos.”. Nesse contexto, as instituições assumem novas funções e estão menos relacionadas à questão social, coletiva. Para o autor, o que estamos vivendo é “o esgotamento da política social centrada na sociedade, nas suas funções e na sua integração.” (TOURRAINE, 2006, p. 81).

Diante do fortalecimento da economia de mercado e da diversidade social dos indivíduos, as instituições públicas contribuem cada vez menos para a melhoria das questões sociais básicas. Ao contrário disso, como já apontado por Dos Santos (2013), representam determinada parte da sociedade, a qual garante o aquecimento do mercado, a conexão das redes financeiras e viabilizam o consumo de massa.

As ‘Jornadas de Junho’ de 2013 (como ficaram reconhecidas as manifestações) evidenciam, portanto, o descontentamento com o atual modelo de desenvolvimento e a ânsia, principalmente da população jovem<sup>156</sup>, por transformações estruturais (BRAGA, 2013). As mobilizações no âmbito urbano, após vinte e dois anos do movimento pelo impeachment do ex-presidente Fernando Collor<sup>157</sup>, levam a sociedade brasileira de forma geral a refletir sobre o atual contexto político-econômico-social. Alguns resultados positivos das mobilizações já foram observados como a redução da tarifa do transporte público em algumas cidades, a eliminação da PEC37, a classificação da corrupção como crime hediondo, a destinação de 75% dos *royalties* do petróleo

---

<sup>156</sup> De acordo com pesquisa realizada pela empresa de consultoria Plus Marketing a idade média dos manifestantes era de 28 anos, como aponta Braga (2013) faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. Portanto, segundo o autor, “estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado” em defesa de seus direitos (BRAGA 2013, p.82).

<sup>157</sup> Sabe-se que existem grandes diferenças entre a mobilização dos “Caras Pintadas” em 1992 e das Jornadas de Junho de 2013. No entanto, a comparação aqui é feita para destacar o intervalo de tempo entre grandes manifestações sociais no âmbito urbano. Como aponta Vainer (2013) os movimentos sociais rurais dominaram a pauta dos movimentos populares nos últimos dez a vinte anos.

para a educação e os 25 % restantes para a saúde. Entretanto, tantos outros ainda precisam ser conquistados.

Como apontado anteriormente, acredita-se que as articulações entre os diversos setores da sociedade civil organizada são essenciais no enfrentamento das desigualdades sociais urbanas. Tendo em vista o contexto do fim de uma sociedade que preza essencialmente pela questão social, e do enfraquecimento das representações políticas, a sociedade civil organizada tem o importante papel de explicitar, demandar e pressionar as instituições públicas a agirem de acordo com as reais demandas sociais. A jornada de junho, caracterizada como um movimento social urbano que unificou diversos descontentamentos, lutas, reivindicações e anseios (VAINER, 2013) tem, portanto, uma importante função na contemporaneidade.

No entanto, apesar da construção de espaços políticos de discussão, do fortalecimento da sociedade civil organizada, da possibilidade de aumento do censo crítico perante a explicitação dos problemas urbanos, tais impactos positivos não são compensatórios, nem justificam os legados socioespaciais negativos que estão se construindo. Sendo assim, tendo em vista o objetivo inicial deste item, a partir da análise apresentada, entende-se que o GPU implantado por ocasião do megaevento em Curitiba contribui para a acentuação das desigualdades sócio-espaciais intraurbanas e interurbanas, portanto, não contribui para uma política anti-exclusão.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“estamos sempre olhando para fora, buscando comparar e, o que é mais grave, para imitar. [...] fazer globais as cidades do sul para que sejam parecidas com as cidades do norte.”*

*Milton Santos*

Procurou-se destacar nesse trabalho a reprodução das desigualdades socioespaciais em diferentes perspectivas – inter e intraurbana - alimentadas pelas distintas repercussões de um processo globalizado que envolve a reestruturação das cidades a partir da implementação de GPUs.

Os GPUs, entendidos como um conjunto de elementos arquitetônico-produtivos que favorecem a expansão do capital na nova etapa de mercantilização das cidades, produzem transformações socioespaciais semelhantes, e que podem ser associadas ao processo de globalização. No entanto, as diferenças entre tais transformações urbanas dependem das particularidades de cada local.

A partir da análise comparativa entre os impactos de GPUs em cidades da África do Sul, França e Alemanha, no âmbito do megaevento da Copa do Mundo de Futebol, bem como da análise geral das características de GPUs implantados na América Latina, Europa e Estados Unidos, somado à análise específica do contexto de Curitiba, pôde-se identificar semelhanças e diferenças em diversos aspectos dos GPUs implantados nos países do Norte e do Sul. Nesse sentido, no que tange à dimensão socioespacial, infere-se que nos países do Sul a repercussão negativa tende a ser mais acentuada.

A partir do exposto, entende-se que os GPUs são controversos, polêmicos e, por isso, cada vez mais debatidos. Como e porque em alguns países o novo modelo de intervenção se torna mais positivo para o desenvolvimento urbano, apesar de alguns impactos negativos, enquanto em outros países acontece o inverso? À guisa de uma resposta, à partir das reflexões desenvolvidas pode-se apontar como possíveis razões a) o papel do Estado no processo de gestão de tais projetos, b) a relação histórica entre os

países centrais e periféricos do capitalismo, bem como, c) as diferentes estruturas histórico-sociais entre os países Latino Americanos, Europeus e Norte Americanos.

Dentre as diferentes relações que emergem entre o setor público e privado no contexto político e econômico do final do século XX, marco temporal essencial para a discussão dessa pesquisa, nos países da América Latina (AL) o segundo passou a ter papel relevante na gestão urbana. Comparativamente, nos Estados Unidos a gestão privada parece nortear o desenvolvimento das cidades, já nos países europeus há um maior equilíbrio entre interesses públicos e privados, principalmente com a criação da União Europeia na década de 1990.

No âmbito da acentuação da competitividade urbana na escala global, nos países latino-americanos o setor público, numa postura empreendedora, estimula investimentos privados através de incentivos fiscais, financeiros e modificações na legislação urbana. No entanto, não prevê, na mesma medida, estudos de impactos dessas intervenções para o desenvolvimento urbano e para a melhoria da qualidade de vida da maioria da população local. Nesse contexto, favorece os interesses do capital privado em detrimento dos interesses coletivos, prioriza o desenvolvimento econômico e não social.

A realização da Copa do Mundo em 2014 no Brasil explicita tal processo. A despeito de existirem mecanismos de regulamentação nas esferas federal, estadual e municipal, estes são driblados com o aval do próprio Estado para atender interesses econômicos privados, da FIFA e seus patrocinadores<sup>158</sup>, os quais, de acordo com o pensamento hegemônico, teriam a função de alavancar o desenvolvimento urbano. Portanto, percebe-se que as diversas leis e estatutos, elaborados para promover a justiça social equitativa, e atender os interesses coletivos, se aplicam de acordo com as circunstâncias e servem apenas para alguns quando é conveniente para pequenos grupos hegemônicos.

---

<sup>158</sup> Seis patrocinadores de primeiro nível Coca-Cola, Sony, Visa, Adidas, Hyundai-Kia Motors e Emirates; oito de segundo nível: Budweiser, Castrol, Continental, McDonald's, Oi, Johnson & Johnson, Seara e Yingli; e cinco de terceiro nível, são os apoiadores nacionais; Itaú, Liberty Seguros, Garoto, Wise-up e Apex Brasil.

Assim, tendo em vista a pesquisa desenvolvida, pode-se dizer que esta fragilidade institucional está associada a uma história de dependência político-econômica entre os países do Norte e do Sul, portanto, não é uma realidade apenas brasileira, mas dos países capitalistas periféricos, nesse trabalho denominado de Sul global.

Para ajustar a relação de subordinação em nome da manutenção da hegemonia norte-americana, por exemplo, existiram diversos momentos na história em que o discurso dos países centrais divergia de seus reais interesses, o que afetou profundamente o desenvolvimento dos países do Sul. Foram exemplos citados ao longo deste trabalho o Programa Alimentação para a Paz na década de 1950, o processo de industrialização dos países latino-americanos na década de 1970, os regimes ditatoriais, e mais recentemente a emergência da ideologia neoliberalista.

Em todos esses períodos tem-se exemplos da destruição criativa, e da acumulação por espoliação, mecanismos utilizados para a acumulação e expansão do capital, que necessita, cada vez mais, de flexibilidade e novos mecanismos para ir além dos limites territoriais. Não é de se estranhar que atualmente os megaeventos patrocinados pela FIFA estão orientados para países da periferia do capitalismo global, onde entende-se que a fragilidade política-institucional promovida pela relação de dependência permite maiores lucros. Infere-se, portanto, que a partir de uma análise das relações interurbanas na escala global, os GPUs fazem parte do quarto vetor de desigualdade entre o Norte e o Sul, apontado por Souza Santos (1997).

Tendo em vista o competitivo contexto político econômico mundial, apesar de possibilitar em alguma medida o desenvolvimento de áreas específicas, entende-se que os GPUs implantados nas cidades-sede da Copa do Mundo, não visam prioritariamente atender as necessidades locais, obedecem sim a interesses de expansão do capitalismo global, principalmente no âmbito de megaeventos. Nesse sentido, caso não haja interferência do poder público local que defenda os interesses coletivos da maioria da



população, a tendência é que se reproduza o clássico<sup>159</sup> endividamento e a acentuação das desigualdades sociais.

Considerando que a estrutura social e a configuração espacial dos países do capitalismo periférico são marcadas por históricos processos de exclusão, periferização e segregação social, o impacto do GPU nesse contexto se torna mais crítico. Somado à fragilidade do Estado, entende-se que um GPU impacta de maneira mais acentuada numa estrutura socioespacial tradicionalmente mais desigual e fragmentada tendo em vista os processos intrínsecos de valorização imobiliária, a emergência de uma nova centralidade voltada para o desenvolvimento do capital financeirizado, o impacto da arquitetura pós-moderna que o compõe, os interesses privados externos envolvidos, as políticas de flexibilização etc.

Portanto, a análise da repercussão de GPUs vai além da forma das grandes obras. Implica em reflexões sobre os processos em andamento e as estruturas existentes, tais como o novo direcionamento das práticas relacionadas ao planejamento urbano, das políticas públicas, da gestão urbana, ou ainda, sobre os verdadeiros agentes e interesses envolvidos no processo de reestruturação urbana. Além disso, relaciona-se à análise de GPUs reflexões sobre as novas relações sociais, sobre a estrutura política e urbana local e a relação desta com o contexto global.

Ao entender os diversos processos envolvidos, responde-se à indagação inicial deste trabalho ressaltando que a explicitação/accentuação das desigualdades socioespaciais intraurbanas não é consequência determinante da implantação de um GPU. No entanto, quando analisadas as relações interurbanas na escala mundial não se pode dizer o mesmo.

Sabendo-se que as diferenças sociais, culturais e econômicas são uma das condições essenciais para a reprodução do capital, conclui-se que os GPU são engrenagens legítimas da nova etapa de mercantilização, pois na mesma medida em que geram desigualdades favorecem a reprodução do capital. As diferenças entre as cidades dos países do Norte e do Sul global existem em

---

<sup>159</sup> A palavra clássico foi utilizada já que em todas as outras oportunidades de crescimento aliadas à interesses do capital internacional endividamentos foram gerados. Na década de 1950 em decorrência do Programa Alimentação para a Paz, em 1980 em decorrência do processo de industrialização.

função de históricos processos políticos, econômicos, sociais. Nessa escala de análise os GPUs contribuem para acentuar essas diferenças apesar da generalização das formas urbanas (FIGURA 19). Ressalta-se que tal processo ocorre somente em função dos diferentes impactos na escala local.

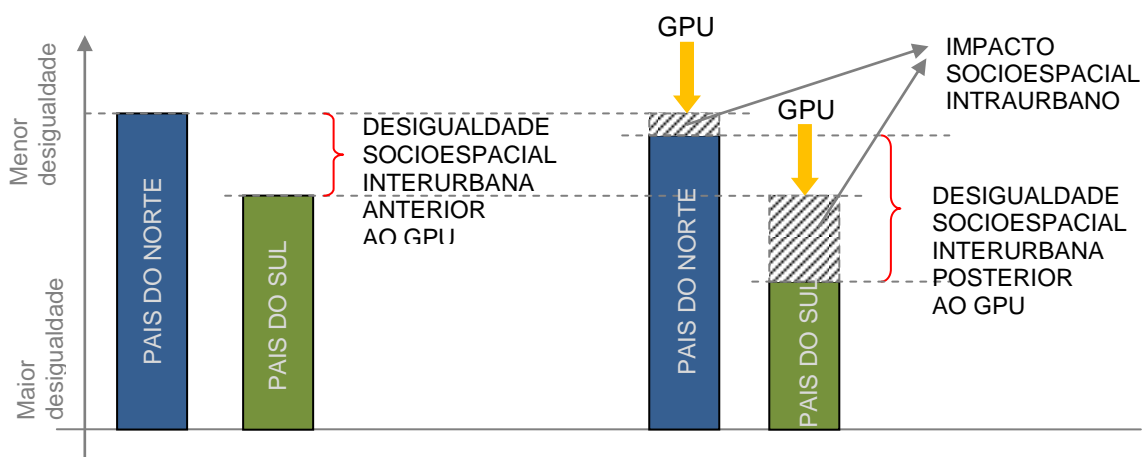


FIGURA 19 - DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL INTERURBANA E INTRAURBANA  
FONTE: A autora (2014).

A partir da leitura intraurbana, a emergência dos processos socioespaciais que explicitam as desigualdades a partir da implantação de GPUs depende de diversos fatores, dentre eles dos três aspectos ressaltados anteriormente. Portanto, apesar de não ser realidade frequente em cidades do Sul global, é possível que GPUs sejam instrumentos anti-exclusão, na escala local. No entanto, para isso é necessário um planejamento voltado a atender interesses coletivos locais, que inclua gestão democrática, análise de custos de oportunidade, estudos de impactos, previsão de instrumentos de distribuição do ônus e bônus da intervenção, presença de um Estado que realmente defenda os interesses coletivos principalmente em países com acentuada desigualdade social.

Como visto neste trabalho, Curitiba não faz parte dessa realidade. Desde a década de 1970, os GPUs favorecem a participação de capitais externos privados na transformação do espaço urbano, bem como interferem na dinâmica urbana em diversos aspectos, populacional, econômico, territorial, social, político, institucional etc. Assim como em grande parte das cidades latino-americanas, Curitiba passou a ser estruturada prioritariamente para proporcionar as condições necessárias para a reprodução do capitalismo global

relacionado às empresas multinacionais, em detrimento da sua organização visando o bem comum da população local.

No que se refere às especificidades locais, destaca-se aquelas vinculadas à formação da imagem positiva da cidade, as quais paradoxalmente contribuíram (e contribuem até os dias atuais) para fortalecer a acentuação das desigualdades sócio-espaciais. Os mecanismos adotados para diferenciar Curitiba no cenário internacional são os mesmos que aprofundam as desigualdades, e a peculiaridade da cidade se dá em razão de tais mecanismos acompanharem a história do planejamento urbano municipal dos últimos quarenta anos. Portanto, são práticas tradicionais da gestão municipal, o que agrava os processos sócio-espaciais aqui estudados e resulta em críticas análises relacionadas às desigualdades intraurbanas<sup>160</sup>.

O paralelo entre a análise histórica e a realidade atual desenvolvida no município de Curitiba contribuiu para comprovar a hipótese inicial na escala intraurbana, de que o GPU relacionado ao megaevento *tende* a impactar negativamente no que tange ao aspecto socioespacial, haja vista os mecanismos a ele associados (Apêndice 1). Além disso, o GPU pode contribuir para dar continuidade a processos desencadeados com maior intensidade a partir da década de 1990, tais como a projeção da imagem positiva da cidade no cenário mundial e reforço da centralidade de Curitiba no contexto da RMC.

No entanto, não se pretende ser determinista. Apesar de implantado em Curitiba, cidade de um país do Sul global, portanto, da periferia do capitalismo, de históricas desigualdades sociais, e fragilidade institucional, não implica *necessariamente* que o GPU gere desigualdades socioespaciais. Isso porque, os diferentes usos e práticas sociais no espaço urbano pela sociedade local implicam em transformações muitas vezes não previstas, as quais podem mudar o quadro de tendências.

Quando analisadas no âmbito interurbano, isto é, estudadas comparativamente com outras realidades internacionais, percebe-se que as

---

<sup>160</sup> Lembrando que segundo análise desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles, Curitiba está entre as três regiões metropolitanas mais segregadas e entre as três com maior isolamento do grupo social de maior qualificação (RIBERIO e RIBEIRO, 2011) e segundo a UN HABITAT (2010) é a 9ª cidade mais desigual dos países em desenvolvimento (índice GINI 0,59).

transformações urbanas produzidas localmente, não estão desconexas de processos desenvolvidos no âmbito global. Nesse sentido, a análise intraurbana contribui para a compreensão das articulações interurbanas relacionadas aos países do Norte e do Sul, isto é, para o entendimento da dinâmica global de expansão capitalista.

A produção do espaço urbano em Curitiba no âmbito da preparação para a Copa do Mundo de 2014 segue a lógica capitalista, envolve os processos de gestão empreendedora, acumulação por despossessão, mercantilização do espaço urbano, destruição criativa, gestão por exceção. Nesse contexto, não prioriza a solução direta e efetiva dos reais problemas locais relacionados à habitação popular, mobilidade, mercado informal, infraestrutura básica, meio ambiente. As medidas adotadas relacionadas à tais aspectos são paliativas, enquanto aquelas relacionadas à interesses econômicos privados e internacionais buscam ser concretizados de maneira a gerar bons rendimentos a determinados grupos sociais.

Nesse sentido, Curitiba faz parte do processo de homogeneização aparente, reproduzindo formas banais relacionadas ao consumo do espaço urbano, o que a aproxima das metrópoles de países do Norte. No entanto, destaca-se que a banalização não se dá apenas a partir das estruturas relacionadas à economia do setor terciário, mas também, à produção da informalidade, da segregação, da periferização, da fragmentação e reprodução das desigualdades socioespaciais. Tais formas são também atribuídas aos avanços da globalização, mas repercutem negativamente de maneira mais acentuada nas cidades de países do Sul global.

Portanto, reforça-se a ideia inferida anteriormente de que as desigualdades tendem a se reproduzir quando analisadas as relações interurbanas na escala global. Isso porque, na mesma medida em que há a urbanização dos elementos arquitetônico-produtivos em quase todas as cidades inseridas no processo de globalização, existe um processo mais intenso de urbanização das periferias nos países do Sul global.

A partir da análise histórica desenvolvida em Curitiba, percebe-se que há uma relação entre a implantação de GPU e a reprodução de desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, entende-se que a gestão municipal perdeu duas

vezes a oportunidade de direcionar os recursos de capital externo para áreas de real necessidade alavancando assim o desenvolvimento da cidade como um todo. Na década de 1990 diversos foram os investimentos no marketing urbano, no turismo urbanístico e na atração de negócios ao mesmo tempo em que se acentuavam as ocupações irregulares e a precariedade da vida de boa parte de população.

O momento da Copa de 2014 é mais uma oportunidade perdida. Entende-se que a gestão municipal perdeu a chance de direcionar os investimentos para áreas de maior interesse para o desenvolvimento social da população como um todo, apoiada principalmente nos instrumentos previstos no Plano Diretor de acordo com o Estatuto da Cidade. Ao invés disso, buscou oportunamente concentrar investimentos na capital a partir de flexibilizações, reforçando a imagem positiva da cidade, não envolveu a população em questões decisórias, priorizou os interesses privados produtores do espaço urbano, bem como o reordenamento territorial municipal em detrimento de melhorias na dinâmica metropolitana.

Do mesmo modo, acredita-se que o Brasil desperdiçou a oportunidade de fazer uma Copa genuinamente brasileira, ao se submeter aos mandatos da FIFA. Sem particularidades a FIFA faz o mesmo em todos os países sede de megaeventos, apenas representa uma das novas formas de reprodução do capital. Tanto na escala local como nacional, “o planejamento urbano está sendo dirigido pelos grandes eventos e não usando os grandes eventos para melhorar as cidades.” (GAFFNEY, 2011) e tal processo favorece a acentuação das desigualdades socioespaciais nas diferentes escalas.

É notório que os GPUs transformam o espaço urbano, podem trazer benefícios a curto e longo prazos, mas a pergunta é: para quem? Associados ou não à um megaevento, os GPUs beneficiam alguns e prejudicam outros. Se a intenção é construir cidades mais justas, democráticas e plurais é preciso planejar o espaço urbano para todos de acordo com as especificidades de cada localidade, e não reproduzir um modelo globalizado de planejamento. Tendo em vista o histórico legado patrimonialista e a ineficiência do arcabouço legal, as discussões, mobilizações e manifestações promovidas pela sociedade

civil organizada são fundamentais para que não haja a contínua reprodução das “ideias fora do lugar”<sup>161</sup> nas cidades da América Latina em geral.

Nesse sentido, acredita-se no potencial do atual momento da história de Curitiba. Ocorrem grandes transformações do espaço urbano, emergência de novos marcos referenciais em função dos preparativos para o megaevento, mas, sobretudo, e contraditoriamente, explicitam-se conflitos e tensões no contexto de uma nova gestão (2012-2016). Por um lado tal contexto significa violação de direitos humanos e transformações socioespaciais por vezes irreversíveis, no entanto, pode significar também o momento de colocar em questão o histórico consenso construído, os ideais da cidade-pátria.

Em teoria, o espetáculo do futebol mundial por envolver emoções e patriotismos seria momento de consenso, de torcida em prol do evento e das transformações para sua realização. No entanto, felizmente, não é o que se viu recentemente em Curitiba e no Brasil. As mobilizações de junho de 2013 podem ser entendidas por diversas óticas. Na perspectiva de construção de mudanças positivas para a população como um todo, são aqui entendidas enquanto oportunidades de explicitação dos problemas urbanos, portanto, de posteriores diálogos entre diferentes atores sociais locais. Se as relações entre os atores locais e globais se estreitam, nada mais coerente que fortalecer os interesses locais *coletivos*, para isso novos espaços de discussões devem ser reivindicados pela população e promovidos pelo poder público.

As mobilizações entre diferentes organizações da sociedade civil, são entendidas como a retomada da luta pelo direito à cidade, não mais pautada apenas na cobrança por novas leis e sim por novas práticas à elas associadas. Ressaltando a relação dialética entre o espaço e a sociedade, perspectiva na qual foi desenvolvida a pesquisa, apesar de todas as tendências socioespaciais negativas relacionadas às transformações espaciais para a Copa de 2014 em Curitiba, acredita-se no poder transformador da sociedade.

A cidade vista numa perspectiva unilateral, como estrutura física estratégica para o desenvolvimento econômico, em detrimento de uma leitura plural onde é possível a construção de cidadania e identidade, de diferentes

---

<sup>161</sup> Expressão cunhada por Roberto Schwarz (MARICATO, 2009).

práticas sociais, de debates entre os diferentes grupos sociais, enfraquece a formação de um espaço político e democrático. No entanto, contraditoriamente, emergem as mobilizações sociais. Sendo assim, deposita-se esperança de construção de uma cidade utópica, onde prevalece o direito à cidade e a justiça social, em tal contradição. Isto é, no que há de mais peculiar e diferente na repercussão local gerada pela implantação dos GPUs no âmbito do megaevento, nos espaços construídos pela sociedade local e não pelos interesses da sociedade pós-moderna global.

Nesse sentido, os novos marcos referenciais urbanos caracterizados neste trabalho enquanto não-lugares, os quais conformam o GPU, não contribuem para tal processo. Portanto destaca-se a necessidade de fortalecimento destas relações entre os diferentes grupos da sociedade civil organizada para tornar possível a gestão democrática de Grandes Projetos Urbanos de Desenvolvimento Local (GPUDL). Sem dúvida o megaevento é um vetor de expansão do capitalismo global, concretiza projetos voltados para o mercado, mas é também momento no qual se explicitam os problemas urbanos. Portanto, contraditoriamente, os mecanismos utilizados num curto espaço de tempo para as transformações urbanas por ocasião do megaevento colocam em questão o próprio modelo de planejamento estratégico vigente. O que, oportunamente, pode levar à emergência de outros paradigmas no âmbito do planejamento urbano.

As transformações urbanas associadas à nova fase de acumulação capitalista, aos processos de metropolização, internacionalização, globalização não deixarão de existir, mas não são os únicos determinantes da espacialização de atividades, funções e pessoas. Tendo em vista que as mudanças sociais e espaciais iniciadas com a reestruturação econômica geram processos que acentuam as desigualdades socioespaciais, há necessidade de se fortalecer o processo endógeno de produção da cidade e a organização da sociedade civil, as mobilizações, e a gestão participativa são um caminho para esse processo. Isso porque, não é somente a concretização das diretrizes do planejamento urbano que organizam e constroem a cidade, mas também as práticas sociais nela desenvolvidas.

## 8 REFERENCIAS

AGÊNCIA de Notícias da Prefeitura Municipal. Vila Torres está mais colorida. Fevereiro de 2013. Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/vila-torres-esta-mais-colorida/28537>> Acesso em 29/01/2014

ALMEIDA, L.de S.B; SILVA, I.O da. A sociologia de Durkheim. In: XII **Congresso Brasileiro de Sociologia**, GT23 - Teoria Sociológica. Belo Horizonte, 2005. Disponível em <[www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com...54](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com...54)> Acesso em 05/03/2014

ALVES, J. F. De cidadão a cidadão. In: \_\_\_\_\_. **Metrópoles – Cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 2000. p. 41-47

ANTONELLI, D. Três histórias e um destino. **Gazeta do Povo**, Patrimônio, 18 de maio de 2013. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.php?id=1373754> > Acesso em 20/02/2014

ASCHER. F. **Les nouveaux principes d'urbanisme suivi de Lexique de la Ville Plurielle**. Paris: Édition de L'Aube, 2010.p 6-68.

AUGÉ, M. **Não-lugares : Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do departamento de Geografia**. Curitiba, n. 15, 2002 . p. 45-54

BERMANN, C. KFOURI, J; FARIA, R. Impacto da Copa e de grandes projetos. **Fundo Brasil de Direitos Humanos**, dezembro de 2011. Disponível em < <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/news/view/impacto-da-copa-e-de-grandes-projetos> > Acesso em 22/07/2013

BERRY-CHIKHAOU, I ; DEBOULET, A ; ROULLEAU-BERGER, L. (Dir.). **Villes Internationales: entre tensions et réactions des habitants**. Paris : La Découverte, 2007.p 7-25.

BETARELLI JÚNIOR, A. A.; DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S. **Quanto vale o show?** Impactos econômicos regionais da Copa do Mundo 2014 no Brasil. XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, Salvador, dez./2010.

BIANCHINI, F.A. **Vila Torres – Curitiba/PR: os espaços de representação e as relações de poder**. 141p. Dissertação (Mestrado em geografia)- Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BITTENCOUR, S. Alemanha Verde. **Editora Horizonte**. n 105, maio de 2007 Disponível em: < <http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/74/alemanha-verde> > Acesso em 27/06/2013

BORDIN, M. Urbanização, segregação socioespacial e violência em Curitiba, PR, uma análise entre 1988 – 2008. **Observatório Geográfico da América Latina - EGAL**, 2009, Montevideo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiasespacial/33.pdf> > Acesso em 22/02/2014



BOREKI, V. Prefeitura estima gastar R\$ 14 mi em desapropriações. **Gazeta do povo**. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1207168&tit=Prefeitura-estima-gastar-R-14-mi-em-desapropriacoes>>. Acesso em 21/05/2013.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, no 2, jun. 200. Disponível em: <[http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/biblioteca\\_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf](http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/biblioteca_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf)> Acesso em 16/06/2013

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E. et al (orgs.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ed. São Paulo: Biotempo: Carta Maior, 2013.

BRANDENBURG, E.J. Copa de 2014 em Curitiba, um olhar sobre os projetos não oficiais. X ENANPEGE, 2013, Campinas. **Anais**. Campinas, 2013. 1 CD-ROM.

BRANDENBURG, E.J; CHIMENEZ, A.C.O. Grandes projetos urbanos (GPU) na copa do mundo de 2014 em Curitiba, um conceito em construção. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB. Ciência e Ação Política: Por uma Abordagem Crítica. 2013, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2013. 1 CD-ROM.

BRANSKI, R.M. É equívoco pensar soluções a partir de megaeventos. In: **Revista CNT Transporte Atual**. Ano XIX, n 22. Brasília, março de 2014. Disponível em : <<http://www.cnt.org.br/Paginas/Revista-CNT-Transporte-Atual.aspx>> Acesso em 20/03/2014.

BRASIL. Estatuto da Cidade, lei nº10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2001. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-norma-pl.html>> Acesso em: 20/01/2014.

CALDEIRA, T. A Implosão da Vida Pública Moderna. In: \_\_\_\_\_. **Cidade de Muros: Crime segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: ED 34/ EDUSP, 2000. p. 301-340.

CARLOS, A.F.A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P.A; CORRÊA, R.L. e SILVANA, M.P. (orgs.). **A Cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013

CASA DA MEMÓRIA DE CURITIBA. Pasta Parque Tanguá. Curitiba, s/d

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CASTELLS, M; BORJA, J. As Cidades como atores políticos. **Novos Estudos Cebap**, n45. 1996. p. 152-166. Disponível em <<http://www.acsmce.com.br/wp-content/uploads/2012/10/AS-CIDADES-COMO-ATORES-POLÍTICOS.pdf>> Acesso em 16/08/2013.

CASTELNOU NETO, A.M.N. **Ecotopias Urbanas: imagem e consumo dos parques curitibanos**. 500p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, 2005. p 317-499.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. Relatos de despejos, mobilização e luta por moradia em Curitiba. **CMI Brasil**, junho de 2008. Disponível em < <http://midia independente.org/pt/blue/2008/06/422002.shtml> > Acesso em 20/05/2013.

COHAB. Disponível em < <http://www.cohabct.com.br/> > Acesso em 10/02/2014

COPA 2014. **Curitiba Outra vez**. Disponível em < <http://www.copa2014.curitiba.pr.gov.br/conteudo/curitiba-outra-vez-menu-principal-principal/719> > Acesso em 20/02/2014

CORRÊA, R.L. Espaço um conceito-chave da Geografia. In CASTRO, Iná Elias et al (Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSSARDEAUX, J. La métamorphose de la Plaine-Saint-Denis. **Les Echos** n° 16764, novembro de 1994. Disponível em: < [http://www.lesechos.fr/03/11/1994/LesEchos/16764-113-ECH\\_la-metamorphose-de-la-plaine-saint-denis.htm](http://www.lesechos.fr/03/11/1994/LesEchos/16764-113-ECH_la-metamorphose-de-la-plaine-saint-denis.htm) > Acesso em 21/06/2013.

COSTA, E. Outras verdades sobre o país da Copa. **Itatiaia**, 2010. Disponível em < <http://www.itatiaia.com.br/site/colunas/eduardo-costa/862/outras-verdades-sobre-o-pais-da-copa/> > Acesso em 22/07/13

COTTLE, E. África do Sul 2010: legado no bolso da Fifa e seus parceiros. **Le Monde Diplomatique**. Novembro de 2011. Disponível em < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1041> > Acesso em: 21/07/2013

CPC – COMITÊ POPULAR DA COPA CURITIBA. **Dossiê Copa do Mundo e violações de direitos humanos em Curitiba**. 2013.

CUEYNA, B. Grandes proyectos y sus impactos en la centralidad urbana. **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 185-212, jan/jun 2011. Disponível em: < <http://www.cadernosmetropole.net/pt/component/content/article/50-208> > Acesso em 12/02/2014.

CUNHA, A.G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

DAVIS, M. **Cidade de quartzo: Escavando o Futuro em Los Angeles**. São Paulo: Biotempo, 2009. p235-268. Disponível em: < [books.google.com.br/books?isbn=8575591320](http://books.google.com.br/books?isbn=8575591320) > Acesso em 28/02/2014.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.p. 13-29 e p 103-125.

DE MATTOS, C de. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L.C.Q. (org.) **Metrôpoles**. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004, p.157-196.

DELGADO, P.R; DESCHAMPS, M.V. Região Metropolitana de Curitiba: Mudanças na estrutura socioespacial no período 1991 -2000. In: MOURA, R. e FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.) **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. p.211-231.

DESCHAMPS, M.V. Estrutura Social e Organização Social do Território. Trabalho apresentado do Seminário Região Metropolitana de Curitiba, desafios para o século XXI, 2013, Curitiba. **IMAP, Seminários**, Curitiba, 2013. Disponível em: < [http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=274&Itemid=90](http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=274&Itemid=90) > Acesso em 20/02/2014.

DIAS, L.C. Redes: Emergência e organização. In CASTRO, Iná Elias et al (Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DORIA, C.A. A Grande Transformação. A pós-modernidade redescobre Karl Polanyi. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 3 de julho 1994. Caderno Mais! p.6.

DOS SANTOS, W.G. De Oficiis. **Insight Inteligência**. v. 60, ano XV, 1º trimestre de 2013. Disponível em: < <http://www.insightinteligencia.com.br/60/PDFs/pdf1.pdf> > Acesso em 29/01/2014

DUDEQUE, I.T. **Nenhum dia sem uma linha. Uma história do urbanismo em Curitiba**. Curitiba: Studio Nobel, 2010.

EZQUIAGA, J.M. Projetos de transformação urbana na Madrid do Fim do século. In: ABRAMO, P. (org.). **Cidades em Transformação: entre o plano e o mercado experiências internacionais em gestão do uso do solo urbano**. Tadução de Maria Helena Khuner, Fernanda Furtado e Eluá Jacobina. Rio de Janeiro: O Autor, 2001.p 219-238.

ESPORTE E EDUCAÇÃO. Projeto Cidades da Copa. Disponível em < <http://www.esporteeducacao.org.br/?q=node/3091> > Acesso em 30/01/2014

FERNANDES, F.A; FIRKOWSKI, O.L.C. Verticalização e novos produtos imobiliários. In: **Seminário RMC desafios para o século XXI**. Curitiba, 2013. Disponível em < [http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=275&Itemid=90](http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=275&Itemid=90) > Acesso em 10/03/2014.

FERNANDES, J. . O rebouças ainda pulsa. Gazeta do Povo, Vida e Cidadania maio de 2011. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1126220> > Acesso em 29/01/2014

FERRÁN, C. O efeito territorial dos grandes projetos urbanos. In: ABRAMO, P. (org.). **Cidades em Transformação: entre o plano e o mercado experiências internacionais em gestão do uso do solo urbano**. Tadução de Maria Helena Khuner, Fernanda Furtado e Eluá Jacobina. Rio de Janeiro: O Autor, 2001. p139-160.

FERRAZ, L. Chega ao fim a luta do Atlético para desapropriar as residências. **Paraná Online**. 2013 Disponível em <<http://www.paranaonline.com.br/editoria/esportes/news/669563/?noticia=CHEGA+AO+FIM+LUTA+DO+ATLETICO+PARA+DESAPROPRIAR+RESIDENCIAS>> Acesso em 21/05/2013.

FERREIRA, A. et al. **A internacionalização de Curitiba: uma análise a partir de equipamentos urbanos de consumo e lazer**. I Simpósio de Estudos Urbanos-SEURB. Campo Mourão, 2011. Disponível em < [http://www.mauroparolin.pro.br/seurb/Trabalhos/EIXO\\_1\\_PLANEJAMENTO\\_E\\_GESTAO\\_URBANA\\_16\\_ARTIGOS/FERREIRA3.pdf](http://www.mauroparolin.pro.br/seurb/Trabalhos/EIXO_1_PLANEJAMENTO_E_GESTAO_URBANA_16_ARTIGOS/FERREIRA3.pdf) > Acesso em 10/03/2014

FERREIRA, T.S. Planejamento e gestão estratégica no rio de janeiro: um projeto para a zona portuária. Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB. Ciência e Ação Política: Por uma Abordagem Crítica. 2013, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em : < [http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT13\\_tatiana.pdf](http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT13_tatiana.pdf) > Acesso em 10/01/2014

FIFA CONFIRMA FIM DO RODÍZIO DE CONTINENTES NA COPA, **Terra, Esportes**, 2007. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/brasil2014/noticias/0,,OI2030260-EI10545,00Fifa+confirma+fim+do+rodizio+de+continentes+na+Copa.html>> Acesso em 19/06/2013.

FIRKOWSKI, O. L. C. de. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo: 2001, 278p. Tese de Doutorado em Geografia, FFLCH – USP.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o grau de integração da região metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. In: MOURA, R. e FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.) **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009a.p31-59.

\_\_\_\_\_. Localização industrial e extensão urbana em Curitiba. In: MOURA, R. e FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.) **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009b.p 157-173.

\_\_\_\_\_. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n. 107, 2004, p. 93-107. Disponível em: < [http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/107/olga\\_lucia.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/olga_lucia.pdf) > Acesso em 20/03/2014

FIRKOWSKI, O.L de F; SILVA,M.N; NAGAMINE, L.Y. **Repercussões do IBEU na Região Metropolitana de Curitiba**. 2013. Disponível em < [http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook\\_file/ibeulocal\\_curitiba.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/ibeulocal_curitiba.pdf) > Acesso em 22/01/2014

FOLHA CENTRO SUL. Fifa lucrará mais de R\$ 10 bilhões com a Copa do Mundo no Brasil. **Folha centro sul**. Fevereiro de 2014. Disponível em < <http://folhacentrosul.com.br/geral/3072/fifa-lucrara-mais-de-r-10-bilhoes-com-a-copa-do-mundo-no-brasil> > Acesso em 28/02/2014

FONTENELLE. A; SORG.L. Piores que Nós ? **Revista época**, maio de 2010. Disponível em < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI142229-17820,00.html> > Acesso em 22/07/2013

FRAGA, J.M. Urbanismo Olímpico Y Postolímpico. Visionesprofesionales, académicas y periodísticas. Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales- **Biblio3W**. Vol. XV, nº 895. Barcelona, 2010

FREIRE, F. Prédio ao lado da Arena da Baixada começa a ser demolido; confira foto. **Globo Esporte.com**. Disponível em < <http://globoesporte.globo.com/futebol/times/atletico-pr/noticia/2013/07/predio-ao-lado-da-arena-da-baixada-comeca-ser-demolido-confira-fotos.html> > Acesso em 27/08/2013

GABARDO, S. Copa na capital perde apoio público. **Gazeta do povo**. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/copa2014/curitiba/conteudo.phtml?id=1146140> > Acesso em 28/02/2014.

GAFFNEY, C. Copa do Mundo e Olimpíada: investimento público, lucro privado. **Carta Capital**. Entrevista. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/copa-do-mundo-e-olimpiada-investimento-publico-lucro-privado> > Acesso em 25/02/2014

GLOBO.COM. Um ano depois da Copa, estádios da África do Sul amargam prejuízos. **Globo esporte.com**, junho de 2011; Disponível em < <http://globoesporte.globo.com/programas/globo-esporte/noticia/2011/06/um-ano-depois-da-copa-metade-dos-estadios-da-africa-do-sul-esta-ocioso.html> > Aceso em 22/07/2013.

GNOATO, L.S.P. Introdução ao ideário modernista na arquitetura de Curitiba. (1930-1965). Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

GONÇALVES, R. **Globalização e Desnacionalização**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.

GORGULHO, S. O Gol Verde da Copa do Mundo. **Folha do Meio Ambiente**, maio de 2006. Disponível em < <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2006/05/copa168.html> > Acesso em 27/06/2013.

GRATTON, C ;PREUSS, H. Maximizing olympic impacts by building up legacies. In: **The International Journal of the History of Sport**, v.25, n.14, 2008. 1922-1938. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09523360802439023#.UyNpuz9dXNd> > Acesso em 28/08 /2013.

GUERRA, M. F. Novas configurações espaciais na metrópole fragmentada e segregada: questionamentos sobre o modelo “centro rico x periferia pobre”. **Anais do XIV ENANPUR**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em < <http://www.anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT1-956-54620110106102720.pdf> > Acesso em 22/05/2013.

GUSSO, R.J. **O Novo Rebouças: revitalização urbana, cultura e gentrificação (1997 - 2003)**. 46p. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. Disponível em: < [www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/.../GUSSO-Ramon-José2.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/.../GUSSO-Ramon-José2.pdf) > Acesso em 05/01/2014

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola. 2004. p 115-148.

\_\_\_\_\_. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. p 13-96

\_\_\_\_\_. **A produção Capitalista do Espaço**. Tradução de Carlos Szlak. 2ed. São Paulo: Anablume, 2006.

\_\_\_\_\_. Aliberdade e a cidade In: MARICATO, E. et al (orgs.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ed. São Paulo: Biotempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.2, n.4, Tradução, 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/144/160>>. Acesso em 29/05/2013.

\_\_\_\_\_. O enigma do capital e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Paschanski. São Paulo- SP: Biotempo, 2010. 1-40

HAZAN, V. M. O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos. **Revista Eletrônica Arquitectos**, Portal Vitruvius, 2003, 041.02 ano 4, out. 2003. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/04.041/645> > Acesso em: 10/07/2013.

HELSINGIN SANOMAT. International Edition. Culture, 2011. Disponível em: <<http://www.hs.fi/english/article/Guggenheim+chooses+Helsinki+over+Taipei+Rio+and+Guadalajara/1135263160197> > Acesso em 18/06/2013.

IAU ILLE DE FRANCE. Brève introduction à la visite Nord-Est Parisien. Métropole(s) en projet(s), laboratoires du futur. **Atelier Européen Paris-Rhin-Ruhr**, julho de 2009. Disponível em : < [http://www.iau-idf.fr/fileadmin/user\\_upload/Enjeux/gd\\_projets\\_urbains/paris-rhin-ruhr/idf/17.%20Le%20Nord-Est%20Parisien.pdf](http://www.iau-idf.fr/fileadmin/user_upload/Enjeux/gd_projets_urbains/paris-rhin-ruhr/idf/17.%20Le%20Nord-Est%20Parisien.pdf) > Acesso em 26/06/2013.

IMPrensa SPTURIS. Cidade do Cabo-2010 sinaliza frustração para São Paulo-2014. São Paulo, Junho, 2010. Disponível em < <http://imprensa.spturis.com/imprensa/clipping/files/100706/101.pdf> > Acesso em 22/07/2013

INCORPORADORA THA, s/d. Disponível em < <http://www.tha.com.br/espacotha/regioesemdestaquenovo-reboucas/> >. Acesso em 20/01/2014.

INSTITUTO ETHOS. A Lei Geral da Copa e os interesses dos brasileiros. **Instituto Ethos Blogspot**, 2010. Disponível em:< <http://institutoethos.blogspot.com.br/2011/10/lei-geral-da-copa-e-os-interesses-dos.html> > A cesso em 01/04/2014

INSTITUTO ETHOS. Índice de Transparência de Curitiba. Jogos Limpos, 2013a. Disponível em : <<http://www.jogoslimpos.org.br/cidades/sede/curitiba/> > Acesso em 18/01/2014

INSTITUTO ETHOS. Seminário Transparência na Copa 2014 em Curitiba: Como está esse jogo? In: **Fórum Transparência e Competitividade**. Curitiba, novembro de 2013b. Disponível em < <http://www.jogoslimpos.org.br/destaques/veja-apresentacoes-utilizadas-nos-seminarios-jogos-limpos-em-curitiba-salvador/> > Acesso em 20/02/2014

IPARDES. **Problemas habitacionais dos assentamentos precários urbanos na Região Metropolitana de Curitiba: Relatório I**. Curitiba : IPARDES, 2010. Disponível em < [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Problemas\\_Habitacionais\\_Assent\\_Precarios\\_Urbanos\\_Rmc.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Problemas_Habitacionais_Assent_Precarios_Urbanos_Rmc.pdf) > Acesso em 11/02/2014

IPPUC. Operação Urbana Consorciada Linha Verde. In: **XI Curso de Desarrollo Profesional Manejo del Suelo en Grandes Proyectos Urbanos, 2013, Curitiba**. Promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy. Curitiba, novembro de 2013.

JOGOS LIMPOS. Disponível em: < <http://www.jogoslimpos.org.br/conheca-o-projeto/o-que-e/> > A cesso em 30/01/2014

JORNAL DO BRASIL. Copa 2014 tem gastos públicos recordes, em benefício da iniciativa privada. **Jornal do Brasil**. Caderno País, fevereiro de 2014. Disponível em < <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2014/01/31/copa-2014-tem-gastos-publicos-recordes-em-beneficio-da-iniciativa-privada/> > Acesso em 28/02/2014

KONCHINSKI, V. Estádios da Copa da África do Sul custaram dez vezes mais que o previsto. **Agência Brasil**, junho de 2010. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-07-07/estadios-da-copa-da-africa-do-sul-custaram-dez-vezes-mais-que-previsto> > Acesso em 23/07/2013

LAURENT, S. Fiasco sportif et résonances politiques. **Le Monde**. Politique, junho de 2010. Disponível em: < [http://www.lemonde.fr/politique/article/2010/06/24/le-sport-opium-des-politiques\\_1377938\\_823448.html](http://www.lemonde.fr/politique/article/2010/06/24/le-sport-opium-des-politiques_1377938_823448.html) > Acesso em 25/05/2013

LECROART, P; SALLET-LAVOREL, H. L'impact des grands évènements Sur le développement des métropoles. **Mertropolis. Commission 1**, 2002. Disponível em:<[http://www.metropolis.org/sites/default/files/publications/2002/2002\\_c1\\_grandes\\_acontecimientos\\_fr.pdf](http://www.metropolis.org/sites/default/files/publications/2002/2002_c1_grandes_acontecimientos_fr.pdf) > Acesso em 18/05/2013.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Espacio y Política**. Barcelona, Ediciones Península, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. p. 11-33.

LEROY, S. Sémantiques de la metropolisation. In: **L'Espace géographique**. Montpellier : Éditions Berlin, n.1, 2000.

LIMA, R.M. Conflitos Sócio-ambientais Urbanos: O lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icaraí. 215 paginas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LIMA, V.A de. Mídia Rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, E. et al (orgs.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ed. São Paulo: Biotempo: Carta Maior, 2013.

LIMONAD, E. Urbanização e organização do espaço da era dos fluxos. In: SANTOS, M; BECKER, B. et al . **Território, territórios – Ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. P.145-167

LISBOA, A de M. A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico. **Otra Economía** - Vol II. nº 3. 2008. Disponível em: < [www.riless.org/otraeconomia](http://www.riless.org/otraeconomia) > Acesso em 20/05/2013.

LUNGO, M. Grandes Proyectos Urbanos. Uma visión general. **Urbana** 37. v.11, n.37. 2005. Disponível em < <http://issuu.com/urbanadigital/docs/revista-urbana-37> > Acesso em 17/12/2013

\_\_\_\_\_. Grandes proyectos urbanos: desafíos para las ciudades latino-americanas. 2002. In: SMOLKA, M.O; Laura MULLAHY, L. (orgs.). **Perspectivas Urbanas: temas Críticos em Políticas de suelo en America Latina**, Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2007. Disponível em < [http://www.lincolninst.edu/pubs/1180\\_Perspectivas-urbanas](http://www.lincolninst.edu/pubs/1180_Perspectivas-urbanas) > Acesso em 17/12/2013

LUNGO, M; SMOLKA, M.O. Suelo y grandes proyectos urbanos: la experiencia latinoamericana. 2005 In: SMOLKA, M.O; Laura MULLAHY, L. (orgs.). **Perspectivas Urbanas: temas Críticos em Políticas de suelo en America Latina**, Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2007. Disponível em < [http://www.lincolninst.edu/pubs/1180\\_Perspectivas-urbanas](http://www.lincolninst.edu/pubs/1180_Perspectivas-urbanas) > Acesso em 17/12/2013

MANGIN, D. **La Ville Franchisée. Formes et structures de la ville contemporaine**. Paris: La Villette, 2004.

MARICATO, E. A ideia fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES O. MARICATO E, VAINER C (Org) **A cidade do pensamento único**. 6ed. Petrópolis: Vozes, 2011a. p 121-192.

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades e alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001b. p 47-124.

\_\_\_\_\_. É a questão é urbana, estúpido!. In: MARICATO, E. et al (orgs.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ed. São Paulo: Biotempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VeraCidade** – Ano IV - Nº 4 – Março de 2009. Disponível em < [portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento...urbana\\_periferia...](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento...urbana_periferia...) > Acesso em 29/02/2014

MARTINS, C.E. **Globalização, dependência e neoliberalismo da América Latina**. São Paulo: Biotempo, 2011.312-352.

MASCARENHAS, G. Megaeventos. Quem vai pagar a conta?. **Brasil de Fato**. Edição 437, 14 a 20 de julho de 2011. Entrevista. Disponível em < <http://www.ettern.ippur.ufrj.br/ultimas-noticias/149/brasil-de-fato-publica-entrevista-de-gilmar-mascarenhas> > Acesso em 22/07/2013.

MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (org). **O jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades**. Ed UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

MAZZARIM, D.M. **Histórico das pontes estaiadas e sua aplicação no Brasil**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado), 142p. Escola politécnica da universidade de são Paulo. Departamento de engenharia e estruturas geotécnica. Disponível em: < [www.teses.usp.br/teses/.../3/.../tde.../Dissertacao\\_Diego\\_M\\_Mazarim.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../3/.../tde.../Dissertacao_Diego_M_Mazarim.pdf) > Acesso em 28/01/214.

MENDES JUNIOR, L. Copa perde o encanto em Curitiba. **Gazeta do povo**. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/copa2014/curitiba/conteudo.phtml?id=1394481> > Acesso em 28/02/2014

MIRANDA, C. Obras para a Copa podem ficar prontas após o mundial. **Paraná Online**, fevereiro de 2014. Disponível em: < <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/726972/?noticia=OBRAS+PARA+A+COPA+POD+EM+FICAR+PRONTAS+SOMENTE+APOS+O+MUNDIAL> > Acesso em 02/04/2014.

MONSORES, L. A tentativa de boicote à Copa de 78. **Futebol e Historia**, 2010. Disponível em: < <http://futehistoria.blogspot.com.br/> > Acesso em 19/06/2013.



MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 243f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, p.26-66, 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>> Acesso em: 15/04/ 2013

\_\_\_\_\_. **Grandes projetos urbanos e planejamento territorial**. Boletim Campineiro de Geografia. v.1, n.1., 2011. Disponível em < [http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/viewFile/22/pdf\\_4](http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/viewFile/22/pdf_4) > A cesso em 10/07/2013.

MOURA, R; KORNIN. A internacionalização da metrópole e os direitos humanos. In: MOURA, R. e FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.) **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.p17-29.

MOURA.R; RODRIGUES.A.N. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

MUÑOZ, F. **Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2008.

NAKAMURA, J. Estruturas estaiadas. **Infraestrutura Urbana**. 2013. Disponível em < <http://www.infraestruturaurbana.com.br/solucoes-tecnicas/10/artigo243545-1.asp> > Acesso em 27/08/2013

NEVES, D; GONÇALVES, A. Ruas lotadas de carros serão desafio para próximo prefeito. **Gazeta do Povo**. Eleições, setembro de 2012. Disponível em; < <http://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/curitiba-2000-2012/conteudo.phtml?id=1292777> > Acesso em 29/01/2014.

NOJIMA, D., MOURA, R., SILVA, S. T. da. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira\\_versao/Dinamica\\_RMC.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf) > Acesso em 02/03/2014.

NOVAIS, P. et al. **Grandes Projetos Urbanos: Panorama da Experiência Brasileira**. In: Encontro Nacional da ANPUR, XII, 2007, Belém. Anais. Belém: Anpur, 2007. Disponível em: < <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2390> > Acesso em 13/01/2014

NUNES. L.L. **As restrições à política cambial num país com moeda inconvertível: Uma interpretação da experiência brasileira recente de apreciação cambial (2003-2007)**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP. 2008. p. 1-32. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/monografias/Leonardo%20Loureiro%20Nunes.pdf> >Acesso em 29/02/2014

OBA, L.T. **Os Marcos Urbanos e a Construção da Cidade: a Identidade de Curitiba**. 326 pag. Tese (Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1998.

OBSERVATORIO DAS METROPOLES. **Análise das regiões Metropolitanas do Brasil** Relatório da Atividade 2: Tipologia social e identificação das áreas vulneráveis. Convênio ?inistério das Cidades/ Observatorio das Metropoles/ FASE/ IPARDES. Brasília, 2005. Disponível em: < [http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto\\_mc\\_2.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_2.pdf) > . Acesso em fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010: Paraná mais urbano e mais idoso.** 2011. Disponível em:< [http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1717%3Acenso-2010-o-estado-do-parana-tornou-se-mais-urbano-e-mais-idoso&lang=pt](http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1717%3Acenso-2010-o-estado-do-parana-tornou-se-mais-urbano-e-mais-idoso&lang=pt)> Acesso em fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução da frota de automóveis e motos no Brasil 2001 – 2012** (Relatório 2013). Disponível em <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/auto\\_motos2013.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/auto_motos2013.pdf) > Acesso em 28/01/2014.

\_\_\_\_\_. **Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**, Objetivos, 2014. Disponível em: < <http://www.observatoriodasmetropoles.net/projetomegaeventos/> > acesso em 30/01/2014

\_\_\_\_\_. Rede de avaliação e capacitação para a implementação dos planos diretores participativos. Plano Diretor de Curitiba/PR, estudo de caso. Curitiba, 2010. Disponível em: < <http://web.observatoriodasmetropoles.net/planosdireteores/produtos/pr/CURITIBA.pdf> > acesso em 30/01/2014

\_\_\_\_\_. **Relatório Parcial Nacional.** Projeto Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. UERJ e IPPUR. Rio de Janeiro, abril de 2012. Disponível em: < [http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/Relat\\_Nacional2012.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/Relat_Nacional2012.pdf) > Acesso em 22/02/2014

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.p 19-62.

OLIVEIRA, F. L de. **Os Novos Planos Diretores Municipais Brasileiros: Uma Avaliação Preliminar.** Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011a, Rio de Janeiro - RJ – Brasil

\_\_\_\_\_. Planejamento e conflito: experiências de planejamento urbano em contexto de conflitos sociais. XV Anpur. **Anais.** Sessões Livre, 2013. Disponível em < <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4681/4548> > Acesso em 01/02/2014

\_\_\_\_\_. Grandes Projetos e planejamento Urbano: Práticas recentes das administrações públicas brasileiras. In: OLIVEIRA, F.L; CARDOSO, A.L; COSTA, H.S.M; VAINER, C.B.(orgs.). **Grandes Projetos Metropolitanos. Rio de Janeiro e Belo Horizonte.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012 . p.66-89

OLIVEIRA, I. C. E de. **Estatuto da cidade: para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.64p. Disponível em: < [www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/estatuto\\_cidade.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/estatuto_cidade.pdf) > Acesso em 02/02/2014

OLIVEIRA, L.C. de. **Engenharia, saúde e meio ambiente: as obras e as interpelações análise local: Vila Torres, Curitiba (PR)**. 128 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - LACTEC, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento de Tecnologia - PRODETEC. Curitiba, 2011b, Disponível em < <http://www.lactec.org.br/mestrado/dissertacoes/arquivos/LydiaOliveira.pdf> > Acesso em 30/01/2014

PASSOS, P. Defendido por Havelange, Videla usou Copa em prol da ditadura Argentina. **UOL Esporte**, 2013. Disponível em: < <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2013/05/18/defendido-por-havelange-videla-usou-copa-em-prol-da-ditadura-argentina.htm> > Acesso em 19/06/2013.

PELLETIER, J ; DELFANTE, C. **Cidades e Urbanismo no mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p 129-262

PEREIRA, A.D. A (longa) história da desigualdade na África do Sul. **Philia&Filia. O Mal-Estar na Cultura e na Sociedade**, Porto Alegre, vol. 02, nº 1, jul./dez. 2011. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/Philiaefilia/article/view/24428> > Acesso em 22/07/2013.

PEREIRA, Gislene, et al. Recuperação de mais valias urbanas por meio de Contribuição de Melhoria. O caso do Paraná, Brasil entre os anos 2000 e 2010. Cambridge, MA: **Lincoln Institute of Land Policy. Publication**, April 2014. Disponível em < [https://www.lincolnst.edu/pubs/dl/2382\\_1722\\_Pereira\\_WP14GP1PO.pdf](https://www.lincolnst.edu/pubs/dl/2382_1722_Pereira_WP14GP1PO.pdf) > Acesso em 24/01/2014.

PEREIRA, G; SILVA, J.M. Das fintas ao tributo: a trajetória da contribuição de melhoria no Brasil. **Anais**, Anpur, 2013. Disponível em: < [www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../4269/4139](http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../4269/4139) > Acesso em 30/01/2014.

PEREIRA, G; SILVA, M.N.S. Dinâmica imobiliária na região metropolitana de Curitiba: O mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: MOURA, R. e FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.) **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. p295-314.

PEREIRA, L.R e ALMEIRA, R.B. **A Utopia Keynesiana: os princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes**. ANPEC. Salvador, 2010. Disponível em <[http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/2475e5566e256850fa7bdd3a16da63d16a2\\_.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/2475e5566e256850fa7bdd3a16da63d16a2_.pdf) > A cesso em 20/08/2013

PEREIRA, P. C. Sobre Dinâmica imobiliária e Metropolização: a nova lógica do crescimento urbano em São Paulo. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. IX, núm. 194 (10). 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-10.htm> >. Acesso em 03/06/2013.

PILLAY, U; BASS, O. Mega-events as a Response to Poverty Reduction: the 2010 FIFA World Cup and its Urban Development Implications. **Human Sciences Research Council (HSRC)**. Arica do Sul, s/d. Disponível em: < <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/07/DOCUMENTO.pdf> > Acesso em 22/07/2013.

PINHEIRO, E.P. **Europa, França e Bahia: Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2ed. Salvador: EDUFBA, 2011.p. 11-87

PIRONET, O. A FIFA Dita sua Lei. **Le Monde Diplomatique**, Box 1, julho de 2012. Disponível em : < [http://www.diplomatique.org.br/edicoes\\_especiais\\_artigo.php?id=118](http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=118) > Acesso em 19/06/2013

POLANYI, K. **La Grande Transformation**. Aux origines politiques e économiques de notre temps. Mayenne: Éditions Gallimard, 1983. p104-112.

POPPENDIECK, J; PONTES. N. Sul-africanos removidos antes da Copa até hoje não ganharam moradia. **Jornal DW**, janeiro de 2012. Disponível em < <http://www.dw.de/sul-africanos-removidos-antes-da-copa-at%C3%A9-hoje-n%C3%A3o-ganharam-moradia/a-15644932> > Acesso em 20/07/2013

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. 2013. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/home.seam;jsessionid=AC4DC4AA162008571283C1A447AA24ED.portalcopa?cidadeSede=4> > Acesso em maio de 2013.

\_\_\_\_\_. 2014. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/home.seam;jsessionid=AC4DC4AA162008571283C1A447AA24ED.portalcopa?cidadeSede=4> > Acesso em 02/02/2014

PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIADAS. Dilma sanciona Lei Geral da Copa, veta "ingresso popular" e dá brecha para meia-entrada. Disponível em : < [http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com\\_k2&view=itemlist&task=tag&tag=Lei+Geral+da+Copa](http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=itemlist&task=tag&tag=Lei+Geral+da+Copa) > Acesso em 21/02/2014

PRADO, L.C.D. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. Disponível em: < <http://dogmaseenigmas.files.wordpress.com/2012/12/prado-2000.pdf> >. Acesso em 30/05/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Lei nº 9.801 de Janeiro de 2000 Dispõe sobre os instrumentos de política urbana no município de Curitiba. Disponível em < <http://cm-curitiba.jusbrasil.com.br/legislacao/723649/lei-9801-00> > Acesso em 25/01/2014

\_\_\_\_\_. Licitação de lojas da Rodoviária será no dia 4 de novembro. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba. outubro de 2013. Disponível em < <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/licitacao-de-lojas-da-rodoviaria-sera-no-dia-4-de-novembro/30852> > Acesso em 28/02/2014.

\_\_\_\_\_. Parque da Imigração Japonesa começa a ganhar forma. **Site oficial Prefeitura Municipal de Curitiba**. Secretaria Municipal de Comunicação social. Novembro de 2010. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/noticiaimpressao.aspx?codigo=20993> > Acesso em 19/05/2013.

PUFF, J. Anfitriões de Copas passadas relembram atritos com Fifa. **BBC Brasil**. São Paulo, março 2012. Disponível em < [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120315\\_copa\\_fifa\\_jc\\_jp.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120315_copa_fifa_jc_jp.shtml) > Acesso em 01/04/2014

QUADRO DE MEDALHAS. **Países sede da Copa do Mundo de futebol**, 2013. Disponível em: < <http://www.quadrodemedalhas.com/futebol/copa-do-mundo/paises-sede-da-copa-do-mundo.htm> > Acesso em 19/06/2013.

RAEDER, S. O Jogo das Cidades: impactos e legados territoriais indutores do desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos. **Observatório Geográfico da América Latina - EGAL**, 2012. Disponível em < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/48.pdf> > Acesso em 10/04/2013.

\_\_\_\_\_. Planejamento urbano em sedes de megaeventos esportivos. IV Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável- PLURIS. Faro, 2010. **Anais**. Disponível em: < [pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper201.pdf](http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper201.pdf) > Acesso em 21/01/2014

RAFFESTIN, R. **Pour une geographie du pouvoir**. Paris : LITEC, 1980.

REESE, E. Grandes Intervenciones Urbanas Conceptos y características fundamentales. In: **XI Curso de Desarrollo Profesional Manejo del Suelo en Grandes Proyectos Urbanos, 2013, Curitiba**. Promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy. Curitiba, novembro de 2013.

RENARD, T. La Plaine Saint Denis un nouveau centre economique majeur por l'espace francilien. **Penser l'espace**, março de 2013. Disponível em <<http://www.penserlespace.com/etudes-de-cas/la-plaine-saint-denis-un-nouveau-centre-economique-pour-lespace-francilien/>> Acesso em 25/06/2013

RIBEIRO, F.V. Apontamentos sobre as implicações da quantificação da segregação socioespacial. **EGAL**, São Paulo, 2009. Disponível em : < [egal2009.easyplanners.info/area05/5635\\_Valdoski\\_Ribeiro\\_Fabiana.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area05/5635_Valdoski_Ribeiro_Fabiana.doc) > Acesso em 12/04/2013

RIBEIRO, L.C.Q; RIBEIRO, M.G. **Análise social do espaço urbano –metropolitano: Fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos**. Rio de Janeiro, dezembro de 2011. Disponível em < [http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/texto\\_metodologico\\_observatorio.pdf](http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/texto_metodologico_observatorio.pdf) > Acesso em 10/04/2013

RITTER, C. **Os processos de periferização, desperiferização e reperiferização e as transformações socioespaciais no aglomerado metropolitano de Curitiba**. 2011.Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba,2011.Disponível em : < <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/26402/Tese%2026out.pdf?sequence=1> > Acesso em 18/02/2014.

RODOVIÁRIA ONLINE. Modernização da Rodoviária de Curitiba, 2012. Disponível em < <http://rodoviariaonline.com.br/modernizacao-da-rodoviaria-de-curitiba/> > Acesso em 24/02/2014

RODOVIAS E VIAS. **COPA Sedes - Curitiba**. Curitiba, nº41, set/ out 2009.

RODRIGUES, J.M. O jogo das oportunidades perdidas da Copa no Brasil. In: **Revista CNT Transporte Atual**. Ano XIX, n 22. Brasília, março de 2014. Disponível em : < <http://www.cnt.org.br/Paginas/Revista-CNT-Transporte-Atual.aspx> > Acesso em 20/03/2014.

ROLNIK, R. As remoções são fruto da valorização imobiliária. **A Nova Democracia**, nº94, agosto de 2012. Disponível em < <http://www.anovademocracia.com.br/no-94/4183-entrevista-raquel-rolnik-qas-remocoes-sao-fruto-da-valorizacao-imobiliariaq> > Acesso em: 21/07/2013

\_\_\_\_\_. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. et al (orgs.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ed. São Paulo: Biotempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. **Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: “O espetáculo e o mito”**. Blog da Raquel Rolnik, outubro de 2011a. Disponível em < <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/megaeventos/> > Acesso em 28/02/2014

\_\_\_\_\_. É possível política urbana contra a exclusão? . **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002

\_\_\_\_\_. Olimpíada e Copa trazem prejuízo social. **O Estado de São Paulo**, março de 2011b. Disponível em < <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/03/e4.pdf> > Acesso em : 22/07/2013

ROTARY BRASIL. Disponível em: < <http://www.rotarybrasil.com.br/dolar.htm> >. Acesso em 02/03/2014

RÚSSIA E CATAR VÃO SEDIAR AS COPAS DE 2018 e 2022, 2010. **Revista Época**, Sociedade. Editora Globo, 2010. Disponível em: < [http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI192292-15228,00\\_RUSSIA+E+CATAR+VAO+SEDIAR+AS+COPAS+DE+E.html](http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI192292-15228,00_RUSSIA+E+CATAR+VAO+SEDIAR+AS+COPAS+DE+E.html) > Acesso em 19/06/2013

SALGADO, D. O dia em que a Colômbia “peitou” a Fifa e desistiu de organizar a Copa do Mundo. **Almanaque da bola**, 2013. Disponível em: < <http://almanaquedabola.com.br/copas-do-mundo/2013/02/25/o-dia-em-que-a-colombia-peitou-a-fifa-e-desistiu-da-copa-do-mundo-de-1986/> > Acesso em 19/06/2013.

SALVADOR, S.F.T; GIL, A.H.C.de.F; CASAGRANDE JR, E.F. Sustentabilidade nas Construções da Copa 2014, em Curitiba. **Revista Tecnologia e Sociedade** - 1ª Edição, 2012. Disponível em : <[http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologia/esociedade/rev14/r14\\_a6.pdf](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologia/esociedade/rev14/r14_a6.pdf) > Acesso em 28/01/2014.

SANCHEZ, F. Notícias. **Megaeventos, o jogo continua**. Entrevista com a Prof.<sup>a</sup> Fernanda Sánchez (UFF). PPLA , 2010a. Disponível em < [http://coopere.net/ppla/index.php? a=home&id=28](http://coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=28) > Acesso em 13/08/2013.

\_\_\_\_\_. **A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial**. 2ed.Chapecó:Argos, 2010.

\_\_\_\_\_. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez. 2004. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/107/fernanda\\_outros.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/fernanda_outros.pdf) > Acesso em: 12/05/2010

\_\_\_\_\_. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

SÁNCHEZ, F; BERALDINELLI, R. Projetos de revitalização urbana em área de waterfront na América Latina: resgate cultural ou modelo global de planejamento urbano? In: International Planning History Conference- PIHS, 11, 2004, Barcelona. **Papers**. Disponível em < [http://www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/191\\_p.pdf](http://www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/191_p.pdf) > Acesso em 26/02/2014

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p 169-252.

\_\_\_\_\_. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. In: **Economia espacial; críticas e alternativas**. São Paulo: Hubitec, 1977.p 31-43. Disponível em :< [http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-TOTALIDADE-DO-DIABO-como-as-formas-geograficas-difundem\\_MiltonSantos1977.pdf](http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-TOTALIDADE-DO-DIABO-como-as-formas-geograficas-difundem_MiltonSantos1977.pdf) > Acesso em 02/12/2013.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 5ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Desigual**. A especificidade do fenômeno urbano e países subdesenvolvidos. 2ed. Petrópolis: Vozes. 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo : Nobel, 1985

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Ed Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16, junho de 2005. Buenos Aires : CLACSO, 2005. Disponível em:< <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> > Acesso em 03/02/2014

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. 20ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.p.105-116

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. As diferenciações no território. In: \_\_\_\_\_. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 4ª ed. São Paulo: Record, 2010. p. 259-277

SANTOS, S. C. dos. Presas y cuestiones socio-ambientales en el Brasil. **Revista Alteridades**, Ciudad de México, v. 2, n. 4, p. 31-37, 1992. Disponível em: < <http://biblioteca.ues.edu.sv/revistas/10800273-3.pdf> > Acesso em: 28/10/2013

SEIXAS, J. **Os Mega Eventos na Cidade**. Imagética Social, Política Econômica e Governança Urbana. E-Metropolis, nº 02, ano 1, setembro de 2010. Disponível em < [http://www.emetropolis.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28:os-mega-eventos-na-cidade&catid=16](http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_content&view=article&id=28:os-mega-eventos-na-cidade&catid=16) > Acesso em 19/06/2013.

SENECHAL, A. Atlético cogita Arena sem cobertura na Copa. **Gazeta do Povo**, 2013. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/copa2014/arena/conteudo.phtml?id=1374475&tit=Atletico-cogita-Arena-sem-cobertura-na-Copa>>. Acesso em 21/05/2013.

SILVA, J.C, da. A responsabilidade civil do estado na Lei nº 12.663 (LGC- Lei Geral da Copa). **Âmbito Jurídico.com**. Rio Grande, abril, 2014. Disponível em: < [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13528](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13528) > Acesso em 01/04/2014

SILVA, M.N. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Setor de Tecnologia. Curitiba, 2012.

SILVA, L.O. A origem do capitalismo. **Crítica Marxista**. Resenhas, (s/d). Disponível em: < [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/resenha72171\\_merged.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha72171_merged.pdf) > Acesso em 20/05/2013.

SMOLKA, M.O. Grandes Projetos Urbanos: Aspectos Relevantes. In: **XI Curso de Desarrollo Profesional Manejo del Suelo en Grandes Proyectos Urbanos, 2013, Curitiba**. Promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy. Curitiba, novembro de 2013.

SOJA, E.; HADJMICHALIS, C. Between Geographical Materialism and Spatial Fetishism: Some Observations on the Development of Marxist Spatial Analysis. **Antipode**, vol 11, dezembro 1979. Disponível em < <http://www.readcube.com/articles/10.1111/j.1467-8330.1979.tb00133.x> > Acesso em 16/08/2013.

SOJA, E. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

SOMECK, N.; CAMPOS NETO, C.M. Desenvolvimento local e projetos urbanos. *Arquitextos*. **Vitruvius**. n 059.01, abril 2005. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/470> > Acesso em 15/05/2013.

SOUZA SANTOS, B de . **Pela Mão de Alice. O Social e o político na Pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.281-346

SOUZA, M.A.A. Apresentação. Milton Santos, um revolucionário. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16, junho de 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em:< <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> > Acesso em 03/02/2014.

SOUZA, M.L de. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Os conceitos de planejamento urbano e gestão urbana. In: **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil, 2006.p 45-82.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e Urbanização**. 15ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 30-75

SPOSITO, M.E.B. **O Chão em pedaços: Urbanização economia e cidades no Estado de São Paulo**. 503f. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia, 2004. 1CD-ROM

THA. 7th Avenue Live & Work: o novo ícone do Rebouças. **Blog Tha**, novembro, 2011. Disponível em < <http://www.tha.com.br/blog/?p=2884> > Acesso em 30/01/2014.

TOURAINÉ, A. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006. p 55-84.

TRISOTTO, F. Despejo inevitável. **Gazeta do Povo**, agosto de 2013. Disponível em<<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1398493&tit=Despejo-inevitavel> > Acesso em 27/08/2013

ULTRAMARI, C.; REZENDE, A. D. Grandes projetos urbanos: conceitos e referências. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7- 14, abr. / jun. 2007.



UN HABITAT. **Estado das cidades no mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido. Resumo e principais constatações.** Tradução de Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – Ipea .IPEA, 2010. p, 1-28. Disponível em:<[http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408\\_cidadesdomundo\\_portugues.pdf](http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_cidadesdomundo_portugues.pdf)> Acesso em: 22/07/2013.

UZZO, K; SAULE, N.J. Conhecendo o direito: Proteção e garantia dos direitos humanos no âmbito de megaprojetos e megaeventos. São Paulo: **Instituto Pólis**; Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: < <http://www.polis.org.br/uploads/1734/1734.pdf> > Acesso em 19/06/2013

VAINER et al. O plano popular da vila autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In: XV ENanpur. 2013, Recife. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais**, 2013. Disponível em < <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewfile/4316/4186> > Acesso em 01/02/2014

VAINER, C. **I Encontro da rede brasileira de observatórios dos conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro.** ETTERN. Rio de Janeiro, agosto de 2010. Disponível em < [www.ettern.ippur.ufrj.br/central\\_download.php?hash...id=37](http://www.ettern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash...id=37) > Acesso em 01/02/2014.

\_\_\_\_\_. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV ENanpur. 2011. Rio de Janeiro. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais**, 2011a. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2874/2811>> Acesso em 01/02/2014.

\_\_\_\_\_. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES O. MARICATO E, VAINER C (Org) **A cidade do pensamento único**. 6ed. Petrópolis: Vozes, 2011b. p 75-103.

\_\_\_\_\_. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. et al (orgs.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ed. São Paulo: Biotempo: Carta Maior, 2013.

VAINER, C.B; OLIVEIRA, F.L; LIMA JUNIOR, P.N. Notas Metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, F.L; CARDOSO, A.L; COSTA, H.S.M; VAINER, C.B.(orgs.). **Grandes Projetos Metropolitanos. Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p.11-23.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, C.; SCHIFFER, S.R (org.) **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p169-243. Disponível em< <http://www.scribd.com/doc/92685060/Uma-contribuicao-para-a-historia-do-planejamento-urbano-no-Brasil-Flavio-Villaca-In-O-processo-de-urbanizacao-no-Brasil> > acesso em 01/02/2014.

ZANINI, F. Pobres do centro da Cidade do Cabo são removidos para periferia. **Folha de São Paulo**, Esporte, junho de 2010. Disponível < <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/747228-pobres-do-centro-da-cidade-do-cabo-sao-removidos-para-periferia.shtml> > Acesso em 22/07/2013.

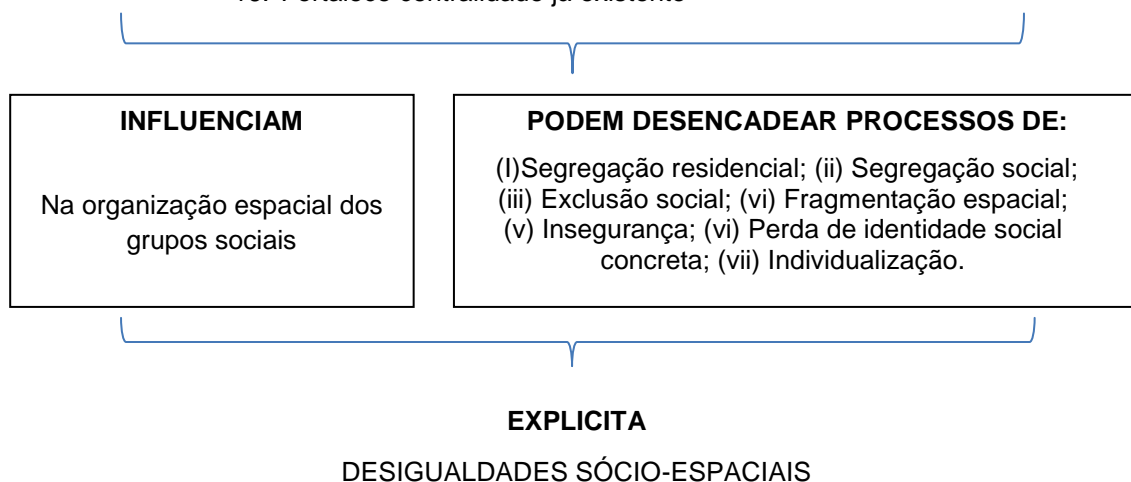
ZAITTER, B.A.H; ULTRAMARI, C. Grandes projetos urbanos e sua compreensão pela academia brasileira. **Biblio 3W -Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona. Vol. XV, nº 883, 5 de agosto de 2010. Disponível em< <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-883.htm>>. Acesso em 24 /01/2013.

WHITAKER, J. Notícias. **Grandes Projetos, fator de crescimento econômico e não de desenvolvimento**. Entrevista com João Whitaker (USP). PPLA 2010. Disponível em < <http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=29> > Acesso em 13/08/2013.

## 9 APÊNDICES

### APÊNDICE 1- MECANISMOS E PROCESSOS RELACIONADOS AO GPU QUE PERMITEM AFIRMAR QUE ESTE PODE AMPLIAR AS DESIGUALDADES

1. Flexibilização da legislação
2. Criação do Estado de Exceção
3. Falta de contrapartidas legítimas para a população
4. Desrespeito aos princípios do Estatuto da Cidade
5. Inexistência de participação pública nas decisões
6. Desapropriações sem diálogo
7. Violação ao direito à informação
8. Importância da estética das obras (para fortalecer a imagem da cidade) em detrimento do impacto ou função que exercem
9. Falta de estudos de impacto, previsão de orçamentária, mecanismos para gestão de riscos
10. Relevância do processo de embelezamento urbano
11. Construção de Não-lugares
12. Mercantilização do espaço urbano
13. Justifica impactos negativos em nome do desenvolvimento econômico
14. Contribui para a dinâmica do capital imobiliário
15. Envolve acumulação via despossessão
16. Fortalece centralidade já existente



FONTE: A autora (2014).